

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	8
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	17
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	18
Demonstração de Valor Adicionado	19

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	121
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	124
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	125
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	127
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	128

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	129.856.723
Preferenciais	129.843.535
Total	259.700.258
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	5.382.476
Total	5.382.476

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	37.536.328	32.401.311
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	123.657	38.696
1.01.01	Caixa	123.657	38.696
1.02	Ativos Financeiros	34.146.674	29.179.956
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	8.461.051	8.374.198
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	8.252.571	7.118.274
1.02.02.02	Derivativos	208.480	1.255.924
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	856.356	990.649
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	856.356	990.649
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	24.829.267	19.815.109
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	501.482	865.221
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	4.822.302	3.472.813
1.02.04.04	Operações de Crédito	20.135.328	16.132.729
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-1.129.515	-947.650
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	499.670	291.996
1.03	Tributos	1.024.949	1.052.851
1.03.03	Outros	1.024.949	1.052.851
1.04	Outros Ativos	1.401.682	1.323.475
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	299.789	857.067
1.04.03	Outros	1.101.893	466.408
1.05	Investimentos	760.971	721.850
1.05.03	Participações em Controladas	759.707	720.590
1.05.05	Outros Investimentos	1.264	1.260
1.06	Imobilizado	55.842	59.622
1.06.01	Imobilizado de Uso	88.576	86.853
1.06.03	Depreciação Acumulada	-32.734	-27.231
1.07	Intangível	22.553	24.861
1.07.01	Intangíveis	42.968	40.449
1.07.03	Amortização Acumulada	-20.415	-15.588

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	37.536.328	32.401.311
2.01	Passivos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	235.515	2.245.844
2.01.09	Outras Obrigações	235.515	2.245.844
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	32.211.491	26.032.303
2.02.01	Depósitos	18.059.525	15.531.929
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	988.651	538.430
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	16.957.934	14.911.580
2.02.01.03	Depósitos à Vista	112.940	81.919
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	7.296.854	4.681.536
2.02.02.01	Carteira Própria	7.296.854	4.681.536
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	4.809.036	4.837.331
2.02.03.01	Recursos de Letras de Crédito do Agronegócio	1.552.028	1.601.551
2.02.03.02	Recursos de letras financeiras	2.705.773	2.556.922
2.02.03.04	Recursos de Letras de Crédito Imobiliário	551.235	678.858
2.02.04	Outras Captações	2.046.076	981.507
2.03	Provisões	9.787	13.126
2.05	Outros Passivos	3.276.896	2.704.446
2.05.07	Outros Passivos	3.276.896	2.704.446
2.07	Patrimônio Líquido	1.802.639	1.405.592
2.07.01	Capital Social Realizado	1.259.627	1.000.910
2.07.02	Reservas de Capital	-41.174	9.832
2.07.02.04	Opções Outorgadas	26.435	17.902
2.07.02.05	Ações em Tesouraria	-67.609	-8.070
2.07.04	Reservas de Lucros	585.857	396.548
2.07.04.01	Reserva Legal	61.644	45.866
2.07.04.02	Reserva Estatutária	524.213	350.682
2.07.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.671	-1.698

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	1.488.987	2.993.673	1.159.453	2.185.215
3.01.01	Operações de Crédito	1.134.506	1.993.830	543.813	1.041.773
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	222.869	610.221	1.035.121	1.414.131
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	131.612	389.622	-419.481	-270.689
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.212.572	-2.318.708	-982.952	-1.784.332
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-993.388	-1.931.737	-940.905	-1.707.112
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-10.339	-12.025	1.474	21.389
3.02.03	Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	-208.845	-374.946	-43.521	-98.609
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	276.415	674.965	176.501	400.883
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-32.785	-202.906	-46.110	-122.980
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	6.056	14.677	8.700	14.811
3.04.03	Despesas com Pessoal	-44.897	-87.062	-32.967	-67.434
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-1.905	-157.337	-27.560	-84.058
3.04.05	Despesas Tributárias	-12.687	-33.734	-12.000	-13.473
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	15.133	46.274	3.229	7.404
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-10.004	-13.335	-2.144	-3.099
3.04.07.01	Outras Despesas Operacionais	-12.677	-18.687	-3.872	-5.864
3.04.07.02	Outras Despesas não Operacionais	2.673	5.352	1.728	2.765
3.04.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	15.519	27.611	16.632	22.869
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	243.630	472.059	130.391	277.903
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-48.468	-107.674	-32.542	-71.310
3.06.01	Corrente	-43.024	-46.171	-5.380	-5.380
3.06.02	Diferido	-5.444	-61.503	-27.162	-65.930
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	195.162	364.385	97.849	206.593
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	195.162	364.385	97.849	206.593
3.10	Participações nos Lucros e Contribuições Estatutárias	-29.494	-48.817	-14.829	-50.121
3.10.01	Participações	-29.494	-48.817	-14.829	-50.121

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	165.668	315.568	83.020	156.472

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	165.668	315.568	83.020	156.472
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	20	27	-3.757	1.888
4.04	Resultado Abrangente do Período	165.688	315.595	79.263	158.360

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	128.701	-1.367.995
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	931.689	279.085
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	315.568	156.472
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	616.121	122.613
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-802.988	-1.647.080
6.01.02.01	(Aumento) Redução de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	297.943	83.873
6.01.02.02	(Aumento) redução de Títulos e Valores Mobiliários	-2.349.466	-3.713.965
6.01.02.03	(Aumento) Redução de Operação de Crédito	-4.195.680	-3.343.964
6.01.02.04	(Aumento) Redução de Outros de Crédito	-323.722	1.097.859
6.01.02.07	(Aumento) Redução de Instrumentos Financeiros Derivativos	-962.885	2.026.715
6.01.02.08	(Aumento) Redução de Depósitos	2.527.596	477.196
6.01.02.09	(Aumento) Redução de Operações Compromissadas	2.615.318	-1.490.346
6.01.02.10	(Aumento) Redução de Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	-28.295	1.755.621
6.01.02.11	(Aumento) Redução de Obrigações por Empréstimos e Repasses	1.033.272	130.288
6.01.02.12	(Aumento) Redução de Outras Obrigações	582.931	1.329.643
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-8.485	-10.590
6.02.01	Alienação de Imobilizado de Uso	-1.751	-1.760
6.02.03	Aplicações/Alienções no Intangível	536	-5.730
6.02.07	Aumento de capital em controladas	-7.266	-3.100
6.02.08	Aquisição de outros investimentos	-4	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	103.689	-117.509
6.03.02	Aquisição de Ações em Tesouraria	-67.644	-26.744
6.03.03	Juros Sobre o Capital Proprio e Dividendos Pagos	-67.384	-34.468
6.03.04	Aumento (Redução) em obrigações por dívida subordinada	-20.000	-56.520
6.03.05	Aumento de capital	258.717	223
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-204.740	29.272
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	19.165	-1.466.822
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	605.974	2.327.840
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	625.139	861.018

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.000.910	9.832	396.548	0	0	-1.698	1.405.592
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.000.910	9.832	396.548	0	0	-1.698	1.405.592
5.04	Transações de Capital com os Sócios	258.717	-51.006	0	0	-126.259	0	81.452
5.04.01	Aumentos de Capital	258.717	0	0	0	0	0	258.717
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-51.006	0	0	0	0	-51.006
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-126.259	0	-126.259
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	315.568	27	315.595
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	315.568	0	315.568
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	27	27
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	27	27
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	189.309	0	-189.309	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	189.309	0	-189.309	0	0
5.07	Saldos Finais	1.259.627	-41.174	585.857	0	0	-1.671	1.802.639

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	952.678	-15.289	293.428	0	0	-3.610	1.227.207
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-171.404	0	-171.404
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	952.678	-15.289	293.428	0	-171.404	-3.610	1.055.803
5.04	Transações de Capital com os Sócios	223	9.177	-15.104	0	-43.450	0	-49.154
5.04.01	Aumentos de Capital	223	0	0	0	0	0	223
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	9.177	-15.104	0	0	0	-5.927
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-43.450	0	-43.450
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	156.472	1.888	158.360
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	156.472	0	156.472
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	1.888	1.888
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	1.888	1.888
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	952.901	-6.112	278.324	0	-58.382	-1.722	1.165.009

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	2.687.742	2.229.850
7.01.01	Intermediação Financeira	2.993.673	2.296.772
7.01.02	Prestação de Serviços	14.677	14.811
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-374.946	-98.609
7.01.04	Outras	54.338	16.876
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.943.762	-1.762.098
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-163.662	-118.623
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-618	-534
7.03.02	Serviços de Terceiros	-107.915	-91.913
7.03.04	Outros	-55.129	-26.176
7.04	Valor Adicionado Bruto	580.318	349.129
7.05	Retenções	-7.303	-7.452
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.303	-7.452
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	573.015	341.677
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	27.611	22.869
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	27.611	22.869
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	600.626	364.546
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	600.626	364.546
7.09.01	Pessoal	135.879	117.555
7.09.01.01	Remuneração Direta	54.346	43.106
7.09.01.02	Benefícios	13.347	9.294
7.09.01.03	F.G.T.S.	3.802	3.098
7.09.01.04	Outros	64.384	62.057
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	141.408	84.783
7.09.02.01	Federais	139.236	83.079
7.09.02.03	Municipais	2.172	1.704
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	7.771	5.736
7.09.03.01	Aluguéis	7.771	5.736
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	315.568	156.472
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	126.259	43.450
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	189.309	113.022

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	35.353.936	31.013.108
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	323.357	657.173
1.01.01	Caixa	323.357	657.173
1.02	Ativos Financeiros	30.854.604	26.948.651
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	6.677.555	7.405.177
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	6.469.075	6.149.253
1.02.02.02	Derivativos	208.480	1.255.924
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	937.950	1.082.814
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	937.950	1.082.814
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	23.239.099	18.460.660
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	501.482	297.943
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	4.676.157	3.472.813
1.02.04.04	Operações de Crédito	18.994.325	15.445.827
1.02.04.07	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito de Operações de Arrendamento	-932.865	-755.923
1.03	Tributos	507.509	567.059
1.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	507.509	567.059
1.04	Outros Ativos	3.561.292	2.723.030
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	955.868	855.168
1.04.03	Outros	2.605.424	1.867.862
1.04.03.01	Outros ativos	1.246.384	909.771
1.04.03.02	Ativos Financeiros Avaliados ao VJR - Operações de Crédito	1.555.959	1.150.335
1.04.03.03	Ativos Financeiros Avaliados ao VJR - Provisão para Perdas Esperadas	-4.984	0
1.04.03.04	Ativos Financeiros Avaliados ao VJORA - Provisão para Perdas Esperadas	-191.935	-192.244
1.05	Investimentos	14.410	1.530
1.05.01	Participações em Coligadas	14.410	1.530
1.06	Imobilizado	70.211	90.804
1.06.01	Imobilizado de Uso	70.211	90.804
1.07	Intangível	22.553	24.861
1.07.01	Intangíveis	22.553	24.861

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	35.353.936	31.013.108
2.01	Passivos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	235.515	2.245.844
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	32.128.407	26.003.432
2.02.01	Depósitos	20.059.194	17.739.777
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	7.296.854	4.681.536
2.02.04	Outras Captações	4.772.359	3.582.119
2.03	Provisões	9.816	13.155
2.04	Passivos Fiscais	52.929	17.528
2.05	Outros Passivos	1.096.380	1.296.548
2.07	Patrimônio Líquido Consolidado	1.830.889	1.436.601
2.07.01	Patrimônio Líquido Atribuído ao Controlador	1.801.250	1.404.527
2.07.01.01	Capital Social Realizado	1.259.627	1.000.910
2.07.01.02	Reservas de Capital	-41.174	9.832
2.07.01.02.05	Ações em Tesouraria	-41.174	9.832
2.07.01.04	Reservas de Lucros	584.468	395.483
2.07.01.04.01	Reserva Legal	53.054	37.243
2.07.01.04.02	Reserva Estatutária	531.414	358.240
2.07.01.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.671	-1.698
2.07.02	Patrimônio Líquido Atribuído aos Não Controladores	29.639	32.074

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	1.543.347	2.818.774	1.030.157	1.975.063
3.01.01	Receitas com juros e similares	1.543.347	2.818.774	1.030.157	1.975.063
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.099.179	-2.125.835	-915.873	-1.626.634
3.02.01	Despesas de Intermediação Financeira	-1.099.179	-2.125.835	-915.873	-1.626.634
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	444.168	692.939	114.284	348.429
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-221.156	-250.953	6.801	-141.541
3.04.01	Despesa de Provisão para Perda Esperada para Risco de Crédito	-209.103	-374.697	-43.649	-129.562
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	32.160	64.381	35.699	54.645
3.04.03	Despesas com Pessoal	-82.358	-154.086	-52.036	-120.453
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-76.238	-159.926	-41.327	-79.655
3.04.05	Despesas Tributárias	-28.841	-61.737	-21.899	-25.395
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	4.617	27.725	270	7.124
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	139.188	407.837	125.610	144.419
3.04.07.01	Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	156.470	439.816	149.320	199.609
3.04.07.02	Depreciações e amortizações	-4.830	-10.262	-6.321	-10.869
3.04.07.03	(Provisões)/Reversões Líquidas	-2.767	-950	-112	-111
3.04.07.04	Resultado na alienação de bens	1.866	5.073	4.312	-2.228
3.04.07.05	Despesas de tarifas e comissões	-11.551	-25.840	-21.589	-41.982
3.04.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	-581	-450	4.133	7.336
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	223.012	441.986	121.085	206.888
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-57.800	-125.945	-37.898	-63.253
3.06.01	Corrente	-52.627	-65.323	-12.459	-15.067
3.06.02	Diferido	-5.173	-60.622	-25.439	-48.186
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	165.212	316.041	83.187	143.635
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	165.212	316.041	83.187	143.635
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido Consolidado do Período	165.212	316.041	83.187	143.635
3.11.01	Atribuído aos Sócios da Empresa Controladora	166.190	316.214	83.016	143.644

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.11.02	Atribuído aos Sócios não Controladores	-978	-173	171	-9

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	165.212	316.041	83.187	143.635
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	20	27	-3.756	1.889
4.02.02	Valores que não serão Reclassificados o para o Resultado	20	27	-3.756	1.889
4.04	Resultado Abrangente do Período	165.232	316.068	79.431	145.524
4.04.01	Atribuído aos Sócios da Empresa Controladora	166.210	316.241	79.260	145.533
4.04.02	Atribuído aos Sócios da Empresa não Controladora	-978	-173	171	-9

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	269.936	-1.363.037
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	966.341	298.408
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-696.405	-1.661.445
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.219	-7.490
6.02.02	(Aquisição) Alienação de imobilizado de uso	-1.751	-1.760
6.02.03	(Aquisição) Alienação de intangível	536	-5.730
6.02.08	(Aquisição) de outros investimentos	-4	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	103.689	-117.509
6.03.01	Aumento de Capital	258.717	223
6.03.02	Aumento (Redução) em obrigações por dívidas subordinadas	-20.000	-56.520
6.03.03	Venda (Aquisição) de ações em tesouraria	-67.644	-26.744
6.03.04	Juros sobre o capital próprio pagos	-67.384	-34.468
6.04	Efeitos de Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-204.740	29.272
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	167.666	-1.458.764
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	657.173	2.327.961
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	824.839	869.197

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.000.910	9.832	395.483	-1.698	0	0	1.404.527	32.074	1.436.601
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.000.910	9.832	395.483	-1.698	0	0	1.404.527	32.074	1.436.601
5.04	Transações de Capital com os Sócios	258.717	-51.006	0	0	-127.229	0	80.482	-530	79.952
5.04.01	Aumentos de Capital	258.717	0	0	0	0	0	258.717	0	258.717
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-51.006	0	0	0	0	-51.006	0	-51.006
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	-970	0	-970	-530	-1.500
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-126.259	0	-126.259	0	-126.259
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	27	316.214	0	316.241	-173	316.068
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	316.214	0	316.214	-173	316.041
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	27	0	0	27	0	27
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	188.985	0	-188.985	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	188.985	0	-188.985	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.259.627	-41.174	584.468	-1.671	0	0	1.801.250	29.639	1.830.889

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	952.678	-15.289	134.038	-3.610	0	0	1.067.817	4.100	1.071.917
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	952.678	-15.289	134.038	-3.610	0	0	1.067.817	4.100	1.071.917
5.04	Transações de Capital com os Sócios	223	9.177	-15.104	0	-43.450	0	-49.154	0	-49.154
5.04.01	Aumentos de Capital	223	0	0	0	0	0	223	0	223
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	9.177	0	0	0	0	9.177	0	9.177
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	0	-15.104	0	0	0	-15.104	0	-15.104
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	-43.450	0	-43.450	0	-43.450
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.889	143.644	0	145.533	-9	145.524
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	143.644	0	143.644	-9	143.635
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	1.889	0	0	1.889	0	1.889
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	100.194	0	-100.194	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	100.194	0	-100.194	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	952.901	-6.112	219.128	-1.721	0	0	1.164.196	4.091	1.168.287

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 30/06/2026	Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	2.981.072	2.129.325
7.01.01	Intermediação Financeira	3.258.790	2.139.491
7.01.02	Prestação de Serviços	64.381	47.845
7.01.03	Provisão/Reversão Perdas Esperadas de Risco de Crédito	-374.697	-129.562
7.01.04	Outras	32.598	71.551
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-2.125.835	-1.626.634
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-178.909	-140.664
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-621	-534
7.03.02	Serviços de Terceiros	-177.338	-73.364
7.03.04	Outros	-950	-66.766
7.04	Valor Adicionado Bruto	676.328	362.027
7.05	Retenções	-10.262	-10.869
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-10.262	-10.869
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	666.066	351.158
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-450	7.336
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-450	7.336
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	665.616	358.494
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	665.616	358.494
7.09.01	Pessoal	154.087	120.454
7.09.01.01	Remuneração Direta	62.746	45.055
7.09.01.02	Benefícios	15.485	9.430
7.09.01.03	F.G.T.S.	4.200	3.157
7.09.01.04	Outros	71.656	62.812
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	187.681	88.647
7.09.02.01	Federais	171.240	79.271
7.09.02.03	Municipais	16.441	9.376
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	7.807	5.758
7.09.03.01	Aluguéis	7.807	5.758
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	316.041	143.635
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	127.759	43.450
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	188.455	100.194
7.09.04.04	Participação de Não Controladores nos Lucros Retidos	-173	-9

Comentário do Desempenho

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Prezados acionistas, apresentamos o Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine S.A. (Banco) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

O Banco Pine é um banco brasileiro, de capital aberto, que há mais de 28 anos destaca-se por financiar e assessorar seus clientes em todo território nacional. A estratégia do Banco Pine combina agilidade e foco no cliente com um modelo diversificado, eficiente e integrado, apoiado em dados, tecnologia, especialização setorial e alocação de capital em diferentes segmentos, sustentando crescimento, rentabilidade e resiliência de forma consistente.

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

A continuidade do conflito entre os Estados Unidos e o Irã dominou o cenário econômico e geopolítico no segundo trimestre de 2026. A elevada incerteza pressionou principalmente os preços das commodities relacionadas a energia e fertilizantes e aumentou a volatilidade nos mercados internacionais. No Brasil, o foco recaiu sobre os impactos inflacionários do conflito e suas implicações para a condução da política monetária.

Após crescimento robusto no primeiro trimestre de 2026, a atividade econômica apresentou sinais de desaceleração no segundo trimestre. O indicador mensal de atividade do Banco Central (IBC-Br) registrou alta de 0,5% no segundo trimestre (com dados disponíveis até maio).

De acordo com o Levantamento Sistemático da produção Agrícola (IBGE), a previsão para 2026 da produção de grãos, cereais e leguminosas é de 347,4 milhões de toneladas - aumento de 0,4% em relação a 2025. A dinâmica favorável ocorre por conta da melhora das condições climáticas na região Centro-Oeste que representa aproximadamente 50% da produção nacional.

Ainda de acordo com o IBGE, a produção industrial registrou crescimento de 1,2% no segundo trimestre, enquanto o setor de serviços cresceu 0,3% e o comércio varejista ampliado apresentou queda de 0,5% (com dados disponíveis até maio).

A taxa de desemprego alcançou o menor nível para o período na série histórica, atingindo 5,4% no final do segundo trimestre. No mesmo período do ano passado, a taxa era de 5,8%, e o recuo observado é explicado pelo aumento de 741 mil na população ocupada (+0,7%) no período, enquanto a força de trabalho cresceu 0,3%. Os rendimentos reais e a massa de rendimento real apresentaram expansão de 4,1% e 4,8%, respectivamente, na mesma base de comparação.

A inflação IPCA registrou alta de 1,4% no segundo trimestre do ano e acumula 4,6% nos últimos doze meses, fora do limite superior da meta (3% com tolerância de 1,5 p.p. para cima ou para baixo). O conjunto de preços livres, que é mais impactado pelo ciclo econômico, registrou alta acumulada de 1,3% no segundo trimestre e de 4,3% nos últimos doze meses, enquanto o conjunto de preços administrados registrou 1,7% no segundo trimestre e 5,5% nos últimos doze meses. No mesmo período, a inflação de serviços continuou pressionada, com alta de 5,9% no acumulado dos últimos doze meses.

A taxa básica de juros Selic encerrou o segundo trimestre em 14,25% a.a., decidida na reunião do dia 17 de junho. O Banco Central manteve um tom cauteloso em sua comunicação, enfatizando que o cenário de expectativas desancoradas e inflação pressionada exige uma política monetária que permaneça em patamar restritivo por tempo prolongado para assegurar a convergência à meta.

Apesar do início da calibração da Selic, as condições financeiras permaneceram restritivas e o custo do crédito, elevado. Em junho, as taxas médias das novas concessões com recursos livres situaram-se em 64,0% a.a. para pessoas físicas e em 24,4% a.a. para pessoas jurídicas. O estoque das operações de crédito atingiu R\$ 7,36 trilhões, crescimento de 9,7% em doze meses. A inadimplência no crédito livre alcançou 7,6% entre pessoas físicas e 4,0% entre pessoas jurídicas.

O crédito consignado privado manteve forte expansão, alcançando saldo de R\$ 113,3 bilhões, aumento de 143,1% em doze meses. A taxa média de juros da modalidade recuou 2,2 p.p. na comparação anual, para 54,0% a.a., enquanto a inadimplência aumentou 2,3 p.p., para 8,6%.

No setor externo, a balança comercial registrou superávit de US\$ 42,3 bilhões no primeiro semestre, crescimento de 40,1% em relação ao mesmo período de 2025. As exportações aumentaram 11,4% e as importações, 5,0%. O fluxo cambial foi positivo em US\$ 17,8 bilhões, refletindo entrada líquida de US\$ 33,9 bilhões no segmento comercial e saída de US\$ 16,1 bilhões no segmento financeiro.

O enfraquecimento global do dólar, em ambiente de incertezas geopolíticas e sobre a política econômica norte-americana, juntamente com o fluxo comercial favorável e o elevado diferencial de juros, contribuiu para a apreciação do real. A moeda brasileira acumulou valorização de 5,5% no primeiro semestre, encerrando junho em R\$ 5,18 por dólar. Para a segunda metade do ano, o cenário continua desafiador. O ambiente internacional permanece incerto por conta do conflito e seus

Comentário do Desempenho

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



impactos no médio prazo. Esperamos expansão do PIB de 2026 em torno de 2,0%, inflação IPCA entre 5% e 5,5% e limitada continuidade da calibração da taxa de juros real.

2. DESEMPENHO

O 1S26 consolidou mais um passo fundamental na estratégia do Banco Pine, combinou crescimento de carteira, expansão da margem financeira e rentabilidade elevada, sustentados por base de capital adequada e disciplina na gestão de riscos.

A realização bem-sucedida do follow-on permitiu elevar a liquidez de PINE4 e diversificar a base de investidores, garantindo um balanço robusto para sustentar o crescimento com rentabilidade e disciplina.

No Varejo Colateralizado, atingimos níveis recordes de originação. O período foi marcado pelo avanço da carteira e pela evolução das esteiras digitais, que possibilitam ganho de escala com qualidade. Seguimos capturando oportunidades no mercado e reforçando nossa capacidade de crescimento sustentável.

No Atacado, mantivemos a postura disciplinada e seletiva, priorizando operações com colaterais robustos e retornos atrativos, diante de um cenário macroeconômico que ainda demanda cautela.

Avançamos na agenda de produtividade, com implementação de IA em escala na frente de negócios e áreas de suporte, automatizando processos e elevando a experiência dos clientes e eficiência operacional.

A consistência dos resultados e a diversificação do modelo de negócios foram reconhecidas com upgrade de rating, reforçando a solidez dos fundamentos do Banco para gerar valor em diferentes ciclos de crédito.

RESULTADOS (R\$ Milhões)	1S25	1S26	Δ
Margem Financeira Bruta	481,9	1.196,1	148,2%
Receitas de Prestação de Serviços	54,6	63,5	16,3%
Lucro Líquido	156,5	315,6	101,6%
INDICADORES DE DESEMPENHO (%)	1S25	1S26	Δ
ROAE	26,2	39,1	12,9 p.p
Índice de Eficiência	35,0	21,0	(14,0 p.p)
BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ Milhões)	jun/25	jun/26	Δ
Patrimônio Líquido	1.165	1.802	54,7%
CARTEIRA DE CRÉDITO EXPANDIDA (R\$ Milhões)	jun/25	jun/26	Δ
INSS	5.624	6.071	7,9%
Consig. Púb. + FGTS	1.843	2.118	14,9%
Consignado Privado	2.298	6.501	182,9%
Atacado	5.826	7.124	22,3%
Total	15.591	21.814	39,9%

A Margem Financeira somou R\$ 1.196,1 milhões no período, aumento de 148,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, sustentada por base de capital adequada e disciplina na gestão de riscos.

Receitas de serviços e tarifas, totalizaram R\$ 63,5 milhões, um aumento de 16,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, puxado principalmente pelo crescimento da operação de seguros no Varejo.

O lucro líquido atingiu R\$315,6 milhões, um crescimento de 101,6% em relação ao 1S25, o ROAE alcançou 39,1%, alta de 12,9 p.p., reflexo direto da expansão da margem financeira bruta (+R\$ 714,2 milhões), devido, principalmente, ao crescimento das carteiras e à melhora do mix focada na rota do *yield*, à disciplina de custos e à alavancagem operacional.

Comentário do Desempenho

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



O patrimônio líquido do Banco encerrou junho em R\$ 1,802 bilhão, representando um crescimento de 54,7% frente ao R\$ 1,165 bilhão registrado no primeiro semestre de 2025. O avanço do patrimônio líquido sinaliza uma carteira de crédito mais qualificada, operações mais estruturadas e um reforço relevante no capital próprio trazendo mais solidez.

A carteira de crédito expandida totalizou R\$ 21,8 bilhões em Jun/26, aumento de 39,9% na comparação com Jun/25, devido, principalmente ao remix da carteira de Varejo Colateralizado, com destaque para R\$ 6.5 bilhões no Privado e ao avanço da estratégia da rota do *yield*, e à retomada do crescimento da carteira de Atacado, com foco em operações colateralizadas e com adequada relação risco retorno.

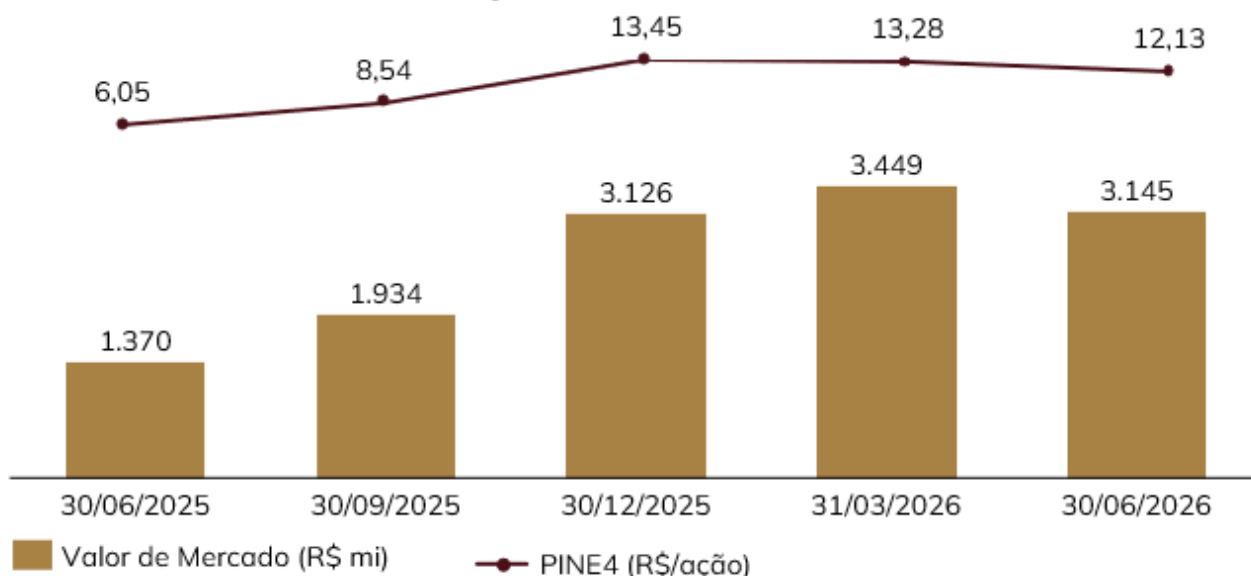
3. VALOR DE MERCADO E BASE ACIONÁRIA

Encerramos junho de 2026 com valor de mercado de **R\$ 3,1 bilhões**, a ação fechou em **R\$ 12,1** e terminamos o período com 17.814 acionistas.

4. PERFORMANCE DA AÇÃO

Entre 30 de junho de 2025 e 30 de junho 2026, a ação PINE4 apresentou uma forte valorização. O preço subiu de R\$ 6,1 para R\$ 12,1, representando um aumento de aproximadamente 100%. Esse movimento foi acompanhado pelo crescimento do valor de mercado, que passou de R\$ 1,4 bilhão para R\$ 3,1 bilhões.

VALOR DE MERCADO E COTAÇÃO PINE4 - R\$ MI E R\$



5. DISTRIBUIÇÃO DE PROVENTOS

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 13 de abril de 2026, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio no valor bruto total de R\$ 57.259.018,63 (cinquenta e sete milhões e duzentos e cinquenta e nove mil e dezoito reais e sessenta e três centavos), que representa um valor bruto de R\$ 0,222941 por cada ação ordinária e cada ação preferencial, observadas, para fins de apuração do valor líquido, as disposições legais atinentes à retenção de imposto de renda. O pagamento ocorreu no dia 30 de abril de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 07 de julho de 2026, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio no valor bruto total de R\$ 69.000.000,00 (sessenta e nove milhões de reais), que representa um valor bruto de R\$ 0,2714290 por cada ação ordinária e cada ação preferencial, observadas, para fins de apuração do valor líquido, as disposições legais atinentes à retenção de imposto de renda. O pagamento ocorreu no dia 22 de julho de 2026.

6. RATINGS

A agência S&P(Standard & Poors), atribui o rating do banco em 'brA+', com perspectiva estável. A agência destaca também que "O Banco Pine continua mostrando forte expansão da sua carteira de crédito, impulsionada principalmente pelo aumento de produtos consignados. Esse crescimento tem surtido efeitos positivos, uma vez que as receitas do banco — que até um tempo atrás vinham principalmente da carteira de atacado e das operações de tesouraria e mesa de clientes — também têm melhorado como consequência dessa diversificação, alongando o novo histórico de lucros do banco."

A agência Moody's atribui o rating do banco em 'brA+', com perspectiva positiva. A agência destaca que "A elevação dos ratings do Pine reflete o fortalecimento recente de sua posição de capital após follow-on realizado em março de 2026,

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas | 30 de junho de 2026 |

Comentário do Desempenho

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



acompanhado pelo resultado fortalecido de 2025, que apresentou uma rentabilidade robusta e um perfil de risco de ativos controlados.”

7. RECURSOS HUMANOS

No Banco Pine, as pessoas são um pilar essencial e estratégico para resultados sustentáveis e consistentes. Contamos com um time experiente, engajado e focado em prover as melhores soluções aos nossos clientes e parceiros.

Nossa cultura valoriza relações sólidas e de longo prazo, incentivamos aprendizado contínuo e experiencial, além de cultivarmos um ambiente de trabalho harmônico, acolhedor e com sinergia. Esse compromisso e “jeito de ser” nos levou a conquistar a certificação Great Place to Work (GPTW), que reconhece o Banco Pine como uma das melhores empresas para se trabalhar.

A área de Pessoas e Cultura atua como um vetor para a geração de valor sustentável, garantindo que nosso capital humano esteja alinhado aos objetivos de crescimento e rentabilidade do Banco. Atuamos de forma decisiva na atração e retenção de talentos-chave, no fortalecimento de uma cultura de alta performance e na implementação de políticas de desenvolvimento que impulsionam a produtividade.

8. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura Corporativa do Banco Pine S.A. é composta pela Diretoria e Comitê Executivo, bem como pelo Conselho de Administração e respectivos Comitês Estatutários de assessoramento. A Diretoria e o Comitê Executivo são responsáveis pela gestão operacional e execução das estratégias da Companhia. Já o Conselho de Administração é o órgão colegiado responsável pelo processo de decisão em relação ao direcionamento estratégico da Companhia e conta com o assessoramento dos Comitês Estatutários, quais sejam: (i) Comitê de Remuneração, (ii) Comitê de Auditoria, e (iii) Comitê de Gestão de Riscos e Capital. Diretoria e Comitês Estatutários reportam-se ao Conselho de Administração. Adicionalmente, como no exercício social anterior, na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2026, foi instalado o Conselho Fiscal, composto por 3 experientes profissionais como membros independentes.

A estrutura Corporativa do Banco Pine S.A. está alinhada com as melhores práticas do mercado e regras de Governança Corporativa, possuindo como compromisso a transparência, ética, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

ESG

Reconhecemos nosso papel como instituição financeira no fomento de negócios sustentáveis, contribuindo para que a sociedade prospere.

Entendemos que a gestão de aspectos Ambiental, Social e de Governança (ESG, na sigla em inglês) é essencial para nosso crescimento e perenidade. Por isso, continuamente participamos de fóruns do mercado financeiro voltados ao assunto. Desta forma, identificamos oportunidades e melhorias que podem ser implementadas acerca do tema, visando sempre a perenidade dos negócios.

Adicionalmente, a agenda ambiental, social e de governança está em evolução nos organismos regulatórios nacionais. Dessa forma, o Banco atualizou sua Política de Responsabilidade de Socioambiental e Climática (PRSAC) com base nessas novas orientações, com o objetivo da formalização da estrutura de gestão e governança dos aspectos socioambientais. A PRSAC do Banco tem como principais norteadores estratégicos a responsabilidade na condução dos seus negócios através do gerenciamento do risco socioambiental, estabelecendo critérios de avaliação sociais, ambientais e de governança na concessão de crédito.

Em atendimento à agenda Bacen no que tange os riscos socioambiental e climático, o Banco está revisando seus processos e políticas internas para medir, controlar e, quando aplicável, reduzir os riscos associados a cada cliente do seu portfólio.

Além disso, nossa sede está localizada na cidade de São Paulo em um edifício com certificação *Leadership in Energy and Environmental Design - LEED Gold*, a qual atesta a adoção de práticas de construção sustentável. O selo é concedido pela *Green Building Council*, e para receber a classificação, o edifício é avaliado levando em consideração questões como o uso racional de água, eficiência energética, seleção dos materiais da construção e qualidade ambiental interna.

9. AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento à Instrução CVM nº 162/22, no período de janeiro a junho de 2026, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Banco Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

Comentário do Desempenho**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****10. RELAÇÕES COM INVESTIDORES**

A atuação da equipe de Relações com Investidores é pautada pelo compromisso com a transparência, equidade da informação e busca constante por melhores práticas, transmitindo as informações, perspectivas e estratégias do Banco Pine de forma qualificada. Por meio do site de RI (ri.pine.com), o Banco mantém os acionistas sempre atualizados, e no caso de dúvidas, é disponibilizado um canal de comunicação direto via e-mail (ri@pine.com).

12. AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos acionistas e clientes pela confiança depositada, e aos colaboradores por toda dedicação e excelente trabalho na construção de um mercado financeiro cada vez mais competitivo e ético. Ciosos da responsabilidade de financiar rápido e servir bem nossos clientes, buscamos constantemente novas formas de melhorar nossos produtos e serviços, em benefício das pessoas e empresas.

A Administração

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

30 de junho de 2026



Notas Explicativas



Índice

Relatório da Administração.....	1
Relatório do Comitê de Auditoria.....	6
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.....	7
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes.....	8
Parecer do Conselho Fiscal.....	9
Relatório do Auditor Independente.....	10
Balanco Patrimonial.....	17
Demonstração do Resultado.....	18
Demonstração do Resultado Abrangente.....	19
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	20
Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto).....	21
Demonstração do Valor Adicionado.....	22

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional.....	23
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.....	23
3. Principais Práticas Contábeis.....	25
4. Caixa e Equivalentes de Caixa.....	30
5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	30
6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	31
7. Carteira de Crédito, Garantias Prestadas e Títulos com Risco de Crédito.....	35
8. Carteira de ativos financeiros por estágio e provisão para perdas de crédito esperadas.....	36
9. Outros Ativos Financeiros.....	37
10. Ativos Fiscais.....	37
11. Investimentos.....	38
12. Outros Ativos.....	39
13. Imobilizado de Uso.....	40
14. Depósitos e demais Instrumentos Financeiros.....	40
15. Dívida Subordinada.....	41
16. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias.....	41
17. Outros Passivos.....	42
18. Patrimônio Líquido.....	42
19. Demonstração de Resultado.....	44
20. Imposto de Renda e Contribuição Social.....	45
21. Transações entre Partes Relacionadas.....	45
22. Compromissos, Garantias e Outras Informações.....	47
23. Programa de Participação nos Lucros e Resultados.....	47
24. Gestão de Riscos e de Capital.....	47
25. Operações Ativas Vinculadas.....	50
26. Outras Informações.....	50
27. Eventos Subsequentes.....	50

Notas Explicativas**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Prezados acionistas, apresentamos o Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine S.A. (Banco) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

O Banco Pine é um banco brasileiro, de capital aberto, que há mais de 28 anos destaca-se por financiar e assessorar seus clientes em todo território nacional. A estratégia do Banco Pine combina agilidade e foco no cliente com um modelo diversificado, eficiente e integrado, apoiado em dados, tecnologia, especialização setorial e alocação de capital em diferentes segmentos, sustentando crescimento, rentabilidade e resiliência de forma consistente.

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

A continuidade do conflito entre os Estados Unidos e o Irã dominou o cenário econômico e geopolítico no segundo trimestre de 2026. A elevada incerteza pressionou principalmente os preços das commodities relacionadas a energia e fertilizantes e aumentou a volatilidade nos mercados internacionais. No Brasil, o foco recaiu sobre os impactos inflacionários do conflito e suas implicações para a condução da política monetária.

Após crescimento robusto no primeiro trimestre de 2026, a atividade econômica apresentou sinais de desaceleração no segundo trimestre. O indicador mensal de atividade do Banco Central (IBC-Br) registrou alta de 0,5% no segundo trimestre (com dados disponíveis até maio).

De acordo com o Levantamento Sistemático da produção Agrícola (IBGE), a previsão para 2026 da produção de grãos, cereais e leguminosas é de 347,4 milhões de toneladas - aumento de 0,4% em relação a 2025. A dinâmica favorável ocorre por conta da melhora das condições climáticas na região Centro-Oeste que representa aproximadamente 50% da produção nacional.

Ainda de acordo com o IBGE, a produção industrial registrou crescimento de 1,2% no segundo trimestre, enquanto o setor de serviços cresceu 0,3% e o comércio varejista ampliado apresentou queda de 0,5% (com dados disponíveis até maio).

A taxa de desemprego alcançou o menor nível para o período na série histórica, atingindo 5,4% no final do segundo trimestre. No mesmo período do ano passado, a taxa era de 5,8%, e o recuo observado é explicado pelo aumento de 741 mil na população ocupada (+0,7%) no período, enquanto a força de trabalho cresceu 0,3%. Os rendimentos reais e a massa de rendimento real apresentaram expansão de 4,1% e 4,8%, respectivamente, na mesma base de comparação.

A inflação IPCA registrou alta de 1,4% no segundo trimestre do ano e acumula 4,6% nos últimos doze meses, fora do limite superior da meta (3% com tolerância de 1,5 p.p. para cima ou para baixo). O conjunto de preços livres, que é mais impactado pelo ciclo econômico, registrou alta acumulada de 1,3% no segundo trimestre e de 4,3% nos últimos doze meses, enquanto o conjunto de preços administrados registrou 1,7% no segundo trimestre e 5,5% nos últimos doze meses. No mesmo período, a inflação de serviços continuou pressionada, com alta de 5,9% no acumulado dos últimos doze meses.

A taxa básica de juros Selic encerrou o segundo trimestre em 14,25% a.a., decidida na reunião do dia 17 de junho. O Banco Central manteve um tom cauteloso em sua comunicação, enfatizando que o cenário de expectativas desancoradas e inflação pressionada exige uma política monetária que permaneça em patamar restritivo por tempo prolongado para assegurar a convergência à meta.

Apesar do início da calibração da Selic, as condições financeiras permaneceram restritivas e o custo do crédito, elevado. Em junho, as taxas médias das novas concessões com recursos livres situaram-se em 64,0% a.a. para pessoas físicas e em 24,4% a.a. para pessoas jurídicas. O estoque das operações de crédito atingiu R\$ 7,36 trilhões, crescimento de 9,7% em doze meses. A inadimplência no crédito livre alcançou 7,6% entre pessoas físicas e 4,0% entre pessoas jurídicas.

O crédito consignado privado manteve forte expansão, alcançando saldo de R\$ 113,3 bilhões, aumento de 143,1% em doze meses. A taxa média de juros da modalidade recuou 2,2 p.p. na comparação anual, para 54,0% a.a., enquanto a inadimplência aumentou 2,3 p.p., para 8,6%.

No setor externo, a balança comercial registrou superávit de US\$ 42,3 bilhões no primeiro semestre, crescimento de 40,1% em relação ao mesmo período de 2025. As exportações aumentaram 11,4% e as importações, 5,0%. O fluxo cambial foi positivo em US\$ 17,8 bilhões, refletindo entrada líquida de US\$ 33,9 bilhões no segmento comercial e saída de US\$ 16,1 bilhões no segmento financeiro.

O enfraquecimento global do dólar, em ambiente de incertezas geopolíticas e sobre a política econômica norte-americana, juntamente com o fluxo comercial favorável e o elevado diferencial de juros, contribuiu para a apreciação do real. A moeda brasileira acumulou valorização de 5,5% no primeiro semestre, encerrando junho em R\$ 5,18 por dólar. Para a segunda metade do ano, o cenário continua desafiador. O ambiente internacional permanece incerto por conta do conflito e seus

Notas Explicativas**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

impactos no médio prazo. Esperamos expansão do PIB de 2026 em torno de 2,0%, inflação IPCA entre 5% e 5,5% e limitada continuidade da calibração da taxa de juros real.

2. DESEMPENHO

O 1S26 consolidou mais um passo fundamental na estratégia do Banco Pine, combinou crescimento de carteira, expansão da margem financeira e rentabilidade elevada, sustentados por base de capital adequada e disciplina na gestão de riscos.

A realização bem-sucedida do follow-on permitiu elevar a liquidez de PINE4 e diversificar a base de investidores, garantindo um balanço robusto para sustentar o crescimento com rentabilidade e disciplina.

No Varejo Colateralizado, atingimos níveis recordes de originação. O período foi marcado pelo avanço da carteira e pela evolução das esteiras digitais, que possibilitam ganho de escala com qualidade. Seguimos capturando oportunidades no mercado e reforçando nossa capacidade de crescimento sustentável.

No Atacado, mantivemos a postura disciplinada e seletiva, priorizando operações com colaterais robustos e retornos atrativos, diante de um cenário macroeconômico que ainda demanda cautela.

Avançamos na agenda de produtividade, com implementação de IA em escala na frente de negócios e áreas de suporte, automatizando processos e elevando a experiência dos clientes e eficiência operacional.

A consistência dos resultados e a diversificação do modelo de negócios foram reconhecidas com upgrade de rating, reforçando a solidez dos fundamentos do Banco para gerar valor em diferentes ciclos de crédito.

RESULTADOS (R\$ Milhões)	1S25	1S26	Δ
Margem Financeira Bruta	481,9	1.196,1	148,2%
Receitas de Prestação de Serviços	54,6	63,5	16,3%
Lucro Líquido	156,5	315,6	101,6%
INDICADORES DE DESEMPENHO (%)	1S25	1S26	Δ
ROAE	26,2	39,1	12,9 p.p
Índice de Eficiência	35,0	21,0	(14,0 p.p)
BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ Milhões)	jun/25	jun/26	Δ
Patrimônio Líquido	1.165	1.802	54,7%
CARTEIRA DE CRÉDITO EXPANDIDA (R\$ Milhões)	jun/25	jun/26	Δ
INSS	5.624	6.071	7,9%
Consig. Púb. + FGTS	1.843	2.118	14,9%
Consignado Privado	2.298	6.501	182,9%
Atacado	5.826	7.124	22,3%
Total	15.591	21.814	39,9%

A Margem Financeira somou R\$ 1.196,1 milhões no período, aumento de 148,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, sustentada por base de capital adequada e disciplina na gestão de riscos.

Receitas de serviços e tarifas, totalizaram R\$ 63,5 milhões, um aumento de 16,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, puxado principalmente pelo crescimento da operação de seguros no Varejo.

O lucro líquido atingiu R\$315,6 milhões, um crescimento de 101,6% em relação ao 1S25, o ROAE alcançou 39,1%, alta de 12,9 p.p., reflexo direto da expansão da margem financeira bruta (+R\$ 714,2 milhões), devido, principalmente, ao crescimento das carteiras e à melhora do mix focada na rota do *yield*, à disciplina de custos e à alavancagem operacional.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



O patrimônio líquido do Banco encerrou junho em R\$ 1,802 bilhão, representando um crescimento de 54,7% frente ao R\$ 1,165 bilhão registrado no primeiro semestre de 2025. O avanço do patrimônio líquido sinaliza uma carteira de crédito mais qualificada, operações mais estruturadas e um reforço relevante no capital próprio trazendo mais solidez.

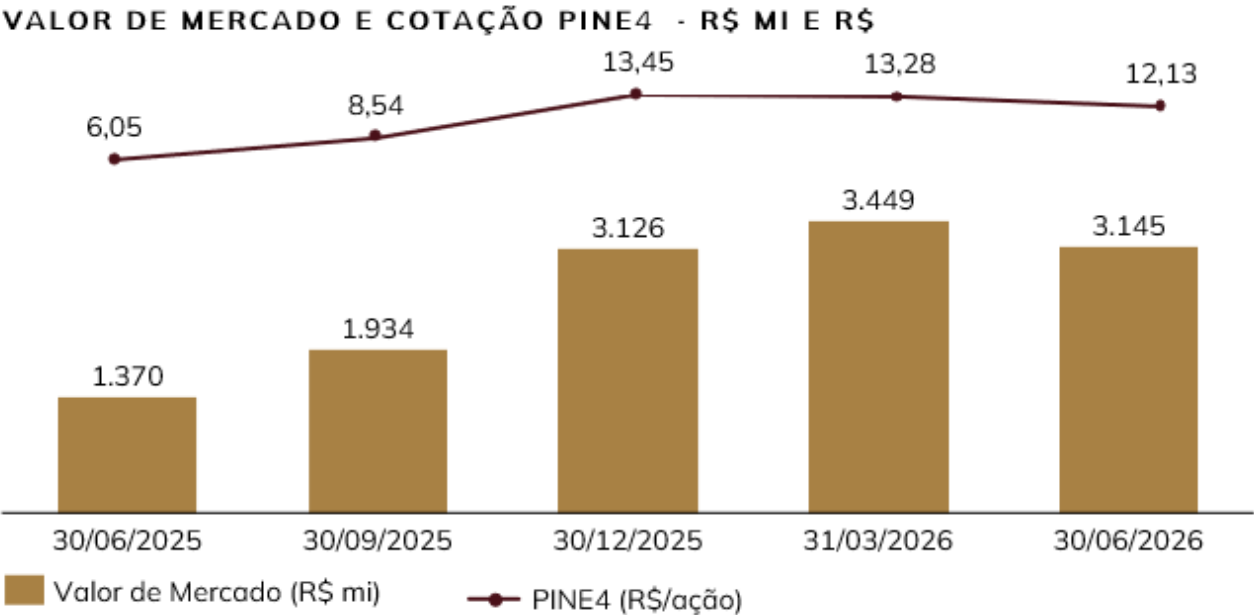
A carteira de crédito expandida totalizou R\$ 21,8 bilhões em Jun/26, aumento de 39,9% na comparação com Jun/25, devido, principalmente ao remix da carteira de Varejo Colateralizado, com destaque para R\$ 6.5 bilhões no Privado e ao avanço da estratégia da rota do *yield*, e à retomada do crescimento da carteira de Atacado, com foco em operações colateralizadas e com adequada relação risco retorno.

3. VALOR DE MERCADO E BASE ACIONÁRIA

Encerramos junho de 2026 com valor de mercado de **R\$ 3,1 bilhões**, a ação fechou em **R\$ 12,1** e terminamos o período com 17.814 acionistas.

4. PERFORMANCE DA AÇÃO

Entre 30 de junho de 2025 e 30 de junho 2026, a ação PINE4 apresentou uma forte valorização. O preço subiu de R\$ 6,1 para R\$ 12,1, representando um aumento de aproximadamente 100%. Esse movimento foi acompanhado pelo crescimento do valor de mercado, que passou de R\$ 1,4 bilhão para R\$ 3,1 bilhões.



5. DISTRIBUIÇÃO DE PROVENTOS

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 13 de abril de 2026, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio no valor bruto total de R\$ 57.259.018,63 (cinquenta e sete milhões e duzentos e cinquenta e nove mil e dezoito reais e sessenta e três centavos), que representa um valor bruto de R\$ 0,222941 por cada ação ordinária e cada ação preferencial, observadas, para fins de apuração do valor líquido, as disposições legais atinentes à retenção de imposto de renda. O pagamento ocorreu no dia 30 de abril de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 07 de julho de 2026, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio no valor bruto total de R\$ 69.000.000,00 (sessenta e nove milhões de reais), que representa um valor bruto de R\$ 0,2714290 por cada ação ordinária e cada ação preferencial, observadas, para fins de apuração do valor líquido, as disposições legais atinentes à retenção de imposto de renda. O pagamento ocorreu no dia 22 de julho de 2026.

6. RATINGS

A agência S&P(Standard & Poors), atribui o rating do banco em 'brA+', com perspectiva estável. A agência destaca também que "O Banco Pine continua mostrando forte expansão da sua carteira de crédito, impulsionada principalmente pelo aumento de produtos consignados. Esse crescimento tem surtido efeitos positivos, uma vez que as receitas do banco — que até um tempo atrás vinham principalmente da carteira de atacado e das operações de tesouraria e mesa de clientes — também têm melhorado como consequência dessa diversificação, alongando o novo histórico de lucros do banco."

A agência Moody's atribui o rating do banco em 'brA+', com perspectiva positiva. A agência destaca que "A elevação dos ratings do Pine reflete o fortalecimento recente de sua posição de capital após follow-on realizado em março de 2026,

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



acompanhado pelo resultado fortalecido de 2025, que apresentou uma rentabilidade robusta e um perfil de risco de ativos controlados.”

7. RECURSOS HUMANOS

No Banco Pine, as pessoas são um pilar essencial e estratégico para resultados sustentáveis e consistentes. Contamos com um time experiente, engajado e focado em prover as melhores soluções aos nossos clientes e parceiros.

Nossa cultura valoriza relações sólidas e de longo prazo, incentivamos aprendizado contínuo e experiencial, além de cultivarmos um ambiente de trabalho harmônico, acolhedor e com sinergia. Esse compromisso e “jeito de ser” nos levou a conquistar a certificação Great Place to Work (GPTW), que reconhece o Banco Pine como uma das melhores empresas para se trabalhar.

A área de Pessoas e Cultura atua como um vetor para a geração de valor sustentável, garantindo que nosso capital humano esteja alinhado aos objetivos de crescimento e rentabilidade do Banco. Atuamos de forma decisiva na atração e retenção de talentos-chave, no fortalecimento de uma cultura de alta performance e na implementação de políticas de desenvolvimento que impulsionam a produtividade.

8. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura Corporativa do Banco Pine S.A. é composta pela Diretoria e Comitê Executivo, bem como pelo Conselho de Administração e respectivos Comitês Estatutários de assessoramento. A Diretoria e o Comitê Executivo são responsáveis pela gestão operacional e execução das estratégias da Companhia. Já o Conselho de Administração é o órgão colegiado responsável pelo processo de decisão em relação ao direcionamento estratégico da Companhia e conta com o assessoramento dos Comitês Estatutários, quais sejam: (i) Comitê de Remuneração, (ii) Comitê de Auditoria, e (iii) Comitê de Gestão de Riscos e Capital. Diretoria e Comitês Estatutários reportam-se ao Conselho de Administração. Adicionalmente, como no exercício social anterior, na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2026, foi instalado o Conselho Fiscal, composto por 3 experientes profissionais como membros independentes.

A estrutura Corporativa do Banco Pine S.A. está alinhada com as melhores práticas do mercado e regras de Governança Corporativa, possuindo como compromisso a transparência, ética, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

ESG

Reconhecemos nosso papel como instituição financeira no fomento de negócios sustentáveis, contribuindo para que a sociedade prospere.

Entendemos que a gestão de aspectos Ambiental, Social e de Governança (ESG, na sigla em inglês) é essencial para nosso crescimento e perenidade. Por isso, continuamente participamos de fóruns do mercado financeiro voltados ao assunto. Desta forma, identificamos oportunidades e melhorias que podem ser implementadas acerca do tema, visando sempre a perenidade dos negócios.

Adicionalmente, a agenda ambiental, social e de governança está em evolução nos organismos regulatórios nacionais. Dessa forma, o Banco atualizou sua Política de Responsabilidade de Socioambiental e Climática (PRSAC) com base nessas novas orientações, com o objetivo da formalização da estrutura de gestão e governança dos aspectos socioambientais. A PRSAC do Banco tem como principais norteadores estratégicos a responsabilidade na condução dos seus negócios através do gerenciamento do risco socioambiental, estabelecendo critérios de avaliação sociais, ambientais e de governança na concessão de crédito.

Em atendimento à agenda Bacen no que tange os riscos socioambiental e climático, o Banco está revisando seus processos e políticas internas para medir, controlar e, quando aplicável, reduzir os riscos associados a cada cliente do seu portfólio.

Além disso, nossa sede está localizada na cidade de São Paulo em um edifício com certificação *Leadership in Energy and Environmental Design - LEED Gold*, a qual atesta a adoção de práticas de construção sustentável. O selo é concedido pela *Green Building Council*, e para receber a classificação, o edifício é avaliado levando em consideração questões como o uso racional de água, eficiência energética, seleção dos materiais da construção e qualidade ambiental interna.

9. AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento à Instrução CVM nº 162/22, no período de janeiro a junho de 2026, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Banco Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

Notas Explicativas**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****10. RELAÇÕES COM INVESTIDORES**

A atuação da equipe de Relações com Investidores é pautada pelo compromisso com a transparência, equidade da informação e busca constante por melhores práticas, transmitindo as informações, perspectivas e estratégias do Banco Pine de forma qualificada. Por meio do site de RI (ri.pine.com), o Banco mantém os acionistas sempre atualizados, e no caso de dúvidas, é disponibilizado um canal de comunicação direto via e-mail (ri@pine.com).

12. AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos acionistas e clientes pela confiança depositada, e aos colaboradores por toda dedicação e excelente trabalho na construção de um mercado financeiro cada vez mais competitivo e ético. Ciosos da responsabilidade de financiar rápido e servir bem nossos clientes, buscamos constantemente novas formas de melhorar nossos produtos e serviços, em benefício das pessoas e empresas.

A Administração

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta - NIRE 35300525515
CNPJ 62.144.175/0001-20
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA



O Comitê de Auditoria do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Conglomerado Pine") é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, composto unicamente por membros independentes, implantado conforme regulamentações do Banco Central do Brasil – BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Este órgão atua de acordo com o estabelecido em seu Regimento, disponível no site eletrônico de Relações com Investidores (<https://ri.pine.com>), tendo por competência zelar: (i) pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

Para o cumprimento de suas atribuições, o Comitê de Auditoria se baseia em informações recebidas da Administração; nos trabalhos da Auditoria Interna e do Auditor Independente; nas informações das estruturas responsáveis pelo Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade; assim como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. O Comitê estabeleceu canal eficiente de comunicação, por intermédio da Auditoria Interna e da Secretaria de Governança, de modo que as solicitações de informações são atendidas pela Administração e demais funcionários.

A elaboração das Demonstrações Financeiras do Conglomerado Pine, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, é de responsabilidade de sua Administração, a quem cabe estabelecer procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na sua elaboração. Ainda, compete à Administração, dentre outras responsabilidades, gerenciar os riscos, estabelecer a estrutura e funcionamento do sistema de controles internos e garantir a conformidade legal.

O Auditor Independente é responsável por examinar as Demonstrações Financeiras e emitir relatório sobre sua adequação e apresentação, em todos os aspectos relevantes, da posição patrimonial e financeira do Conglomerado Pine, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. E, ainda, em atendimento ao disposto no artigo 15, III, da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.910, de 27 de maio de 2021 ("RCMN 4.910/21"), cumpre ao Comitê de Auditoria informar que o Auditor Independente prestou serviços profissionais em conexão com o processo específico de negociação de títulos nos mercados brasileiro, norte-americano e internacional, consistindo em emissão de comfort letters endereçadas aos underwriters para o fechamento da operação de emissão de ações do Banco Pine S.A. realizada no primeiro semestre do exercício de 2026.

A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Conselho de Administração e supervisionada pelo Comitê de Auditoria. Atua de forma independente e adota metodologia própria em conformidade com as normas aplicáveis e melhores práticas da profissão. A metodologia utiliza uma abordagem baseada em riscos para priorização e determinação da frequência dos trabalhos. A Auditoria Interna provê o Conselho, o Comitê de Auditoria e a Diretoria Executiva, com avaliações independentes, imparciais e objetivas, da eficiência e eficácia dos controles internos do gerenciamento de riscos, das práticas de governança e da aderência dos processos às normas regulamentares e procedimentos estabelecidos pela Administração.

1. Atividades do Comitê de Auditoria no semestre findo em 30 de junho de 2026:

No cumprimento de suas atribuições, o Comitê de Auditoria realizou as seguintes atividades:

a) Auditoria Independente: O Comitê sempre que necessário realizou reuniões com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") para apreciar o escopo, planejamento e resultados de seus trabalhos, bem como discutir aspectos contábeis relevantes que fundamentam a opinião do auditor sobre as demonstrações financeiras e relatórios financeiros, as recomendações incluídas nos relatórios de controles internos e os respectivos planos de ação desenvolvidos pela Administração. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a operação do Conglomerado Pine.

b) Auditoria Interna: O Comitê em diversas reuniões interagiu com a Auditoria Interna de forma a monitorar a adequação da estrutura e funcionamento, discutir, aprovar e acompanhar a execução do plano de Auditoria Interna quanto à cobertura dos principais riscos do Conglomerado Pine e o resultado dos trabalhos realizados, os relatórios emitidos, conclusões e recomendações, assim como os planos de ação desenvolvidos pela Administração para implantá-las. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a operação do Conglomerado Pine.

c) Demonstrações Financeiras: O Comitê em reuniões com a Contabilidade, Controladoria e a Diretoria repassou e acompanhou o processo de elaboração e discussão dos critérios e práticas contábeis aplicadas para a elaboração das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Relatório do Auditor Independente. Não foram identificadas divergências significativas pela Administração, pelo Auditor Independente e pelo Comitê de Auditoria para o período em análise, que possam comprometer as informações apresentadas.

d) Administração de Riscos: O Comitê reuniu-se em diversas ocasiões com a Diretoria de Compliance, PLD, Riscos e Segurança da Informação, responsável pela Gestão Integrada de Riscos do Conglomerado Pine, de forma a acompanhar os aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos do Conglomerado Pine e o processo de governança para definir o apetite de riscos e controlar os limites estabelecidos.

e) Canal de Denúncias: O Comitê de Auditoria acompanha o funcionamento do Canal de Denúncias disponível no site eletrônico do Conglomerado Pine, bem como o tratamento dos casos com envolvimento da Administração, quando existentes, através de reuniões realizadas periodicamente com a área de Compliance.

f) O Comitê realizou, ainda, reuniões com diversas áreas do Conglomerado Pine para o conhecimento, apreciação e avaliação do ambiente de controles internos, com ênfase nos aspectos de conformidade legal, gestão de riscos, práticas de governança, atuação e comprometimento dos gestores.

g) O Comitê conta com a participação de um membro do Conselho de Administração que permite relatos sistemáticos das suas atividades. Adicionalmente, a Presidente do Comitê esteve presente em reuniões do Conselho de Administração.

h) A Presidente do Comitê também esteve presente em reuniões do Conselho Fiscal para discutir sobre políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das competências do Comitê.

2. Conclusão

O Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórias de acordo com os objetivos propostos, bem como o sistema de controles internos e os esforços que vêm sendo realizados para seu contínuo aprimoramento são adequados ao porte e complexidade das operações do Conglomerado Pine e conferem transparência e qualidade às Demonstrações Financeiras do Banco Pine S.A. e suas controladas para o semestre findo em 30 de junho de 2026, com base nas revisões realizadas em atendimento ao artigo 11, III, da RCMN 4.910/21. Adicionalmente, o Comitê de Auditoria tomou conhecimento do estudo técnico para o aproveitamento do crédito tributário, elaborado em consonância com a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.842, de 30 de julho de 2020, por ocasião do fechamento do semestre findo em 30 de junho de 2026.

São Paulo, 27 de agosto de 2026.

Walkyria Aparecida Augusto – Presidente

Harumi Susana Ueta Waldeck – Membro qualificado

Sérgio Machado Zica de Castro – Membro representante do Conselho de Administração

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A.

Companhia Aberta

CNPJ 62.144.175/0001-20

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS



Após análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine S.A. e empresas controladas, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, que incluem os balanços patrimoniais individuais e consolidadas e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado e notas explicativas ('Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas'), acompanhadas do Relatório da Administração, Relatório do Conselho Fiscal e Relatório dos Auditores Independentes, os membros da Diretoria, para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, §1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que discutiram, reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Diretores Executivos

Rodrigo Esteves Pinheiro

Noberto Nogueira Pinheiro Junior

Diretores sem Designação Específica

Alcides Roberto Rocha

Cristiano Oliveira Da Silva

Gersom Pereira Precaro

Guilherme Vieira Neves

Odilardo Guerreiro Rodrigues Filho

Ricardo de Castro Bampa

Ronaldo Silvestre

Tatiana Aparecida Munhoz

Sergio Martins da Rocha

Desiree Pereira Bonessi

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A.

Companhia Aberta

CNPJ 62.144.175/0001-20

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



Após análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine S.A. e empresas controladas, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, que incluem os balanços patrimoniais individuais e consolidadas e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado e notas explicativas ('Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas'), acompanhadas do Relatório da Administração, Relatório do Conselho Fiscal e Relatório dos Auditores Independentes, os membros da Diretoria, para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, §1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que discutiram, reviram e concordam com a opinião expressa no relatório de revisão dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Diretores Executivos

Rodrigo Esteves Pinheiro
Noberto Nogueira Pinheiro Junior

Diretores sem Designação Específica

Alcides Roberto Rocha
Cristiano Oliveira Da Silva
Gersom Pereira Precaro
Guilherme Vieira Neves
Odílardo Guerreiro Rodrigues Filho
Ricardo de Castro Bampa
Ronaldo Silvestre
Tatiana Aparecida Munhoz
Sergio Martins da Rocha
Desiree Pereira Bonessi

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 62.144.175/0001-20
PARECER DO CONSELHO FISCAL



Os membros do Conselho Fiscal do Banco Pine S.A., dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes ao período findo em 30 de junho de 2026, que incluem os balanços patrimoniais e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado e notas explicativas ("Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas"), acompanhadas do Relatório da Administração, e à vista do Relatório Semestral do Comitê de Auditoria, datado de 27 de agosto de 2026, e do "Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas", a ser emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, não havendo qualquer ressalva a ser feita em relação às citadas peças, cuja aprovação foi ratificada pelo Conselho de Administração na presente data.

São Paulo, 28 de agosto de 2026.

Presidente do Conselho Fiscal

Sergio Tuffy Sayeg

Membros do Conselho Fiscal

Francisco Asclepio Barroso Aguiar
Felipe Camera Ruiz



Banco Pine S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
30 de junho de 2026
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Pine S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco e do Banco e suas controladas em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

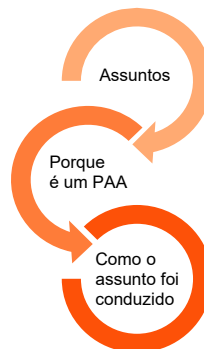
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Banco Pine S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 3(i) e 8) A mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966 e Resolução BCB nº 352, envolve elevado nível de julgamento por parte da administração uma vez que a mensuração das perdas esperadas associadas ao risco de crédito requer a aplicação de premissas e a utilização de modelos quantitativos. As premissas utilizadas consideram fatores internos e externos, incluindo a qualidade do crédito, os níveis de inadimplência e a situação financeira das contrapartes. Essa é uma área que permanece como foco de auditoria, pois o uso de julgamento da administração na mensuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.	Realizamos, com o apoio de nossos especialistas, entendimento sobre o processo desenvolvido pela administração para mensuração e reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito, contemplando, entre outros, os seguintes procedimentos e aspectos: (i) análise das políticas contábeis da administração em comparação com os requisitos da Resolução CMN 4.966 e Resolução BCB nº 352; (ii) entendimento e recálculo, em base amostral, da mensuração da provisão para perdas, incluindo os modelos e premissas adotadas pela administração; (iii) testes sobre a classificação dos ativos financeiros por estágios; (iv) conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (v) análise e consistência das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações financeiras. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme divulgados nas demonstrações financeiras, são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ambiente de tecnologia da informação

Devido a diversidade e volume de transações, o Banco é dependente da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de

Nossos procedimentos consideraram os diferentes níveis de maturidade dos controles e incluíram, entre outros, o apoio de nossos

Banco Pine S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
informações utilizadas no processamento de suas operações. Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles, poderia ocasionar o processamento impreciso de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações, bem como de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras. Essa é uma área que permanece como foco de auditoria, devido à complexidade do ambiente de tecnologia e a dependência do Banco e suas controladas em sua operação.	especialistas em sistemas para a atualização do nosso entendimento e testes sobre a efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia da informação que consideram também segurança da informação e gerenciamento de mudanças sistêmicas. Testamos também a efetividade dos principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia, relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras, bem como os necessários controles compensatórios, quando aplicável.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com



Banco Pine S.A.

nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos

Banco Pine S.A.

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.



Banco Pine S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de agosto de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP171089/O-3

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
BALANÇO PATRIMONIAL
 (Em milhares de Reais - R\$)



ATIVO	Nota	Individual		Consolidado	
		30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	4	123.657	38.696	323.357	89.895
Ativos financeiros		35.276.189	30.127.606	33.704.655	29.438.925
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado (VJR)		10.017.010	9.524.533	8.383.309	8.606.287
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	208.480	1.255.924	208.480	1.255.924
Operações de crédito	7	1.555.959	1.150.335	1.555.959	1.150.335
Títulos e valores mobiliários	6.a	8.252.571	7.118.274	6.618.870	6.200.028
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		1.450.057	2.063.167	1.450.057	2.063.167
Outras operações com características de concessão de crédito	7	593.701	1.072.518	593.701	1.072.518
Títulos e valores mobiliários	6.a	856.356	990.649	856.356	990.649
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (CA)		23.809.122	18.539.906	23.871.289	18.769.471
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	501.482	865.221	501.482	865.221
Títulos e valores mobiliários	6.a	4.822.302	3.472.813	4.676.157	3.483.122
Operações de crédito	7	14.840.759	11.604.146	14.840.759	11.604.146
Outras operações com características de concessão de crédito	7	3.144.909	2.305.730	3.144.909	2.305.730
Outros ativos financeiros	9	499.670	291.996	707.982	511.252
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.a	(1.129.515)	(947.650)	(1.129.784)	(948.166)
Ativos fiscais	10.a	1.024.949	1.052.851	1.024.960	1.052.862
Investimento em participações em coligadas e controladas	11	760.971	721.850	15.059	2.790
Outros ativos	12	1.401.682	1.323.475	1.809.312	1.719.478
Imobilizado de uso	13	88.576	86.853	88.634	86.911
Intangível		42.968	40.449	42.968	40.449
(-) Depreciação e amortização		(53.149)	(42.819)	(53.172)	(42.837)
(-) Imobilizado de uso	13	(32.734)	(27.231)	(32.757)	(27.249)
(-) Intangível		(20.415)	(15.588)	(20.415)	(15.588)
Total do ativo		37.536.328	32.401.311	35.825.989	31.440.307
PASSIVO	Nota	Individual		Consolidado	
		30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Passivos financeiros		32.447.006	28.278.147	32.343.412	28.206.193
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado (VJR)		235.515	2.245.844	235.515	2.245.844
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	235.515	2.245.844	235.515	2.245.844
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (CA)		32.211.491	26.032.303	32.107.897	25.960.349
Depósitos	14.a	18.059.525	15.531.929	17.955.931	15.459.975
Captações no mercado aberto	14.b	7.296.854	4.681.536	7.296.854	4.681.536
Recursos de aceites e emissão de títulos	14.c	4.809.036	4.837.331	4.809.036	4.837.331
Obrigações por empréstimos e repasses	14.d	1.230.766	197.494	1.230.766	197.494
Dívida subordinada	15	806.520	773.274	806.520	773.274
Outros passivos financeiros		8.790	10.739	8.790	10.739
Outros passivos		3.286.683	2.717.572	1.680.218	1.826.484
Provisões	16	9.787	13.126	9.816	13.155
Outros passivos	17	3.276.896	2.704.446	1.670.402	1.813.329
Total do passivo		35.733.689	30.995.719	34.023.630	30.032.677
Patrimônio líquido	18	1.802.639	1.405.592	1.802.359	1.407.630
Capital social		1.259.627	1.000.910	1.259.627	1.000.910
De domiciliados no país		1.130.760	872.043	1.130.760	872.043
De domiciliados no exterior		128.867	128.867	128.867	128.867
Outros resultados abrangentes		(1.671)	(1.698)	(1.671)	(1.698)
Reservas de capital		26.435	17.902	26.435	17.902
Reservas de Lucros		585.857	396.548	584.887	396.548
(-) Ações em tesouraria		(67.609)	(8.070)	(67.609)	(8.070)
Participação de acionistas não-controladores		-	-	690	2.038
Total do patrimônio líquido	18	1.802.639	1.405.592	1.802.359	1.407.630
Total do passivo e patrimônio líquido		37.536.328	32.401.311	35.825.989	31.440.307

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)



	Nota	Individual		Consolidado	
		01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Receitas da intermediação financeira		2.993.673	2.185.215	3.206.317	2.258.233
Operações de crédito	19.a	1.993.830	1.041.773	2.225.326	1.150.333
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.b	610.221	1.414.131	591.369	1.378.589
Resultado com instrumentos financeiros derivativos e câmbio	6.c	389.622	(270.689)	389.622	(270.689)
Despesas da intermediação financeira		(2.318.708)	(1.784.332)	(2.450.310)	(1.847.412)
Operações de captação no mercado	19.b	(1.931.737)	(1.707.112)	(2.063.588)	(1.769.997)
Operações de empréstimos e repasses	19.c	(12.025)	21.389	(12.025)	21.389
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(374.946)	(98.609)	(374.697)	(98.804)
Resultado bruto da intermediação financeira		674.965	400.883	756.007	410.821
Receitas (despesas) operacionais		(208.258)	(125.745)	(252.808)	(117.273)
Receitas de prestação de serviços	19.d	14.441	14.736	64.145	54.570
Rendas de tarifas bancárias		236	75	236	75
Despesas de pessoal	19.e	(87.062)	(67.434)	(100.217)	(70.266)
Outras despesas administrativas	19.f	(157.337)	(84.058)	(187.015)	(90.344)
Despesas tributárias	19.g	(33.734)	(13.473)	(53.297)	(19.133)
Resultado de participação em controladas e coligadas	11.a	27.611	22.869	(594)	7.336
Outras receitas operacionais	19.h	46.274	7.404	46.997	8.240
Outras despesas operacionais	19.i	(18.687)	(5.864)	(23.063)	(7.751)
Resultado operacional		466.707	275.138	503.199	293.548
Resultado não operacional	19.j	5.352	2.765	(6.891)	(9.352)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		472.059	277.903	496.308	284.196
Imposto de renda e contribuição social	20	(107.674)	(71.310)	(125.971)	(77.603)
Participações sobre o lucro no semestre	23	(48.817)	(50.121)	(53.778)	(50.121)
Lucro líquido do semestre		315.568	156.472	316.559	156.472
Lucro líquido do semestre atribuível aos acionistas controladores		315.568	156.472	315.568	156.472
Lucro líquido do semestre atribuível aos acionistas não-controladores		-	-	991	-
Lucro básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações					
Lucro do semestre por ação		1,2142	0,6910	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas
BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 (Em milhares de Reais - R\$)


		Individual		Consolidado	
		01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
	Nota				
Lucro líquido do semestre		315.568	156.472	316.559	156.472
Outros ajustes abrangentes	18.g	27	1.888	27	1.888
Ativos financeiros mensurados a VJORA		66	3.515	66	3.515
Imposto de renda e contribuição social		(39)	(1.627)	(39)	(1.627)
Resultado abrangente do semestre		315.595	158.360	316.586	158.360
Resultado abrangente do semestre atribuível aos acionistas controladores		315.595	158.360	315.595	158.360
Resultado abrangente do semestre atribuível aos acionistas não-controladores		-	-	991	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais - R\$)



	Nota	Reservas de Lucros							Individual	
		Capital Social Realizado	Reservas de Capital	Legal	Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		952.678	5.117	23.686	269.742	(3.610)	(20.406)	-	-	1.227.207
Efeitos da adoção inicial da Res. CMN nº 4.966/21	2.c	-	-	-	-	-	-	(171.404)	-	(171.404)
Saldos em 01 de janeiro de 2025		952.678	5.117	23.686	269.742	(3.610)	(20.406)	(171.404)	-	1.055.803
Aumento de capital	18.a	223	-	-	-	-	-	-	-	223
Cancelamento de ações em tesouraria	18.f	-	-	-	(15.104)	-	15.104	-	-	-
Venda/(Aquisição) de ações em tesouraria	18.f	-	-	-	-	-	(26.744)	-	-	(26.744)
MTM de títulos mensurados a VJORA	18.g	-	-	-	-	1.888	-	-	-	1.888
Transações com pagamentos baseados em ações	18.b	-	(2.956)	-	-	-	23.773	-	-	20.817
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	156.472	-	156.472
Destinações do lucro:										
Juros sobre o capital próprio	18.d	-	-	-	-	-	-	(43.450)	-	(43.450)
Saldos em 30 de junho de 2025		952.901	2.161	23.686	254.638	(1.722)	(8.273)	(58.382)	-	1.165.009
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.000.910	17.902	45.866	350.682	(1.698)	(8.070)	-	-	1.405.592
Aumento de capital	18.a	258.717	-	-	-	-	-	-	-	258.717
Venda/(Aquisição) de ações em tesouraria	18.f	-	-	-	-	-	(67.644)	-	-	(67.644)
MTM de títulos mensurados a VJORA	18.g	-	-	-	-	27	-	-	-	27
Transações com pagamentos baseados em ações	18.b	-	8.533	-	-	-	8.105	-	-	16.638
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	315.568	-	315.568
Destinações do lucro:										
Reserva legal	18.c	-	-	15.778	-	-	-	(15.778)	-	-
Juros sobre o capital próprio	18.d	-	-	-	-	-	-	(126.259)	-	(126.259)
Reserva estatutária	18.c	-	-	-	173.531	-	-	(173.531)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2026		1.259.627	26.435	61.644	524.213	(1.671)	(67.609)	-	-	1.802.639

	Nota	Reservas de Lucros							Consolidado	
		Capital Social Realizado	Reservas de Capital	Legal	Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		952.678	5.117	23.686	269.742	(3.610)	(20.406)	-	-	1.227.207
Efeitos da adoção inicial da Res. CMN nº 4.966/21	2.c	-	-	-	-	-	-	(171.404)	-	(171.404)
Saldos em 01 de janeiro de 2025		952.678	5.117	23.686	269.742	(3.610)	(20.406)	(171.404)	-	1.055.803
Aumento de capital	18.a	223	-	-	-	-	-	-	-	223
Cancelamento de ações em tesouraria	18.f	-	-	-	(15.104)	-	15.104	-	-	-
Venda/(Aquisição) de ações em tesouraria	18.f	-	-	-	-	-	(26.744)	-	-	(26.744)
MTM de títulos mensurados a VJORA	18.g	-	-	-	-	1.888	-	-	-	1.888
Transações com pagamentos baseados em ações	18.b	-	(2.956)	-	-	-	23.773	-	-	20.817
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	156.472	-	156.472
Destinações do lucro:										
Juros sobre o capital próprio	18.d	-	-	-	-	-	-	(43.450)	-	(43.450)
Saldos em 30 de junho de 2025		952.901	2.161	23.686	254.638	(1.722)	(8.273)	(58.382)	-	1.165.009
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.000.910	17.902	45.866	350.682	(1.698)	(8.070)	-	2.038	1.407.630
Aumento de capital	18.a	258.717	-	-	-	-	-	-	-	258.717
Venda/(Aquisição) de ações em tesouraria	18.f	-	-	-	-	-	(67.644)	-	-	(67.644)
MTM de títulos mensurados a VJORA	18.g	-	-	-	-	27	-	-	-	27
Transações com pagamentos baseados em ações	18.b	-	8.533	-	-	-	8.105	-	-	16.638
Aumento/(redução) de participação de acionistas não-controladores		-	-	-	-	-	-	-	(1.809)	(1.809)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	315.568	991	316.559
Destinações do lucro:										
Reserva legal	18.c	-	-	15.778	-	-	-	(15.778)	-	-
Juros sobre o capital próprio	18.d	-	-	-	-	-	-	(126.259)	-	(126.259)
Dividendos		-	-	-	-	-	-	(970)	(530)	(1.500)
Reserva estatutária	18.c	-	-	-	172.561	-	-	(172.561)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2026		1.259.627	26.435	61.644	523.243	(1.671)	(67.609)	-	690	1.802.359

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas
BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
 (Em milhares de Reais - R\$)


	Nota	Individual		Consolidado	
		01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
		30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Atividades operacionais					
Lucro líquido ajustado		931.689	279.085	959.755	293.111
Lucro líquido do semestre		315.568	156.472	316.559	156.472
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		204.740	(29.272)	204.740	(29.272)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		374.946	98.609	374.697	98.804
Imposto de renda e contribuição social diferidos		61.503	65.929	60.622	64.227
Depreciação e amortização	19.f	7.303	7.452	7.303	7.452
Provisão para contingências	16.c	(3.339)	111	(3.339)	111
Resultado de participação em controladas e coligadas	11.a	(27.611)	(22.869)	594	(7.336)
Pagamento baseado em ações		(1.421)	1.953	(1.421)	1.953
Amortização de ágio		-	700	-	700
Variação de ativos e passivos		(802.988)	(1.647.080)	(689.819)	(1.656.519)
(Aumento) Redução de aplicações interfinanceiras de liquidez		297.943	83.873	297.943	83.873
(Aumento) Redução de títulos e valores mobiliários		(2.349.466)	(3.713.965)	828.173	(2.826.304)
(Aumento) Redução de instrumentos financeiros derivativos		(962.885)	2.026.715	(962.885)	2.026.715
(Aumento) Redução de operações de crédito		(4.195.680)	(3.343.964)	(6.501.408)	(3.344.016)
(Aumento) Redução de outros ativos financeiros		(207.674)	1.755.412	(196.730)	1.722.198
Redução (Aumento) em ativos fiscais		27.902	19.847	27.902	19.618
Redução (Aumento) em outros ativos		(143.950)	(677.400)	(163.706)	(635.746)
Aumento (Redução) de depósitos		2.527.596	477.196	2.495.956	455.793
Aumento (Redução) em captações no mercado aberto		2.615.318	(1.490.346)	2.615.318	(1.490.346)
Aumento (Redução) de recursos de aceites e emissões de títulos		(28.295)	1.755.621	(28.295)	1.755.621
Aumento (Redução) de obrigações por empréstimos e repasses		1.033.272	130.288	1.033.272	130.288
Aumento (Redução) em dívida subordinada		53.246	123.056	53.246	123.056
Aumento (Redução) em outros passivos financeiros		(1.949)	(46.191)	(1.949)	(46.191)
Aumento (Redução) de outros passivos		531.634	1.252.778	(186.656)	368.922
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades operacionais		128.701	(1.367.995)	269.936	(1.363.408)
Atividades de investimento					
Alienação (Aquisição) de imobilizado de uso	13	(1.751)	(1.760)	(1.751)	(1.760)
Alienação (Aquisição) de intangível		536	(5.730)	536	(5.730)
(Aumento) Redução de capital em controladas	11	(7.266)	(3.100)	-	-
Alienação (Aquisição) de outros investimentos		(4)	-	(4)	-
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de investimento		(8.485)	(10.590)	(1.219)	(7.490)
Atividades de financiamento					
Aumento de capital	18.a	258.717	223	258.717	223
Aquisição de ações em tesouraria	18.f	(67.644)	(26.744)	(67.644)	(26.744)
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	18.d	(67.384)	(34.468)	(67.384)	(34.468)
Aumento (Redução) em obrigações por dívida subordinada	15	(20.000)	(56.520)	(20.000)	(56.520)
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de financiamento		103.689	(117.509)	103.689	(117.509)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		223.905	(1.496.094)	372.406	(1.488.407)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	4	605.974	2.327.840	657.173	2.328.331
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(204.740)	29.272	(204.740)	29.272
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	4	625.139	861.018	824.839	869.196

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
 (Em milhares de Reais - R\$)



	Nota	Individual		Consolidado	
		01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Receitas		2.687.742	2.229.850	2.957.904	2.394.568
Receitas da intermediação financeira		2.993.673	2.296.772	3.206.317	2.369.790
Receitas de prestação de serviços	19.d	14.441	14.736	64.145	54.570
Rendas de tarifas bancárias		236	75	236	75
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(374.946)	(98.609)	(374.697)	(98.804)
Outras receitas		54.338	16.876	61.903	68.937
Despesas de intermediação financeira		(1.943.762)	(1.762.098)	(2.075.613)	(1.824.983)
Insumos adquiridos de terceiros	19.f	(163.662)	(118.623)	(216.767)	(190.138)
Materiais, energias e outros		(618)	(534)	(618)	(534)
Serviços de terceiros		(107.915)	(91.913)	(129.881)	(97.160)
Outros		(55.129)	(26.176)	(86.268)	(92.444)
Valor adicionado bruto		580.318	349.129	665.524	379.447
Depreciação e amortização	19.f	(7.303)	(7.452)	(7.303)	(7.452)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		573.015	341.677	658.221	371.995
Valor adicionado recebido em transferência		27.611	22.869	(594)	7.336
Resultado de equivalência patrimonial	11.a	27.611	22.869	(594)	7.336
Valor adicionado total a distribuir		600.626	364.546	657.627	379.331
Distribuição do valor adicionado		600.626	364.546	657.627	379.331
Remuneração do trabalho		135.879	117.555	153.995	120.387
Proventos	19.e	54.346	43.106	62.746	45.055
Benefícios e treinamento	19.e	13.347	9.294	15.397	9.363
Encargos sociais	19.e	15.567	11.936	26.274	12.691
FGTS		3.802	3.098	(4.200)	3.157
Participação nos lucros		48.817	50.121	53.778	50.121
Remuneração de governos		141.408	84.783	179.268	96.736
Federais	19.g	31.562	11.769	43.506	15.760
Municipais	19.g	2.172	1.704	9.791	3.373
Imposto de renda e contribuição social	20	107.674	71.310	125.971	77.603
Remuneração de capitais de terceiros		7.771	5.736	7.805	5.736
Aluguéis e arrendamento de bens	19.f	7.771	5.736	7.805	5.736
Remuneração de capitais próprios		315.568	156.472	316.559	156.472
Juros sobre o capital próprio/dividendos		126.259	43.450	126.259	43.450
Lucro Líquido retido		189.309	113.022	190.300	113.022

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pine S.A. ("Pine") é uma companhia aberta, com matriz localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830 - Itaim Bibi, São Paulo - SP e está autorizado a operar as carteiras comerciais, de investimentos, crédito, financiamento, câmbio e leasing.

As operações do Pine são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições controladas, integrantes do Conglomerado Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As Demonstrações Financeiras Individuais do Pine, que incluem sua Agência em Grand Cayman e as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Pine e Controladas, são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional do Pine, incluindo sua dependência no Exterior e, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

O Conselho de Administração aprovou a emissão das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de 30 de junho de 2026, na reunião realizada em 11 de agosto de 2026, ratificando a referida aprovação em 28 de agosto de 2026.

a) Participação em controladas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas contemplam as operações do Pine, sua dependência no exterior, suas controladas diretas e indiretas e entidades de propósito específico apresentadas conforme abaixo:

		Participação % no capital total em	
		30/06/2026	31/12/2025
	Atividade		
Dependências no exterior			
Agência Grand Cayman	Dependência no exterior	100,0000	100,0000
Subsidiárias			
Pine Capital Ltda.	Administração em Participações	100,0000	100,0000
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	100,0000	100,0000
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	Assessoria	99,9800	99,9800
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.	Imobiliária	100,0000	100,0000
Pine Corretora de Seguros Ltda.	Intermediação de Negócios	99,9800	99,9800
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário ⁽¹⁾	Imobiliária	100,0000	100,0000
Cuiabá Ativos Imobiliários SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.) ⁽¹⁾	Imobiliária	100,0000	100,0000
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda.	Comercialização de ativos ambientais	100,0000	100,0000
Pine Holding Ltda. (Anteriormente denominada Pine Holding S.A.)	Holding de instituições não-financeiras	100,0000	99,0000
Santana de Parnaíba Ativos Imobiliários Ltda. (Anteriormente denominada Pine 1 Desenvolvimento Participações Ltda.) ^{(1) (2)}	Participação	100,0000	100,0000
Newco JV Gestão Empresarial Ltda ⁽³⁾	Assessoria	100,0000	-

(1) Refere-se a investimentos mantidos para venda conforme descrito na Nota 3.p.

(2) Em Instrumento Particular de Constituição datado de 19 de setembro de 2025, foi deliberado sobre a constituição da Pine 1 Desenvolvimento Participações Ltda. e a subscrição de 1.000 quotas, totalizando R\$1.

(3) Em Instrumento Particular de Constituição datado de 21 de maio de 2026, foi deliberado sobre a constituição da Newco JV Gestão Empresarial Ltda e a subscrição de 100 quotas, totalizando 100 reais.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



	30/06/2026									
	Pine Capital Ltda.	Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.	Pine Campo Grande Empreendimento o Imobiliário	Cuiabá Ativos Imobiliários SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.)	ECO Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda.	Pine Holding Ltda. (Anteriormente denominada Pine Holding S.A.)	Santana de Parnaíba Ativos Imobiliários Ltda. (Anteriormente denominada Pine 1 Desenvolvimento Participações Ltda.)	Newco JV Gestão Empresarial Ltda
ATIVO										
Disponibilidades	2	-	16.731	1.914	-	2	-	1.016	-	1
Outros ativos financeiros	2.810	4.580	82.935	206.729	1.647	15.332	11	60.863	-	-
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	-	-	(268)	-	-	-	-	-	-
Investimento em participações em coligadas e controladas	567	-	-	-	-	12.479	-	26.411	-	-
Imóveis a comercializar e outros ativos	222	4.870	7.433	399.771	52.692	66.536	-	20.295	43.523	-
Total do ativo	3.601	9.450	107.099	608.146	54.339	94.349	11	108.585	43.523	1
PASSIVO										
Outros passivos	473	876	69.173	13.817	1.024	339	-	9.573	-	-
Total do passivo	473	876	69.173	13.817	1.024	339	-	9.573	-	-
Patrimônio líquido	3.128	8.574	37.926	594.329	53.315	94.010	11	99.012	43.523	1
Capital social	310	6.132	500	588.596	53.200	95.364	10	68.685	43.524	1
Reservas de Capital	-	-	4.824	-	-	-	-	10.582	-	-
Reservas de Lucros	3.834	2.271	5.037	18.327	403	324	-	4.169	-	-
Lucro (Prejuízos) acumulados	(1.016)	171	27.565	(12.594)	(288)	(1.678)	1	15.576	(1)	-
Total do patrimônio líquido	3.128	8.574	37.926	594.329	53.315	94.010	11	99.012	43.523	1
Total do passivo e patrimônio líquido	3.601	9.450	107.099	608.146	54.339	94.349	11	108.585	43.523	1

As alterações societárias estão descritas na Nota Explicativa 11 - Investimentos.

b) Normas que entrarão em vigor em períodos futuros:

A Resolução CMN nº 5.185/24 do Comitê de Pronunciamento de Sustentabilidade – CBPS estabelece que, quanto à divulgação, como parte integrante das demonstrações financeiras, do relatório de informações financeiras relacionadas à Sustentabilidade – CBPS 01 e CBPS 02, sendo a obrigatoriedade de divulgação a partir do exercício de 2027, referente ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2026. O Banco Pine está avaliando os impactos para atendimento desta norma.

Resoluções CMN nº 5.100/2023 e 5.146/2024 – Alteram dispositivos da Resolução CMN nº 4.966/2021 estabelecendo novos critérios para contratos renegociados e a vigência para os requisitos aplicáveis à contabilidade de hedge para 1º de janeiro de 2027.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº214, que regulamenta a reforma tributária sobre o consumo, instituindo o IBS, a CBS e o IS, os quais substituirão gradualmente PIS, COFINS, IPI e ISS. O período de transição iniciou em 1º de janeiro de 2026, caracterizando-se como fase de testes, com exigência de cumprimento de obrigações acessórias, sem recolhimento efetivo de IBS e CBS no exercício de 2026. O Banco acompanha a evolução da regulamentação e avalia os impactos operacionais, fiscais e tecnológicos decorrentes da implementação do novo sistema, cuja transição se estenderá até 2033.

c) Normas que entraram em vigor:

Instrumentos Financeiros

A partir de 01 de janeiro de 2025, passaram a vigorar as seguintes regulamentações: Resolução CMN nº 4.966/21, Resolução BCB nº 352/23, juntamente com as normas complementares correspondentes aplicáveis ao Banco.

Em novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicou a Resolução CMN nº 4.966/21, a qual introduz novas diretrizes contábeis para instrumentos financeiros, a nova resolução substitui as resoluções e circulares do Bacen que direcionavam a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros (circulares nº 3.068/01 e nº 3.082/03) e da provisão para devedores duvidosos (Resolução CMN nº 2.682/99), que estabelecia a base de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das instituições financeiras desde 1999.

A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece que as instituições financeiras devem avaliar seus instrumentos financeiros e classificá-los e mensurá-los de acordo com os modelos de negócio estabelecidas para cada ativo e passivo financeiro. Entre outros aspectos, a resolução requer que as instituições mensurem sua provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base em conceito de perda esperada, sem a necessidade de aguardar eventual inadimplência, tornando a provisão mais precisa em relação às futuras perdas que a instituição venha a verificar em períodos subsequentes.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



As Resoluções CMN nº 5.100/23 e BCB nº 352/23 foram emitidas, sendo complementares à CMN nº 4.966/21, e dispõem de diretrizes adicionais, principalmente em relação ao tratamento às seguintes matérias:

- Aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros;
- Constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito;
- Mensuração de instrumentos financeiros;
- Evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras;
- Reconhecimento de componentes imateriais na taxa efetiva de juros; e
- Apropriação de receita utilizando o método de taxa efetiva de juros.

Renegociação e Reestruturação

Os requisitos estabelecem que para apuração do valor contábil dos saldos de operações de reestruturação de ativos financeiros, o mesmo deve ser reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, descontados pela taxa de juros efetiva originalmente contratada. No caso de renegociação de instrumentos financeiros não caracterizada como reestruturação, a instituição deve reavaliar o instrumento para que passe a representar o valor presente dos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva, conforme as condições contratuais renegociadas.

Fica facultado, até 31 de dezembro de 2026, o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. O Banco Pine optou por aderir à faculdade e apresenta os saldos reestruturados a partir do valor presente dos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva, conforme as condições renegociadas.

Plano de Contas (Cosif)

A Resolução BCB nº 426/23 a 433/23, 390/24 e 537/24 a 543/24 com vigência a partir de 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 16 de novembro de 2022, foi publicada a Lei nº 14.467, com produção de efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025, que “dispõe sobre o novo tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil”, exceto para as administradoras de consórcio e instituições de pagamento.

Transição

De acordo com o Artigo 94 da Resolução BCB nº 352/23, os princípios estabelecidos nesta resolução foram aplicados de forma prospectiva às demonstrações financeiras individuais e consolidadas a partir de 1º de janeiro de 2025. Portanto, os saldos referentes aos períodos findos de 2024 não foram ajustados e não requerem republicação, de modo que os efeitos da adoção inicial foram contabilizados no patrimônio líquido na conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2025.

Os impactos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 trouxeram um aumento da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, registrados em contrapartida a lucros acumulados no patrimônio líquido no montante de R\$171.404, líquido de impostos.

Arrendamento mercantil

Resolução CMN nº 4.975/21 – Com início de vigência em 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e pelas demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC 06 – R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulação específica. Conforme § 5º da referida Resolução, o Banco Pine adotou, de forma prospectiva, a aplicação da norma, para os contratos celebrados a partir de 1º janeiro de 2025.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Pine foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

- Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 00 (R2) - Pronunciamento conceitual básico
- Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos
- Resolução CMN nº 4.524/16 – CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis
- Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa
- Resolução CMN nº 4.534/16 – CPC 04 (R1) - Ativo intangível
- Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas
- Resolução CMN nº 4.975/21 – CPC 06 (R2) - Arrendamentos
- Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações
- Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
- Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 24 - Eventos subsequentes
- Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
- Resolução CMN nº 4.535/16 – CPC 27 - Ativo imobilizado
- Resolução CMN nº 4.747/19 – CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda
- Resolução CMN nº 4.877/20 – CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados
- Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 41 - Resultado por ação
- Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 46 - Mensuração do valor justo
- Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

No período findo em 30 de junho de 2026, não foram identificadas novas Resoluções, com impactos relevantes.

a) Consolidação

Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, os saldos e os resultados das transações entre o Banco Pine e suas subsidiárias, cessões com coobrigação e securitização com lastro em operações de crédito do varejo e entidades de propósito específico foram eliminados, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas não-controladores.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério pro rata temporis, substancialmente com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Pine para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

e) Instrumentos Financeiros

Instrumento Financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros do Banco Pine são efetuadas de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21 e a BCB nº 352/23 e são classificados os ativos financeiros com base no modelo de negócios da instituição para gestão de ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixas desses ativos nas seguintes categorias:

I - na categoria custo amortizado, os ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições:

- a) o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais; e
- b) os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas;

Notas Explicativas

II - na categoria valor justo em outros resultados abrangentes, os ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições:

a) o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e

b) os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas; e

III - na categoria valor justo no resultado, os demais ativos financeiros.

As operações de crédito e outras operações com característica de concessão de crédito devem ser classificadas na categoria custo amortizado, exceto as seguintes, que devem ser classificadas na categoria valor justo no resultado:

a) parte da carteira do segmento de varejo, em que a Administração definiu em modelo de negócios, com o objetivo de vender esses ativos financeiros, antes do vencimento contratual. Essa parte da carteira do segmento de varejo foi apurada através do histórico de cessões de operações de crédito do segmento de varejo.

- Passivo Financeiro
- Conforme previsto no Artigo 9º da Resolução CMN nº 4.966/21, a Companhia deve classificar os passivos financeiros na categoria de custo amortizado, exceto nos casos em que o passivo financeiro seja classificado como "valor justo por meio do resultado" ou designado como tal, como abaixo:
- Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
 - Passivos financeiros gerados em operações que envolvam o empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
 - Passivos resultantes de transferência de ativos VJR não qualificados para baixa;
 - Garantia financeira: maior entre provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, e o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica;
 - Contratos híbridos.
- (iv) Taxa de Juros Efetiva ("TJE")

É a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro.

No Pine, a taxa efetiva de juros é calculada considerando as receitas e os custos de origemação diretamente atribuíveis aos instrumentos financeiros. Esses valores são incorporados ao cálculo da taxa e apropriados ao resultado pelo regime de competência, ao longo da vigência dos respectivos instrumentos, por meio do método da taxa efetiva de juros.

Ativos e passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado, referentes a operações iniciadas a partir de janeiro de 2025, foram reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros. As operações de créditos originadas até 31 de dezembro de 2024, continuaram a ser reconhecidas pela taxa contratual, pela vigência dos respectivos contratos.

Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial devem ser agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo.

- Nível 1 - mensurações à valor justo obtidas a partir de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificadas aplicações em cotas de fundos de investimentos com cotação disponível na Comissão de Valores Mobiliários e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores também são classificados no nível 1 da hierarquia.

- Nível 2 - mensurações obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços). Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Privados (com destaque na carteira de Debêntures) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1 e por Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LFT, NTN-B e NTN-F). Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

- Nível 3 - mensurações são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Pine utiliza modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo próprio. No nível 3 são classificados determinados ativos financeiros de companhias de capital fechado, em situação de discussão judicial, classificados como ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e operações de crédito, que de acordo com o modelo de negócio são classificados como ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado (VJR). Não existem derivativos classificados no nível 3.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Pine para apurar seu valor justo:

Categoria	Tipo de Ativo/Passivo	Técnicas de Valorização	Principais inputs			
Derivativos lineares	Fra de Cupom	Preços de fechamento BMF	Taxa de Cupom Cambial de longo prazo			
	Swap de inflação	Discounted cash flow	Taxa de Cupom Cambial de IGPM			
	Swap de taxa de juros	Discounted cash flow	Taxa pré-fixadas cambial de longo prazo			
Derivativos não Lineares	Opções de equities	Black&Scholes	Volatilidades implícitas de longo prazo			
	Opções de inflação	Black&Scholes	Volatilidades implícitas de longo prazo IPCA			
	Opções de juros	Black&Scholes	Volatilidades implícitas de longo prazo IDI			
	Opções de moedas	Black&Scholes	Volatilidades implícitas de longo prazo USD/BRL			
Demais Instrumentos Financeiros	Títulos Privados	Discounted cash flow	Taxas de desconto ("Yields")			
	Títulos Públicos	Discounted cash flow	Curva futura de DI e PU ANBIMA			
	Empréstimos e adiantamento de clientes (VJR)	Discounted cash flow	Taxas de desconto ("Yields")			

	Individual			
	30/06/2026			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR) ⁽¹⁾	832.865	7.628.186	1.555.959	10.017.010
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	539	1.272.118	177.400	1.450.057
Passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado (derivativos)	-	235.515	-	235.515

	Individual			
	31/12/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR) ⁽¹⁾	492.331	7.881.867	1.150.335	9.524.533
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	505	1.879.918	182.744	2.063.167
Passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado (derivativos)	-	2.245.844	-	2.245.844

	Consolidado			
	30/06/2026			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR) ⁽¹⁾	947.022	5.880.328	1.555.959	8.383.309
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	539	1.272.118	177.400	1.450.057
Passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado (derivativos)	-	235.515	-	235.515

	Consolidado			
	31/12/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR) ⁽¹⁾	578.626	6.877.326	1.150.335	8.606.287
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	505	1.879.918	182.744	2.063.167
Passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado (derivativos)	-	2.245.844	-	2.245.844

Notas Explicativas

Movimentação de Valor Justo de Nível 3

	Individual e Consolidado					
	30/06/2026			31/12/2025		
	Valor Justo em 31/12/2025	Adições, liquidações, ganhos/perdas e outras movimentações	Valor Justo em 30/06/2026	Valor Justo em 01/01/2025	Adições, liquidações, ganhos/perdas e outras movimentações	Valor Justo em 31/12/2025
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR) ⁽¹⁾	1.150.335	405.624	1.555.959	1.917.397	(767.062)	1.150.335
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	182.744	(5.344)	177.400	90.385	92.359	182.744

(1) Em 30 de junho de 2026, foi reavaliada a estratégia de produtos ofertados pelo Banco e, com o objetivo de refletir da melhor maneira o modelo de negócios, parte do saldo de Ativos Financeiros do balanço patrimonial mensurado ao Valor Justo no Resultado (VJR) foi migrado para Custo Amortizado (CA), aprimorando assim a apresentação das informações financeiras. A referida reclassificação não gerou impactos no resultado do período.

f) Valor justo dos instrumentos financeiros

	30/06/2026		31/12/2025	
	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos				
Aplicações Interfinanceiras de liquidez ⁽ⁱ⁾	501.482	501.482	865.221	865.221
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱⁱ⁾	4.458.289	4.822.302	5.371.116	5.778.543
Operações de crédito ⁽ⁱⁱⁱ⁾	14.885.137	14.840.759	10.735.246	10.054.531
Outros créditos ⁽ⁱⁱⁱ⁾	499.670	499.670	291.996	291.996
Total de ativos financeiros	20.344.578	20.664.213	17.263.579	16.990.291
Passivos				
Depósitos à vista ^(iv)	112.940	112.940	81.919	81.919
Depósitos interfinanceiros ^(iv)	970.852	988.651	527.540	538.430
Depósitos a prazo ^(iv)	16.814.746	16.957.934	14.780.548	14.911.580
Captação no mercado aberto ⁽ⁱⁱ⁾	7.296.854	7.296.854	4.681.536	4.681.536
Recursos de aceites e emissão de títulos ^(v)	4.629.030	4.809.036	4.756.864	4.837.331
Obrigações por empréstimos e repasses ^(v)	1.230.766	1.230.766	197.494	197.494
Dívida subordinada ^(v)	816.742	806.520	1.047.668	773.274
Total de passivos financeiros	31.871.930	32.202.701	26.073.569	26.021.564

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

(i) O valor justo das aplicações interfinanceiras de liquidez se aproxima substancialmente do seu valor contábil.

(ii) O valor justo dos títulos e valores mobiliários e captação no mercado aberto reflete o seu valor contábil, exceto os títulos classificados na categoria "custo amortizado".

(iii) Operações de crédito e outros ativos financeiros são mensurados líquidos da provisão para riscos de perda de crédito. O valor justo dessas operações representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado para determinar seu valor justo.

(iv) O valor justo estimado dos depósitos à vista e interfinanceiros se aproxima substancialmente do seu valor contábil.

(v) O valor justo estimado dos depósitos a prazo e os outros empréstimos sem cotação no mercado ativo é baseado em fluxos de caixa descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos de vencimento similares.

g) Renegociações e Reestruturações

Conforme Resolução BCB nº 352/23, são classificados como renegociação e reestruturação conforme abaixo:

Renegociação: acordo que implique alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original;

Reestruturação: renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração;

O Banco possui mecanismos e controles para monitoramento de alterações nas condições originalmente pactuadas, por ativo financeiro. Uma avaliação deve ser realizada para determinar se os termos do novo contrato são substancialmente diferentes dos termos do acordo existente. Esta avaliação considera tanto a mudança nos fluxos de caixa decorrente dos termos renegociados como a mudança no perfil de risco do instrumento.

No caso de reestruturação de ativos financeiros, o valor contábil bruto do instrumento deve ser reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, descontados pela taxa de juros efetiva originalmente contratada. No caso de renegociação de instrumentos financeiros não caracterizada como reestruturação, a instituição deve reavaliar o instrumento para que passe a representar o valor presente dos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva, conforme as condições contratuais renegociadas.

O Pine desconhece um ativo financeiro, como, por exemplo, uma operação de crédito concedido a cliente, quando os termos e condições da operação forem reestruturados em uma extensão que, substancialmente, torne uma nova operação.

A nova operação reconhecida é classificada no mesmo estágio na qual a operação anterior estava classificada, a não ser que seja determinada como uma operação originada com problemas de recuperação de crédito.

Fica facultado, até 31 de dezembro de 2026, o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. O Banco optou por aderir a faculdade e apresenta os saldos reestruturados conforme as condições renegociadas.

h) Desreconhecimento de ativos financeiros

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.966/21, a baixa de um ativo financeiro se dá quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro. O desreconhecimento ocorre quando não há mais expectativa de recuperação.

A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer;

- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC); e

- Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

- Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo original e o montante pago é reconhecida no resultado.

i) Provisão para perda associada ao risco de crédito

(i) Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas associadas ao risco de crédito

O Pine, na condição de instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apura a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em conformidade com os critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.966/21 e na regulamentação complementar aplicável, em especial a Resolução BCB nº 352/2023.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



A provisão é constituída para empréstimos e adiantamentos a clientes, instrumentos de dívida não mensurados ao valor justo por meio do resultado, compromissos de crédito não canceláveis incondicional e unilateralmente e garantias financeiras prestadas, doravante denominados, em conjunto, instrumentos financeiros sujeitos a perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

A perda esperada é mensurada com base na expectativa de perda para os doze meses subsequentes à data-base para os instrumentos classificados no Estágio 1 e com base na expectativa de perda ao longo de toda a vida do instrumento para os instrumentos classificados nos Estágios 2 e 3.

A mensuração é realizada individualmente ou de forma coletiva, conforme a natureza e a relevância das exposições. Na avaliação coletiva, os instrumentos financeiros são agrupados em segmentos homogêneos de risco, considerando características comuns relevantes para a adequada estimação dos parâmetros de perda esperada. Os instrumentos individualmente relevantes e as exposições sob acompanhamento especializado são avaliados individualmente.

(ii) Alocação dos instrumentos financeiros em estágios

Estágio 1: instrumentos financeiros que, no reconhecimento inicial, não sejam caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito e cujo risco de crédito não tenha aumentado significativamente desde então. Inclui igualmente as operações reclassificadas do Estágio 2 que tenham atendido aos critérios de reversão descritos no item (v).

Estágio 2: instrumentos financeiros cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, sem que estejam caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito. Inclui as operações reclassificadas do Estágio 3 que tenham atendido aos critérios de reversão descritos no item (v).

Estágio 3: instrumentos financeiros caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito. A provisão para perdas esperadas é mensurada ao longo de toda a vida da operação, observado o nível mínimo de provisão requerido pela regulamentação aplicável.

(iii) Aumento significativo do risco de crédito

O Pine avalia, em cada data-base, se ocorreu aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial do instrumento financeiro. Essa avaliação considera a comparação entre o risco de crédito observado na data-base e aquele existente na data do reconhecimento inicial.

A avaliação incorpora critérios quantitativos e qualitativos, incluindo a evolução dos indicadores de risco da contraparte, alterações relevantes na classificação de risco interna, reestruturações de crédito, monitoramento especializado, atraso contratual e demais informações razoáveis e sustentáveis disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

Adicionalmente, o Pine adota a presunção regulamentar de aumento significativo do risco de crédito para exposições com atraso superior a 30 dias, observadas as exceções e avaliações previstas em suas políticas e procedimentos internos.

(iv) Ativo financeiro com problema de recuperação de crédito

O instrumento financeiro é caracterizado como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito quando ocorrer:

- i. atraso superior a 90 dias no pagamento de principal ou encargos; ou
- ii. indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas.

Constituem indicativos de que a obrigação não será integralmente honrada, entre outros, o pedido ou a decretação de falência, liquidação ou recuperação judicial homologada da contraparte, bem como a reestruturação da operação com concessão de vantagem à contraparte em razão da deterioração de sua qualidade creditícia.

A caracterização de ativo financeiro com problema de recuperação de crédito pode ser estendida a outras exposições da mesma contraparte ou de seu grupo econômico, observados os critérios previstos na regulamentação e nos procedimentos internos do Pine.

(v) Reversão entre estágios

A transferência de instrumentos financeiros para estágio de menor risco ocorre somente quando houver evidências objetivas de redução do risco de crédito e após o atendimento dos critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação e pelas políticas internas do Pine. A reclassificação considera a análise do comportamento da contraparte, da operação e das demais informações disponíveis na data da avaliação.

(vi) Cálculo das perdas esperadas

A perda esperada corresponde ao valor presente da insuficiência de caixa esperada, entendida como a diferença entre os fluxos de caixa contratualmente devidos e os fluxos de caixa que o Pine espera receber, descontada pela taxa de juros efetiva da operação.

A mensuração da perda esperada é realizada por meio de modelos internos que utilizam, conforme aplicável, estimativas de probabilidade de inadimplência (PD), perda dado o descumprimento (LGD) e exposição no momento do descumprimento (EAD), considerando dados históricos, informações correntes e expectativas prospectivas.

No Estágio 1, a perda esperada é apurada para os doze meses subsequentes à data-base. No Estágio 2 a perda esperada é apurada ao longo de toda a vida remanescente do instrumento financeiro, e no Estágio 3 a perda esperada é considerada como 100%.

O horizonte máximo considerado na mensuração da perda esperada corresponde ao período durante o qual o Pine permanece exposto ao risco de crédito associado ao instrumento financeiro.

(vii) Compromissos de crédito não utilizados

Para a parcela não utilizada de limites de crédito, o Pine estima a fração do limite concedido que se espera venha a ser utilizada ao longo da vida do compromisso. A perda esperada corresponde ao valor presente da insuficiência de caixa decorrente da utilização estimada.

(viii) Instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

A perda esperada de instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não reduz o valor contábil desses ativos, que permanecem mensurados ao valor justo. A constituição da provisão é reconhecida no resultado do período em contrapartida a outros resultados abrangentes. A perda acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes é transferida para o resultado no momento do desconhecimento do ativo.

(ix) Garantias financeiras prestadas (avais e fianças)

A insuficiência de caixa esperada associada às garantias financeiras prestadas corresponde à diferença entre os desembolsos estimados para honrar a garantia e os valores cuja recuperação junto ao tomador da garantia é considerada provável.

(x) Informações prospectivas

Os modelos de perda esperada incorporam informações prospectivas por meio de variáveis macroeconômicas selecionadas com base em sua capacidade de explicar o comportamento do risco de crédito das diferentes carteiras.

As estimativas consideram cenários econômicos consistentes com as expectativas da Administração para o ambiente macroeconômico, ponderados por suas respectivas probabilidades de ocorrência.

As premissas utilizadas são revisadas periodicamente e refletem a melhor estimativa disponível na data de elaboração das demonstrações financeiras.

(xi) Instrumentos financeiros com baixo risco de crédito

A Resolução CMN nº 4.966/21 dispensa a avaliação periódica de aumento significativo do risco de crédito para instrumentos financeiros que apresentem baixo risco de crédito, os quais permanecem alocados no Estágio 1 enquanto mantida essa condição.

Para determinar se o instrumento apresenta baixo risco de crédito, o Pine utiliza classificações de risco internas ou metodologias consistentes com definições internacionalmente aceitas, considerando todos os termos e condições relevantes do instrumento. São considerados de baixo risco de crédito, entre outros, os títulos públicos federais e determinados títulos privados classificados como grau de investimento.

Caso a condição de baixo risco de crédito deixe de ser observada, o instrumento passa a ser submetido aos procedimentos regulares de avaliação de aumento significativo do risco de crédito e de caracterização de ativo financeiro com problema de recuperação de crédito, quando aplicável.

(xii) Ajustes de gestão

Quando os modelos utilizados na mensuração da perda esperada não refletirem adequadamente determinados riscos identificados pela Administração, o Pine poderá constituir ajustes complementares à provisão apurada pelos modelos estatísticos. Tais ajustes podem decorrer, entre outros fatores, de limitações dos dados históricos disponíveis, alterações relevantes no perfil das carteiras, eventos extraordinários ou condições não plenamente capturadas pelos parâmetros utilizados na mensuração da perda esperada.

Os ajustes são tecnicamente fundamentados, submetidos à governança interna aplicável, revisados periodicamente e mantidos apenas enquanto persistirem as circunstâncias que justificaram sua constituição.

(xiii) Baixa a prejuízo e recuperações

Os ativos financeiros são baixados a prejuízo quando não houver expectativa razoável de recuperação econômica, observados os critérios definidos na regulamentação vigente e nas políticas internas do Pine. A baixa contábil não extingue os direitos de cobrança da instituição, que continua adotando medidas voltadas à recuperação dos créditos.

Os valores recuperados posteriormente são reconhecidos no resultado do período quando efetivamente recebidos.

A metodologia de provisão para perdas esperadas integra a estrutura de gerenciamento do risco de crédito do Pine, fundamentada em modelos internos de mensuração de risco, monitoramento contínuo da qualidade creditícia das exposições e processos de governança voltados à adequada identificação, mensuração, monitoramento, controle e mitigação do risco de crédito.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



j) Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Resolução 4.966/21, os instrumentos financeiros derivativos, ou seja, cujo valor varia em decorrência de mudanças em determinada taxa de juros, preço de outro instrumento financeiro, preço de mercadoria, taxa de câmbio, índice de bolsa de valores, índice de preço, índice ou classificação de crédito, e que não requer investimento líquido inicial ou o investimento líquido inicial é pequeno em relação ao valor do contrato e cuja liquidação ocorrerá em data futura.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com o modelo de negócios do Pine, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como hedge de acordo com sua natureza:

- Hedge de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período;

- Hedge de fluxo de caixa - os ativos e passivos financeiros objeto de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial". A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge contábil estabelecidos pelo Bacen, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

k) Ativos não financeiros mantidos para venda

Outros valores e bens referem-se, principalmente, ativos não financeiros mantidos para venda, compostos basicamente por imóveis recebidos em dação de pagamento. Os ativos não financeiros mantidos para venda são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados, avaliando eventual redução de seu valor recuperável periodicamente (nota 3.o). O Pine considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, bem como avaliações internas a partir de premissas estabelecidas pela Administração.

l) Despesas antecipadas

São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de "Despesas antecipadas". A apropriação dessa despesa ao resultado do período é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos e registrada na rubrica "Outras despesas administrativas".

m) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

n) Investimento em participações em coligadas e controladas, imobilizado de uso e intangível

É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- A participação em controladas e coligadas é avaliada pelo método da equivalência patrimonial;

- A participação em não controladas é avaliada pelo método de custo;

- Os bens do ativo imobilizado correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplem a vida útil e econômica dos bens; e

- O ativo intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

o) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida uma perda por impairment se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revisitos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

p) Investimentos mantidos para venda

As participações societárias detidas pelo Banco na Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda., Cuiabá Ativos Imobiliários SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.) e Santana de Parnaíba Ativos Imobiliários Ltda. (Anteriormente denominada Pine 1 Desenvolvimento Participações Ltda.) estão apresentados como investimentos mantidos para venda, considerando o modelo de negócios determinado pela administração do Banco em relação a essas empresas, aprovado pelo Conselho de Administração. Espera-se que até março de 2028 se conclua a transação de venda. Os ativos e passivos dessas empresas estão apresentados na nota 2. Esses investimentos mantidos para venda estão registrados pelo menor valor entre o seu valor justo e seu valor de custo no momento desta classificação.

q) Operações compromissadas

Compra (venda) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) a preço fixo são reconhecidas no Balanço Patrimonial como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob as rubricas "Aplicações interfinanceiras de liquidez" e "Captações no mercado aberto".

r) Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

s) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, e Carta-Circular Bacen nº 3.429/10, revogada pela Instrução Normativa nº 319/22 a partir de 1º de janeiro de 2023, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

- Contingências passivas: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a probabilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação. As ações que julgamos como possíveis a probabilidade de perda não são provisionadas, havendo apenas a divulgação das ações relevantes e, para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação. Os processos são avaliados de forma recorrente e a probabilidade de perda envolve elevado nível de julgamento, entre eles a perda histórica, incluindo quando necessário, o apoio de assessores jurídicos; e

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade. Os processos são avaliados de forma recorrente e a probabilidade de perda envolve elevado nível de julgamento, entre eles a perda histórica, incluindo quando necessário, o apoio de assessores jurídicos.

No caso da ocorrência de decisões favoráveis ao Pine com trânsito em julgado, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

t) Provisão para imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$240 (no exercício), e contribuição social de 20% (Banco), 15% (DTVM) e 9% (demais empresas).

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre o prejuízo fiscal, base negativa e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota explicativa 10.d, está baseada em projeções de resultados para os próximos 10 anos e fundamentada em estudo técnico que inclui julgamentos e premissas.

u) Participações sobre o lucro no semestre

O Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados atrelado e homologado pelo PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Formação de fundo para distribuição em todos os níveis da organização; e (c) Avaliação de competências e cumprimento de metas nas áreas de apoio. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações sobre o lucro no período" pelo período de competência.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



v) Lucro líquido por ação

Lucro básico por ação

O resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro líquido (prejuízo) atribuível aos titulares de ações da companhia, o numerador, pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria, o denominador, durante o período.

Lucro diluído por ação

Para a finalidade de calcular o resultado diluído por ação, a companhia deve ajustar o lucro ou o prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias, o capital próprio ordinário, da companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas, em circulação, para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

Os resultados básico e diluído por ação são iguais e são apresentados de maneira unificada, com a segregação entre ações ordinárias e preferenciais, na Demonstração do Resultado e está indicado como "Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação em Número Médio Ponderado de Ações".

w) Uso de estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas requer que o Pine efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações, tais como valor justo de ativos financeiros e derivativos e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; determinação de prazo para realização dos créditos tributários; constituição e reversão de provisões para passivos contingentes; valor de mercado de ativos não financeiros mantidos para a venda; e classificação de ativos financeiros mantidos até o vencimento. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

x) Alterações na Forma de Dedutibilidade Fiscal de Perdas

A lei 14.467/22, publicada em 17 de novembro de 2022, altera as regras relacionadas a dedução das perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (a lei 9.430/96 deixa de ser aplicável às Instituições Financeiras a partir de 01 de janeiro de 2025). Tais alterações tiveram como objetivo a aproximação das normas tributária e contábil, com vistas aprimorar a divulgação dos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras.

Regras para dedutibilidade de operações inadimplidas:

- O atraso para considerar a operação como inadimplida e passível de dedutibilidade fiscal será acima de 90 dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos, independentemente da data da contratação;

- O valor da perda dedutível deverá ser apurado mensalmente, limitado ao valor total do crédito, seguindo as seguintes regras:

Aplicação do fator "A" sobre o valor total do crédito a partir do mês em que a operação for considerada inadimplida;

Mais o valor resultante da aplicação do fator "B" multiplicado pelo número de meses de atraso, a partir do mês em que a operação foi considerada inadimplida, sobre o valor total do crédito;

Menos os montantes já deduzidos em períodos de apuração anteriores.

Encargos financeiros dos créditos: Deverão ser excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL os encargos financeiros sobre as perdas incorridas no recebimento de créditos e reconhecidos contabilmente como receitas de operações inadimplidas ou após a data da decretação da falência ou do deferimento da recuperação judicial do devedor. No período em que se tornarem disponíveis para a pessoa jurídica, para os fins legais, deverão ser adicionados.

Recuperação de Créditos: Deverão ser computados na base de cálculo do IRPJ e da CSLL o montante dos créditos deduzidos que tenham sido recuperados, em qualquer época ou a qualquer título, inclusive nos casos de novação da dívida ou do arresto dos bens recebidos em garantia real. Conforme diretrizes estabelecidas na Lei 14.467/22, caberá a Companhia realizar a dedução na razão de 1/84 para cada mês do período de apuração, a partir de janeiro de 2026, referente as diferenças temporárias relacionadas a perdas de operações de crédito adicionadas à base do lucro real até dezembro/24 ainda não deduzidas, acrescidos dos créditos indedutíveis a depender da base tributável de 2025.

Perdas não dedutíveis: Ampliou o conceito para controladores, seja PJ ou PF; diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais (inclui cônjuge, companheiro e parentes, ou afins, até o segundo grau, quando PF); PF com participação societária, direta ou indireta, no capital do credor igual a 15% ou mais das ações ou quotas em seu capital; PJ controladas, coligadas, sobre as quais haja controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária, ou possuam diretor ou membro de conselho de administração em comum; adicionalmente, proibiu a dedução de créditos nas operações com residentes ou domiciliados no exterior.

Os efeitos e expectativa de realização do crédito tributário estão apresentados na nota explicativa nº 10.d.

y) Resultado não recorrente

A Resolução BCB nº 2/20 estabeleceu que considera-se resultado não recorrente, o resultado que:

I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e

II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

O resultado não recorrente do Pine, está evidenciado na Nota 26.d, de forma segregada.

z) Eventos subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas; e

- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Os eventos subsequentes estão evidenciados na Nota 27.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades ⁽¹⁾	123.657	38.696	323.357	89.895
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5) ⁽²⁾	501.482	567.278	501.482	567.278
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	625.139	605.974	824.839	657.173

(1) Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, referem-se, substancialmente, a depósitos no exterior em moedas estrangeiras.

(2) Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, referem-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, as aplicações interfinanceiras de liquidez são ativos financeiros mensurados ao valor justo compostos conforme abaixo:

Papel/Vencimento	Individual e Consolidado				
	30/06/2026		31/12/2025		
	Até 3 meses	Total	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Aplicações em operações compromissadas					
LTN - Letras do Tesouro Nacional	90.000	90.000	200.110	-	200.110
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	264.004	264.004	-	-	-
NTN - Notas do Tesouro Nacional	100.000	100.000	321.499	-	321.499
Total de aplicações em operações compromissadas	454.004	454.004	521.609	-	521.609
Aplicações em depósitos interfinanceiros					
Certificados de depósitos interfinanceiros - CDI Pós	2.449	2.449	-	10.091	10.091
Depósitos vinculados ao Crédito Rural	-	-	-	287.852	287.852
Total de aplicações em depósitos interfinanceiros	2.449	2.449	-	297.943	297.943
Aplicações em moedas estrangeiras					
Aplicações em moedas estrangeiras	45.029	45.029	45.669	-	45.669
Total de aplicações em moedas estrangeiras	45.029	45.029	45.669	-	45.669
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	501.482	501.482	567.278	297.943	865.221

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 a carteira de títulos e valores mobiliários são compostas conforme abaixo:

							30/06/2026		Individual		
									31/12/2025		
	Valor de Mercado/Contábil						Total		Total		
	Sem Vencimento	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de Curva	Marcação a Mercado	Valor de Mercado/Contábil	Valor de Curva	Marcação a Mercado
Ativos financeiros mensurados ao VJR ⁽¹⁾											
Títulos públicos	-	-	-	4.223.380	-	4.223.380	4.240.414	(17.034)	4.287.685	4.165.702	121.983
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	-	4.223.380	-	4.223.380	4.240.414	(17.034)	4.287.685	4.165.702	121.983
Títulos privados	832.865	-	-	647.729	2.548.597	4.029.191	4.029.191	-	2.830.589	2.830.589	-
Ações de companhias abertas	601	-	-	-	-	601	601	-	691	691	-
Cotas de fundo de investimentos	832.264	-	-	-	-	832.264	832.264	-	491.640	491.640	-
Debêntures ⁽²⁾	-	-	-	647.729	2.548.597	3.196.326	3.196.326	-	2.338.258	2.338.258	-
Total de ativos financeiros mensurados ao VJR	832.865	-	-	4.871.109	2.548.597	8.252.571	8.269.605	(17.034)	7.118.274	6.996.291	121.983
Ativos financeiros mensurados ao VJORA											
Títulos públicos	-	-	-	539	-	539	538	1	505	503	2
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	539	-	539	538	1	505	503	2
Títulos privados	-	398.307	304.941	74.780	77.789	855.817	855.817	-	990.144	990.215	(71)
Eurobonds	-	-	-	-	-	-	-	-	3.608	3.679	(71)
Debêntures ^{(3) (4)}	-	398.307	261.741	44.870	54.905	759.823	759.823	-	887.923	887.923	-
Certificado de recebíveis agronegócio	-	-	9.938	-	7.003	16.941	16.941	-	22.408	22.408	-
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	33.262	29.910	15.881	79.053	79.053	-	76.205	76.205	-
Total de ativos financeiros mensurados ao VJORA	-	398.307	304.941	75.319	77.789	856.356	856.355	1	990.649	990.718	(69)
Ativos financeiros mensurados ao CA											
Títulos públicos	-	2.653.554	741.290	63.532	-	3.458.376	3.458.376	-	3.472.813	3.472.813	-
NTN - Notas do tesouro nacional	-	2.653.554	741.290	63.532	-	3.458.376	3.458.376	-	3.472.813	3.472.813	-
Títulos privados	-	-	1.206.423	-	157.503	1.363.926	1.363.926	-	-	-	-
Títulos Externos Soberanos	-	-	1.206.423	-	-	1.206.423	1.206.423	-	-	-	-
Debêntures ^{(2) (4)}	-	-	-	-	157.503	157.503	157.503	-	-	-	-
Total de ativos financeiros mensurados ao CA	-	2.653.554	1.947.713	63.532	157.503	4.822.302	4.822.302	-	3.472.813	3.472.813	-
Total de títulos e valores mobiliários	832.865	3.051.861	2.252.654	5.009.960	2.783.889	13.931.229	13.948.262	(17.033)	11.581.736	11.459.822	121.914

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



	Consolidado										
	30/06/2026										31/12/2025
	Valor de Mercado/Contábil						Total		Valor de Mercado/Contábil		Total
	Sem Vencimento	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de Curva	Marcação a Mercado	Valor de Curva	Marcação a Mercado	
Ativos financeiros mensurados ao VJR ⁽¹⁾											
Títulos públicos	-	-	-	4.223.380	-	4.223.380	4.240.414	(17.034)	4.287.685	4.165.702	121.983
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	-	4.223.380	-	4.223.380	4.240.414	(17.034)	4.287.685	4.165.702	121.983
Títulos privados	947.022	-	-	647.729	800.739	2.395.490	2.395.490	-	1.912.343	1.912.343	-
Ações de companhias abertas	601	-	-	-	-	601	601	-	691	691	-
Cotas de fundo de investimentos	946.421	-	-	-	-	946.421	946.421	-	567.626	567.626	-
Debêntures ⁽²⁾	-	-	-	647.729	800.739	1.448.468	1.448.468	-	1.344.026	1.344.026	-
Total de ativos financeiros mensurados ao VJR	947.022	-	-	4.871.109	800.739	6.618.870	6.635.904	(17.034)	6.200.028	6.078.045	121.983
Ativos financeiros mensurados ao VJORA											
Títulos públicos	-	-	-	539	-	539	538	1	505	503	2
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	539	-	539	538	1	505	503	2
Títulos privados	-	398.307	304.941	74.780	77.789	855.817	855.817	-	990.144	990.215	(71)
Eurobonds	-	-	-	-	-	-	-	-	3.608	3.679	(71)
Debêntures ^{(3) (4)}	-	398.307	261.741	44.870	54.905	759.823	759.823	-	887.923	887.923	-
Certificado de recebíveis agronegócio	-	-	9.938	-	7.003	16.941	16.941	-	22.408	22.408	-
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	33.262	29.910	15.881	79.053	79.053	-	76.205	76.205	-
Total de ativos financeiros mensurados ao VJORA	-	398.307	304.941	75.319	77.789	856.356	856.355	1	990.649	990.718	(69)
Ativos financeiros mensurados ao CA											
Títulos públicos	-	2.653.554	741.290	63.532	-	3.458.376	3.458.376	-	3.472.813	3.472.813	-
NTN - Notas do tesouro nacional	-	2.653.554	741.290	63.532	-	3.458.376	3.458.376	-	3.472.813	3.472.813	-
Títulos privados	-	-	1.217.781	-	-	1.217.781	1.217.781	-	10.309	10.309	-
Títulos Externos Soberanos	-	-	1.206.423	-	-	1.206.423	1.206.423	-	-	-	-
CDB - certificados de depósitos bancários	-	-	11.358	-	-	11.358	11.358	-	10.309	10.309	-
Total de ativos financeiros mensurados ao CA	-	2.653.554	1.959.071	63.532	-	4.676.157	4.676.157	-	3.483.122	3.483.122	-
Total de títulos e valores mobiliários	947.022	3.051.861	2.264.012	5.009.960	878.528	12.151.383	12.168.416	(17.033)	10.673.799	10.551.885	121.914

(1) Os títulos classificados na categoria "VJR" estão demonstrados pelo prazo do título, porém possuem característica de curto prazo.

(2) A Resolução CMN nº 4.966/21, estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Na referida classificação, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. Durante o período findo em 30 de junho de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Banco Pine estruturou nova cessão de crédito do segmento varejo, com coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine. Em 30 de junho de 2026, o montante de R\$1.905.361 (31 de dezembro de 2025 - R\$994.232) foi eliminado para fins de consolidação da Demonstração Financeira em contrapartida a rubrica de 'Outros passivos'.

(3) Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, inclui debêntures classificadas com prazo de vencimento entre 3 a 12 meses e de 5 a 15 anos, no montante de R\$57.937 (31 de dezembro de 2025 - R\$57.937), que tiveram declaração de vencimento antecipado, conforme consta Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 22 de setembro de 2023. Esses títulos privados possuem provisão de R\$46.350 (31 de dezembro de 2025 - R\$46.350).

(4) As perdas esperadas associadas ao risco de crédito estão evidenciadas na nota explicativa nº 8.a.

Atendendo ao disposto da Resolução CMN nº 4.966/21, o Banco Pine possui capacidade financeira e como estratégia de negócio coletar fluxos de caixas de principal e juros, portanto classificados como custo amortizado.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, em atendimento às alterações regulamentares do Banco Central do Brasil, os saldos de Cédula de Produtor Rural e Nota Comercial com exposição predominante ao risco de crédito foram reclassificados para a rubrica de Operações de Crédito, por se enquadrarem no conceito de 'Operações com Características de Concessão de Crédito', para fins de alinhamento regulatório e adequação da apresentação contábil.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários registrados na categoria 'VJORA' e 'VJR' foi apurado com base em preços e taxas praticados em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão e pelas Agências Internacionais de Informações, quando disponíveis ou por metodologia própria que considera a utilização mais ampla possível de dados observáveis. Em 30 de junho de 2026, a marcação a mercado dos títulos registrados na categoria "títulos mensurados a VJORA" possui um ajuste negativo acumulado no montante de R\$56 no Individual e no Consolidado, registrados no patrimônio líquido do Banco Pine, líquidos dos efeitos tributários (ajuste negativo acumulado de R\$83 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2025). A marcação a mercado dos títulos registrados na categoria "títulos mensurados a VJR" resultou em um ajuste negativo no montante de R\$17.034 no Individual e no Consolidado(ajuste positivo no montante de R\$121.983 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2025), registrados no resultado.

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Individual		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receitas (Despesas) de operações com títulos de renda fixa	577.719	1.380.542	536.243	1.347.980
Receitas (Despesas) de operações com títulos de renda variável	789	17.799	789	14.819
Instrumentos patrimoniais - fundos	31.713	15.790	54.337	15.790
Total	610.221	1.414.131	591.369	1.378.589

c) Instrumentos financeiros derivativos

i) Política de utilização

O crescente nível de sofisticação das empresas em um mercado globalizado, ocasionou um aumento na demanda por instrumentos financeiros derivativos para gerenciamento dos riscos de mercado dos seus balanços, resultantes de flutuações em taxas de juros, câmbio, commodities e demais preços de ativos. Para atender esta demanda o Pine oferece alternativas de mitigação de riscos de mercado aos seus clientes, através de instrumentos adequados.

ii) Gerenciamento

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Crédito e Cenários de stress. Com base nessas informações, as Mesas de Tesouraria providenciam os instrumentos financeiros derivativos necessários, em conformidade com a política de riscos de mercado e de crédito, previamente definidas pelo Pine. As operações de derivativos efetuadas pelo Pine junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites considera, dentre outras variáveis, os potenciais cenários de stress dos ativos objetos.

O conhecimento do cliente, a avaliação do setor em que atua, seu perfil de apetite a riscos, acompanhada da prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela Instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de swap, termos, opções e futuros, registradas na B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, swap com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, Nova York e Londres, incluindo operações de balcão, de menor relevância, em relação ao total das exposições do Pine.

Como principais fatores de riscos de mercado monitorados pelo Pine, destacam-se os de natureza cambial, oscilação de taxa de juros local (Pré, TR, IGP-M, TJLP, IPCA), cupom cambial e commodities. O Pine vem atuando de forma conservadora, minimizando as exposições por fatores de risco bem como os descasamentos de prazo da carteira.

iii) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Pine utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, *Intercontinental Exchange - ICE* e *Bloomberg*. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão, contratos a termos e títulos pouco líquidos.

iv) Valores registrados em contas patrimoniais e de compensação, segregados nas categorias indexador, contraparte, local de negociação, valores de referência, faixas de vencimento, valores de custo e de mercado

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

Instrumentos financeiros derivativos	Individual e Consolidado					
	30/06/2026			31/12/2025		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
ATIVO						
Swap - diferencial a receber	2.778	132.344	135.122	999.256	131.664	1.130.920
Contratos a termo - a receber	22.596	1.167	23.763	60.187	2.833	63.020
Prêmios de opções a exercer	21.056	84	21.140	18.978	1.360	20.338
Câmbio comprado a liquidar	1.034	-	1.034	1.445	-	1.445
Direito sobre vendas de câmbio	1.886	-	1.886	860	-	860
Futuros	1.646	23.889	25.535	25.380	13.961	39.341
Total a receber	50.996	157.484	208.480	1.106.106	149.818	1.255.924
PASSIVO						
Swap - diferencial a pagar	(1.913)	(61.759)	(63.672)	(2.139.166)	(12.965)	(2.152.131)
Contratos a termo - a pagar	(100.452)	(7.262)	(107.714)	(26.679)	(18.432)	(45.111)
Prêmios de opções lançadas	(8.966)	(8.727)	(17.693)	(1.709)	(4.216)	(5.925)
Câmbio vendido a liquidar	(4.837)	-	(4.837)	(464)	-	(464)
Obrigações por compra de vendas de câmbio	(9.413)	-	(9.413)	(2.110)	-	(2.110)
Futuros	(490)	(31.696)	(32.186)	(27.820)	(12.283)	(40.103)
Total a pagar	(126.071)	(109.444)	(235.515)	(2.197.948)	(47.896)	(2.245.844)
Valor líquido	(75.075)	48.040	(27.035)	(1.091.842)	101.922	(989.920)

v) Instrumentos financeiros derivativos por indexador

Swap	Individual e Consolidado							
	30/06/2026				31/12/2025			
	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado
Risco de mercado								
Posição ativa:	9.678.472	131.360	-	5.314.175	1.129.431	-	-	-
Juros	8.064.565	118.599	-	4.718.177	1.104.503	-	-	-
Moeda	1.613.907	12.761	-	595.998	24.928	-	-	-
Posição passiva:	9.678.472	-	(63.672)	5.314.175	-	(2.152.131)	-	-
Juros	8.857.023	-	(62.657)	4.290.079	-	(2.152.064)	-	-
Moeda	821.449	-	(1.015)	1.024.096	-	(67)	-	-
Valor líquido		131.360	(63.672)	28.406		1.129.431	(2.152.131)	(435.554)
Fluxo de Caixa								
Posição ativa:	63.365	3.762	-	30.000	1.489	-	-	-
Juros	15.000	1.238	-	15.000	1.179	-	-	-
Moeda	48.365	2.524	-	15.000	310	-	-	-
Valor líquido		3.762	-	-		1.489	-	-
Valor líquido de Swap		135.122	(63.672)	28.406		1.130.920	(2.152.131)	(435.554)

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS									
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS									
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)									
	30/06/2026				Individual e Consolidado				
	30/06/2026		31/12/2025		30/06/2026		31/12/2025		
	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado	
Contratos a termo									
Posição ativa:	8.914.447	23.763	-		5.318.285	63.020	-		
Juros	5.335.478	13.120	-		3.056.860	41.848	-		
Moeda	3.389.557	10.373	-		2.194.475	20.929	-		
Commodities	189.412	270	-		66.950	243	-		
Posição passiva:	8.914.447	-	(107.714)		5.318.285	-	(45.111)		
Juros	3.389.192	-	(71.222)		2.261.426	-	(38.858)		
Moeda	5.335.843	-	(34.967)		3.025.161	-	(3.585)		
Commodities	189.412	-	(1.525)		31.698	-	(2.668)		
Valor líquido		23.763	(107.714)	72.687		63.020	(45.111)	(215.397)	
Opções									
Prêmios de opções a exercer	1.101.524	21.140	-		1.391.460	20.338	-		
Juros	9.975	38	-		998.400	32	-		
Moeda	1.088.000	6.627	-		389.010	1.497	-		
Commodities	3.549	14.475	-		4.050	18.809	-		
Prêmios de opções lançadas	1.697.516	-	(17.693)		1.883.900	-	(5.925)		
Juros	-	-	-		998.400	-	-		
Moeda	1.691.625	-	(17.686)		885.500	-	(5.914)		
Commodities	5.891	-	(7)		-	-	(11)		
Valor líquido		21.140	(17.693)	(12.583)		20.338	(5.925)	36.787	
Câmbio									
Ativo	-	2.920	-		-	2.305	-		
Câmbio comprado a liquidar	-	1.034	-		-	1.445	-		
Direito sobre vendas de câmbio	-	1.886	-		-	860	-		
Passivo	-	-	(14.250)		-	-	(2.574)		
Câmbio vendido a liquidar	-	-	(4.837)		-	-	(464)		
Obrigações por compra de vendas de câmbio	-	-	(9.413)		-	-	(2.110)		
Valor líquido		2.920	(14.250)	14.779		2.305	(2.574)	(5.314)	
Total a receber (pagar) e ganho (perda)		182.945	(203.329)	103.289		1.216.583	(2.205.741)	(619.478)	
vi) Instrumentos financeiros derivativos - contratos de futuros									
	30/06/2026				Individual e Consolidado				
	30/06/2026		31/12/2025		30/06/2026		31/12/2025		
	Valor de Referência	Ajuste diário a Receber	Valor de Referência	Ajuste diário a Receber	Valor de Referência	Ajuste diário a Receber	Valor de Referência	Ajuste diário a Receber	
	Compra	Venda	(pagar)	Resultado	Compra	Venda	(pagar)	Resultado	
Mercado interfinanceiro ⁽¹⁾	26.200.235	21.348.913	(9.779)		14.121.711	13.236.393	(70.345)		
Moeda	2.566.972	178.353	1.014		877.713	-	(3.880)		
Cupom de IPCA	5.121.545	-	2.214		3.264.540	-	3.689		
Cupom cambial futuro	-	1.747.294	(126)		12.544	2.043.142	23.168		
Commodities	105.412	136.138	60		118.848	280.539	(137)		
Total	33.994.164	23.410.698	(6.617)	286.333	18.395.356	15.560.074	(47.505)	331.434	
(1) Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, contém Instrumento de Hedge com Futuros - DI (Nota 6.c.xa).									
vii) Instrumentos financeiros derivativos por vencimento									
Valor de referência - Compensação	30/06/2026				Individual e Consolidado				
	30/06/2026		31/12/2025		30/06/2026		31/12/2025		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Total		
Swap	130.065	159.418	3.288.593	5.150.840	1.012.921	9.741.837	5.344.175		
Contratos a termo	8.258.960	406.406	158.619	90.462	-	8.914.447	5.318.285		
Opções	1.400.665	220.125	1.050.750	127.500	-	2.799.040	3.275.360		
Futuros	4.331.038	579.421	4.228.871	650.666	47.614.866	57.404.862	33.955.430		
Total	14.120.728	1.365.370	8.726.833	6.019.468	48.627.787	78.860.186	47.893.250		
viii) Instrumentos financeiros derivativos por local de negociação									
Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, as operações de swap, contratos a termo e opções, cujos valores de referência encontram-se registrados em conta de compensação, estão compostas conforme abaixo:									
Custodiante	30/06/2026				Individual e Consolidado				
	30/06/2026		31/12/2025		30/06/2026		31/12/2025		
	Swaps	Contratos a termo	Opções	Futuros	Swaps	Contratos a termo	Opções	Futuros	
Bolsa	-	-	-	57.404.862	-	-	-	33.955.430	
B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão	-	-	-	57.194.446	-	-	-	33.575.399	
Bolsas no exterior	-	-	-	210.416	-	-	-	380.031	
Balcão	9.741.837	8.914.447	2.799.040	-	5.344.175	5.318.285	3.275.360	-	
Instituições Financeiras	8.101.818	1.115.678	-	-	1.009.608	1.661.670	-	-	
Empresas	1.640.019	7.798.769	2.799.040	-	4.334.567	3.656.615	3.275.360	-	
Total	9.741.837	8.914.447	2.799.040	57.404.862	5.344.175	5.318.285	3.275.360	33.955.430	
ix) Valor e tipo de margem dados em garantia									
O montante de margem depositado em garantia para operações com instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 tem a seguinte composição:									
Título	30/06/2026				Individual e Consolidado				
	30/06/2026		31/12/2025		30/06/2026		31/12/2025		
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	
NTN - Nota do tesouro nacional							425.419	1.541.038	
Total							425.419	1.541.038	
x) Hedge Accounting									
x.a) Hedge de Risco de Mercado									
É realizada avaliação da efetividade dos relacionamentos de hedge tanto na data de designação inicial quanto de forma contínua ao longo de sua vigência, com o objetivo de assegurar que os instrumentos de hedge sejam altamente eficazes na compensação das variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de hedge. A efetividade é mensurada por meio da comparação entre as variações acumuladas do instrumento de hedge e do item protegido, considerando-se que o hedge é considerado efetivo quando os resultados observados permanecem dentro da faixa de 80% a 125%, conforme os critérios estabelecidos na política contábil do banco. Os testes de efetividade são aplicados para todas as operações integrantes da carteira de hedge accounting, garantindo a consistência e aderência às exigências normativas vigentes. A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/02.									

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Hedge da carteira de captação - CDB, LCA, LCI, LFS e LF: O objetivo do relacionamento deste *hedge* é reduzir as exposições das captações (i) CDBs, LCIs e LCAs: pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pré-pós fixados ao CDI; (ii) CDBs: pré-pós fixados ao IPCA e (iii) LFs e LF: pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pré-pós fixadas ao CDI, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros e inflação.

Hedge da carteira de operação de crédito – empréstimos (varejo): O objetivo do relacionamento deste *hedge* é reduzir as exposições da carteira de empréstimos INSS, INSS GDF, FGTS, Crédito Privado e SIAPE pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pós-fixada, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros.

Hedge da operação de captação no exterior – empréstimo no exterior: O objetivo do relacionamento deste *hedge* é reduzir as exposições decorrentes da operação de captação no exterior, contratada na forma de empréstimo no exterior, protegendo a Instituição contra a flutuação dos riscos de mercado associados à variação das taxas de juros internacionais e à variação cambial.

	Individual e Consolidado							
	30/06/2026				31/12/2025			
	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Instrumento de Hedge								
Futuros (DI)	4.573.779	4.573.779	4.573.779	-	3.613.360	3.613.360	3.613.360	-
Futuros (DAP)	5.121.542	5.121.542	5.121.542	-	4.754.844	4.754.844	4.754.844	-
Total	9.695.321	9.695.321	9.695.321	-	8.368.204	8.368.204	8.368.204	-
Objeto de Hedge								
Captações de Depósitos a Prazo	4.655.318	8.963.693	8.679.015	(284.678)	6.144.643	8.205.319	7.916.292	(289.027)
Captações Letra de Crédito do Agronegócio e Imobiliário	27.737	36.134	35.888	(246)	54.204	68.904	67.887	(1.017)
Captações LF	80.965	95.822	94.917	(905)	80.965	88.996	88.389	(607)
Captações LFS	191.488	251.173	209.542	(41.631)	191.488	237.839	208.471	(29.368)
Total	4.955.508	9.346.822	9.019.362	(327.460)	6.471.300	8.601.058	8.281.039	(320.019)
Instrumento de Hedge								
Futuros (DI)	11.575.618	11.575.618	11.575.618	-	7.135.610	7.135.610	7.135.610	-
Total	11.575.618	11.575.618	11.575.618	-	7.135.610	7.135.610	7.135.610	-
Objeto de Hedge								
Consignado	11.527.711	11.527.711	11.426.166	(101.545)	6.749.172	6.749.172	6.665.645	(83.527)
Total	11.527.711	11.527.711	11.426.166	(101.545)	6.749.172	6.749.172	6.665.645	(83.527)
Instrumento de Hedge								
Swap	978.356	978.356	988.055	9.699	-	-	-	-
Total	978.356	978.356	988.055	9.699	-	-	-	-
Objeto de Hedge								
Empréstimo no exterior	978.356	978.356	988.055	9.699	-	-	-	-
Total	978.356	978.356	988.055	9.699	-	-	-	-

7. CARTEIRA DE CRÉDITO, GARANTIAS PRESTADAS E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, as informações da carteira de operações de crédito expandida, estão sumarizadas conforme abaixo:

a) Carteira de crédito por tipo de operação

Descrição	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Capital de giro	1.181.356	1.263.173	1.181.356	1.263.173
Conta corrente garantida	26.887	34.836	26.887	34.836
Financiamentos	250.090	273.400	250.090	273.400
Financiamento em moeda estrangeira	298.680	281.595	298.680	281.595
Títulos descontados	208.677	356.921	208.677	356.921
Adiantamento sobre contratos de câmbio	137.003	202.318	137.003	202.318
Outras operações com características de concessão de crédito	3.738.610	3.378.248	3.738.610	3.378.248
Empréstimos consignado ⁽¹⁾	13.208.157	9.531.640	13.208.157	9.531.640
Subtotal de operações de crédito	19.049.460	15.322.131	19.049.460	15.322.131
Devedores por compra de valores e bens ⁽²⁾	168.742	204.839	377.054	424.095
Avais e fianças honradas	37.902	39.338	37.902	39.338
Carteira de crédito	19.256.104	15.566.308	19.464.416	15.785.564
Créditos abertos para importação	140.775	49.978	140.775	49.978
Garantias prestadas	377.715	562.973	377.715	562.973
Garantias prestadas e responsabilidades	518.490	612.951	518.490	612.951
Títulos de crédito a receber	33.454	32.936	33.454	32.936
Títulos privados ⁽³⁾	4.925.997	3.705.221	3.134.793	2.786.975
Títulos com risco de crédito	4.959.451	3.738.157	3.168.247	2.819.911
Total carteira expandida	24.734.045	19.917.416	23.151.153	19.218.426
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽⁴⁾	448.690	335.564	448.690	335.564
Total carteira expandida ajustada ao valor justo	25.182.735	20.252.980	23.599.843	19.553.990
Prêmio pago na aquisição de operações de crédito	637.178	475.034	637.178	475.034
Carteira expandida ajustada pelo prêmio pago na aquisição de crédito (Adequação Res. n° 4.966/21)	25.819.913	20.728.014	24.237.021	20.029.024

(1) Contemplam contratos que são objeto de hedge de risco de mercado.

(2) Registrados em "Outros ativos financeiros" (Nota 9).

(3) Composto por debêntures, cotas de fundo de investimento, certificado de recebíveis agronegócio, certificado de recebíveis imobiliários e eurobonds, exceto cotas de fundo de investimento não creditório e debêntures com retenção substancial de riscos e benefícios. (Nota 6.a)

(4) Refere-se ao ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de hedge de risco de mercado (Nota 6.c.xa) e ajuste ao valor justo das operações de crédito mensuradas ao valor justo no resultado considerando o modelo de negócios, que não são objetos de hedge.

b) Carteira de crédito por vencimento

Prazo	Individual			Consolidado		
	30/06/2026			30/06/2026		
	A Vencer	Vencidos	Total	A Vencer	Vencidos	Total
Até 3 meses	949.713	97.485	1.047.198	949.735	97.485	1.047.220
De 3 a 12 meses	2.365.749	55.852	2.421.601	2.366.887	55.852	2.422.739
De 1 a 3 anos	4.610.506	48.416	4.658.922	4.657.031	48.416	4.705.447
De 3 a 5 anos	6.629.299	-	6.629.299	6.777.416	1.120	6.778.536
De 5 a 15 anos	4.490.418	-	4.490.418	4.495.402	239	4.495.641
Acima de 15 anos	8.666	-	8.666	14.833	-	14.833
Total carteira de crédito	19.054.351	201.753	19.256.104	19.261.304	203.112	19.464.416

Prazo	Individual			Consolidado		
	31/12/2025			31/12/2025		
	A Vencer	Vencidos	Total	A Vencer	Vencidos	Total
Até 3 meses	1.493.581	42.330	1.535.911	1.493.581	45.321	1.538.902
De 3 a 12 meses	2.145.292	19.855	2.165.147	2.147.457	19.855	2.167.312
De 1 a 3 anos	3.063.557	42.933	3.106.490	3.118.033	42.933	3.160.966
De 3 a 5 anos	4.933.255	-	4.933.255	5.073.528	1.120	5.074.648
De 5 a 15 anos	3.812.932	-	3.812.932	3.825.471	239	3.825.710
Acima de 15 anos	12.573	-	12.573	18.026	-	18.026
Total carteira de crédito	15.461.190	105.118	15.566.308	15.676.096	109.468	15.785.564

Notas Explicativas

c) Carteira de crédito por ramo de atividade				
	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Agronegócio	2.714.932	1.712.464	2.714.932	1.712.464
Imobiliário	868.543	543.818	1.076.855	763.074
Infraestrutura	125.523	83.967	125.523	83.967
Logística e Transporte	624.802	415.690	624.802	415.690
Mineração	2.116	503.484	2.116	503.484
Telecom e TI	174.103	11.683	174.103	11.683
Indústria	411.614	250.678	411.614	250.678
Serviços	133.052	125.080	133.052	125.080
Químico e Petroquímico	218.203	201.694	218.203	201.694
Energia	25.579	40.267	25.579	40.267
Comércio	110.081	232.506	110.081	232.506
Instituição Financeira	52.864	128.922	52.864	128.922
Saúde e Educação	13.575	13.847	13.575	13.847
Papel e Celulose	-	1.476	-	1.476
Pessoa física	13.235.222	9.561.971	13.235.222	9.561.971
Outros	545.895	1.738.761	545.895	1.738.761
Total carteira de crédito	19.256.104	15.566.308	19.464.416	15.785.564

d) Carteira de crédito por nível de concentração do total da carteira de crédito				
	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Maiores devedores	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Maior devedor	194.567	1,01	151.488	0,97
2º ao 10º	662.073	3,44	638.022	4,10
11º ao 20º	254.685	1,32	262.455	1,69
21º ao 50º	349.443	1,81	386.173	2,48
51º ao 100º	164.839	0,86	178.325	1,15
Demais devedores	17.630.497	91,57	13.949.845	89,63
Total	19.256.104	100,00	15.566.308	100,00

e) Recuperação de crédito

No semestre findo em 30 de junho de 2026, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo, no montante de R\$5.600 (R\$11.953 no semestre findo em 30 de junho de 2025) .

f) Renegociação de contratos

Em 30 de junho de 2026, existiam contratos renegociados no valor de R\$106.308 (R\$143.163 em 31 de dezembro de 2025).

g) Cessões de crédito

Sem retenção substancial dos riscos e benefícios (sem coobrigação)

Segmento atacado: No período findo em 30 de junho de 2026, foram realizadas operações de cessões de crédito sem coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine no valor de R\$36.202 (R\$5.766 em 31 de dezembro de 2025), anteriormente registradas como prejuízo. Essas cessões geraram receita de R\$8.166 (R\$2.572 em 31 de dezembro de 2025).

Segmento varejo: No período findo em 30 de junho de 2026, foram realizadas operações de cessões de crédito do segmento varejo, sem coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine, no valor de R\$1.300.898 (R\$3.474.187 em 31 de dezembro de 2025), referentes a INSS. Essas cessões geraram resultado, líquido de prêmio, em relação ao valor de face, no valor de R\$1.150 (R\$19.411 em 31 de dezembro de 2025). Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica 'Receitas de intermediação financeira – operações de crédito'.

Com retenção substancial dos riscos e benefícios (com coobrigação)

Segmento varejo: No período findo em 30 de junho de 2026, foram realizadas operações de cessões de crédito do segmento varejo, com coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine, no valor de R\$1.666.979 (R\$1.766.781 em 31 de dezembro de 2025), referentes a Entes Federais. Essas cessões não geraram resultado e as respectivas operações de crédito vinculadas a essas cessões não são desreconhecidas dos livros contábeis do Banco Pine.

8. CARTEIRA DE ATIVOS FINANCEIROS POR ESTÁGIO E PROVISÃO PARA PERDAS DE CRÉDITO ESPERADAS

a) Composição do saldo da carteira e das perdas esperadas dos ativos financeiros por estágio

As tabelas a seguir representam a composição do saldo da carteira e da perda esperada dos ativos financeiros, segregados pelos estágios de risco de crédito:

Composição	Individual				Consolidado			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	18.283.156	948.745	1.021.079	20.252.980	17.576.795	951.737	1.025.458	19.553.990
Aquisição / (Liquidação)	5.150.071	5.114	(35.731)	5.119.454	4.271.173	2.123	(37.744)	4.235.552
Transferência para Estágio 1	54.655	(46.285)	(8.370)	-	54.655	(46.285)	(8.370)	-
Transferência para Estágio 2	(795.037)	798.177	(3.140)	-	(795.037)	798.177	(3.140)	-
Transferência para Estágio 3	(325.116)	(142.318)	467.434	-	(325.116)	(142.318)	467.434	-
Baixa para prejuízo	(20.756)	(4.770)	(164.173)	(189.699)	(20.756)	(4.770)	(164.173)	(189.699)
Saldos em 30 de junho de 2026	22.346.973	1.558.663	1.277.099	25.182.735	20.761.714	1.558.664	1.279.465	23.599.843

Composição	Individual				Consolidado			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2025	14.077.039	642.339	1.005.682	15.725.060	14.251.709	642.339	1.005.681	15.899.729
Aquisição / (Liquidação)	4.413.907	305.116	(104.948)	4.614.075	3.539.229	305.116	(103.929)	3.740.416
Transferência para Estágio 1	76.500	(70.642)	(5.858)	-	76.500	(70.642)	(5.858)	-
Transferência para Estágio 2	(105.947)	110.348	(4.401)	-	(108.939)	113.340	(4.401)	-
Transferência para Estágio 3	(178.343)	(38.416)	216.759	-	(181.704)	(38.416)	220.120	-
Baixa para prejuízo	-	-	(86.155)	(86.155)	-	-	(86.155)	(86.155)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	18.283.156	948.745	1.021.079	20.252.980	17.576.795	951.737	1.025.458	19.553.990

b) Movimentação dos saldos das provisões para perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros

Movimentação	Individual				Consolidado			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	145.134	171.414	631.102	947.650	145.165	171.413	631.588	948.166
Constituição / (Reversão)	280.235	91.412	(83)	371.564	280.257	91.411	(351)	371.317
Transferência para Estágio 1	(8.143)	1.120	7.023	-	(8.143)	1.120	7.023	-
Transferência para Estágio 2	(1.761)	(1.171)	2.932	-	(1.761)	(1.171)	2.932	-
Transferência para Estágio 3	(179.992)	(80.722)	260.714	-	(179.992)	(80.722)	260.714	-
Baixa para prejuízo	(20.756)	(4.770)	(164.173)	(189.699)	(20.756)	(4.770)	(164.173)	(189.699)
Saldos em 30 de junho de 2026	214.717	177.283	737.515	1.129.515	214.770	177.281	737.733	1.129.784

Notas Explicativas

Movimentação	Individual				Consolidado			
					31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2025	188.471	62.536	305.385	556.392	188.471	62.536	305.385	556.392
Constituição / (Reversão)	83.780	114.804	278.829	477.413	84.166	114.804	278.959	477.929
Transferência para Estágio 1	6.199	(178)	(6.021)	-	6.199	(178)	(6.021)	-
Transferência para Estágio 2	(21)	4.232	(4.211)	-	(21)	4.232	(4.211)	-
Transferência para Estágio 3	(133.295)	(9.980)	143.275	-	(133.650)	(9.981)	143.631	-
Baixa para prejuízo	-	-	(86.155)	(86.155)	-	-	(86.155)	(86.155)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	145.134	171.414	631.102	947.650	145.165	171.413	631.588	948.166

9. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Avais e fianças honradas	37.902	39.338	37.902	39.338
Títulos e créditos a receber	46.878	38.617	46.878	38.617
Devedores por compra de valores e bens ⁽¹⁾	168.742	204.839	377.054	424.095
Relações interfinanceiras	246.148	9.202	246.148	9.202
Total	499.670	291.996	707.982	511.252
Circulante	320.705	84.941	320.705	93.878
Não Circulante	178.965	207.055	387.277	417.374

(1) Refere-se aos recebíveis pela venda a prazo de ativos não financeiros mantidos para venda.

10. ATIVOS FISCAIS

a) Créditos Tributários

Com base na Resolução BCB nº 2/20, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social, estão compostos conforme abaixo:

	Individual			Consolidado		
	30/06/2026			31/12/2025		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito ⁽¹⁾	223.977	179.382	403.359	208.240	166.593	374.833
Ajuste de títulos VJR	16.234	12.987	29.221	-	-	-
Créditos baixados para prejuízo	36.352	35.957	72.309	37.654	37.000	74.654
Provisão para riscos fiscais e passivos contingentes	2.447	1.957	4.404	-	-	-
MTM de hedge e derivativos	34.051	28.114	62.165	67	54	121
Prejuízo fiscal/base negativa	196.474	157.082	353.556	205.248	164.096	369.344
Crédito Presumido - Res. nº 4.838/20 ⁽²⁾	-	-	-	232.353	-	232.353
Mercado futuro - Lei nº 11.196	17.790	14.232	32.022	-	-	-
Outras provisões	37.730	30.183	67.913	859	687	1.546
Total	565.055	459.894	1.024.949	684.421	368.430	1.052.851

	Individual			Consolidado		
	30/06/2026			31/12/2025		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito ⁽¹⁾	223.984	179.386	403.370	208.247	166.597	374.844
Ajuste de títulos VJR	16.234	12.987	29.221	-	-	-
Créditos baixados para prejuízo	36.352	35.957	72.309	37.654	37.000	74.654
Provisão para riscos fiscais e passivos contingentes	2.447	1.957	4.404	-	-	-
MTM de hedge e derivativos	34.051	28.114	62.165	67	54	121
Prejuízo fiscal/base negativa	196.474	157.082	353.556	205.248	164.096	369.344
Crédito Presumido - Res. nº 4.838/20 ⁽²⁾	-	-	-	232.353	-	232.353
Mercado futuro - Lei nº 11.196	17.790	14.232	32.022	-	-	-
Outras provisões	37.730	30.183	67.913	859	687	1.546
Total	565.062	459.898	1.024.960	684.428	368.434	1.052.862

(1) Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, inclui o efeito tributário de adoção inicial da Res. CMN nº 4.966/21, realizado em 01 de janeiro de 2025, no montante de R\$140.239 no individual e no consolidado.

(2) A Medida Provisória nº 992/2020 autorizou as instituições financeiras participantes do Programa de Crédito para Pequenas e Médias Empresas (CGPE) a converterem ativos fiscais decorrentes de diferenças temporárias em créditos tributários. A possibilidade de apuração desse crédito presumido esteve vigente até 31 de dezembro de 2025.

b) Obrigações Fiscais Diferidas

	Individual			Consolidado		
	30/06/2026			31/12/2025		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Atualização monetária de depósitos judiciais	6.534	5.227	11.761	7.070	5.656	12.726
Ajuste de títulos VJR	-	-	-	18.116	14.493	32.609
Ajuste de títulos VJORA	7.701	6.161	13.862	10.163	8.130	18.293
Mercado futuro - Lei nº 11.196	25.907	20.725	46.632	2.854	2.284	5.138
MTM de hedge e derivativos	247.361	197.888	445.249	205.080	164.064	369.144
Crédito Presumido - Res. nº 4.838/20	-	-	-	48.393	-	48.393
Total (Nota 17.a)	287.503	230.001	517.504	291.676	194.627	486.303

	Individual			Consolidado		
	30/06/2026			31/12/2025		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Atualização monetária de depósitos judiciais	6.879	5.434	12.313	7.385	5.846	13.231
Ajuste de títulos VJR	-	-	-	18.116	14.493	32.609
Ajuste de títulos VJORA	17.193	9.608	26.801	10.163	8.130	18.293
Mercado futuro - Lei nº 11.196	25.907	20.725	46.632	2.854	2.284	5.138
MTM de hedge e derivativos	247.361	197.888	445.249	205.080	164.064	369.144
Crédito Presumido - Res. nº 4.838/20	-	-	-	48.393	-	48.393
Total (Nota 17.a)	297.340	233.655	530.995	291.991	194.817	486.808

c) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Créditos tributários	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial em 01/01/2025	1.052.851	1.000.839	1.052.862	1.000.850
Constituição	240.657	307.352	240.657	307.352
Reversão/Realização	(268.559)	(255.340)	(268.559)	(255.340)
Saldo final	1.024.949	1.052.851	1.024.960	1.052.862

Obrigações fiscais diferidas	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial em 01/01/2025	486.303	312.644	486.808	313.058
Constituição	71.099	384.201	101.523	389.732
Reversão/Realização	(39.898)	(210.542)	(57.336)	(215.982)
Saldo final	517.504	486.303	530.995	486.808

Notas Explicativas

d) Expectativa de realização dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

30/06/2026							
Créditos tributários	Individual				Consolidado		
	IRPJ	CSLL	Total	Valor Presente	IRPJ	CSLL	Valor Presente
Até 1 ano	23.704	19.292	42.996	37.173	23.704	19.292	37.173
De 1 a 2 anos	34.108	27.761	61.869	45.998	34.115	27.765	46.006
De 2 a 3 anos	40.428	32.904	73.332	47.218	40.428	32.904	47.218
De 3 a 4 anos	57.119	46.489	103.608	58.517	57.119	46.489	58.517
De 4 a 5 anos	66.673	54.265	120.938	58.816	66.673	54.265	58.816
De 5 a 8 anos	208.500	169.698	378.198	138.104	208.500	169.698	138.104
De 8 a 10 anos	134.523	109.485	244.008	62.490	134.523	109.485	62.490
Total	565.055	459.894	1.024.949	448.316	565.062	459.898	448.324

31/12/2025							
Créditos tributários	Individual				Consolidado		
	IRPJ	CSLL	Total	Valor Presente	IRPJ	CSLL	Valor Presente
Até 1 ano	24.705	13.299	38.004	194.458	24.705	13.299	194.458
De 1 a 2 anos	58.260	31.362	89.622	179.668	58.267	31.366	179.676
De 2 a 3 anos	69.778	37.562	107.340	128.185	69.778	37.562	128.185
De 3 a 4 anos	89.581	48.222	137.803	45.011	89.581	48.222	45.011
De 4 a 5 anos	82.807	44.575	127.382	42.884	82.807	44.575	42.884
De 5 a 8 anos	232.642	125.233	357.875	65.040	232.642	125.233	65.040
De 8 a 10 anos	126.648	68.177	194.825	4.320	126.648	68.177	4.320
Total	684.421	368.430	1.052.851	659.565	684.428	368.434	659.573

30/06/2026							
Obrigações fiscais diferidas	Individual				Consolidado		
	IRPJ	CSLL	Total		IRPJ	CSLL	Total
Até 1 ano		12.060	9.648	21.708	12.060	9.648	21.708
De 1 a 2 anos		17.355	13.884	31.239	27.192	17.538	44.730
De 2 a 3 anos		20.570	16.456	37.026	20.570	16.456	37.026
De 3 a 4 anos		29.062	23.250	52.312	29.062	23.250	52.312
De 4 a 5 anos		33.924	27.139	61.063	33.924	27.139	61.063
De 5 a 8 anos		106.086	84.869	190.955	106.086	84.869	190.955
De 8 a 10 anos		68.446	54.755	123.201	68.446	54.755	123.201
Total		287.503	230.001	517.504	297.340	233.655	530.995

31/12/2025							
Obrigações fiscais diferidas	Individual				Consolidado		
	IRPJ	CSLL	Total		IRPJ	CSLL	Total
Até 1 ano		10.528	7.025	17.553	10.528	7.025	17.553
De 1 a 2 anos		24.828	16.567	41.395	25.143	16.757	41.900
De 2 a 3 anos		29.737	19.842	49.579	29.737	19.842	49.579
De 3 a 4 anos		38.176	25.474	63.650	38.176	25.474	63.650
De 4 a 5 anos		35.289	23.547	58.836	35.289	23.547	58.836
De 5 a 8 anos		99.144	66.155	165.299	99.144	66.155	165.299
De 8 a 10 anos		53.974	36.017	89.991	53.974	36.017	89.991
Total		291.676	194.627	486.303	291.991	194.817	486.808

11. INVESTIMENTOS

a) Participações em controladas e coligadas avaliadas ao método de equivalência patrimonial

30/06/2026							
	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do período	Valor do investimento	Resultado de participação em controladas e coligadas
Subsidiárias							
Pine Capital Ltda.	100,0000	310.000	310	3.128	(1.016)	3.128	(1.016)
Pine Investimentos DTVM Ltda. ⁽²⁰⁾	100,0000	1.148.398	6.132	8.574	171	8.574	171
Pine Assessoria e Consultoria Ltda. ⁽¹²⁾	99,9800	499.999	500	37.925	27.576	37.925	27.576
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. ^{(2) (4) (5) (14) (19) (21)}	100,0000	853.037.796	588.596	594.329	(12.596)	594.329	(12.596)
Pine Corretora de Seguros Ltda. ⁽¹²⁾	99,9800	492.156	18.102	16.727	(2.100)	16.727	(2.100)
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda.	100,0000	10.000	10	11	-	11	-
Pine Holding Ltda. (Anteriormente denominada Pine Holding S.A.) ^{(1) (6) (7) (9) (10) (11) (12) (13) (15) (16)}	100,0000	68.685.000	68.685	99.012	15.576	99.012	15.576
Newco JV Gestão Empresarial Ltda	100,0000	100	1	1	-	1	-
Total					27.611	759.707	27.611

31/12/2025							
	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do período	Valor do investimento	Resultado de participação em controladas e coligadas
Subsidiárias							
Pine Capital Ltda.	100,0000	310.000	310	4.147	1.169	4.147	1.169
Pine Investimentos DTVM Ltda.	100,0000	892.300	4.765	7.036	247	7.036	247
Pine Assessoria e Consultoria Ltda. ⁽¹²⁾	99,9800	499.999	500	5.736	52.255	5.736	52.255
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. ^{(2) (4) (5)}	100,0000	844.488.145	582.697	601.024	(12.155)	601.024	(12.155)
Pine Corretora de Seguros Ltda. ⁽¹²⁾	99,9800	492.156	18.102	19.200	5.071	19.200	5.071
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário ⁽⁸⁾	100,0000	53.200.000	53.200	53.555	(152)	-	(152)
Cuiabá Ativos Imobiliários SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.) ^{(3) (8) (17)}	100,0000	228.124.066	98.093	96.054	(184)	-	(184)
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda.	100,0000	10.000	10	10	1	10	1
Pine Holding Ltda. (Anteriormente denominada Pine Holding S.A.) ^{(1) (6) (7) (9) (10) (11) (12) (15)}	99,0000	68.684.999	68.685	83.437	76.003	83.437	76.003
Santana de Parnaíba Ativos Imobiliários Ltda. (Anteriormente denominada Pine 1 Desenvolvimento Participações Ltda.) ⁽¹⁸⁾	100,0000	1.000	1	-	-	-	-
Subtotal					122.255	720.590	122.255

Notas Explicativas

							31/12/2025
	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do período	Valor do investimento	Resultado de participação em controladas e coligadas
Coligadas - Mensuradas pelo Método de Equivalência Patrimonial							
Amigoz Ltda. ^{(1) (9)}	87,8700	4.683.316	5.330	6.686	25.268	1.180	5.343
BYX Capital Ltda. ⁽⁹⁾	-	-	4.286	3.059	34.362	-	4.887
Subtotal					59.630	1.180	10.230
Total					181.885	721.770	132.485

- (1) Em 30 de junho de 2026, no consolidado, o saldo de investimentos inclui ágio no montante de R\$13.445 (R\$1.180 em 31 de dezembro de 2025) da Amigoz Ltda. investida da Pine Holding Ltda.
- (2) Em Alteração Contratual datada de 04 de junho de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda., no montante de R\$3.000, mediante emissão de 3.488.071 novas cotas.
- (3) Em Alteração Contratual datada de 08 de maio de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda., no montante de R\$100, mediante emissão de 233.000 novas cotas.
- (4) Em Alteração Contratual datada de 08 de agosto de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda., no montante de R\$1.000, mediante emissão de 1.449.276 novas cotas.
- (5) Em Alteração Contratual datada de 09 de setembro de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda., no montante de R\$6.400, mediante emissão de 9.275.363 novas cotas.
- (6) Em Alteração Contratual datada de 07 de março de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da Pine Holding S.A., no montante de R\$45.615, mediante emissão de 45.615.000 novas cotas.
- (7) Em Alteração Contratual datada de 10 de julho de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da Pine Holding S.A., no montante de R\$200, mediante emissão de 200.000 novas cotas.
- (8) Refere-se ao resultado de equivalência até a data da classificação dessas participações societárias como investimentos mantidos para venda, conforme descrito na Nota 3.p.
- (9) Até julho de 2025, o Banco Pine detinha participação societária de 50,29% na Amigoz Ltda. e 32,74% na Byx Capital Ltda, representando 2.676.435 e 1.407.363 quotas, respectivamente. Os resultados da participação societária de 1º de janeiro a 31 de julho de 2025 estão registrados na rubrica 'Receitas (Despesas) Operacionais - Resultado de participação em controladas e coligadas', no montante de R\$5.343 e R\$4.887, respectivamente. Em 04 de julho de 2025, por meio de aporte de capital de R\$45.615 realizado com transferência de ativos, o Banco Pine transferiu essas participações societárias mencionadas para a Pine Holding, de forma que esta passou a ser cotista direta, enquanto o Banco passou a ter participação indireta nessas empresas. Conforme descrito no fato relevante datado de 26 de novembro de 2025, houve alienação da participação de 32,74% na Byx Capital pelo montante, a receber, de R\$101.463, que está registrado na rubrica de 'Outros ativos' do Balanço Patrimonial no Consolidado. Parte desse valor a receber, correspondente a R\$63.333, que foi financiado por meio da emissão, pela Compradora, de notas comerciais, com integral subscrição e desembolso pelo Banco, com garantias constituídas pela alienação fiduciária de cotas de fundo de investimento detidas pelo emissor das notas comerciais, conforme previsto no contrato da operação. O montante de R\$97.206 foi efetivamente recebido em 26 de janeiro de 2026 e o restante será recebido em períodos futuros. A alienação dessa participação societária gerou um resultado de R\$62.458, antes de efeitos tributários, registrado na rubrica 'Receitas (Despesas) Operacionais - Resultado de participação em controladas e coligadas' no Individual e 'Receitas (Despesas) Operacionais - Outras receitas operacionais' no Consolidado. Adicionalmente, nessa transação, a Pine Holding recebeu 2.006.881 de quotas da Amigoz (que representam 37,65% do seu capital social), previamente detidas pela Byx Capital, por meio de cisão parcial desproporcional da Byx Capital, com incorporação da parcela cindida (composta exclusivamente pelas Quotas Amigoz) pela Pine Holding, o que resultou na entrega dessas Quotas Amigoz à Pine Holding, pelo valor contábil, totalizando 87,87% de participação, passando a consolidar a Amigoz no conglomerado a partir de dezembro de 2025. A transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pelo Bacen em dezembro de 2025.
- (10) Em Alteração Contratual datada de 28 de novembro de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da Pine Holding S.A., no montante de R\$4.120, mediante emissão de 4.120.000 novas cotas.
- (11) Em Alteração Contratual datada de 09 de dezembro de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da Pine Holding S.A., no montante de R\$18.750, mediante emissão de 68.684.999 novas cotas.
- (12) Em Reuniões de Sócios, realizadas no decorrer do exercício de 2025, foi deliberado sobre a distribuição de dividendos, no montante total de R\$114.771.
- (13) Em Instrumento Particular de Alteração datado de 27 de janeiro de 2026, a Pine Holding adquiriu 638.634 quotas da Amigoz Ltda., no montante de R\$13.601. Após a aquisição dessas novas quotas a Pine Holding passa a deter 99,85% de participação da Amigoz, o que representa a quantidade de 5.321.950 quotas.
- (14) Em reunião de sócios realizada em 10 de fevereiro de 2026, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$2.407, mediante emissão de 3.488.582 novas quotas.
- (15) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de fevereiro de 2025, foi aprovado a alteração do tipo societário e da denominação social passando de Pine Holding S.A. para Pine Holding Ltda.
- (16) Em instrumento particular datado de 18 de março de 2026, foi deliberado sobre a alteração de sociedade limitada para sociedade limitada unipessoal, em razão da saída de um sócio.
- (17) Em Alteração Contratual datada de 06 de abril de 2026, foi deliberado sobre a alteração da denominação de Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda, para Cuiabá Ativos Imobiliários SPE Ltda.
- (18) Em Alteração Contratual datada de 06 de abril de 2026, foi deliberado sobre a alteração da denominação de Pine 1 Desenvolvimento Participações Ltda. para Santana de Parnaíba Ativos Imobiliários Ltda.
- (19) Em Alteração Contratual datada de 11 de maio de 2026, foi deliberado sobre o aumento do capital social da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda., no montante de R\$1.492, mediante emissão de 2.162.518 novas cotas.
- (20) Em Alteração Contratual datada de 15 de maio de 2026, foi deliberado sobre o aumento do capital social da Pine Investimentos DTVM Ltda., no montante de R\$1.367, mediante emissão de 256.098 novas cotas.
- (21) Em Alteração Contratual datada de 18 de junho de 2026, foi deliberado sobre o aumento do capital social da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda., no montante de R\$2.000, mediante emissão de 2.898.551 novas cotas.

b) Outros Investimentos

	Individual e Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
CIP S.A. ⁽¹⁾	264	260
Fundo Garantidor para Investimentos (BNDES FGI)	1.000	1.000
Total	1.264	1.260

(1) Em 26 de junho de 2025, houve recebimento de dividendos da CIP S.A. no montante de R\$43. Em 10 de dezembro de 2025, houve recebimento de dividendos da CIP S.A. no montante de R\$39. Em 30 de junho de 2026, houve valorização das ações da CIP S.A., no montante de R\$4 (30 de junho de 2025 - R\$1).

12. OUTROS ATIVOS

a) Ativos não financeiros mantidos para venda

	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Imóveis	299.789	343.798	857.940	856.623
Provisão ao valor recuperável	-	-	(873)	(1.455)
Total	299.789	343.798	857.067	855.168
Não Circulante	299.789	343.798	857.067	855.168

b) Despesas antecipadas

	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Prêmios de seguros pagos	12.821	15.480	19.858	24.187
Aluguéis	6.786	7.267	6.786	7.267
Custos de estruturação	75.097	40.189	75.097	40.189
Custos de aquisição de clientes	134.655	91.817	134.655	91.817
Outras	2.901	1.049	3.316	1.188
Total	232.260	155.802	239.712	164.648
Circulante	65.640	28.191	66.944	28.407
Não Circulante	166.620	127.611	172.768	136.241

c) Diversos

	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Adiantamentos e antecipações salariais	2.931	213	9.896	260
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	1.333	3.123	9.915	4.443
Adiantamentos por conta de imobilizações	34.746	17.783	37.384	20.337
Adiantamentos ao FGC	97.793	-	97.793	-
Rendas a receber	15.628	26.412	45.333	43.344
Dividendos a receber	59.475	116.468	1.941	1.377
Devedores por depósito em garantia (Nota 16.b)	77.878	82.590	81.148	85.743
Negociação e intermediação de valores	9.224	20.978	9.224	20.978
Tributos a compensar/recuperar	148.713	157.263	172.045	168.160
Valores a receber de sociedades ligadas	10.677	10.931	4.478	5.923
Investimentos mantidos para venda ⁽²⁾	213.854	149.607	23.007	-
Títulos e créditos a receber	33.454	44.229	33.454	44.229
Devedores diversos - País e exterior ⁽¹⁾	163.927	194.278	186.915	304.868
Total	869.633	823.875	712.533	699.662

- (1) Em 30 de junho de 2026, refere-se, substancialmente, ao: (i) a antecipação de planos de pagamento baseado em ações, no montante de R\$78.837 (31 de dezembro de 2025 - R\$81.806) no Individual e R\$83.002 (31 de dezembro de 2025 - R\$82.724) no Consolidado, (ii) contas a receber de terceiros no montante de R\$64.199 (31 de dezembro de 2025 - R\$49.463) no Individual e no Consolidado e (iii) em 31 de dezembro de 2025, refere-se ao valor a receber referente a venda da Byx Capital Ltda. pela Pine Holding, no montante de R\$101.463 no Consolidado, o montante de R\$97.206 foi efetivamente liquidado em 26 de janeiro de 2026 e o restante será recebido em períodos futuros.
- (2) Refere-se a investimentos mantidos para venda conforme descrito na Nota 3.p. No período findo em 30 de junho de 2026, foi registrado o impairment de R\$1.918 (31 de dezembro de 2025 - R\$53)

Notas Explicativas

13. IMOBILIZADO DE USO

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, sistema de processamento de dados, e sistema de transporte, 20%, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e sistema de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens.

	31/12/2025		01/01 a 30/06/2026			Individual
	Saldo					30/06/2026
	contábil	Aquisições	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Imobilizados de Uso	13.802	103	(1.712)	33.949	(21.756)	12.193
Instalações, Moveis e Equipamentos de Uso	13.802	103	(1.712)	33.949	(21.756)	12.193
Outros Imobilizados de Uso	45.820	1.648	(3.819)	54.627	(10.978)	43.649
Sistema de Segurança e Comunicação	1.264	-	(232)	3.904	(2.872)	1.032
Sistema de Transporte	42.962	-	(3.195)	47.264	(7.497)	39.767
Imobilizado de arrendamento	1.594	1.648	(392)	3.459	(609)	2.850
Total	59.622	1.751	(5.531)	88.576	(32.734)	55.842

14. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os recursos de instituições financeiras são compostos pelos depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses.

	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos (Nota 14.a)	18.344.203	15.820.956	18.240.609	15.749.002
Captações no mercado aberto (Nota 14.b)	7.296.854	4.681.536	7.296.854	4.681.536
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 14.c)	4.810.187	4.838.955	4.810.187	4.838.955
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 14.d)	1.230.766	197.494	1.230.766	197.494
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽¹⁾	(285.829)	(290.651)	(285.829)	(290.651)
Total ajustado ao valor justo	31.396.181	25.248.290	31.292.587	25.176.336

(1) Refere-se ao valor justo de captações que são objetos de hedge de risco de mercado (Nota 6.c.xa).

a) Depósitos

Composição por Vencimento	Individual			Consolidado		
	Depósitos			Depósitos		
	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Interfinanceiros	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Interfinanceiros
Sem vencimento	112.940	-	-	93.420	-	-
Até 30 dias	-	427.192	2.592	-	426.847	2.592
De 31 a 60 dias	-	193.189	101.333	-	193.125	101.333
De 61 a 90 dias	-	137.796	837.213	-	136.871	837.213
De 91 a 180 dias	-	1.579.592	31.220	-	1.578.935	31.220
De 181 a 360 dias	-	3.878.722	16.293	-	3.878.711	16.293
Acima de 360 dias	-	11.026.121	-	-	10.944.049	-
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽¹⁾	-	(284.678)	-	-	(284.678)	-
Total	112.940	16.957.934	988.651	93.420	16.873.860	988.651

(1) Refere-se ao valor justo de depósitos que são objetos de hedge de risco de mercado (Nota 6.c.xa).

Composição por Vencimento	Individual			Consolidado		
	Depósitos			Depósitos		
	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Interfinanceiros	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Interfinanceiros
Sem vencimento	81.919	-	-	69.120	-	-
Até 30 dias	-	1.070.233	-	-	1.070.231	-
De 31 a 60 dias	-	544.567	133.432	-	544.566	133.432
De 61 a 90 dias	-	376.844	93.578	-	376.764	93.578
De 91 a 180 dias	-	1.334.110	14.129	-	1.332.857	14.129
De 181 a 360 dias	-	1.987.606	297.291	-	1.985.067	297.291
Acima de 360 dias	-	9.887.247	-	-	9.831.967	-
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽¹⁾	-	(289.027)	-	-	(289.027)	-
Total	81.919	14.911.580	538.430	69.120	14.852.425	538.430

(1) Refere-se ao valor justo de depósitos que são objetos de hedge de risco de mercado (Nota 6.c.xa).

b) Captações no Mercado Aberto

	Individual e Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Obrigações por operações compromissadas		
NTN - notas do tesouro nacional	5.535.003	3.618.497
Debêntures	1.761.851	1.060.856
Certificado de recebíveis imobiliários	-	2.183
Total	7.296.854	4.681.536

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Individual e Consolidado			
	30/06/2026		31/12/2025	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
Letras de crédito imobiliário	111.285	382.743	57.387	-
Letras de crédito do agronegócio	207.153	777.776	567.165	-
Letras financeiras	182.491	2.036.396	443.886	43.905
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽¹⁾	(79)	(383)	(648)	(41)
Total ajustado ao valor justo	500.850	3.196.532	1.067.790	43.864

(1) Refere-se ao valor justo de depósitos que são objetos de hedge de risco de mercado (Nota 6.c.xa).

d) Obrigação por Empréstimos e Repasses

	Individual e Consolidado			
	30/06/2026		31/12/2025	
	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Repasses do país - instituições oficiais	-	47.216	47.216	41.913
Repasso para empréstimo no exterior	-	988.056	988.056	-
Obrigações em moedas estrangeiras - Importação	195.494	-	195.494	155.581
Total	195.494	1.035.272	1.230.766	197.494

Notas Explicativas

Por prazo	Individual e Consolidado					
	30/06/2026		31/12/2025			
	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Letras Financeiras Subordinadas	23.244	44.452	226.211	344.973	209.271	848.151
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽¹⁾	(1.025)	(3.936)	(70)	(36.368)	(232)	(41.631)
Total ajustado ao valor justo	22.219	40.516	226.141	308.605	209.039	806.520

(1) Refere-se ao valor justo de letras financeiras subordinadas que são objetos de hedge de risco de mercado (Nota 6.c.xa).

Papel	Individual e Consolidado				30/06/2026	
	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	Total
Letras Financeiras						
	26.588	2021	2027 até 2028	IPCA+	9,76% a 10,15%	33.547
	30.300	2021	2027 até 2028	CDI	162% a 188%	28.858
	65.317	2022	2029	CDI	135% a 150%	121.448
	139.350	2023	2030 até 2038	CDI	100% a 162%	149.220
	287.004	2024	2030 até 2099	CDI	100% a 154%	316.256
	121.556	2025	2030 até 2099	CDI	100% a 147%	135.419
	20.000	2026	2099	CDI	146%	21.772
Total	690.115					806.520

Papel	Individual e Consolidado				31/12/2025	
	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	Total
Letras Financeiras						
	5.300	2019	2026	CDI	149% a 150%	5.835
	1.000	2020	2026	CDI	140%	1.023
	26.588	2021	2027 até 2028	IPCA+	9,76% a 10,15%	31.965
	30.300	2021	2027 até 2028	CDI	165% a 190%	30.525
	65.317	2022	2029	CDI	132% a 150%	111.052
	139.350	2023	2030 até 2038	CDI	100% a 162%	147.784
	287.004	2024	2030 até 2099	CDI	100% a 154%	313.157
	121.556	2025	2030 até 2099	CDI	100% a 133%	131.933
Total	676.415					773.274

16. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Provisão para passivos contingentes - fiscais (Nota 16.b)	-	-	29	29
Provisão para passivos contingentes - trabalhistas (Nota 16.b)	8.160	11.792	8.160	11.792
Provisão para passivos contingentes - cíveis (Nota 16.b)	1.627	1.334	1.627	1.334
Total	9.787	13.126	9.816	13.155

a) Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, não existiam ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Individual				Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisão		Depósitos judiciais		Provisão	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Contingências Fiscais e Obrigações Legais	65.710	61.203	-	-	68.980	64.356	29	29
Contingências Trabalhistas	7.178	15.396	8.160	11.792	7.178	15.396	8.160	11.792
Contingências Cíveis	4.990	5.991	1.627	1.334	4.990	5.991	1.627	1.334
Total	77.878	82.590	9.787	13.126	81.148	85.743	9.816	13.155

O Pine e a Pine Investimentos obtiveram decisões favoráveis, transitadas em julgado, em relação às ações judiciais que questionavam o alargamento das bases de cálculo das contribuições devidas ao PIS e COFINS nos termos do disposto no Art. 3º, §1º, da Lei nº 9.718/98, sendo que as provisões anteriormente constituídas em relação a essas ações, classificadas como Obrigações Legais, foram revertidas em exercícios anteriores.

Em relação ao COFINS, a referida decisão resultou no levantamento de valores não convertidos em renda em favor da União, pelo Banco Pine e Pine Investimentos. Não obstante, a PGFN ingressou com medidas executivas, em relação às quais o Pine e a Pine Investimentos apresentaram defesas e aguardam decisões definitivas. Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, não havia depósitos judiciais referentes à COFINS.

Em relação ao PIS, o processo encontra-se sobrestado pelo fato de estar afetado pela repercussão geral reconhecida pela STF (Tema 372). Em 30 de junho de 2026, os depósitos relativos ao PIS representavam R\$60.627 no Individual e R\$61.027 no Consolidado (R\$59.060 no Individual e R\$59.449 no Consolidado em 31 de dezembro de 2025).

Adicionalmente, em 30 de junho de 2026, os créditos fiscais a compensar, decorrentes de pagamentos efetuados a maior no curso dessas ações, representavam os montantes de COFINS de R\$8.641 no Individual e no Consolidado (R\$8.475 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2025).

c) Movimentação das provisões passivas

	Individual				Consolidado			
	30/06/2026		31/12/2025		30/06/2026		31/12/2025	
	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial em 31/12/2025	-	11.792	1.334	13.126	29	11.792	1.334	13.155
Constituição	-	2.654	-	2.654	-	2.654	-	2.654
Reversão	-	(4.483)	(83)	(4.566)	-	(4.483)	(83)	(4.566)
Atualização	-	(1.803)	376	(1.427)	-	(1.803)	376	(1.427)
Saldo final	-	8.160	1.627	9.787	29	8.160	1.627	9.816

	Individual				Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2025		31/12/2025		31/12/2025	
	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial em 01/01/2025	-	10.389	1.435	11.824	578	10.389	1.435	12.402
Constituição	-	84	182	266	-	84	182	266
Reversão	-	-	(286)	(286)	(549)	-	(286)	(835)
Atualização	-	1.319	3	1.322	-	1.319	3	1.322
Saldo final	-	11.792	1.334	13.126	29	11.792	1.334	13.155

d) Principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis

Trabalhistas: Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o Pine não possuía processos trabalhistas classificados como possíveis.

Cíveis: Em 30 de junho de 2026, o Pine possuía processos cíveis classificados como perda possível, no saldo de R\$21.285 no Individual e no Consolidado. Os processos tratam-se de ações de natureza cível-consumerista, relacionados à carteira de varejo, classificados pela área jurídica, com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos, todos em tramitação e com decisão de 1ª instância. Em 31 de dezembro de 2025, o Pine não possuía processos cíveis classificados como possíveis.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Fiscais: Em 30 de junho de 2026, o Pine possuía processos fiscais classificados como perda possível, o saldo dos processos fiscais classificados como possível é de R\$47.472 no Individual e no Consolidado. O processo trata-se de uma discussão tributária, acerca da incidência do IRPJ e da CSLL sobre juros de mora recebidos pelo Banco Pine nos casos de atrasos contratuais. Atualmente, o processo encontra-se com sentença desfavorável, pendente de análise de recurso apresentado pelo Banco Pine. É importante ressaltar que o processo está garantido por seguro garantia. Em 31 de dezembro de 2025, o Pine não possuía processos fiscais classificados como possíveis.

17. OUTROS PASSIVOS

	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Cobrança e arrecadação de tributos e assemealhados	5.392	2.949	5.392	2.949
Credores diversos ⁽¹⁾	215.289	253.893	879.867	1.119.446
Fiscais e previdenciárias (Nota 17.a)	554.307	495.572	607.910	543.974
Sociais e estatutárias	69.000	30.000	75.937	30.786
Provisões de despesas de pessoal	37.500	63.525	37.500	54.498
Outros	40.160	43.727	63.796	61.676
Obrigações por operações vinculadas a cessão - Operações de crédito	2.355.248	1.814.780	-	-
Total	3.276.896	2.704.446	1.670.402	1.813.329
Circulante	3.131.970	2.476.131	1.492.771	1.557.269
Não Circulante	144.926	228.315	177.631	256.060

(1) Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, no consolidado, refere-se, principalmente, a obrigações com debenturistas seniores das debêntures que são consolidadas nessas Demonstrações Financeiras.

a) Fiscais e previdenciárias

	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	1.111	1.387	19.296	11.571
Impostos e contribuições sobre salários	3.884	4.731	4.110	13.996
Impostos e contribuições sobre o lucro	28.928	79	39.412	17.219
ISS	125	153	1.250	869
IRRF	(2.163)	352	(2.163)	352
PIS e Cofins a recolher	4.211	2.156	5.088	2.800
Provisão para Pis e Cofins	-	-	7.705	8.012
Provisão para IR e CS diferidos (Nota 10.b)	517.504	486.303	530.995	486.808
Outros	707	411	2.217	2.347
Total	554.307	495.572	607.910	543.974

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Conforme Estatuto Social, em 30 de junho de 2026, o capital social subscrito e integralizado totaliza R\$1.259.627 (R\$1.000.910 em 31 de dezembro de 2025) e está dividido em 259.700.258 ações nominativas, sendo 129.856.723 ordinárias e 129.843.535 preferenciais (232.451.347 em 31 de dezembro de 2025) sem valor nominal. O Pine fica autorizado a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 100.000.000 de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de abril de 2026, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$810, mediante emissão de 181.946 novas ações nominativas, sendo 72.506 ordinárias e 109.440 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício: (i) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de março 2026 a 31 de março de 2026 ("Décimo Terceiro período de exercício"), (ii) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 03 de outubro de 2024 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, no período de 01 de março 2026 a 31 de março de 2026 ("Quinto período de exercício") e (iii) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 13 de outubro de 2025 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de novembro de 2025, no período de 01 de março 2026 a 31 de março de 2026 ("Primeiro período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 25 de maio de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de março de 2026, foi deliberado o aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante bruto de R\$245.926, mediante emissão de 21.860.095 novas ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, com despesas vinculadas à emissão no montante total de R\$9.936, líquido de tributos, resultando no aumento de capital líquido de R\$235.990, com exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das S.A., sendo que a integralidade do preço por ação é de R\$ 11,25. Em razão da necessidade de homologação do aumento de capital social pelo Bacen, foram emitidos recibos de subscrição, integralizados à vista em moeda corrente nacional, conferindo aos seus titulares o direito à conversão em ações após a homologação. Após a homologação, as ações passarão a conferir aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições aplicáveis às ações preferenciais de emissão do Banco Pine, nos termos do Estatuto Social e da legislação vigente. O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 06 de abril de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de janeiro de 2026, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$21.917, mediante emissão de 5.206.870 novas ações nominativas, sendo 2.524.594 ordinárias e 2.682.276 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício: (i) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de dezembro 2025 a 31 de dezembro de 2025 ("Décimo Segundo período de exercício") e (ii) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 03 de outubro de 2024 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, no período de 01 de dezembro 2025 a 31 de dezembro de 2025 ("Quarto período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 06 de abril de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de outubro de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social do Banco dentro do limite do capital autorizado nos termos do Estatuto Social, no valor de, no mínimo, R\$36.954 e, no máximo, R\$48.719, mediante a emissão de, no mínimo, 4.337.268 ações, sendo 2.225.396 ações ordinárias e 2.111.872 ações preferenciais, e, no máximo, 5.718.156 novas ações, sendo 2.933.911 ações ordinárias e 2.784.245 ações preferenciais de emissão do Banco, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O preço de emissão é de R\$8,52 por ação ordinária ou preferencial do Banco. Os acionistas poderão exercer o direito de preferência na subscrição das novas ações na proporção do número de ações que possuírem. Será concedido a todos os acionistas que constarem da posição acionária do Banco na data de 16 de outubro de 2025 o prazo de 30 dias para o exercício do direito de preferência. Após a efetiva subscrição das ações e a integralização deste Aumento de Capital, nova Reunião do Conselho de Administração do Banco será realizada para homologar parcial ou totalmente o aumento de capital, dentro do limite de capital autorizado. Após a homologação pelo Conselho de Administração do Banco, o aumento de capital será levado à aprovação do Bacen.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de outubro de 2025, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$1.642, mediante emissão de 386.717 novas ações nominativas, sendo 188.445 ordinárias e 198.272 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício: (i) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de setembro 2025 a 30 de setembro de 2025 ("Décimo Primeiro período de exercício") e (ii) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 03 de outubro de 2024 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, no período de 01 de setembro 2025 a 30 de setembro de 2025 ("Terceiro período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 22 de dezembro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de julho de 2025, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$997, mediante emissão de 311.198 novas ações nominativas, sendo 129.441 ordinárias e 181.757 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício: (i) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 02 de junho 2025 a 30 de junho de 2025 ("Décimo período de exercício") e (ii) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 03 de outubro de 2024 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, no período de 02 de junho 2025 a 30 de junho de 2025 ("Segundo período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 22 de setembro de 2025.

Em 24 de abril de 2025, o Conselho de Administração do Banco Pine, em atendimento ao disposto na Resolução CVM nº 44/21, aprovou o cancelamento de 3.342.492 ações preferenciais nominativas e 73.100 ações ordinárias nominativas de emissão do Banco, no montante de R\$15.104, atualmente mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social, nos termos do artigo 19, XVI do Estatuto Social do Banco. Referidas ações foram adquiridas por meio do programa de recompra de ações, em consonância com a Resolução CVM nº 77/22. Em razão do cancelamento de ações mantidas em tesouraria, o capital social da Companhia de R\$952.902, passa a ser dividido em 226.428.370 ações nominativas, sendo 115.914.712 ordinárias e 110.513.658 preferenciais, sem valor nominal.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de abril de 2025, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$130, mediante emissão de 49.979 novas ações nominativas, sendo 18.740 ordinárias e 31.239 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício: (i) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 06 de março de 2025 a 31 de março de 2025 ("Nono período de exercício") e (ii) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 03 de outubro de 2024 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, no período de 06 de março de 2025 a 31 de março de 2025 ("Primeiro período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 24 de junho de 2025.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de janeiro de 2025, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$93, mediante emissão de 46.362 novas ações nominativas, sendo 15.454 ordinárias e 30.908 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 02 de dezembro de 2024 a 30 de dezembro de 2024 ("Oitavo período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 27 de janeiro de 2025.

b) Reservas de capital

As reservas de capital podem ser compostas por: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente podem ser usadas para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias. Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, as reservas de capital do Banco Pine, são compostas pelo diferimento dos planos de remuneração baseados em ações.

c) Reserva de lucros

A conta de reserva de lucros do Pine é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Pine, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Pine não possui outras reservas de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Pine deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Pine. Ademais, o Pine poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido do exercício será transferido para a conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias ficando à disposição da Assembleia Geral que poderá mantê-la, até o limite de 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco.

d) Juros sobre o capital próprio

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de julho de 2026, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$69.000, à base de R\$0,2714290, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 17,5%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 22 de julho de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de abril de 2026, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$57.259, à base de R\$0,223044, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 17,5%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 30 de abril de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de dezembro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$23.700, à base de R\$0,1022642, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 17 de janeiro de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de outubro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento adicional de juros sobre o capital próprio no montante de R\$57.316, à base de R\$0,253295, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 27 de novembro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de outubro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$23.200, à base de R\$0,1025173, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 29 de outubro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de julho de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$24.700, à base de R\$0,1099374, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 25 de julho de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de abril de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$18.750, à base de R\$0,0823389, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 25 de abril de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de dezembro de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$18.117, à base de R\$0,080554, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 16 de janeiro de 2025.

De acordo com o previsto na Lei n.º 9.249/95, foram provisionados e declarados juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da TJLP vigente no período. Esses juros sobre o capital próprio reduziram o encargo de imposto de renda e contribuição social no período findo em 30 de junho de 2026 em R\$56.817.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, houve deliberação de juros sobre o capital próprio, conforme quadro a seguir:

Descrição	Individual e Consolidado					
	30/06/2026					
	Data de deliberação	Data do pagamento	Valor por ação bruto	Valor total bruto	Valor por ação líquido de IR	Valor total líquido
Juros sobre o Capital Próprio	07/07/2026	22/07/2026	0,271429	69.000	0,219036	56.925
Juros sobre o Capital Próprio	13/04/2026	30/04/2026	0,223044	57.259	0,181897	47.239
Total				126.259		104.164

Descrição	Individual e Consolidado					
	31/12/2025					
	Data de deliberação	Data do pagamento	Valor por ação bruto	Valor total bruto	Valor por ação líquido de IR	Valor total líquido
Juros sobre o Capital Próprio	26/12/2025	17/01/2026	0,102264	23.700	0,086663	20.145
Juros sobre o Capital Próprio	13/10/2025	27/11/2025	0,253295	57.316	0,214866	48.719
Juros sobre o Capital Próprio	09/10/2025	29/10/2025	0,102517	23.200	0,086974	19.720
Juros sobre o Capital Próprio	04/07/2025	25/07/2025	0,109937	24.700	0,092722	20.995
Juros sobre o Capital Próprio	04/04/2025	25/04/2025	0,082339	18.750	0,069356	15.938
Total				147.666		125.517

A seguir apresentamos a conciliação dos juros sobre o capital próprio para o semestre findo em 30 de junho de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

	30/06/2026	31/12/2025
Lucro líquido do período		
Reserva legal	315.568	443.594
Base de cálculo	(15.778)	(22.180)
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	299.790	421.414
	126.259	153.966

(1) O montante de juros sobre o capital próprio distribuído ao longo do período findo em 30 de junho de 2026, será imputado ao dividendo mínimo obrigatório relacionado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2026. O valor é sujeito à retenção de IRRF de 17,5% sobre o valor apresentado na Nota Explicativa. Em 31 de dezembro de 2025, o montante de juros sobre o capital próprio distribuído, atingiu os 25% de mínimos obrigatórios.

e) Dividendos

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de dezembro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2025 no montante de R\$6.300. O pagamento ocorreu no dia 17 de janeiro de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de fevereiro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2024 no montante de R\$3.131. O pagamento ocorreu no dia 28 de fevereiro de 2025.

Notas Explicativas

f) Ações em tesouraria

Durante o período findo em 30 de junho de 2026, o Banco pine recomprou 5.267.158 ações, no montante de R\$67.644, a um custo médio de R\$12,84. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Banco pine recomprou 11.644.187 ações, no montante de R\$73.290, a um custo médio de R\$6,29.

Descrição	Individual e Consolidado					
	30/06/2026			31/12/2025		
	Valor	Quantidade	Custo médio	Valor	Quantidade	Custo médio
Saldo inicial	8.070	823	9,81	20.406	4.676	4,36
Aquisições de ações	67.644	5.267	12,84	73.290	11.644	6,29
Cancelamento de ações	-	-	-	(15.104)	(3.416)	4,42
Liberações - Remuneração baseada em ações	(8.105)	(707)	11,46	(70.522)	(12.081)	5,84
Saldo final	67.609	5.383	12,56	8.070	823	9,81

g) Ajustes de avaliação patrimonial	Individual e Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1	(69)
Títulos e valores mobiliários	1	(69)
Efeito Tributário	(57)	(14)
Empresas coligadas		
Outros ⁽¹⁾	(1.615)	(1.615)
Total	(1.671)	(1.698)

(1) No período findo em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, refere-se a efeitos contábeis reflexos decorrentes de registros ocorridos entre contas do patrimônio líquido de empresas coligadas.

19. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

a) Operações de crédito	Individual		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Adiantamentos a depositantes	259	1.043	259	1.043
Rendas de empréstimos ^{(1) (2)}	2.090.918	1.068.175	2.322.414	1.176.735
Rendas de financiamentos ⁽¹⁾	30.476	7.737	30.476	7.737
Comissão de correspondentes bancários	(127.823)	(35.182)	(127.823)	(35.182)
Total	1.993.830	1.041.773	2.225.326	1.150.333

(1) Contempla variação cambial.
(2) No período findo em 30 de junho de 2026, contempla resultado de marcação a mercado das operações que são objeto de hedge no montante de R\$18.018 (R\$296.678 em 30 de junho de 2025) no Individual e no Consolidado.

b) Operações de captação no mercado	Individual		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Despesas de depósitos interfinanceiros	57.455	70.546	57.455	70.546
Despesas de depósitos a prazo ⁽¹⁾	1.061.584	1.071.994	1.058.914	1.066.870
Despesas de operações compromissadas	409.051	282.053	543.572	350.062
Despesas de contribuição ao FGC	10.972	9.526	10.972	9.526
Despesas com LCA ⁽²⁾	100.639	43.848	100.639	43.848
Despesas com LF ⁽³⁾	252.512	177.663	252.512	177.663
Despesas com LCI ⁽⁴⁾	39.524	51.482	39.524	51.482
Total	1.931.737	1.707.112	2.063.588	1.769.997

(1) No período findo em 30 de junho de 2026, contempla resultado de marcação a mercado das operações que são objeto de hedge no montante de R\$4.349 (R\$151.066 em 30 de junho de 2025) no Individual e no Consolidado.
(2) No período findo em 30 de junho de 2026, contempla resultado de marcação a mercado das operações que são objeto de hedge no montante de R\$87 (R\$227 em 30 de junho de 2025) no Individual e no Consolidado.
(3) No período findo em 30 de junho de 2026, contempla resultado de marcação a mercado das operações que são objeto de hedge no montante de R\$12.561 (R\$15.790 em 30 de junho de 2025) no Individual e no Consolidado.
(4) No período findo em 30 de junho de 2026, contempla resultado de marcação a mercado das operações que são objeto de hedge no montante de R\$684 (R\$1.534 em 30 de junho de 2025) no Individual e no Consolidado.

c) Operações de empréstimos e repasses	Individual		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Despesas de repasses do País - instituições oficiais	607	-	607	-
Variação cambial de empréstimos e repasses do exterior	(342)	(21.693)	(342)	(21.693)
Despesas de repasses no exterior	9.699	-	9.699	-
Despesas de empréstimos no exterior	2.061	304	2.061	304
Total	12.025	(21.389)	12.025	(21.389)

d) Receitas de prestação de serviços	Individual		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Comissão de fiança	8.279	8.468	8.279	8.468
Rendas de assessoria na estruturação de títulos	-	-	37.097	34.238
Rendas de cobrança	532	732	532	732
Rendas com tarifas	3.763	1.878	3.763	1.878
Serviços de corretagem	-	-	5.003	5.596
Outras ⁽¹⁾	1.867	3.658	9.471	3.658
Total	14.441	14.736	64.145	54.570

(1) No período findo em 30 de junho de 2026, no Consolidado, refere-se, principalmente, receita de prestação de serviços de intermediação de negócios / gestão de carteira consignado.

e) Despesas de pessoal	Individual		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Proventos	46.039	36.035	53.348	37.792
Benefícios	13.347	9.294	15.397	9.363
Encargos sociais	19.369	15.034	22.074	15.848
Honorários da diretoria	7.939	6.878	9.008	7.070
Estagiários	368	193	390	193
Total	87.062	67.434	100.217	70.266

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



f) Outras despesas administrativas

	Individual		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de água, energia e gás	341	346	341	346
Despesas com aluguéis	6.965	5.413	6.999	5.413
Despesas de arrendamento de bens	806	323	806	323
Despesas de comunicações	4.272	3.790	4.272	3.790
Despesas de manutenção e conservação de bens	3.062	1.851	3.062	1.851
Despesas de material	277	188	277	188
Despesas de processamento de dados	33.370	17.561	36.978	17.569
Despesas de relações públicas	3.601	1.827	3.605	1.926
Despesas de seguros	3.037	5.150	4.715	5.172
Despesas com serviços do sistema financeiro ⁽¹⁾	31.381	13.558	31.386	13.561
Despesas com serviços de terceiros	8.374	4.084	13.989	4.988
Despesas com serviços de vigilância e segurança	2.266	1.346	2.266	1.344
Despesas com serviços técnicos especializados	21.590	12.715	34.324	16.948
Despesas de transporte	2.856	1.746	2.856	1.746
Despesas de viagens	2.157	1.231	2.329	1.231
Sentenças judiciais, cíveis e trabalhistas	13.356	117	13.356	117
Despesas de amortização e depreciação	7.303	7.452	7.303	7.452
Emolumentos judiciais e cartorários	683	1.308	683	1.310
Outras despesas administrativas	11.640	4.052	17.468	5.069
Total	157.337	84.058	187.015	90.344

(1) Nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025, refere-se, principalmente, a despesas com comissões com parceiros de operações de varejo.

g) Despesas tributárias

	Individual		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
ISS	781	807	8.317	2.373
Cofins	26.299	9.917	35.633	12.555
PIS	4.274	1.611	6.750	2.182
Outros	2.380	1.138	2.598	2.023
Total	33.734	13.473	53.298	19.133

h) Outras receitas operacionais

	Individual		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Recuperação de encargos e despesas ⁽¹⁾	28.560	2.949	29.145	2.949
Atualização monetária ativa ⁽²⁾	2.954	4.231	3.092	4.368
Atualização de créditos judiciais	2.262	48	2.262	48
Reversão provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	4.567	50	4.567	50
Outras rendas operacionais	7.931	126	7.931	825
Total	46.274	7.404	46.997	8.240

(1) No período findo em 30 de junho de 2026, refere-se principalmente, à ressarcimento de custos operacionais.

(2) Nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025, refere-se principalmente, à atualização monetária sobre o estoque dos impostos a compensar.

i) Outras despesas operacionais

	Individual		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Perdas operacionais	5.604	-	10.111	1
Demandas processuais	7.608	736	7.608	736
Multas e juros	1.226	1.265	1.231	1.274
Variação cambial	3	3	3	3
Outras despesas operacionais ⁽¹⁾	4.246	3.860	4.110	5.737
Total	18.687	5.864	23.063	7.751

(1) No período findo em 30 de junho de 2026, refere-se principalmente, à custas atreladas, taxas e ágio de coligadas.

j) Resultado não operacional

Nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025, o resultado não operacional corresponde, principalmente, ao resultado na venda de bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito.

	Individual		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receitas não operacionais	8.064	9.472	14.906	60.697
Despesas não operacionais	(2.712)	(6.707)	(21.797)	(70.049)
Total	5.352	2.765	(6.891)	(9.352)

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:

	Individual		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Resultado antes do IRPJ, da CSLL e deduzidos as participações no resultado	423.242	227.782	442.530	234.075
Lucro líquido antes da tributação	423.242	227.782	442.530	234.075
Alíquota vigente (Nota 3.t)	45%	45%	45%	45%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(190.459)	(102.502)	(199.139)	(105.334)
Diferenças permanentes	82.785	31.192	73.168	27.731
Juros sobre o capital próprio	56.817	19.553	56.817	19.553
Outros ajustes ⁽¹⁾	25.968	11.639	16.351	8.178
Imposto de renda e contribuição social	(107.674)	(71.310)	(125.971)	(77.603)

(1) Nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025, refere-se, principalmente, à equivalência das empresas controladas e exclusão da receita de atualização de impostos a compensar.

21. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Desde o exercício de 2012, o Pine aprovou novo Plano de Remuneração para tratamento das normas e diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução CMN nº 5.177/25 que revoga a Resolução CMN nº 3.921/10.

O Plano de Remuneração tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Pine à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotada pela instituição; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Pine; e (iv) Adaptar a política de remuneração à norma da Resolução CMN nº 5.177/25 que revoga a Resolução CMN nº 3.921/10.

Notas Explicativas

A remuneração definida no Plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Pine; (ii) o resultado geral do Pine, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Pine está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos Administradores com base no conjunto de indicadores institucionais e de sua unidade de negócio (vii) a performance qualitativa e quantitativa dos Administradores, baseada nos valores do Banco.

- A Remuneração Variável será calculada:
- a) até 50% do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie; e
- b) o correspondente aos 50% restantes da remuneração variável será pago em instrumentos baseados em ações:
- i. 10% do valor será pago em instrumentos baseados em ações de forma a vista; e
- ii. 40% do valor será pago em instrumentos baseados em ações diferidos em 3 anos.

A entrega dos instrumentos baseados em ações referentes à remuneração variável diferida atribuídas aos Administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da Instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

O Pine conta, ainda, com um Comitê de Remuneração, que é responsável por (i) propor ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da Instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução CMN nº 5.177/25 que revoga a Resolução CMN nº 3.921/10.

No período findo em 30 de junho de 2026, referente a remuneração variável, foi apurado o montante de R\$13.523 (R\$6.715 em 30 de junho de 2025) e a despesa no montante de R\$14.008 no Individual e R\$18.969 no Consolidado (R\$13.673 no Individual e no Consolidado em 30 de junho de 2025) de acordo com os critérios definidos no plano.

	Individual e Consolidado	
	01/01 a	01/01 a
	30/06/2026	30/06/2025
Remuneração fixa	7.939	6.877
Remuneração variável	13.523	6.715
Benefícios de curto prazo	12.965	7.904
Total	34.427	21.496

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados, principalmente, por salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus (se pagáveis no período de doze meses após o encerramento do exercício) e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos, se condicionados, poderão ser descontinuados.

b) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, principalmente com as empresas discriminadas na Nota 2, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e condições de mercado e estão representadas por:

	Taxa de juros % CDI	Prazos até	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
			30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	30/06/2025
			(9.878)	(13.589)	(2.132)	(449)
Administradores ⁽¹⁾						
Operações de crédito	3,00% CDI	10/03/2031	20.228	17.056	(1.164)	-
Depósitos à vista	- Sem vencimento		(55)	(6)	-	-
Depósitos a prazo	100% a 120% CDI e 100% IPCA	26/03/2031	(25.736)	(23.511)	(750)	(324)
Captação no mercado aberto	95% CDI	19/06/2029		(2.183)	-	-
Recursos de letras de crédito do agronegócio	96% a 100% CDI	28/11/2028	(1.591)	(1.680)	(102)	(3)
Recursos de letras de crédito imobiliário	95% a 100% CDI	16/04/2027	(919)	(1.214)	(58)	(67)
Recursos de letras financeiras subordinadas	100% CDI e 100% IPCA	14/06/2028	(1.805)	(2.051)	(58)	(55)
Recursos de letras financeiras	100% CDI	29/06/2029	(80)	-	-	-
Familiares imediatos ⁽¹⁾			(42.824)	(38.298)	(1.054)	(588)
Operações de crédito	6,50% CDI	18/05/2026	-	730	-	(240)
Depósitos à vista	- Sem vencimento		(3.277)	(5.369)	-	-
Depósitos a prazo	99% a 120% CDI e 100% IPCA	14/04/2031	(8.396)	(5.455)	(468)	(88)
Captação no mercado aberto	95% CDI	20/10/2029	(1.522)	-	(10)	-
Recursos de letras de crédito do agronegócio	92% a 100% CDI	27/11/2028	(1.771)	(1.066)	(105)	(13)
Recursos de letras de crédito imobiliário	98% CDI	18/05/2026	(508)	(494)	(32)	(27)
Recursos de letras financeiras subordinadas	135% CDI	27/09/2030	(27.252)	(26.554)	(431)	(220)
Recursos de letras financeiras	100% IPCA	30/10/2027	(98)	(90)	(8)	-

Empresas ligadas	Taxa de juros % CDI	Prazos até	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
			30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	30/06/2025
			(80.155)	(48.866)	(5.898)	(4.696)
Empresas ligadas						
Valores a receber						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.			-	-	-	1
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.			9.325	7.980	-	103
Pine Corretora de Seguros Ltda.			583	28	-	12
Pine Holding Ltda. (Anteriormente denominada Pine Holding S.A.)			-	2.923	-	-
Depósitos à vista						
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.		Sem vencimento	(16.731)	(2.135)	-	-
Pine Capital Ltda.		Sem vencimento	(2)	(2)	-	-
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.		Sem vencimento	(1.914)	(1.290)	-	-
Pine Corretora de Seguros Ltda.		Sem vencimento	(97)	(484)	-	-
Cuiabá Ativos Imobiliários SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.)		Sem vencimento	(2)	-	-	-
Pine Holding Ltda. (Anteriormente denominada Pine Holding S.A.)		Sem vencimento	(1.016)	(160)	-	-
Santana de Parnaíba Ativos Imobiliários Ltda. (Anteriormente denominada Pine 1 Desenvolvimento Participações Ltda.)						
		Sem vencimento	-	(1)	-	-
Depósitos a prazo						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	99% CDI	21/05/2029	(4.580)	(4.299)	(281)	(254)
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99% CDI	18/06/2029	(29.642)	(14.486)	(1.279)	(3.100)
Pine Capital Ltda.	99% CDI	24/01/2028	(2.810)	(2.786)	(185)	(144)
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.	99% CDI	25/06/2029	(1.928)	(60)	(63)	(127)
Pine Corretora de Seguros Ltda.	99% CDI	25/06/2029	(15.806)	(16.804)	(1.053)	(488)
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	99% CDI	20/10/2028	(1.647)	(1.884)	(116)	(503)
Cuiabá Ativos Imobiliários SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.)	99% CDI	04/08/2028	(13.877)	(15.290)	(1.064)	(195)
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda.	99% a 112% CDI	29/06/2028	(11)	(10)	(1)	(1)
Pine Holding Ltda. (Anteriormente denominada Pine Holding S.A.)	99% CDI	29/06/2028	-	(106)	(1.856)	-

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Empresas indiretas	Taxa de juros % CDI	Prazos até	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
			30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	30/06/2025
Participações Indiretas			(14.646)	(12.822)	(525)	(246)
Depósitos à vista						
Amigoz Ltda.	- Sem vencimento		(1)	(1)	-	-
Amigoz Corretora de Seguros Ltda.	- Sem vencimento		(7)	(9.184)	-	-
Pine Empreendimentos Imobiliários Ltda.	- Sem vencimento		(14)	-	-	-
Boreal Capital Ltda.	- Sem vencimento		-	(176)	-	-
PMC Mercado de Capitais Ltda.	- Sem vencimento		(857)	-	-	-
Depósitos a prazo						
Amigoz Corretora de Seguros Ltda.	99% CDI	14/06/2029	(9.969)	(164)	(298)	-
Pine Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99% CDI	15/06/2029	(3.798)	(3.297)	(227)	-
Operações de crédito						
BYX Capital Ltda. ⁽²⁾	21,27% a.a.	31/01/2028	-	-	-	(246)

(1) Os valores referentes aos administradores e familiares imediatos não são consolidados.
(2) Refere-se às receitas auferidas até a data de alienação da Byx Capital, conforme divulgado na nota explicativa 11.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta em ações ordinárias e preferenciais, em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, dos acionistas com mais de 5% do total de ações, dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva.

Acionistas	30/06/2026					
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações	Total de Ações (%)
Pessoa Física	124.803.538	96,11	40.653.612	31,31	165.457.150	63,71
Pessoa Jurídica	920.847	0,71	8.658.459	6,67	9.579.306	3,69
Conselho de Administração	3.044	0,00	72.852	0,06	75.896	0,03
Conselho Fiscal	605.144	0,47	7.164.100	5,52	7.769.244	2,99
Diretoria Executiva	1.747.429	1,35	17.799.591	13,71	19.547.020	7,53
Total	128.080.002	98,63	74.348.614	57,26	202.428.616	77,95

Acionistas	31/12/2025					
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações	Total de Ações (%)
Pessoa Física	116.302.114	97,60	41.423.926	36,56	157.726.040	67,85
Pessoa Jurídica	920.847	0,77	8.727.759	7,70	9.648.606	4,15
Conselho de Administração	3.044	0,00	82.851	0,07	85.895	0,04
Conselho Fiscal	604.244	0,51	6.989.701	6,17	7.593.945	3,27
Diretoria Executiva	219.657	0,18	17.305.084	15,28	17.524.741	7,54
Total	118.049.906	99,06	74.529.321	65,79	192.579.227	82,85

22. COMPROMISSOS, GARANTIAS E OUTRAS INFORMAÇÕES

A provisão para perdas prováveis associadas a garantias financeiras prestadas, são operações que requerem que o prestador da garantia efetue pagamentos definidos contratualmente a fim de reembolsar o detentor de um instrumento de dívida ou outro instrumento de natureza semelhante por perda decorrente do não pagamento da obrigação pelo devedor na data prevista, se baseia em práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito, no risco da contraparte, no comportamento histórico da carteira, na modalidade ou produto da garantia financeira prestada e nas expectativas futuras de perdas, conforme com o Art. 37, da Resolução CMN 4.966, sendo o instrumento financeiro alocado por estágios. A Metodologia para Apuração da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, de acordo com o Art. 45 da Resolução CMN 4.966, tem como base de cálculo o valor presente desembolsos futuros estimados de responsabilidade da instituição vinculados a contratos de garantias financeiras prestadas. O modelo é revisado mensalmente, ou sempre que houver alteração na estimativa da perda esperada ou no estágio no qual está alocado o instrumento, de acordo com a Resolução CMN 4.966, Art. 48.

Tipo de Garantia Financeira	Individual e Consolidado			
	30/06/2026		31/12/2025	
	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	67.926	-	13.869	1
Outras Fianças Bancárias	309.789	67	549.104	120
Total	377.715	67	562.973	121

23. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados homologado pelo Programa de Participação nos Lucros e Resultados - PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em distribuir lucros e resultados aos colaboradores, levando em consideração: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Desempenho individual acompanhado através de metas; e (c) Avaliação de competências baseadas nos valores do Banco. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações sobre o lucro no período".

24. GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Introdução

O Pine apresenta como diferencial a postura conservadora na gestão dos riscos inerentes às suas atividades, através da abordagem de gerenciamento integrado de riscos e capital, sendo sua supervisão realizada por comitês colegiados que apoiam as decisões da Administração.

As práticas de gerenciamento integrado e controle de risco, refletindo as melhores práticas de mercado, buscam identificar e definir limites de monitoramento das perdas financeiras de forma a assegurar que os objetivos do conglomerado sejam cumpridos, que as metas de lucratividade sejam alcançadas, de forma sustentável e em observância ao apetite de riscos definido, sempre mantendo transparência na governança corporativa.

A estrutura de gerenciamento integrado de riscos é definida pelo Conselho de Administração, que estabelece as funções subsidiárias ao Comitê de Gestão de Riscos e Capital, ao CRO e à Diretoria, no que tange as atribuições de aprovação de modelos de cálculo, dos fatores de risco, das métricas e indicadores para controle e monitoramento de limites e alertas.

O gerenciamento integrado de Riscos do Pine abrange os grupos de riscos tratados no contexto de riscos financeiros, riscos operacionais e riscos estratégicos, isolados e/ou conjuntamente.

b) Gerenciamento Integrado de Riscos

O processo de gerenciamento integrado de riscos no Pine compreende o conjunto de atividades integradas de gestão e no controle, desde a definição de estratégias, diretrizes, cálculo, divulgação periódica de informações de gestão, controle e monitoramento (Teste de Uso).

A estrutura de governança do gerenciamento integrado de riscos, compreende:

- Conselho de Administração, para definição do apetite de risco e aprovação das políticas de risco;
- Comitê de Gestão de Riscos e Capital, para supervisão e coordenação gerais;
- Comitê de Crédito, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (crédito e sócio ambiental);
- Comitê ALCO (Asset and Liability Committee) e Comitê de Riscos e Tesouraria, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (liquidez);
- CRO (Chief Risk Officer), para acompanhamento e implementação das definições e diretrizes estabelecidas;
- Área Tesouraria, para acompanhamento do mercado e negociação de operações de zeragem no mercado;
- Demais Áreas de Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, para negociação de operações com clientes e para registro, processamento e contabilização;
- Área de Controladoria, para acompanhamento gerencial de operações e programação orçamentária; e
- Área de Controle de Riscos, para cálculo de riscos e controle de limites.

Os processos e as políticas de gerenciamento e controle de riscos são submetidos a revisões periódicas, com objetivo de garantir alinhamento às melhores práticas de mercado, bem como o atendimento à regulamentação em vigor.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)	
As atividades de controle de riscos são realizadas de forma centralizada por área independente em relação às áreas de Tesouraria, Controladoria, Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, garantindo isenção no reporte e implementação das ações corretivas identificadas.	
RAS A avaliação e definição do apetite de riscos são realizadas de forma estruturada e coordenada através da Declaração de Apetite a Riscos (RAS, Risk Appetite Statement), instrumento de gestão que integra os diversos tipos de risco e implementa seu monitoramento periódico, frente aos níveis estabelecidos, em atendimento aos objetivos da Administração e em conformidade com a programação orçamentária de negócio e aos requerimentos regulatórios. A RAS estabelece os indicadores através de limites e alertas, com acompanhamento periódico, sejam estratégicos ou superiores, sejam láticos ou operacionais.	
c) Gerenciamento de Capital O gerenciamento de capital compreende um conjunto de atividades: • Processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; • Avaliação da necessidade de capital para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse; e • Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. O Pine possui uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Pine.	
d) Categorias de Riscos Risco de Crédito O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. Risco de Liquidez O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. Risco de Mercado O Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, incluindo variação das taxas de juros, de câmbio, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities). Risco Operacional O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. Risco Socioambiental O Risco Socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais, próprios ou de clientes e parceiros, pela Instituição. Risco de Conformidade O Risco de Conformidade (ou regulatório) é definido como a possibilidade da instituição sofrer sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de Leis, Regulamentações, Recomendações dos órgãos de supervisão e Códigos de auto regulação aplicáveis. Risco Reputacional (ou imagem) O Risco Reputacional é definido pela possibilidade de perdas financeiras decorrentes da impossibilidade da instituição em manter e ou estabelecer novas relações no mercado e em sua base de clientes.	
e) Gerenciamento de Risco de Crédito O gerenciamento de risco de crédito compreende um conjunto de atividades: • Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição, concentração, suficiência de garantias e adimplência de valores a receber de clientes e contrapartes; • Avaliação e monitoramento da necessidade de provisionamento para perdas, alocação adicional de garantias, e/ou reestruturação de crédito, considerando os indicadores de inadimplência, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse; e • Planejamento de metas e de controle de limites de risco de crédito, considerando os objetivos estratégicos da instituição.	
Métrica de Controle e Gestão As análises do risco de crédito são realizadas com base nas seguintes métricas: Rating e Limite de Crédito A classificação de risco de inadimplência (rating) e a concessão de limite de crédito, realizados de forma estruturada e coordenada e formalizado através da PLC (Proposta de Limite de Crédito), têm por objetivo avaliar e atribuir a exposição máxima esperada com clientes e contrapartes, produtos, volumes, prazos e de garantia exigidas. Monitoramento de Concentração O monitoramento de concentração tem por objetivo definir e monitorar a exposição máxima esperada por rating, classificação de risco, cliente, contraparte, segmento econômico, região geográfica e prazo. Monitoramento de Indicadores de Inadimplência O monitoramento de inadimplência é realizado de forma tempestiva, com o objetivo acompanhar e definir os níveis aceitáveis de provisionamento de perda frente aos prazos de atraso no recebimento de valores a receber de clientes e contrapartes. Destes indicadores destaca-se o índice 'Over 90', que demonstra, ao longo do tempo o comportamento da carteira, permitindo a identificação e implementações de ações corretivas. A venda de carteira de créditos inadimplentes é parte da estratégia de recuperação de créditos pelo Banco. Inclusive realiza a Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito de acordo com a legislação vigente do Bacen e Conselho Monetário Nacional (Nota 7 e 8).	
f) Gerenciamento de Risco de Liquidez O gerenciamento de risco de liquidez compreende um conjunto de atividades: • Processo contínuo de monitoramento de níveis adequados de liquidez; • Avaliação da necessidade de manutenção de liquidez mínima para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse; e • Planejamento de metas e de necessidade de liquidez, considerando os objetivos estratégicos da instituição.	
Métricas de Controle e Gestão As análises do risco de liquidez são realizadas com base nas seguintes métricas: Liquidez Efetiva na Data A liquidez efetiva na data tem por objetivo apurar o saldo realizado e a projeção para D+1 e as movimentações já contratadas nos saldos dos ativos que compõem a liquidez efetiva, títulos públicos livres, compromissada Selic e disponível em ME. Liquidez Target A liquidez target tem por objetivo demonstrar o valor esperado a manutenção da continuidade dos negócios correntes, calculado em função do objetivo estratégico e do valor considerando margem de segurança em excesso à 'Liquidez Mínima'. Liquidez Cenário Projetado e Cenário Estresse A liquidez cenários projetado e estresse têm por objetivo demonstrar cenários prospectivos de liquidez, construídos a partir da 'Liquidez na Data', em consonância com a programação orçamentária e de negócio, considerando, em visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez. Liquidez Mínima (Cenário Projetado e Cenário Estresse) A liquidez mínima, nos cenários projetado e estresse, tem por objetivo demonstrar os montantes mínimos representativos de 'colchão' a ser mantido, calculado de forma prospectiva, em consonância com a programação orçamentária e de negócio considerando, em visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.	

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Plano de Contingência de Liquidez

O plano de contingência de liquidez tem por objetivo estabelecer um conjunto de medidas, procedimentos e responsabilidades a serem adotados em situações de necessidade de liquidez, que alterem o perfil de prazo e volume de recebimentos de ativos e passivos.

g) Gerenciamento de Risco de Mercado

A gestão de riscos do Pine é aderente à Resolução CMN nº 4.557/2017, constituindo um processo transparente para tomadas de decisão de forma tempestiva, observando os riscos que o Banco está exposto.

O gerenciamento de risco de mercado compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição às variações de mercado;
- Avaliação da necessidade de adequação das exposições, através de hedge, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse; e
- Planejamento de metas e de controle de limites de risco de mercado, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Intenção de Negociação

O risco de mercado é apurado em conformidade com a estratégia de negócio e a intenção de negociação das operações, podendo ser:

A 'Carteira de Negociação' (trading) é composta por operações negociadas com a intenção de giro, revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços ou arbitragem de assimetrias de mercado. O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão DDR (Demonstrativo Diário de Acompanhamento das Parcelas de Requerimento de Capital e Limites Operacionais) BACEN, compatível com a abordagem VaR.

A 'Carteira Bancária' (banking) é composta pelas demais operações não classificadas na 'Carteira de Negociação' (trading). O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão IRRBB (Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária) Bacen, compatível com a abordagem movimentos adversos no resultado e no capital em decorrência de choque nas curvas de juros.

Métricas de Controle e Análises

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

Análise de Valor em Risco (Value at Risk – VaR)

O VaR tem por objetivo apurar a pior perda esperada através de um horizonte dado sob condições normais de mercado a um dado nível de confiança. Utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de um dia e intervalo de confiança de 99%, com apuração por mercado, vértices de vencimento e por fator de risco.

Análise de Resultado Gerencial à Mercado

A análise de resultado a mercado tem por objetivo apurar o resultado gerencial econômico a mercado (MtM), pelo apreamento dos ativos e passivos, segregando seu impacto conforme a natureza do resultado, se contábil e/ou gerencial.

Demonstrativo de Análise de Sensibilidade

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise da sensibilidade para todas as operações com instrumentos financeiros, que exponham o Banco a riscos oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras fontes de exposição, sendo que para a apuração dos impactos as taxas de juros, aplicam-se as respectivas variações das taxas de mercado aos PV01s apurados em 30 de junho de 2026:

Fator de Risco		Análise de Sensibilidade		
		30/06/2026		
		Cenários		
		Provável ⁽ⁱ⁾	Possível ⁽ⁱⁱ⁾	Remoto ⁽ⁱⁱⁱ⁾
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	Variações na taxa de juros prefixada	(410.172)	(512.714)	(769.072)
Índice de Preços (IPCA)	Variações no cupom de IPCA	127.514	159.392	239.088
Taxa de Cupom de Dólar	Variação cupom cambial	(15.371)	(19.213)	(28.820)
Cesta de Moedas	Variação na cotação da cesta de moedas	(15.371)	(19.213)	(28.820)
Total (soma não correlacionada)*		(313.399)	(391.749)	(587.623)
Total (soma correlacionada)**		(52.625)	(65.781)	(98.672)

*Soma não correlacionada: representa a soma dos resultados obtidos no pior cenário de estresse para cada fator de risco.
**Soma correlacionada: representa o pior resultado da soma do estresse de todos os fatores de risco considerando a correlação entre eles.

Cenários			
Cenário I - Provável			
Cenário composto pela soma dos preços ou taxas de mercado do dia 30 de junho de 2026 e suas respectivas volatilidades apuradas através do método de EWMA (λ=94).			
Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	14,02%	0,01%	14,03%
Índice de Preços (IPCA)	10,27%	0,01%	10,28%
Taxa Referencial (TR)	2,05%	0,01%	2,06%
Taxa de Cupom de Dólar	5,28%	0,01%	5,29%
Taxa de Cupom de Outras Moedas	5,43%	0,01%	5,44%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	3,08%	0,01%	3,09%
Cesta de Moedas	5,50	0,01%	5,50
Cenário II - Possível			
Cenário composto pelo choque de 25% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:			
Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	14,02%	25%	17,52%
Índice de Preços (IPCA)	10,27%	25%	12,84%
Taxa Referencial (TR)	2,05%	25%	2,56%
Taxa de Cupom de Dólar	5,28%	25%	6,60%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	5,43%	25%	6,78%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	3,08%	25%	3,85%
Cesta de Moedas	5,50	25%	6,88
Cenário III - Remoto			
Cenário composto pelo choque de 50% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento, (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:			
Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	14,02%	50%	21,02%
Índice de Preços (IPCA)	10,27%	50%	15,41%
Taxa Referencial (TR)	2,05%	50%	3,08%
Taxa de Cupom de Dólar	5,28%	50%	7,91%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	5,43%	50%	8,14%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	3,08%	50%	4,62%
Cesta de Moedas	5,50	50%	8,25

Política de Responsabilidade Sócio Ambiental e Climática (PRSAC)

A PRSAC norteia a Instituição para considerar os aspectos sociais, ambientais e climáticos como direcionadores estratégicos nas atividades, operações e nas relações do Pine com as partes interessadas, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas de negócio, como também para um desenvolvimento sustentável.

Os pilares da Política são as diretrizes, os papéis e responsabilidades, o gerenciamento dos riscos socioambiental e climático (risco SAC) e o rol de restrições. Os tópicos observam a legislação brasileira que aborda os temas sociais e ambientais e regulamentações do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como suas consultas públicas.

As partes interessadas da PRSAC são, os clientes e usuários dos produtos e serviços oferecidos pela Instituição, a comunidade interna à sua organização e as demais pessoas que podem ser impactadas por nossas atividades. Assim, o Pine faz consultas e diálogos estruturados com suas Partes a fim de contribuir para o aprimoramento da gestão dos negócios e promover aprendizados contínuos para ambos os lados.

O gerenciamento do risco SAC é integrado na concessão de crédito, pois o resultado da análise de risco é um dos fatores que compõe a nota do cliente. Sendo assim, se PLD-FTP localizar ponto socioambiental desabonador, o cliente poderá ter um impacto negativo no seu rating de crédito, que será definido pela área de Análise de Crédito.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Seguindo as diretrizes da Política, o Pine se reserva ao direito de restringir a concessão de crédito a algumas atividades e setores. Essa lista leva em consideração projetos e empresas que estejam envolvidos com práticas trabalhistas ilegais, que firam os Direitos Humanos ou, ainda, que produzam, comercializem ou utilizem produtos, substâncias ou atividades considerados nocivos à sociedade e ao meio ambiente. Para evitar danos à sua reputação e não fomentar negócios que não estão em conformidade com os princípios e as políticas, o Pine realiza uma avaliação contínua dos clientes atuais e potenciais que atuam em setores críticos do ponto de vista socioambiental.

Tecnologia da Informação

O Banco Pine se caracteriza pelo mindset digital e investe estrategicamente em melhoria contínua do ambiente tecnológico, incorporando as tendências de novos produtos e linguagens e adotando melhores práticas de mercado, na automatização contínua dos processos críticos e na formulação de solução sistêmica para integração dos processos internos visando escalabilidade, sinergia e agilidade.

Plano de Continuidade de Negócios

O Pine adota políticas conservadoras de armazenamento e segurança de dados e soluções tecnológicas que permitem a manutenção dos sistemas e informações essenciais com redundância e replicação em tempo real, para mitigar os impactos causados e falhas operacionais de hardware e software, no seu próprio ambiente tecnológico e na infraestrutura e conectividade de mercado.

A estrutura e capacidade de processamento computacional garantem a manutenção dos níveis de performance e segurança para o funcionamento adequado dos aplicativos e soluções sistêmicas para atendimento ao cliente, tratamento de informações cadastrais, negociação de operações, controle financeiro e contabilização, controle de riscos, e processamento de dados.

Segurança de Informação

O Pine adota procedimentos estritos para garantia da segurança de informação. Qualquer violação de segurança causada por acesso não autorizado às informações ou sistemas, que podem ter efeito adverso relevante sobre o negócio, estão cobertas pelo monitoramento contínuo, seja para garantia da integridade física dos dados, seja também para fins de atendimento às exigências da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados de 2018).

h) Índice de Basileia

O Índice de Basileia em 30 de junho de 2026, foi de 14,31% (14,69% em 31 de dezembro de 2025), calculado a partir do 'Conglomerado Prudencial'. De acordo com a Resolução CMN nº 4.958/21, o requerimento mínimo de capital é de 10,50%, considerando fator F (8%) e 2,5% da parcela ACPConservação.

i) Gerenciamento de Riscos - Pilar 3

O Pine, de acordo com a Resolução BCB nº 54/20, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico ri.pine.com.

25. OPERAÇÕES ATIVAS VINCULADAS

O Pine realiza operações ativas vinculadas nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02. Em 30 de junho de 2026, os saldos das operações ativas vinculadas e das correspondentes captações de recursos, bem como respectivos resultados apurados no período estão demonstrados abaixo:

	Individual e Consolidado		
	30/06/2026		
	Moeda	Longo Prazo	Resultado
Operações ativas vinculadas			
Operações de crédito	R\$	146	14
Obrigações por operações ativas vinculadas			
Depósitos a prazo	R\$	221	48

Em 30 de junho de 2026, não existiam operações ativas vinculadas inadimplentes, bem como questionamento judicial sobre as operações ativas ou sobre os recursos captados para a aplicação nessas operações.

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Leasing operacional

O Pine possui obrigações decorrentes da contratação de operações de arrendamento sob a modalidade leasing operacional. Os valores correspondentes aos compromissos dos equipamentos arrendados não estão refletidos no balanço patrimonial, em razão de as operações contratadas não preverem a opção de compra dos bens. Em 30 de junho de 2026, o custo dos contratos de arrendamento foram reconhecidos na demonstração de resultado, na rubrica 'Despesas administrativas - arrendamento de bens', no montante de R\$806 (R\$323 em 30 de junho de 2025).

b) Acordos para compensação e liquidação de obrigações

Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional foram firmados acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN nº 3.263/05, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

c) Divulgação de outros serviços prestados pelos auditores independentes

Em atendimento à Resolução CVM nº 162/22, no período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2026, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

d) Resultado recorrente e não recorrente

Nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025, não houve resultados não recorrentes, de acordo com a política elaborada pelo Pine e conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Aumento de capital social

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de julho de 2026, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$922, mediante emissão de 188.466 novas ações nominativas, sendo 94.233 ordinárias e 94.233 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício: (i) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 03 de outubro de 2024 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, no período de 01 de junho 2026 a 30 de junho de 2026 ("Sexto período de exercício") e (ii) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 13 de outubro de 2025 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de novembro de 2025, no período de 01 de junho 2026 a 30 de junho de 2026 ("Segundo período de exercício"). O aumento está pendente de aprovação pelo Bacen.

b) Cancelamento de ações em tesouraria

Em 16 de julho de 2026, o Conselho de Administração do Banco Pine, em atendimento ao disposto na Resolução CVM nº 44/21, aprovou o cancelamento de 2.000.000 ações preferenciais nominativas de emissão do Banco, atualmente mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social, nos termos do artigo 19, XVI do Estatuto Social do Banco. Referidas ações foram adquiridas por meio do programa de recompra de ações, em consonância com a Resolução CVM nº 77/22. Em razão do cancelamento de ações mantidas em tesouraria, o capital social da Companhia de R\$1.270.485, passa a ser dividido em 257.888.724 ações nominativas, sendo 129.950.956 ordinárias e 127.937.768 preferenciais, sem valor nominal.

Em 21 de agosto de 2026, o Conselho de Administração do Banco Pine, em atendimento ao disposto na Resolução CVM nº 44/21, aprovou o cancelamento de 4.000.000 ações preferenciais nominativas de emissão do Banco, atualmente mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social, nos termos do artigo 19, XVI do Estatuto Social do Banco. Referidas ações foram adquiridas por meio do programa de recompra de ações, em consonância com a Resolução CVM nº 77/22. Em razão do cancelamento de ações mantidas em tesouraria, o capital social da Companhia de R\$1.270.485, passa a ser dividido em 257.888.724 ações nominativas, sendo 129.950.956 ordinárias e 127.937.768 preferenciais, sem valor nominal.

A DIRETORIA

CONTADOR
Breno Costa Amaral - CRC MG 074923/O-9

Notas Explicativas



CNPJ 62.144.175/0001-20
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830
6º andar | São Paulo – Brasil

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas

Preparadas de Acordo com as Normas
Internacionais de Relatórios Financeiros - IFRS

30 de junho de 2026



Notas Explicativas



Índice

Relatório do Auditor Independente.....	1
Balanço Patrimonial Consolidado.....	8
Demonstração do Resultado Consolidada.....	9
Demonstração do Resultado Abrangente Consolidada.....	10
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidada.....	11
Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada (Método Indireto).....	12

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional.....	13
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas.....	13
3. Principais Práticas Contábeis.....	13
4. Segmentos Operacionais.....	20
5. Caixa e Equivalentes de Caixa.....	21
6. Empréstimos e Adiantamentos a Instituições Financeiras.....	21
7. Instrumentos Financeiros de Dívida e de Capital.....	21
8. Instrumentos Financeiros Derivativos para Negociação (Ativo e Passivo) e <i>Hedge</i>	22
9. Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, Garantias Prestadas e Títulos com Risco de Crédito.....	24
10. Carteira de Ativos Financeiros por Estágio e Provisão para Perdas de Crédito Esperadas.....	25
11. Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda.....	25
12. Devedores Por depósito em Garantia.....	25
13. Outros Ativos.....	25
14. Participações em Coligadas.....	26
15. Imobilizado.....	26
16. Intangível.....	26
17. Depósitos de Instituições Financeiras.....	26
18. Depósitos de Clientes.....	26
19. Captações no Mercado Aberto.....	26
20. Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários.....	26
21. Obrigações por empréstimos e Repasses.....	26
22. Dívida Subordinada.....	27
23. Outros Passivos Financeiros.....	27
24. Provisões.....	27
25. Obrigações Fiscais - Outras.....	28
26. Outros Passivos.....	28
27. Patrimônio Líquido.....	28
28. Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	29
29. Receitas com Juros e Similares.....	30
30. Despesas com Juros e Similares.....	30
31. Receitas de Tarifas e Comissões.....	30
32. Despesas de Tarifas e Comissões.....	30
33. Ganhos (Perdas) com Ativos e Passivos Financeiros (Líquidos) Avaliados ao Valor Justo.....	30
34. Variações Cambiais.....	30
35. Outras Receitas (Despesas) Operacionais.....	30
36. Despesas com Pessoal.....	30
37. Outras Despesas Administrativas.....	31
38. Provisões Líquidas.....	31
39. Resultado na Alienação de Bens.....	31
40. Imposto de Renda e Contribuição Social.....	31
41. Limites Operacionais.....	31
42. Garantias Prestadas.....	31
43. Transações com Partes Relacionadas.....	32
44. Outras Divulgações.....	33
45. Gerenciamentos de Riscos.....	33
46. Reconciliação do Resultado e do Patrimônio Líquido (BRGAAP e IFRS).....	38
47. Eventos Subsequentes.....	39
Anexo I. Demonstração do Valor Adicionado Consolidada.....	40



Banco Pine S.A.

**Demonstrações financeiras
intermediárias consolidadas em
30 de junho de 2026
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Banco Pine S.A. ("Banco") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente para o trimestre e semestre findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco e suas controladas em 30 de junho de 2026, o desempenho consolidado de suas operações para o trimestre e semestre findos nessa data e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

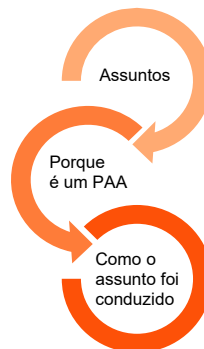
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Banco Pine S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 3(c)(i), 3(m) e 10) A mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando os requerimentos da IFRS 9, envolve elevado nível de julgamento por parte da administração uma vez que a mensuração das perdas esperadas associadas ao risco de crédito requer a aplicação de premissas e a utilização de modelos quantitativos. As premissas utilizadas consideram fatores internos e externos, incluindo a qualidade do crédito, os níveis de inadimplência e a situação financeira das contrapartes. Essa é uma área que permanece como foco de auditoria, pois o uso de julgamento da administração na mensuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.	Realizamos, com o apoio de nossos especialistas, entendimento sobre o processo desenvolvido pela administração para mensuração e reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito, contemplando, entre outros, os seguintes procedimentos e aspectos: (i) análise das políticas contábeis da administração em comparação com os requisitos da IFRS 9; (ii) entendimento e recálculo, em base amostral, da mensuração da provisão para perdas, incluindo os modelos e premissas adotadas pela administração; (iii) testes sobre a classificação dos ativos financeiros por estágios; (iv) conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (v) análise e consistência das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme divulgados nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ambiente de tecnologia da informação

Devido a diversidade e volume de transações, o Banco é dependente da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de

Nossos procedimentos consideraram os diferentes níveis de maturidade dos controles e incluíram, entre outros, o apoio de nossos

Banco Pine S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
informações utilizadas no processamento de suas operações. Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles, poderia ocasionar o processamento impreciso de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações, bem como de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras. Essa é uma área que permanece como foco de auditoria, devido à complexidade do ambiente de tecnologia e a dependência do Banco e suas controladas em sua operação.	especialistas em sistemas para a atualização do nosso entendimento e testes sobre a efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia da informação que consideram também segurança da informação e gerenciamento de mudanças sistêmicas. Testamos também a efetividade dos principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia, relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, bem como os necessários controles compensatórios, quando aplicável.

Outros assuntos - Demonstração consolidada do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) consolidada referente ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins da norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Conciliação do resultado e do patrimônio líquido (Nota 46)

A conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido das demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas preparadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) ("conciliação BACEN GAAP e IFRS"), referente ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, conforme descrito na Nota 46, em atendimento às normas do BACEN, é



Banco Pine S.A.

apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa conciliação foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Banco e suas controladas com o objetivo de expressarmos opinião se ela está conciliada com as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável. Em nossa opinião, essa conciliação BACEN GAAP e IFRS foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco Pine S.A. e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Banco Pine S.A.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



Banco Pine S.A.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de agosto de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP171089/O-3

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
 (Em milhares de Reais - R\$)



ATIVO	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	5	824.839	657.173
Ativos financeiros avaliados ao valor justo		9.568.246	10.508.291
Ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)		8.228.530	8.545.203
Instrumentos de dívida	7	6.468.474	6.138.253
Instrumentos de capital	7	601	691
Instrumentos financeiros derivativos	8	208.480	1.255.924
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9	1.555.959	1.150.335
(-) Provisão para perdas esperadas	10.b	(4.984)	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		1.339.716	1.963.088
Instrumentos de dívida	7	937.950	1.082.814
(-) Provisão para perdas esperadas	10.b	(191.935)	(192.244)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9	593.701	1.072.518
Ativos financeiros ao custo amortizado		22.143.916	17.398.451
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	6	-	297.943
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9	18.400.624	14.373.309
Instrumentos de dívida	7.a	4.676.157	3.483.122
(-) Provisão para perdas esperadas	10.b	(932.865)	(755.923)
Outros ativos		2.202.252	1.764.939
Ativos não circulantes mantidos para venda	11	955.868	855.168
Outros		1.246.384	909.771
Devedores por depósitos em garantia	12	81.148	85.743
Impostos a compensar		172.045	168.158
Outros ativos	13	993.191	655.870
Participações em coligadas	14	14.410	1.530
Ativos Fiscais	40.e	507.509	567.059
Imobilizado	15	70.211	90.804
Intangível	16	22.553	24.861
Total do ativo		35.353.936	31.013.108

PASSIVO	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Passivos financeiros		32.363.922	28.249.276
Passivos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)		235.515	2.245.844
Instrumentos financeiros derivativos	8	235.515	2.245.844
Passivos financeiros ao custo amortizado		32.128.407	26.003.432
Depósitos de instituições financeiras	17	988.651	538.430
Depósitos de clientes	18	19.070.543	17.201.347
Captações no mercado aberto	19	7.296.854	4.681.536
Obrigações por títulos e valores mobiliários	20	2.705.773	2.557.529
Obrigações por empréstimos e repasses	21	1.230.766	197.494
Dívidas subordinadas	22	806.520	773.274
Outros passivos financeiros	23	29.300	53.822
Provisões	24	9.816	13.155
Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões		9.816	13.155
Obrigações Fiscais	25	52.929	17.528
Outras		52.929	17.528
Outros Passivos	26	1.096.380	1.296.548
Total do passivo		33.523.047	29.576.507
Patrimônio Líquido	27	1.830.889	1.436.601
Capital social - País		1.130.760	872.043
Capital social - Exterior		128.867	128.867
(-) Ações em Tesouraria		(67.609)	(8.070)
Outros resultados abrangentes		(1.671)	(1.698)
Reservas de capital		26.435	17.902
Reservas de lucros		584.468	395.483
Participação de não-controladores		29.639	32.074
Total do passivo e patrimônio líquido		35.353.936	31.013.108

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS					
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADA					
(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)					
					
	Nota	01/04 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025
Receitas com juros e similares	29	1.543.347	2.818.774	1.030.157	1.975.063
Despesas com juros e similares	30	(1.099.179)	(2.125.835)	(915.873)	(1.626.634)
Receita líquida com juros e similares		444.168	692.939	114.284	348.429
Receitas de tarifas e comissões	31	32.160	64.381	35.699	54.645
Despesas de tarifas e comissões	32	(11.551)	(25.840)	(21.589)	(41.982)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(581)	(450)	4.133	7.336
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)		156.470	439.816	149.320	199.609
Resultado de ativos financeiros mensurados ao VJR	33	157.684	454.291	163.608	282.572
Variações cambiais	34	(1.214)	(14.475)	(14.288)	(82.963)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(209.103)	(374.697)	(43.649)	(129.562)
Outras receitas (despesas) operacionais	35	4.617	27.725	270	7.124
Receita líquida operacional		416.180	823.874	238.468	445.599
Despesas administrativas		(187.437)	(375.749)	(115.262)	(225.503)
Despesas com pessoal	36	(82.358)	(154.086)	(52.036)	(120.453)
Despesas tributárias		(28.841)	(61.737)	(21.899)	(25.395)
Outras despesas administrativas	37	(76.238)	(159.926)	(41.327)	(79.655)
Depreciações e amortizações		(4.830)	(10.262)	(6.321)	(10.869)
(Provisões)/Reversões líquidas	38	(2.767)	(950)	(112)	(111)
Resultado na alienação de bens	39	1.866	5.073	4.312	(2.228)
Lucro líquido operacional antes da tributação		223.012	441.986	121.085	206.888
Imposto de renda e contribuição social	40.a	(57.800)	(125.945)	(37.898)	(63.253)
Lucro líquido do exercício		165.212	316.041	83.187	143.635
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores		166.190	316.214	83.016	143.644
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas não-controladores		(978)	(173)	171	(9)
Lucro por ação do período					
Lucro básico e diluído por ação do período					
Ações ordinárias		0,64	1,22	0,37	0,63
Ações preferenciais		0,64	1,22	0,37	0,63
Lucro atribuído/diluído do período					
Ações ordinárias		82.610	158.029	42.586	73.531
Ações preferenciais		82.602	158.012	40.601	70.104
Média ponderada das ações emitidas - básica					
Ações ordinárias		129.950.956	129.950.956	115.914.712	115.914.712
Ações preferenciais		129.937.768	129.937.768	110.513.658	110.513.658

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE CONSOLIDADA
(Em milhares de Reais - R\$)



		01/04 a	01/01 a	01/04 a	01/01 a
	Nota	30/06/2026	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2025
Lucro Líquido do período		165.212	316.041	83.187	143.635
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado Consolidada					
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	28	20	27	(3.756)	1.889
Variação de valor justo		43	66	(6.831)	3.515
Efeito fiscal		(23)	(39)	3.075	(1.626)
Resultado abrangente do período		165.232	316.068	79.431	145.524
Resultado abrangente do período atribuível aos acionistas controladores		166.210	316.241	79.260	145.533
Resultado abrangente do período atribuível aos acionistas não-controladores		(978)	(173)	171	(9)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas.

Notas Explicativas**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS****DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA**

(Em milhares de Reais - R\$)



	Nota	Reservas de lucros								
		Capital Social	Reservas de capital	Legal	Estatutária	Ações em Tesouraria	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Participação de não controladores	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024		952.678	5.117	15.717	118.321	(20.406)	(3.610)	-	4.100	1.071.917
Lucro Líquido do período		-	-	-	-	-	-	143.644	(9)	143.635
Outros resultados abrangentes	28	-	-	-	-	-	1.889	-	-	1.889
Ativos financeiros ao VJORA		-	-	-	-	-	3.515	-	-	3.515
Imposto de renda diferido		-	-	-	-	-	(1.626)	-	-	(1.626)
Outras mutações do patrimônio líquido		223	(2.956)	-	(15.104)	12.133	-	-	-	(5.704)
Aumento de capital	27.a	223	-	-	-	-	-	-	-	223
Cancelamento de ações em tesouraria	27.f	-	-	-	(15.104)	15.104	-	-	-	-
Venda/(Aquisição) de ações em tesouraria	27.f	-	-	-	-	(26.744)	-	-	-	(26.744)
Transações com pagamentos baseados em ações	27.f	-	(2.956)	-	-	23.773	-	-	-	20.817
Destinações		-	-	7.182	93.012	-	-	(143.644)	-	(43.450)
Reserva legal	27.c	-	-	7.182	-	-	-	(7.182)	-	-
Juros sobre o capital próprio	27.d	-	-	-	-	-	-	(43.450)	-	(43.450)
Reserva estatutária	27.c	-	-	-	93.012	-	-	(93.012)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2025		952.901	2.161	22.899	196.229	(8.273)	(1.721)	-	4.091	1.168.287
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.000.910	17.902	37.243	358.240	(8.070)	(1.698)	-	32.074	1.436.601
Lucro Líquido do período		-	-	-	-	-	-	316.214	(173)	316.041
Outros resultados abrangentes	28	-	-	-	-	-	27	-	-	27
Ativos financeiros ao VJORA		-	-	-	-	-	66	-	-	66
Imposto de renda diferido		-	-	-	-	-	(39)	-	-	(39)
Outras mutações do patrimônio líquido		258.717	8.533	-	-	(59.539)	-	-	(1.732)	205.979
Aumento de capital	27.a	258.717	-	-	-	-	-	-	-	258.717
Participação de não-controladores		-	-	-	-	-	-	-	(1.732)	(1.732)
Cancelamento de ações em tesouraria	27.f	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Venda/(Aquisição) de ações em tesouraria	27.f	-	-	-	-	(67.644)	-	-	-	(67.644)
Transações com pagamentos baseados em ações	27.f	-	8.533	-	-	8.105	-	-	-	16.638
Destinações		-	-	15.811	173.174	-	-	(316.214)	(530)	(127.759)
Reserva legal	27.c	-	-	15.811	-	-	-	(15.811)	-	-
Juros sobre o capital próprio	27.d	-	-	-	-	-	-	(126.259)	-	(126.259)
Dividendos	27.e	-	-	-	-	-	-	(970)	(530)	(1.500)
Reserva estatutária	27.c	-	-	-	173.174	-	-	(173.174)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2026		1.259.627	26.435	53.054	531.414	(67.609)	(1.671)	-	29.639	1.830.889

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA
 (Em milhares de Reais - R\$)


	Nota	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido ajustado do período		966.341	298.408
Lucro Líquido do período		316.041	143.635
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		204.740	(29.272)
Depreciação e Amortização	15 e 16	10.262	10.869
Impostos diferidos		60.622	48.186
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		374.697	129.562
Provisões / Reversões para contingências (líquidas)	38	950	111
Pagamento baseado em ações		(1.421)	1.953
Resultado de equivalência patrimonial	14	450	(7.336)
Amortização de ágio		-	700
Variação de ativos e passivos operacionais		(696.405)	(1.661.445)
(Aumento) Redução de Ativos financeiros ao VJR e VJORA (Instrumentos de dívida e de capital)		555.967	(3.973.130)
(Aumento) Redução de Derivativos (líquidos)		(989.907)	2.050.235
(Aumento) Redução de Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras		297.943	84.245
(Aumento) Redução de Empréstimos e adiantamentos a clientes		(4.256.306)	(1.938.216)
(Aumento) Redução de Ativos financeiros ao custo amortizado (Instrumentos de dívida)		(1.725.235)	609.536
(Aumento) Redução de Ativos não circulantes mantidos para venda		(100.700)	35.847
(Aumento) Redução de Devedores por depósitos em garantia		4.595	(9.119)
(Aumento) Redução de Imposto de renda a compensar		(3.887)	18.602
(Aumento) Redução de Outros ativos		(282.226)	(43.234)
(Aumento) Redução de Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.072)	3.962
Aumento (Redução) de Depósitos de instituições financeiras		450.221	70.527
Aumento (Redução) de Depósitos de clientes		1.869.196	853.465
Aumento (Redução) de Captações no mercado aberto		2.615.318	(1.490.346)
Aumento (Redução) de Obrigações por títulos e valores mobiliários		148.244	1.287.422
Aumento (Redução) de Obrigações por empréstimos e repasses		1.033.272	130.288
Aumento (Redução) de Outros passivos financeiros		(24.522)	(17.583)
Aumento (Redução) de Provisões		(4.289)	553
Aumento (Redução) de Obrigações fiscais		35.401	7.060
Aumento (Redução) de Outras obrigações		(318.418)	658.441
Caixa líquido proveniente (aplicado em) de atividades operacionais		269.936	(1.363.037)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Aquisição) Alienação de imobilizado de uso	15	(1.751)	(1.760)
(Aquisição) Alienação de intangível	16	536	(5.730)
(Aquisição) de outros investimentos		(4)	-
Caixa líquido proveniente (aplicado em) atividades de investimento		(1.219)	(7.490)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de Capital		258.717	223
Aumento (Redução) em obrigações por dívidas subordinadas		(20.000)	(56.520)
Venda (Aquisição) de ações em tesouraria		(67.644)	(26.744)
Juros sobre o capital próprio pagos		(67.384)	(34.468)
Caixa líquido (aplicado em) proveniente de atividades de financiamento		103.689	(117.509)
AUMENTO/REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		372.406	(1.488.036)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	657.173	2.327.961
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(204.740)	29.272
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	5	824.839	869.197

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
 (Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pine S.A. ("Pine") é uma companhia aberta, com matriz localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830 - Itaim Bibi, São Paulo - SP e está autorizado a operar as carteiras comerciais, de investimentos, crédito, financiamento, câmbio e leasing.

As operações do Pine são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições controladas, integrantes do Conglomerado Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

a) Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas do Banco Pine foram preparadas de acordo com as normas do IAS 34 Interim Financial Reporting e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas, e somente elas as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Informamos que foram aprovadas, em 10 de agosto de 2026, as Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas em IFRS, de 30 de junho de 2026, pela Diretoria do Banco Pine.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas em IFRS incluem as normas contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores, tendo sido atendidas todas as normas, cuja aplicação era mandatória sem exceções.

b) Novas normas e interpretações em vigor em períodos futuros:

IFRS S1 – Requerimentos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 – Divulgações Relacionadas ao Clima: O Banco Central do Brasil passará exigir, à partir do exercício de 2028, por meio da Resolução CMN nº 4.818 que as instituições elaborem e divulguem, como parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas, o relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Sustainability Standards Board (ISSB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela International Financial Reporting Standards Foundation (IFRS Foundation). O Banco Pine está avaliando os impactos da nova norma.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Substitui o IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras e introduz novos subtópicos e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Essas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. O Banco Pine está avaliando os impactos nas Demonstrações Financeiras.

IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: permite a uma subsidiária fornecer divulgações reduzidas ao aplicar as Normas de Contabilidade IFRS nas suas demonstrações financeiras. É opcional para as subsidiárias elegíveis e estabelece os requisitos de divulgação para as subsidiárias que optarem por aplicá-la. A nova norma se aplica a períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2027. Essas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. O Banco Pine está avaliando os impactos nas Demonstrações Financeiras.

c) Normas e interpretações que entraram em vigor após 1º de janeiro de 2025

Alteração ao IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis: se uma moeda não tiver conversibilidade, pode ser difícil determinar uma taxa de câmbio apropriada. Embora incomum, pode surgir uma falta de conversibilidade quando um governo impõe controles cambiais que proíbem a troca de uma moeda ou que limitem o volume de transações em moeda estrangeira. A emenda ao IAS 21, esclarece como as entidades devem avaliar se uma moeda é de fácil conversão e como devem determinar uma taxa de câmbio à vista para uma moeda de difícil permutabilidade, bem como exige a divulgação de informações que permitem aos usuários das Demonstrações Financeiras entender os impactos de uma moeda sem conversibilidade. Essas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. O Banco Pine não identificou impactos materiais.

Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS: Incluem clarificações, simplificações, correções e alterações destinadas a melhorar a coerência de várias Normas de Contabilidade IFRS. As normas alteradas são: IFRS 1 - Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro; IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações e as orientações que a acompanham sobre a implementação da IFRS 7; IFRS 9 - Instrumentos Financeiros; IFRS 10 - Demonstrações Contábeis Consolidadas; e IAS 7 - Demonstração do Fluxo de Caixa. As alterações são válidas para os períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a aplicação anterior. O Banco Pine não identificou impactos materiais.

Emendas ao IFRS 9 e IFRS 7 - Emendas à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: Para tratar de questões identificadas durante a revisão pós-implementação dos requisitos de classificação e mensuração do IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. As emendas são efetivas para períodos de relatório iniciados em ou após 1º Janeiro de 2026. O Banco Pine não identificou impactos materiais.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As práticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas nos períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas controladas pelo Pine.

a) Base de consolidação

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas do Pine, são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional do Pine, incluindo sua dependência no Exterior e, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Banco Pine.

Consolidação

O Banco Pine consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Durante os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o Banco Pine estruturou operações de cessão e securitização com o mercado, cujos montantes foram eliminados para fins de consolidação da Demonstração Financeira, pela retenção de riscos e benefícios.

A consolidação inclui Fundos de Investimento, nos quais o Banco Pine possui retenção substancial de risco e benefícios de suas cotas e sobre os quais o Banco Pine está exposto, ou tem direito a retornos variáveis e capacidade de afetar esses retornos através do poder decisório, de acordo com o IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, com exceção dos Fundos de Investimentos mencionados a seguir, que não atingem esses critérios de consolidação:

- (i) Fiagro Imobiliário ID Goiana;
- (ii) PFC Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado;
- (iii) Springs Equity Hedge Plus Fundo de Investimento Financeiro em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado;
- (iv) LIFT Event Capital I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada;
- (v) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de Responsabilidade Limitada Rede de Postos Monte Carlo;
- (vi) Estrelas do Ceu Fundo de Investimento Imobiliário Responsabilidade Limitada;
- (vii) LIFT Crédito Estruturado I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios;
- (viii) LIFT Gama Consignado Privado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada;
- (ix) LIFT Beta Fundo De Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada;
- (x) Vinci Mozak Residencial II Fundo de Investimento Imobiliário - Responsabilidade Limitada.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



Destacamos abaixo as entidades incluídas nas Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas:

	Atividades	Participação no capital (%)	
		30/06/2026	31/12/2025
Dependências no exterior			
Agência Grand Cayman	Dependência no exterior	100,0000	100,0000
Subsidiárias			
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	Administração em Participações	100,0000	100,0000
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	100,0000	100,0000
Pine Assessoria e Consultoria Ltda. ⁽⁴⁾	Assessoria	99,9800	99,9800
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. ⁽²⁾	Imobiliária	100,0000	100,0000
Pine Corretora de Seguros Ltda. ⁽¹⁾	Intermediação de Negócios	99,9800	99,9800
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário ⁽⁷⁾	Imobiliária	100,0000	100,0000
Cuiabá Ativos Imobiliários SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.) ⁽⁷⁾	Imobiliária	100,0000	100,0000
Chimera Alternative Assets I FIDC	Fundo de investimentos	100,0000	95,0000
LIFT JS FIDC Responsabilidade Limitada	Fundo de investimentos	88,2500	88,2500
LIFT SO II Feeder Fundo de Investimento Financeiro - Responsabilidade Limitada	Fundo de investimentos	71,4000	71,4000
ID Goiania II Fundo de Investimento Fiagro Imobiliário Responsabilidade Limitada	Fundo de investimentos	100,0000	100,0000
Springs Equity Hedge B Fundo de Investimento Financeiro em Cotas de FIM	Fundo de investimentos	100,0000	100,0000
LIFT Alfa FIC de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada	Fundo de investimentos	70,0000	-
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda.	Comercialização de ativos ambientais	100,0000	100,0000
Pine Holding Ltda. (Anteriormente denominada Pine Holding S.A.) ^{(3) (5) (6)}	Holding de instituições não-financeiras	100,0000	99,0000
Santana de Parnaíba Ativos Imobiliários Ltda. (Anteriormente denominada Pine 1 Desenvolvimento Participações Ltda.) ^{(7) (8)}	Participação	100,0000	100,0000
Newcoo JV Gestão Empresarial Ltda ⁽⁹⁾	Assessoria	100,0000	

(1) Em instrumento particular datado de 22 de maio de 2024, foi deliberado sobre a alteração de sociedade limitada unipessoal para sociedade limitada, em razão do ingresso de mais um sócio.
(2) Em Alteração Contratual datada de 30 de julho de 2024, foi deliberado sobre o aumento do capital social da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda., no montante de R\$6.300, mediante emissão de 9.130.435 novas cotas.
(3) Em Assembleia Geral de Constituição datada de 24 de maio de 2024, foi deliberado sobre a constituição da Pine Holding S.A. e a subscrição de 100 ações ordinárias, totalizando R\$100 reais. O Banco Pine subscreu 99 ações ordinárias nominativas, totalizando o montante de R\$99 reais.
(4) Em instrumento particular datado de 1º de outubro de 2024, foi deliberado sobre a alteração de sociedade limitada unipessoal para sociedade limitada, em razão do ingresso de mais um sócio.
(5) Em Alteração Contratual datada de 07 de março de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da Pine Holding S.A., no montante de R\$45.615, mediante emissão de 45.615.000 novas cotas.
(6) Em Alteração Contratual datada de 10 de julho de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da Pine Holding S.A., no montante de R\$200, mediante emissão de 200.000 novas cotas.
(7) Refere-se a investimentos mantidos para venda conforme descrito na Nota 3.p.
(8) Em Instrumento Particular de Constituição datado de 19 de setembro de 2025, foi deliberado sobre a constituição da Pine 1 Desenvolvimento Participações Ltda. e a subscrição de 1.000 quotas, totalizando R\$1.
(9) Em Instrumento Particular de Constituição datado de 21 de maio de 2026, foi deliberado sobre a constituição da Newcoo JV Gestão Empresarial Ltda e a subscrição de 100 quotas, totalizando 100 reais.

b) Base de avaliação

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo e instrumentos financeiros reconhecidos e designados como objeto de hedge em transações qualificáveis de hedge de valor justo atribuível ao risco protegido.

c) Estimativas e julgamentos contábeis relevantes

A preparação das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas em IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam à aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

(i) Mensuração das provisões para perdas esperadas

A mensuração da provisão para perda de crédito esperada requer o uso de modelos complexos e pressupostos significativos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. São necessários vários julgamentos significativos na aplicação dos requisitos contábeis para a mensuração das perdas esperadas, tais como:

- Determinação de critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha de modelos e pressupostos adequados para a mensuração das perdas esperadas;
- Estabelecimento de grupos de ativos financeiros similares para efeitos de mensuração das perdas esperadas.

(ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma negociação entre partes não relacionadas. Caso o preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado através de modelo interno com base nesse preço.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando os dados não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto e taxas de pré-pagamento.

(iii) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente em relação às diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o Pine terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser realizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em projeções de eventos e tendências de mercado.

(iv) Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

Passivos contingentes - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

(v) Valor recuperável de ativos não circulantes mantidos para venda

São ativos não circulantes, cujo valor contábil será recuperado através de venda e não pelo seu uso contínuo. São mensurados pelo menor montante entre seu valor justo menos custos de venda e o valor contábil na data em que foram classificados como "mantidos para a venda", deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável. Essa provisão é reavaliada anualmente e sua classificação contábil é com base no valor de mercado. Estes bens não estão sujeitos à depreciação. O Banco Pine considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, bem como premissas estabelecidas pela Administração.

d) Regime de competência

A entidade prepara as suas Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas de acordo com o critério contábil da competência.

e) Gestão do capital

A gestão do capital é efetuada nos níveis regulatórios e econômicos e está baseada na análise dos índices de capital do Bacen (Nota 41.a).

f) Conversão de operações em moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Cada empresa do consolidado determina sua própria moeda funcional conforme IAS 21 – “Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio”. Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas de cada entidade do Grupo são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua (moeda funcional).

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Pine, e inclusive da agência no exterior.

Transações e saldos em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são aquelas originalmente denominadas ou com liquidação em moeda estrangeira. Tais transações são convertidas na moeda funcional usando as taxas de câmbio da data da transação ou da data da avaliação, na qual os itens são remensurados.

Os ganhos e perdas cambiais relacionados a caixa e equivalentes, empréstimos e adiantamentos, outros ativos, obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior, depósitos de clientes, obrigações por empréstimos e repasses, relações com correspondentes e dívidas subordinadas são apresentados na demonstração de resultado como receita (despesa) de juros.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



Conversão de moeda funcional para moeda de apresentação para unidades no exterior.

Considerando que nenhuma das unidades do Grupo opera com moeda funcional de economia hiperinflacionária, os resultados e as posições financeiras das entidades do Banco Pine, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos da seguinte maneira:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço;
- Receitas e despesas são convertidas pelas taxas médias no período de apuração.

Na consolidação, diferenças cambiais decorrentes da conversão de investimento líquido em entidades no exterior são lançadas em "outros resultados abrangentes".

Em caso de venda, total ou parcial, de negócio no exterior, as diferenças cambiais são reconhecidas no resultado como parte do ganho (perda) na venda.

g) Receitas e despesas de juros e similares

Receitas e despesas de juros são reconhecidas na demonstração do resultado pelo método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e os recebimentos futuros durante a vida prevista do ativo ou do passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou do passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou do passivo financeiro, considerando todos os termos contratuais, não incluindo perdas futuras em operações de crédito.

Os juros decorrentes da aplicação da taxa efetiva são contabilizados na rubrica "Receitas com juros e similares" na demonstração do resultado.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as taxas e comissões, os custos de transação, os descontos e os prêmios que são pagos ou recebidos e que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação incluem os custos incrementais que são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um ativo ou passivo financeiro.

As receitas e despesas de juros apresentadas na demonstração de resultados incluem:

- Juros de ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado, com base na taxa efetiva de juros;
- A parte efetiva de derivativos de *hedge* qualificados e designados em uma relação de *hedge* de fluxo de caixa, no mesmo período em que o item protegido é lançado em receitas/despesas de juros;
- Alterações no valor justo de derivativos qualificados (incluindo inefetividades do *hedge*) e dos respectivos itens protegidos, quando o risco de taxa de juros é o risco protegido.

Receitas e despesas de juros de todos os ativos e passivos financeiros para negociação são consideradas incidentes às operações de negociação do Pine e são apresentadas de forma agregada a todas as mudanças no valor justo dos ativos e passivos para negociação em "Resultado de ativos e passivos financeiros mensurados através de Valor Justo no Resultado (VJR)".

h) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Pine para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

i) Tarifas e comissões

As receitas e as despesas de taxas e comissões que são parte integrante da taxa efetiva de juros de um ativo ou passivo financeiro são incluídas na apuração da taxa efetiva de juros e são contabilizados na rubrica "Receitas de juros e similares" na demonstração do resultado.

As demais receitas de taxas e comissões são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados e são contabilizados na rubrica "Receitas de tarifas e comissões" na demonstração do resultado.

Outras despesas com taxas e comissões referem-se basicamente a eventos que são reconhecidos no resultado conforme os serviços são recebidos.

j) Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda corrente é a expectativa de pagamento de impostos sobre o resultado tributável para o exercício, usando taxas promulgadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação a exercícios anteriores.

O imposto de renda diferido é incidente sobre as diferenças temporárias entre os saldos contábeis dos ativos e passivos e os saldos fiscais para fins de apuração tributária. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social devem ser reconhecidos somente se há expectativa de que serão realizados com a geração de lucros tributáveis estimados. Os créditos tributários são mensurados às taxas fiscais que são esperadas de serem aplicadas às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, com base em leis que estão promulgadas na data de balanço.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que é provável que lucros tributáveis futuros sejam gerados para sua utilização, e devem ser revisados a cada data de balanço, sendo reduzidos à medida que não seja mais provável que estes benefícios fiscais serão utilizados.

A despesa de imposto de renda compreende os impostos sobre a renda correntes e diferidos, sendo reconhecida na demonstração de resultados na rubrica "Imposto de renda e contribuição social", exceto nos casos em que se refere a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

k) Instrumentos financeiros e mensuração do valor justo

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros do Banco Pine são efetuadas de acordo com o IFRS 9 e estão descritas a seguir:

(i) Reconhecimento inicial

Data de reconhecimento

Um ativo ou passivo financeiro, com exceção de operação de crédito e de depósitos de clientes, é reconhecido no balanço patrimonial quando o Banco Pine se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao Pine. Enquanto as operações de crédito são reconhecidas quando o Banco Pine transfere os recursos aos clientes.

Mensuração inicial dos instrumentos financeiros

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais e do modelo de negócios utilizado pelo Banco Pine no gerenciamento de seus instrumentos.

Instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao seu valor justo e, exceto nos casos de ativos ou passivos financeiros registrados ao valor justo através do resultado, os custos atribuíveis à transação são adicionados a, ou subtraídos, desse valor.

(ii) Classificação e mensuração de Instrumentos Financeiros

De acordo com os requerimentos do IFRS 9, a classificação de ativos financeiros é norteada por dois grandes direcionadores: a) O modelo de negócios em que são gerenciados os ativos financeiros; b) A característica do fluxo de caixa dos ativos financeiros (Teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros).

(iii) Avaliação do modelo de negócio - Ativos Financeiros

O Banco Pine classifica e mensura sua carteira de negociação e seus derivativos em VJR. O Banco Pine pode designar instrumentos em VJR, de maneira irrevogável, se, ao fazer isso, eliminar e reduzir significativamente inconsistências de mensuração e reconhecimento.

Passivos financeiros, outros além dos relacionados a compromissos de empréstimos, são mensurados ao custo amortizado ou VJR quando são mantidos para negociação, se forem instrumentos derivativos ou a designação ao valor justo tiver sido aplicada.

(iv) Teste de SPPJ ("Somente Pagamento de Principal e Juros") - Ativos Financeiros

Além da análise do modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, o Pine avalia os termos contratuais de tais ativos para verificar se os mesmos possuem fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros, atendendo ao teste de SPPJ (somente pagamento de principal e juros).

"Principal", para referido teste, é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e que pode mudar ao longo da sua vida (por exemplo, se houver pagamentos de principal).

Os elementos mais significativos dos juros num acordo de empréstimo básico são a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Para aplicar o teste de SPPJ, o Pine realiza julgamento e considera fatores relevantes, como, por exemplo, a moeda em que o ativo financeiro é denominado e o período pela qual a taxa de juros é definida.

Em contraste, termos contratuais que introduzem uma exposição relevante a riscos de volatilidade nos fluxos de caixa contratuais não são relacionados a um acordo de empréstimo básico, não resultado assim em fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros. Nesses casos, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de resultados, independente de qual modelo de negócios seja gerido.

(v) Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro representem fluxos de caixa contratuais que resultem apenas em pagamentos de principal e juros.

O custo amortizado é o valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de realização no vencimento; para os ativos financeiros, tal montante é ajustado por qualquer provisão para perda esperada de crédito.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera as perdas de crédito esperadas e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de originação.

A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. No caso de ativos financeiros com problemas de recuperação, é aplicada a taxa de juros efetiva ajustada (considera a perda de crédito esperada) ao custo amortizado do ativo financeiro.

A receita de juros dos ativos financeiros mensurados a custo amortizado está incluída em 'Receitas com juros'.

Os passivos financeiros são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados com tal no reconhecimento inicial.

(vi) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Itens ao valor justo através do resultado compreendem itens mantidos para negociação e itens designados ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial. Além disso, de acordo com a IFRS 9, instrumentos de dívida com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo através do resultado.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

Quando um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, um ajuste de avaliação de crédito é incluído em sua marcação a valor justo, de modo a refletir a qualidade de crédito da contraparte, representando assim as alterações no valor justo atribuído ao risco de crédito.

Quando um passivo financeiro é designado ao valor justo através do resultado, a variação no valor justo atribuído às mudanças na qualidade de crédito do Pine é apresentada em outros resultados abrangentes.

Instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao VJR e registrados como ativos financeiros quando seu valor justo é positivo e como passivos financeiros quando seu valor justo é negativo. Derivativos que possuem garantias e que são liquidados diariamente pelo valor líquido através de uma câmara de liquidação (por exemplo, operações de futuro) são registrados pelo valor pendente de liquidação de um dia para o outro.

(vii) Itens mensurados ao valor justo no resultado (VJR)

Um ativo financeiro é classificado como valor justo no resultado (VJR), se:

- For adquirido para ser vendido ou recomprado no curto prazo; ou

- No reconhecimento inicial, faz parte da carteira de instrumentos financeiros identificados que sejam administrados em conjunto e para os quais há evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros no curto prazo.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o Pine classificou instrumentos de dívida, instrumentos de patrimônio e instrumentos financeiros derivativos como itens mensurados a valor justo no resultado (VJR), que atendem aos critérios apresentados acima.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o Pine também classificou empréstimos e adiantamentos a clientes como itens mensurados a valor justo no resultado (VJR). Essa classificação foi definida pela Administração em modelo de negócios, com o objetivo de vender esses ativos financeiros, antes do vencimento contratual. A carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes mensuradas a valor justo no resultado é composta por: (i) carteira de cartões beneficentes e (ii) parte da carteira do segmento de varejo (essa parte da carteira do segmento de varejo foi apurada através do histórico de cessões de operações de crédito do segmento de varejo).

(viii) Designação irrevogável de um instrumento financeiro como mensurado a valor justo através do resultado

No reconhecimento inicial, um ativo ou passivo financeiro pode ser designado de modo irrevogável, como mensurado ao valor justo através do resultado, se tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento (descasamento contábil) que, de outro modo, poderia resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o Pine não possuía ativos e passivos financeiros designados de forma irrevogável como mensurado ao valor justo por meio de resultado.

(ix) Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciem uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O Pine pode fazer uma escolha irrevogável de apresentar em outros resultados abrangentes as alterações no valor justo de investimentos em instrumentos de patrimônio que não sejam mantidos para negociação e não sejam uma contraprestação contingente reconhecida pelo Pine em uma combinação de negócios.

Nesse caso, os saldos reconhecidos em outros resultados abrangentes não são transferidos subsequentemente para o resultado. Apenas os dividendos recebidos desses investimentos são reconhecidos no resultado.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a administração do Pine não optou por designar quaisquer instrumentos patrimoniais ao VJORA.

(x) Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de dívida

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios em que tais ativos estão sendo geridos e das características de fluxo de caixa do mesmo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas e que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e

- São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado das perdas de redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

(xi) Técnicas de Avaliação x Hierarquia do valor justo e Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial devem ser agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo.

- **Nível 1** - mensurações à valor justo obtidas a partir de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados aplicações em cotas de fundos de investimentos com cotação disponível na Comissão de Valores Mobiliários e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores também são classificados no nível 1 da hierarquia.

- **Nível 2** - mensurações obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços). Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Privados (com destaque na carteira de Debêntures) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1, por Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LFT, NTN-B e NTN-F). Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

- **Nível 3** - mensurações são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Pine utiliza modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo próprio. No nível 3 são classificados determinados instrumentos de dívida de companhias de capital fechado, em situação de discussão judicial, classificados como ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e empréstimos e adiantamentos a clientes, classificados como ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado (VJR). Não existem derivativos classificados no nível 3.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



Categoria	Tipo de Ativo/Passivo	Técnicas de valorização	Principais inputs não observáveis
Derivativos lineares	Fra de cupom	Preços de fechamento BMF	Taxa de Cupom Cambial de longo prazo
	Swap de inflação	Discounted cash flow	Taxa de Cupom Cambial de IGPM
	Swap de taxa de juros	Discounted cash flow	Taxa pré-fixadas Cambial de longo prazo
Derivativos não lineares	Opções de equities	Black&Scholes	Volatilidades implícitas de longo prazo
	Opções de inflação	Black&Scholes	Volatilidades implícitas de longo prazo IPCA
	Opções de juros	Black&Scholes	Volatilidades implícitas de longo prazo IDI
	Opções de moedas	Black&Scholes	Volatilidades implícitas de longo prazo USD/BRL
Cash	Títulos privados	Discounted cash flow	Taxas de desconto ("Yields")
	Títulos públicos	Discounted cash flow	Curva futura de DI e PU ANBIMA
	Empréstimos e adiantamentos a clientes (VJR)	Discounted cash flow	Taxas de desconto ("Yields")

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros no período findo em 30 de junho de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Pine para apurar seu valor justo:

	30/06/2026			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR) ⁽¹⁾	797.227	5.875.344	1.555.959	8.228.530
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	539	1.161.777	177.400	1.339.716
Passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado (derivativos)	-	235.515	-	235.515

	31/12/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR) ⁽¹⁾	517.542	6.877.326	1.150.335	8.545.203
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	505	1.779.839	182.744	1.963.088
Passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado (derivativos)	-	2.245.844	-	2.245.844

(1) Em 30 de junho de 2026, foi reavaliada a estratégia de produtos ofertados pelo Banco e, com o objetivo de refletir da melhor maneira o modelo de negócios, parte do saldo de Ativos Financeiros do balanço patrimonial mensurado ao Valor Justo no Resultado (VJR) foi migrado para Custo Amortizado (CA), aprimorando assim a apresentação das informações financeiras. A referida reclassificação não gerou impactos no resultado do período.

Movimentações de Valor Justo de Nível 3

A tabela a seguir mostra as movimentações ocorridas nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, para os ativos e passivos financeiros classificados como Nível 3 na hierarquia do valor justo:

	31/12/2025		Adições, liquidações, ganhos/perdas e outras movimentações	Valor justo em 30/06/2026
	Valor justo em 31/12/2025	Valor justo em 31/12/2024		
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR) ⁽¹⁾	1.150.335	1.150.335		1.555.959
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	182.744	182.744	(5.344)	177.400

	31/12/2024		Adições, liquidações, ganhos/perdas e outras movimentações	Valor justo em 31/12/2025
	Valor justo em 31/12/2024	Valor justo em 31/12/2023		
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR) ⁽¹⁾	1.917.397	1.917.397	(767.062)	1.150.335
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	90.385	90.385	92.359	182.744

(1) Em 30 de junho de 2026, foi reavaliada a estratégia de produtos ofertados pelo Banco e, com o objetivo de refletir da melhor maneira o modelo de negócios, parte do saldo de Ativos Financeiros do balanço patrimonial mensurado ao Valor Justo no Resultado (VJR) foi migrado para Custo Amortizado (CA), aprimorando assim a apresentação das informações financeiras. A referida reclassificação não gerou impactos no resultado do período.

Nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 não houve transferência entre os níveis.

I) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

De acordo com o IFRS 7 e CPC 40 Instrumentos Financeiros – Divulgações, apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros e seu valor justo, conforme quadro abaixo:

Ativos financeiros	30/06/2026		31/12/2025	
	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	824.839	824.839	657.173	657.173
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	297.943	297.943
Empréstimos e adiantamentos a clientes ⁽ⁱⁱ⁾	18.445.002	18.400.624	11.198.679	10.517.964
Instrumentos de dívida ^{(ii) (v)}	4.312.144	4.676.157	5.371.116	5.778.543
Total dos ativos financeiros	23.581.985	23.901.620	17.524.911	17.251.623

Passivos financeiros	30/06/2026		31/12/2025	
	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Depósitos de instituições financeiras ⁽ⁱⁱⁱ⁾	970.852	988.651	527.540	538.430
Depósitos de clientes ^(iv)	18.927.355	19.070.543	17.025.193	17.201.347
Captações no mercado aberto ⁽ⁱⁱⁱ⁾	7.296.854	7.296.854	4.681.536	4.681.536
Obrigações por títulos e valores mobiliários ^(iv)	2.525.767	2.705.773	2.522.184	2.557.529
Obrigações por empréstimos e repasses ^(iv)	1.230.766	1.230.766	197.494	197.494
Outros passivos financeiros e Outras Obrigações ⁽ⁱⁱⁱ⁾	29.300	29.300	53.822	53.822
Dívidas subordinadas ^(iv)	816.742	806.520	1.047.668	773.274
Total dos passivos financeiros	31.797.636	32.128.407	26.055.437	26.003.432

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- (i) O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, instrumentos de dívida, instrumentos de capital, instrumentos financeiros derivativos e empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras refletem seu valor contábil.
- (ii) Empréstimos e adiantamentos a clientes, instituições financeiras e instrumentos de dívida são mensurados líquidos da provisão para impairment. O valor justo dessas operações representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado para determinar seu valor justo.
- (iii) O valor justo estimado dos depósitos de instituições financeiras, captações no mercado aberto, obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros e outros passivos financeiros refletem seu valor contábil.
- (iv) O valor justo estimado dos depósitos de clientes e os outros empréstimos sem cotação no mercado ativo é baseado em fluxos de caixa descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos de vencimento similares. O valor justo dos depósitos sem vencimento determinado, o que inclui depósitos não remunerados, se aproxima substancialmente do seu valor contábil.
- (v) Reclassificação de instrumentos financeiros
- Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, não houve reclassificação em decorrência de mudanças no modelo de negócios.
- (vi) Desreconhecimento de ativos financeiros
- Renegociações

O Pine desreconhece um ativo financeiro, como, por exemplo, uma operação de crédito concedido a cliente, quando os termos e condições da operação forem renegociados em uma extensão que, substancialmente, torne uma nova operação, sendo a diferença reconhecida como no resultado do exercício como ganhos ou perdas de desreconhecimento.

A nova operação reconhecida é classificada no mesmo estágio na qual a operação anterior estava classificada, a não ser que seja determinada como uma operação originada com problemas de recuperação de crédito.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
 (Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



Se a renegociação não resulta em fluxos de caixa substancialmente diferentes, a modificação não ocasiona em um desconhecimento da operação. Considerando a alteração nos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva original da operação, o Pine reconhece um ganho ou perda de modificação.

- Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e (i) o Pine transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, ou (ii) o Pine não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido. O desreconhecimento é feito pelo Grupo quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias. A diferença entre o valor contábil do ativo original e o montante recebido é reconhecida no resultado.

- Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo original e o montante pago é reconhecida no resultado.

m) Redução ao valor recuperável

(i) Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas associadas ao risco de crédito

O Pine, na condição de instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apura a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em conformidade com os critérios estabelecidos pelo IFRS 9.

A provisão é constituída para empréstimos e adiantamentos a clientes, instrumentos de dívida não mensurados ao valor justo por meio do resultado, compromissos de crédito não canceláveis incondicional e unilateralmente e garantias financeiras prestadas, doravante denominados, em conjunto, instrumentos financeiros sujeitos a perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

A perda esperada é mensurada com base na expectativa de perda para os doze meses subsequentes à data-base para os instrumentos classificados no Estágio 1 e com base na expectativa de perda ao longo de toda a vida do instrumento para os instrumentos classificados nos Estágios 2 e 3.

A mensuração é realizada individualmente ou de forma coletiva, conforme a natureza e a relevância das exposições. Na avaliação coletiva, os instrumentos financeiros são agrupados em segmentos homogêneos de risco, considerando características comuns relevantes para a adequada estimação dos parâmetros de perda esperada. Os instrumentos individualmente relevantes e as exposições sob acompanhamento especializado são avaliados individualmente.

(ii) Alocação dos instrumentos financeiros em estágios

Estágio 1: instrumentos financeiros que, no reconhecimento inicial, não sejam caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito e cujo risco de crédito não tenha aumentado significativamente desde então. Inclui igualmente as operações reclassificadas do Estágio 2 que tenham atendido aos critérios de reversão descritos no item (v).

Estágio 2: instrumentos financeiros cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, sem que estejam caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito. Inclui as operações reclassificadas do Estágio 3 que tenham atendido aos critérios de reversão descritos no item (v).

Estágio 3: instrumentos financeiros caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito. A provisão para perdas esperadas é mensurada ao longo de toda a vida da operação, observado o nível mínimo de provisão requerido pela regulamentação aplicável.

(iii) Aumento significativo do risco de crédito

O Pine avalia, em cada data-base, se ocorreu aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial do instrumento financeiro. Essa avaliação considera a comparação entre o risco de crédito observado na data-base e aquele existente na data do reconhecimento inicial.

A avaliação incorpora critérios quantitativos e qualitativos, incluindo a evolução dos indicadores de risco da contraparte, alterações relevantes na classificação de risco interna, reestruturações de crédito, monitoramento especializado, atraso contratual e demais informações razoáveis e sustentáveis disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

Adicionalmente, o Pine adota a presunção regulamentar de aumento significativo do risco de crédito para exposições com atraso superior a 30 dias, observadas as exceções e avaliações previstas em suas políticas e procedimentos internos.

(iv) Ativo financeiro com problema de recuperação de crédito

O instrumento financeiro é caracterizado como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito quando ocorrer:

i. atraso superior a 90 dias no pagamento de principal ou encargos; ou

ii. indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas.

Constituem indicativos de que a obrigação não será integralmente honrada, entre outros, o pedido ou a decretação de falência, liquidação ou recuperação judicial homologada da contraparte, bem como a reestruturação da operação com concessão de vantagem à contraparte em razão da deterioração de sua qualidade creditícia.

A caracterização de ativo financeiro com problema de recuperação de crédito pode ser estendida a outras exposições da mesma contraparte ou de seu grupo econômico, observados os critérios previstos na regulamentação e nos procedimentos internos do Pine.

(v) Reversão entre estágios

A transferência de instrumentos financeiros para estágio de menor risco ocorre somente quando houver evidências objetivas de redução do risco de crédito e após o atendimento dos critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação e pelas políticas internas do Pine. A reclassificação considera a análise do comportamento da contraparte, da operação e das demais informações disponíveis na data da avaliação.

(vi) Cálculo das perdas esperadas

A perda esperada corresponde ao valor presente da insuficiência de caixa esperada, entendida como a diferença entre os fluxos de caixa contratualmente devidos e os fluxos de caixa que o Pine espera receber, descontada pela taxa de juros efetiva da operação.

A mensuração da perda esperada é realizada por meio de modelos internos que utilizam, conforme aplicável, estimativas de probabilidade de inadimplência (PD), perda dado o descumprimento (LGD) e exposição no momento do descumprimento (EAD), considerando dados históricos, informações correntes e expectativas prospectivas.

No Estágio 1, a perda esperada é apurada para os doze meses subsequentes à data-base. No Estágio 2 a perda esperada é apurada ao longo de toda a vida remanescente do instrumento financeiro, e no Estágio 3 a perda esperada é considerada como 100%.

O horizonte máximo considerado na mensuração da perda esperada corresponde ao período durante o qual o Pine permanece exposto ao risco de crédito associado ao instrumento financeiro.

(vii) Compromissos de crédito não utilizados

Para a parcela não utilizada de limites de crédito, o Pine estima a fração do limite concedido que se espera venha a ser utilizada ao longo da vida do compromisso. A perda esperada corresponde ao valor presente da insuficiência de caixa decorrente da utilização estimada.

(viii) Instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

A perda esperada de instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não reduz o valor contábil desses ativos, que permanecem mensurados ao valor justo. A constituição da provisão é reconhecida no resultado do período em contrapartida a outros resultados abrangentes. A perda acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes é transferida para o resultado no momento do desconhecimento do ativo.

(ix) Garantias financeiras prestadas (avais e fianças)

A insuficiência de caixa esperada associada às garantias financeiras prestadas corresponde à diferença entre os desembolsos estimados para honrar a garantia e os valores cuja recuperação junto ao tomador da garantia é considerada provável.

(x) Informações prospectivas

Os modelos de perda esperada incorporam informações prospectivas por meio de variáveis macroeconômicas selecionadas com base em sua capacidade de explicar o comportamento do risco de crédito das diferentes carteiras.

As estimativas consideram cenários econômicos consistentes com as expectativas da Administração para o ambiente macroeconômico, ponderados por suas respectivas probabilidades de ocorrência.

As premissas utilizadas são revisadas periodicamente e refletem a melhor estimativa disponível na data de elaboração das demonstrações financeiras.

(xi) Instrumentos financeiros com baixo risco de crédito

Para determinar se o instrumento apresenta baixo risco de crédito, o Pine utiliza classificações de risco internas ou metodologias consistentes com definições internacionalmente aceitas, considerando todos os termos e condições relevantes do instrumento. São considerados de baixo risco de crédito, entre outros, os títulos públicos federais e determinados títulos privados classificados como grau de investimento.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
 (Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



Caso a condição de baixo risco de crédito deixe de ser observada, o instrumento passa a ser submetido aos procedimentos regulares de avaliação de aumento significativo do risco de crédito e de caracterização de ativo financeiro com problema de recuperação de crédito, quando aplicável.

(xii) Ajustes de gestão

Quando os modelos utilizados na mensuração da perda esperada não refletirem adequadamente determinados riscos identificados pela Administração, o Pine poderá constituir ajustes complementares à provisão apurada pelos modelos estatísticos. Tais ajustes podem decorrer, entre outros fatores, de limitações dos dados históricos disponíveis, alterações relevantes no perfil das carteiras, eventos extraordinários ou condições não plenamente capturadas pelos parâmetros utilizados na mensuração da perda esperada.

Os ajustes são tecnicamente fundamentados, submetidos à governança interna aplicável, revisados periodicamente e mantidos apenas enquanto persistirem as circunstâncias que justificaram sua constituição.

(xiii) Baixa a prejuízo e recuperações

Os ativos financeiros são baixados a prejuízo quando não houver expectativa razoável de recuperação econômica, observados os critérios definidos na regulamentação vigente e nas políticas internas do Pine. A baixa contábil não extingue os direitos de cobrança da instituição, que continua adotando medidas voltadas à recuperação dos créditos.

Os valores recuperados posteriormente são reconhecidos no resultado do período quando efetivamente recebidos.

A metodologia de provisão para perdas esperadas integra a estrutura de gerenciamento do risco de crédito do Pine, fundamentada em modelos internos de mensuração de risco, monitoramento contínuo da qualidade creditícia das exposições e processos de governança voltados à adequada identificação, mensuração, monitoramento, controle e mitigação do risco de crédito.

n) Derivativos mantidos para gerenciamento de riscos

Derivativos mantidos para gerenciamento de riscos incluem todos derivativos ativos e passivos que não são classificados como mantidos ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR).

O Pine designa certos derivativos mantidos para gerenciamento de riscos como instrumentos de *hedge* em relações de *hedge accounting*. Na designação inicial do *hedge*, o Pine documenta formalmente a relação de *hedge* entre os instrumentos de *hedge* e os itens objetos de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de risco e estratégias na contratação dos instrumentos de *hedge*, juntamente com a metodologia que será utilizada na mensuração da efetividade do *hedge*. O Pine avalia, no início e em bases periódicas, se os instrumentos de *hedge* são efetivos na compensação das variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens objetos de *hedge*, durante o período para o qual o *hedge* está designado, e se os resultados atuais de cada *hedge* estão dentro dos limites de 80% a 125% de efetividade.

Toda parcela de inefetividade é reconhecida no resultado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais".

Hedge de risco de mercado

Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período.

o) Ativos não circulantes mantidos para venda

São ativos não circulantes, cujo valor contábil será recuperado através de venda e não pelo seu uso contínuo.

Para que seja classificado como "mantido para a venda", o ativo deve: estar disponível para a venda imediata; ter sua venda altamente provável, ou seja, deve haver um plano formal para sua alienação; estar em processo de identificação de um comprador e conclusão da venda; ser ativamente negociado em mercado de forma a permitir indicação de seu valor justo.

Imóveis e outros ativos não circulantes, tomados ou recebidos como quitação total ou pagamento das obrigações dos devedores, são considerados como ativos não correntes "mantidos para a venda", se atenderem as condições supracitadas.

São mensurados pelo menor montante entre seu valor justo menos custos de venda e o valor contábil na data em que foram classificados como "mantidos para a venda", deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável. Essa provisão é reavaliada anualmente e sua classificação contábil é com base no valor de mercado. Estes bens não estão sujeitos à depreciação.

O Banco Pine considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, bem como premissas estabelecidas pela Administração.

p) Investimentos mantidos para venda

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, as participações societárias detidas pelo Banco na Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda., Cuiabá Ativos Imobiliários SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.) e Santana de Parnaíba Ativos Imobiliários Ltda. (Anteriormente denominada Pine 1 Desenvolvimento Participações Ltda.), estão apresentados como investimentos mantidos para venda, considerando o modelo de negócios determinado pela administração do Banco em relação a essas empresas, aprovado pelo Conselho de Administração. Espera-se que até março de 2028 se conclua a transação de venda. Esses investimentos mantidos para venda estão registrados pelo menor valor entre o seu valor justo e seu valor de custo no momento desta classificação.

q) Ativos tangíveis

Os bens do Ativo Imobilizado correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos tangíveis são avaliados pelo custo menos as depreciações acumuladas e perdas por *impairment*.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos tangíveis construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à operacionalidade para a utilização prevista, e os custos de remoção dos itens e recuperação do local em que se encontram estabelecidos. Softwares adquiridos integrados à funcionalidade de um ativo tangível são registrados como parte do ativo tangível.

Quando os principais componentes de um ativo tangível possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do ativo tangível.

(ii) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada de cada parte de um ativo tangível.

As vidas úteis estimadas dos ativos tangíveis para os períodos atual e comparativo são:

- Veículos: 5 anos
- Sistemas de computação: 5 anos
- Outros bens: 10 anos

IFRS 16 – Arrendamentos: O pronunciamento substituiu a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) inicialmente, reconhecer o ativo de direito de uso e o passivo ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados no início do arrendamento. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro.

O Banco arrenda, predominantemente, ativos objetos dos contratos de arrendamento de negócios mobiliários, imobiliários e transporte, referentes ao mecanismos de funcionamento de seu negócio.

Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Banco.

O direito de uso a ser registrado é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados até a data (Nota 14).

r) Ativos intangíveis

O Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos, que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade e projetos desenvolvimentos internamente. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

(i) Licença de uso de sistemas - software

De acordo com o IFRS (IAS 38), os gastos com softwares adquiridos e desenvolvidos são classificados em três etapas distintas: 1. Etapa Preliminar do Projeto (despesa); 2. Etapa de Implantação do Projeto (capitalizar) e 3. Etapa Pós-implantação do Projeto (despesa).

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente no resultado à medida que são incorridas.

(ii) Amortização

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software*, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

A vida útil estimada dos ativos intangíveis para os períodos atual e comparativo são:

Softwares: 5 anos

(iii) Outros intangíveis

Os demais ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos pelo Pine são registrados pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas e das perdas por *impairment*.

As amortizações são reconhecidas no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada dos ativos.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



s) Outros ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e o valor de quaisquer outros valores e bens não considerados como ativo financeiro.

t) Outros passivos

Outros passivos incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receita diferida de adiantamentos e o valor de quaisquer outras obrigações não consideradas como passivo financeiro.

u) Impairment de ativos não-financeiros

De acordo com o IFRS (IAS 36), o *impairment* de ativos não financeiros tem como base o valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa que é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Em linhas gerais, o teste de *impairment* para o IFRS é efetuado com base no *recoverable amount*, que é o maior valor entre o valor justo (-) o custo para vender ou o valor em uso que representa o fluxo de caixa esperado pelo uso contínuo do ativo descontado ao valor presente.

v) Depósitos, títulos emitidos, dívidas subordinadas, empréstimos e repasses e captações no mercado aberto

Os depósitos, os títulos emitidos, as dívidas subordinadas e os empréstimos e repasses são as fontes do Pine para financiamento de suas operações.

Os depósitos, os títulos emitidos, as dívidas subordinadas e os empréstimos e repasses são inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que o Pine designou os passivos a valor justo contra resultado.

Quando o Pine vende um ativo financeiro e simultaneamente assina um contrato de recompra do ativo (ou um ativo similar) a um preço fixo ou em uma data futura ("venda com compromisso de recompra" ou "empréstimo de títulos"), o contrato é contabilizado como captações no mercado aberto e o ativo subjacente continua a ser reconhecido nas demonstrações financeiras do Pine.

w) Provisões

Uma provisão é reconhecida se, como resultado de um evento passado, o Pine tem uma obrigação presente, que pode ser estimada de modo confiável, e seja provável uma saída de benefícios econômicos para sua liquidação.

x) Ativos e Passivos Contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com o IAS 37, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

- Provisões: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas, quando é provável uma saída de recurso para liquidar tais perdas. A determinação da provisão necessária para esses processos é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas os processos para aquelas ações que julgamos como provável a possibilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação;

- Passivo contingente: é uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle do Pine ou uma obrigação presente não reconhecida porque não é provável uma saída de recurso. Tais contingências, quando avaliadas como possível pelos assessores jurídicos, são divulgadas;

y) Garantias financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, etc. O Pine emite garantias financeiras aos seus clientes no curso normal dos seus negócios bancários.

De acordo com os requerimentos do IFRS 15, são registrados inicialmente ao valor justo ativos ou passivos de contrato de garantias financeiras, o quais representam geralmente o valor da comissão recebida ou a receber. Subsequentemente, os ativos e passivos de garantias financeiras são mensurados ao maior valor entre o valor justo inicialmente reconhecido (menos a apropriação do valor da comissão no resultado) e a melhor estimativa de gasto exigido para liquidar as obrigações. O Pine reconhece o valor presente de taxas, comissões e juros a receber das garantias financeiras prestadas na rubrica "Outros Passivos Financeiros".

z) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Pine no final do período, com base no estatuto social da Companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

aa) Capital acionário e reservas

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são deduzidos da mensuração inicial dos respectivos instrumentos de capital emitidos.

(i) Ações em tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no patrimônio líquido em ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria, mensuradas pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada em conta específica do patrimônio líquido. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra conta de reservas no patrimônio líquido, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

(ii) Lucro ou prejuízo por ação

O Pine apresenta informações sobre o lucro ou prejuízo por ação básico e diluído para suas ações ordinárias e preferenciais segregadas por classe. O lucro ou prejuízo por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais do Pine pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O lucro ou prejuízo por ação diluído é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais e a média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação para os efeitos de todas as ações ordinárias e preferenciais com potencial diluição.

(iii) Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Os termos a seguir são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa.

Atividades operacionais: as principais atividades geradoras de receita de instituições financeiras e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento.

Atividades de investimento: a aquisição e a venda de realizável a longo prazo e ativos tangíveis e intangíveis.

Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no montante e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais.

4. SEGMENTOS OPERACIONAIS

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).

- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.

- Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

O Pine opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman, com clientes brasileiros e portanto não apresenta segmentação geográfica.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o Banco Pine se posicionou nas seguintes áreas de negócios:

Atacado: O segmento possui produtos tradicionais de crédito e como parte do modelo de negócios, cada *officer* de originação do Banco Pine possui determinado número de grupos econômicos em sua carteira de clientes.

Empresas

As operações de empréstimos corporativos são "colateralizadas", com diversos tipos de garantias, como alienação fiduciária de produtos e de imóveis, recebíveis e aplicações financeiras.

Mesa de Clientes

A Mesa de Clientes atua, principalmente, estruturação de produtos que permitem o gerenciamento de suas exposições às variações de preços de moedas, juros, commodities e no fechamento de câmbio.

Operações Estruturadas e Parcerias

Operações Estruturadas e Parcerias são compostas por: (i) Mercado de Capitais e Crédito Estruturado, atuando como participantes especiais em emissões de dívida em parceria com securitizadoras e empresas parceiras; (ii) Parcerias: parceiros estratégicos na originação de Crédito, Operações Estruturadas, Derivativos e Câmbio, através de fintechs, gestoras, agentes autônomos e securitizadoras; e (iii) Ativos Imobiliários: desenvolvimento, lançamento e comercialização de ativos imobiliários.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS	
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS	
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)	

Tesouraria e Captação

Responsável pela gestão de ativos e passivos (ALM) do Banco Pine, pela captação de recursos e distribuição e pelos livros de *Booking* e *Trading*.

Varejo: Segmento baseado em parcerias e acordos de *funding* com *fintechs* e instituições financeiras na Gestão de Portfólios de Crédito de Varejo Colateralizado, em linhas de produtos de baixo risco como antecipação do FGTS e Créditos Consignados.

ATIVOS E PASSIVOS	30/06/2026		31/12/2025	
	Atacado	Varejo	Atacado	Varejo
Total do ativo ⁽¹⁾	20.265.945	15.087.991	19.920.884	11.092.224
Total do passivo	8.929.067	24.593.980	9.758.130	19.818.377
Total do patrimônio líquido	1.101.959	728.930	1.273.905	162.696
(1) O total do ativo inclui:				
Participações em coligadas	-	37.417	-	1.530
Imobilizado	18.682	51.529	30.583	60.221
Ativo Intangível	6.001	16.552	8.373	16.488

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADA	30/06/2026			30/06/2025		
	Atacado	Varejo	Total	Atacado	Varejo	Total
Receitas com juros e similares	710.782	2.107.992	2.818.774	812.183	1.162.880	1.975.063
Despesas com juros e similares	(1.168.307)	(957.528)	(2.125.835)	(981.600)	(645.034)	(1.626.634)
Receitas de tarifas e comissões	64.381	-	64.381	54.645	-	54.645
Despesas de tarifas e comissões	(25.840)	-	(25.840)	(41.982)	-	(41.982)
Resultado de equivalência patrimonial	-	(450)	(450)	-	7.336	7.336
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado (VJR)	46.321	407.970	454.291	89.958	192.614	282.572
Variações cambiais (líquidas)	8.399	(22.874)	(14.475)	(5.040)	(77.923)	(82.963)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(99.699)	(274.998)	(374.697)	(40.630)	(88.932)	(129.562)
Outras receitas (despesas) operacionais	31.720	(3.995)	27.725	14.474	(7.350)	7.124
Receita líquida operacional	(432.243)	1.256.117	823.874	(97.992)	543.591	445.599
Despesas Administrativas	(101.739)	(274.010)	(375.749)	(92.730)	(132.773)	(225.503)
Depreciações e Amortizações	(2.731)	(7.531)	(10.262)	(4.470)	(6.399)	(10.869)
Provisões líquidas	(950)	-	(950)	(111)	-	(111)
Resultado na alienação de bens	5.073	-	5.073	(2.228)	-	(2.228)
Lucro líquido operacional antes da tributação	(532.590)	974.576	441.986	(197.531)	404.419	206.888
Imposto de renda e contribuição social	(33.512)	(92.433)	(125.945)	(16.567)	(46.686)	(63.253)
Lucro líquido do exercício	(566.102)	882.143	316.041	(214.098)	357.733	143.635

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades (Caixa)	323.357	89.895
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras ⁽¹⁾	501.482	567.278
Total	824.839	657.173
(1) Refere-se a aplicações em operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujos vencimentos na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.		

6. EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		
	30/06/2026	31/12/2025
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	-	297.943
Total	-	297.943
Tipo:		
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	297.943
Total	-	297.943

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE DÍVIDA E DE CAPITAL						
a) Composição						
Os instrumentos de dívida e de capital, em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, estão compostos como segue:						
Classificação	30/06/2026			31/12/2025		
	Valor Contábil	Valor de Curva	Ajuste de MTM	Valor Contábil	Valor de Curva	Ajuste de MTM
Instrumentos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)						
Instrumentos de dívida	6.468.474	6.485.508	(17.034)	6.138.253	6.016.270	121.983
Instrumentos de capital	601	601	-	691	691	-
Total	6.469.075	6.486.109	(17.034)	6.138.944	6.016.961	121.983
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados Abrangentes (VJORA)						
Instrumentos de dívida	937.950	937.949	1	1.082.814	1.082.883	(69)
Total	937.950	937.949	1	1.082.814	1.082.883	(69)
Instrumentos financeiros ao custo amortizado						
Instrumento de dívida	4.676.157	4.676.157	-	3.483.122	3.483.122	-
Total	4.676.157	4.676.157	-	3.483.122	3.483.122	-
Total Geral	12.083.182	12.100.215	(17.033)	10.704.880	10.582.966	121.914

b) Composição por classificação, tipo de papel e prazo de vencimento

A composição, por classificação, tipo de papel e prazo de vencimento dos saldos da rubrica Instrumentos de Dívida e de Capital é a seguinte:

Papel/Vencimento	30/06/2026					
	Valor de Mercado/Contábil					Total
	Sem vencimento	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Valor de Curva
Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado						
Ações de companhias abertas	601	-	-	-	-	601
Cotas de fundos de investimentos	796.626	-	-	-	-	796.626
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	4.223.380	-	4.240.414
Debêntures	-	-	-	647.729	800.739	1.448.468
Total	797.227	-	-	4.871.109	800.739	6.469.075
Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros res. abrangentes						
Certificado de recebíveis agronegócio	-	-	9.938	-	7.003	16.941
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	33.262	29.910	15.881	79.053
Debêntures ⁽¹⁾	-	398.307	261.741	44.870	136.499	841.417
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	539	-	538
Total	-	398.307	304.941	75.319	159.383	937.950
Instrumentos financeiros ao custo amortizado						
Eurobonds	-	-	1.206.423	-	-	1.206.423
Debêntures	-	-	-	-	-	-
CDB - certificados de depósitos bancários	-	-	11.358	-	-	11.358
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	2.653.554	741.290	63.532	-	3.458.376
Total	-	2.653.554	1.959.071	63.532	-	4.676.157
Total Geral	797.227	3.051.861	2.264.012	5.009.960	960.122	12.100.215

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



	31/12/2025						
						Valor de Mercado/Contábil	Total
Papel/Vencimento	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Valor de Curva							
Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado							
Ações	691	-	-	-	-	-	691
Cotas de fundos de investimentos	-	-	-	-	-	506.542	506.542
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	1.114.684	3.173.001	4.287.685
Debêntures	-	-	-	-	694.879	649.147	1.344.026
Total	691	-	-	-	1.809.563	4.328.690	6.138.944
Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros res. abrangentes							
Eurobonds	-	-	-	3.608	-	-	3.608
Certificado de recebíveis agronegócio	-	-	-	14.478	-	7.930	22.408
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	31.805	27.752	25.495	85.052
Debêntures ⁽¹⁾	-	5.517	124.807	655.341	47.436	138.140	971.241
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	505	-	505
Total	-	5.517	124.807	705.232	75.693	171.565	1.082.814
Instrumentos financeiros ao custo amortizado							
CDB - certificados de depósitos bancários	-	-	-	10.309	-	-	10.309
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	2.669.503	259.748	543.562	-	3.472.813
Total	-	-	2.669.503	270.057	543.562	-	3.483.122
Total Geral	691	5.517	2.794.310	975.289	2.428.818	4.500.255	10.704.880

(1) Em 30 de junho de 2026, inclui debêntures no montante de R\$57.937 (R\$57.937 em 31 de dezembro de 2025), que tiveram declaração de vencimento antecipado, conforme consta Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 22 de setembro de 2023. Esses títulos privados possuem provisão de R\$46.350 (R\$46.350 em 31 de dezembro de 2025).

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVO E PASSIVO) e HEDGE

a) Política de utilização

O crescente nível de sofisticação das empresas em um mercado globalizado, ocasionou um aumento na demanda por instrumentos financeiros derivativos para administrar riscos de mercado dos seus balanços, resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio, commodities e demais preços de ativos. Desta forma, o Pine oferece alternativas aos seus clientes de mitigação de riscos de mercado, através de instrumentos adequados, bem como para atender às suas próprias necessidades no gerenciamento destes riscos.

b) Gerenciamento

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Liquidez e Cenários de Estresse. Com base nessas informações, a tesouraria providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política de riscos de mercado e liquidez previamente definidas pela Administração. As operações de derivativos efetuadas pelo Pine junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites também leva em consideração potenciais cenários de estresse.

O conhecimento do cliente, do setor em que atua e do seu perfil de apetite a riscos, assim como a prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pelo Pine com clientes no Brasil refere-se a operações de swap, termos, opções e futuros, registradas na B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, swaps com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, Nova York e Londres. Importante destacar que no exterior existem operações de balcão, mas seus riscos são considerados baixos em relação ao total do Pine.

Como principais fatores de riscos de mercado monitorados pelo Pine, destacam-se os de natureza cambial, oscilação de taxa de juros local (Pré, TR, IGP-M, TJLP, IPCA), cupom cambial e commodities. O Pine vem atuando de forma conservadora, minimizando as exposições por fatores de risco bem como os descasamentos de prazo da carteira.

c) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Pine utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, Intercontinental Exchange - ICE e Bloomberg. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão, contratos a termos e títulos pouco líquidos.

d) Posição dos instrumentos financeiros derivativos de negociação

Instrumentos financeiros derivativos - ATIVO	30/06/2026			31/12/2025		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Swap - diferencial a receber	2.778	132.344	135.122	999.256	131.864	1.130.920
Contratos a termo - a receber	22.596	1.167	23.763	60.187	2.833	63.020
Prêmios de opções a exercer	21.056	84	21.140	18.978	1.360	20.338
Câmbio comprado a liquidar	1.034	-	1.034	1.445	-	1.445
Direito sobre vendas de câmbio	1.886	-	1.886	860	-	860
Futuros	1.646	23.889	25.535	25.380	13.961	39.341
Total a receber	50.996	157.484	208.480	1.106.106	149.818	1.255.924

Instrumentos financeiros derivativos - PASSIVO	30/06/2026			31/12/2025		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Swap - diferencial a receber	(1.913)	(61.759)	(63.672)	(2.139.166)	(12.965)	(2.152.131)
Contratos a termo - a pagar	(100.452)	(7.262)	(107.714)	(26.679)	(18.432)	(45.111)
Prêmios de opções lançadas	(8.966)	(8.727)	(17.693)	(1.709)	(4.216)	(5.925)
Câmbio vendido a liquidar	(4.837)	-	(4.837)	(464)	-	(464)
Obrigações por compra de vendas de câmbio	(9.413)	-	(9.413)	(2.110)	-	(2.110)
Futuros	(490)	(31.696)	(32.186)	(27.820)	(12.283)	(40.103)
Total a pagar	(126.071)	(109.444)	(235.515)	(2.197.948)	(47.896)	(2.245.844)
Valor líquido	(75.075)	48.040	(27.035)	(1.091.842)	101.922	(989.920)

e) Valores de referência (notional) e valores justos de derivativos de negociação e hedge

Swap	30/06/2026				31/12/2025			
	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado
Risco de mercado								
Posição ativa:								
Juros	9.678.472	131.360	-	5.314.175	1.129.431	-	-	-
Moeda	8.064.565	118.599	-	4.718.177	1.104.503	-	-	-
Moeda	1.613.907	12.761	-	595.998	24.928	-	-	-
Posição passiva:								
Juros	9.678.472	-	(63.672)	5.314.175	-	(2.152.131)	-	-
Moeda	8.857.023	-	(62.657)	4.290.079	-	(2.152.064)	-	-
Moeda	821.449	-	(1.015)	1.024.096	-	(67)	-	-
Valor líquido		131.360	(63.672)	28.406		(2.152.131)		(435.554)
Fluxo de Caixa								
Posição ativa:								
Juros	63.365	3.762	-	30.000	1.489	-	-	-
Moeda	15.000	1.238	-	15.000	1.179	-	-	-
Moeda	48.365	2.524	-	15.000	310	-	-	-
Valor líquido	-	3.762	-	-	1.489	-	-	-
Valor líquido de Swap		135.122	(63.672)	28.406		(2.152.131)		(435.554)

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



	30/06/2026				31/12/2025			
	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado
Contratos a termo								
Posição ativa:	8.914.447	23.763	-		5.318.285	63.020	-	
Juros	5.335.478	13.120	-		3.056.860	41.848	-	
Moeda	3.389.557	10.373	-		2.194.475	20.929	-	
Commodities	189.412	270	-		66.950	243	-	
Posição passiva:	8.914.447	-	(107.714)		5.318.285	-	(45.111)	
Juros	3.389.192	-	(71.222)		2.261.426	-	(38.858)	
Moeda	5.335.843	-	(34.967)		3.025.161	-	(3.585)	
Commodities	189.412	-	(1.525)		31.698	-	(2.668)	
Valor líquido		23.763	(107.714)	72.687		63.020	(45.111)	(215.397)
Opções								
Prêmios de opções a exercer:	1.101.524	21.140	-		1.391.460	20.338	-	
Juros	9.975	38	-		998.400	32	-	
Moeda	1.088.000	6.627	-		389.010	1.497	-	
Commodities	3.549	14.475	-		4.050	18.809	-	
Prêmios de opções lançadas:	1.697.516	-	(17.693)		1.883.900	-	(5.925)	
Juros	-	-	-		998.400	-	-	
Moeda	1.691.625	-	(17.686)		885.500	-	(5.914)	
Commodities	5.891	-	(7)		-	-	(11)	
Valor líquido		21.140	(17.693)	(12.583)		20.338	(5.925)	36.787
Câmbio								
Ativo	-	2.920	-		-	2.305	-	
Câmbio comprado a liquidar	-	1.034	-		-	1.445	-	
Direito sobre vendas de câmbio	-	1.886	-		-	860	-	
Passivo	-	-	(14.250)		-	-	(2.574)	
Câmbio vendido a liquidar	-	-	(4.837)		-	-	(464)	
Obrigações por compra de vendas de câmbio	-	-	(9.413)		-	-	(2.110)	
Valor líquido		2.920	(14.250)	14.779		2.305	(2.574)	(5.314)
Total a receber (pagar) e ganho (perda)		182.945	(203.329)	103.289		1.216.583	(2.205.741)	(619.478)

f) Instrumentos financeiros derivativos - contratos de futuros

	30/06/2026				31/12/2025			
	Valor de Referência		Ajuste diário a receber (pagar)	Resultado	Valor de Referência		Ajuste diário a receber (pagar)	Resultado
	Compra	Venda			Compra	Venda		
Mercado interfinanceiro ⁽¹⁾	26.200.235	21.348.913	(9.779)		14.121.711	13.236.393	(70.345)	
Moeda	2.566.972	178.353	1.014		877.713	-	(3.880)	
Cupom de IPCA	5.121.545	-	2.214		3.264.540	-	3.689	
Cupom cambial futuro	-	1.747.294	(126)		12.544	2.043.142	23.168	
Commodities	105.412	136.138	60		118.848	280.539	(137)	
Total	33.994.164	23.410.698	(6.617)	286.333	18.395.356	15.560.074	(47.505)	331.434

(1) Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, contém Instrumento de Hedge com Futuros - DI.

g) Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

Valor de referência - Compensação	30/06/2026					31/12/2025	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Total
Swap	130.065	159.418	3.288.593	5.150.840	1.012.921	9.741.837	5.344.175
Contratos a termo	8.258.960	406.406	158.619	90.462	-	8.914.447	5.318.285
Opções	1.400.665	220.125	1.050.750	127.500	-	2.799.040	3.275.360
Futuros	4.331.038	579.421	4.228.871	650.666	47.614.866	57.404.862	33.955.430
Total	14.120.728	1.365.370	8.726.833	6.019.468	48.627.787	78.860.186	47.893.250

h) Instrumentos financeiros derivativos por local de negociação

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, as operações de swap, contratos a termo e opções, cujos valores de referência encontram-se registrados em conta de compensação, estão compostas como segue:

Custodiante	30/06/2026				31/12/2025			
	Swaps	Contratos a termo	Opções	Futuros	Swaps	Contratos a termo	Opções	Futuros
Bolsa	-	-	-	57.404.862	-	-	-	33.955.430
B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão	-	-	-	57.194.446	-	-	-	33.575.399
Bolsas no exterior	-	-	-	210.416	-	-	-	380.031
Balcão	9.741.837	8.914.447	2.799.040	-	5.344.175	5.318.285	3.275.360	-
Instituições Financeiras	8.101.818	1.115.678	-	-	1.009.608	1.661.670	-	-
Empresas	1.640.019	7.798.769	2.799.040	-	4.334.567	3.656.615	3.275.360	-
Total	9.741.837	8.914.447	2.799.040	57.404.862	5.344.175	5.318.285	3.275.360	33.955.430

i) Hedge Accounting

Hedge de Riscos de Mercado

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido pelo IFRS 9, já que o Pine optou por manter a sua estrutura de hedge seguindo os requisitos dessa norma.

Hedge da carteira de captação - CDB, LCA, LFS e LF: O objetivo do relacionamento deste hedge é reduzir as exposições das captações (i) CDBs e LCAs: pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pré-pós fixados ao CDI; (ii) CDBs: pré-pós fixados ao IPCA e (iii) LFs e LF: pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pré-pós fixadas ao CDI, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros e inflação.

Hedge da carteira de operação de crédito – empréstimos (varejo): O objetivo do relacionamento deste hedge é reduzir as exposições da carteira de empréstimos INSS, INSS GDF, FGTS, Crédito Privado e SIAPE pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pós-fixada, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros.

Hedge da operação de captação no exterior – empréstimo no exterior: O objetivo do relacionamento deste hedge é reduzir as exposições decorrentes da operação de captação no exterior, contratada na forma de empréstimo no exterior, protegendo a Instituição contra a flutuação dos riscos de mercado associados à variação das taxas de juros internacionais e à variação cambial.

	30/06/2026				31/12/2025			
	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Instrumento de Hedge								
Futuros (DI)	4.573.779	4.573.779	4.573.779	-	3.613.360	3.613.360	3.613.360	-
Futuros (DAP)	5.121.542	5.121.542	5.121.542	-	4.754.844	4.754.844	4.754.844	-
Total	9.695.321	9.695.321	9.695.321	-	8.368.204	8.368.204	8.368.204	-
Objeto de Hedge								
Captações CDB	4.655.318	8.963.693	8.679.015	(284.678)	6.144.643	8.205.319	7.916.292	(289.027)
Captações Letra de Crédito do Agronegócio e Imobiliário	27.737	36.134	35.888	(246)	54.204	68.904	67.887	(1.017)
Captações LFS	80.965	95.822	94.917	(905)	80.965	88.996	88.389	(607)
Captações LF	191.488	251.173	209.542	(41.631)	191.488	237.839	208.471	(29.368)
Total	4.955.508	9.346.822	9.019.362	(327.460)	6.471.300	8.601.058	8.281.039	(320.019)

Notas Explicativas

	30/06/2026				31/12/2025			
	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Instrumento de Hedge								
Futuros (DI)	11.575.618	11.575.618	11.575.618	-	7.135.610	7.135.610	7.135.610	-
Total	11.575.618	11.575.618	11.575.618	-	7.135.610	7.135.610	7.135.610	-
Objeto de Hedge								
Consignado	11.527.711	11.527.711	11.426.166	(101.545)	6.749.172	6.749.172	6.665.645	(83.527)
Total	11.527.711	11.527.711	11.426.166	(101.545)	6.749.172	6.749.172	6.665.645	(83.527)
Instrumento de Hedge								
Swap	978.356	978.356	988.055	9.699	-	-	-	-
Total	978.356	978.356	988.055	9.699	-	-	-	-
Objeto de Hedge								
Empréstimo no Exterior	978.356	978.356	988.055	9.699	-	-	-	-
Total	978.356	978.356	988.055	9.699	-	-	-	-

j) Instrumentos Financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis

	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos	Montante relacionado no passivo financeiro	30/06/2026
Instrumentos Financeiros Derivativos	52.052	34.296	17.756
	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos	Montante relacionado no passivo financeiro	31/12/2025
Instrumentos Financeiros Derivativos	36.122	19.470	16.652

Os Instrumentos Financeiros Derivativos não compensados no Balanço Patrimonial referem-se a operações nas quais existem acordos de compensação, mas que não atendem aos critérios de compensação do IAS 32, pois não tem a intenção de liquidá-los em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

9. EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES, GARANTIAS PRESTADAS E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO

a) Tipo de crédito

	30/06/2026	31/12/2025
Capital de giro	1.181.356	1.263.173
Conta corrente garantida	26.887	34.836
Financiamentos	250.090	273.400
Financiamento em moeda estrangeira	298.680	281.595
Títulos descontados	208.677	356.921
Devedores por compra de valores e bens ⁽¹⁾	377.054	424.095
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber ⁽⁵⁾	172.725	248.701
Avais e Fianças Honradas	37.902	39.338
Outras operações com características de concessão de crédito	3.738.610	3.378.248
Empréstimos consignado ⁽²⁾	13.208.157	9.531.640
Total da carteira de crédito	19.500.138	15.831.947
Créditos abertos para importação	140.775	49.978
Garantias prestadas	377.715	562.973
Garantias prestadas e responsabilidades	518.490	612.951
Outros recebíveis	33.454	32.936
Instrumentos de dívida privados ⁽³⁾	3.134.793	2.786.975
Títulos com risco de crédito	3.168.247	2.819.911
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽⁴⁾	448.690	335.564
Total da carteira expandida ajustada ao valor justo	23.635.565	19.600.373
Prêmio pago na aquisição de operações de crédito	637.178	475.034
Total da carteira expandida ajustada pelo prêmio pago na aquisição de crédito	24.272.743	20.075.407

(1) Valores a receber pela venda de ativos não circulantes mantidos para venda.

(2) Contemplam contratos que são objeto de hedge de risco de mercado.

(3) Composto por debêntures, cotas de fundo de investimento, ações de companhias abertas, certificado de recebíveis agronegócio, certificado de recebíveis imobiliários e eurobonds, exceto cotas de fundo de investimento não creditório e debêntures com retenção substancial de riscos e benefícios. (Nota 7.b).

(4) Refere-se ao ajuste ao valor justo da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes que são objeto de hedge de risco de mercado. (Nota 8.i) e ajuste ao valor justo da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes classificadas como mensurados ao valor justo no resultado, que não são objetos de hedge.

(5) Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, inclui Rendas a Receber, no montante de R\$35.722 e R\$46.383, respectivamente, apresentados na Nota 13 - Outros Ativos.

O valor justo dos ativos financeiros é calculado mediante o desconto dos fluxos de caixa nas condições contratuais pelas taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares.

b) Por ramo de atividade

	30/06/2026	31/12/2025
Agronegócio	2.714.932	1.712.464
Imobiliário	1.076.855	763.074
Infraestrutura	125.523	83.967
Logística e Transporte	624.802	415.690
Telecom e TI	174.103	11.683
Indústria	411.614	250.678
Serviços	133.052	125.080
Químico e Petroquímico	218.203	201.694
Energia	25.579	40.267
Comércio	110.081	232.506
Instituição Financeira	52.864	128.922
Saúde e Educação	13.575	13.847
Papel e Celulose	-	1.476
Pessoa física	13.235.222	9.561.971
Outros	581.617	1.785.144
Total - Custo amortizado e valor justo no resultado (VJR)	19.500.138	15.831.947
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽¹⁾	448.690	335.564
Total - Custo amortizado e valor justo no resultado (VJR) ajustado a valor justo	19.948.828	16.167.511

(1) Refere-se ao ajuste ao valor justo da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes que são objeto de hedge de risco de mercado. (Nota 8.i) e ajuste ao valor justo da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes classificadas como mensurados ao valor justo no resultado, que não são objetos de hedge.

c) Por nível de concentração

	30/06/2026		31/12/2025	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Maior devedor	194.567	1,00	151.488	0,96
2º ao 10º	662.073	3,40	772.358	4,88
11º ao 20º	254.685	1,31	262.455	1,66
21º ao 50º	349.443	1,79	386.173	2,44
51º ao 100º	164.839	0,85	178.325	1,13
Demais devedores	17.874.531	91,66	14.081.148	88,94
Total	19.500.138	100,01	15.831.947	100,01

d) Recuperação de crédito

No semestre findo em 30 de junho de 2026, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo, no montante de R\$5.600 (R\$11.953 no semestre findo em 30 de junho de 2025) .

e) Renegociação de contratos

Em 30 de junho de 2026, existiam contratos renegociados no valor de R\$106.308 (R\$143.163 em 31 de dezembro de 2025).

Notas Explicativas

f) Cessões de Crédito

Operações com transferência e sem retenção substancial dos riscos e benefícios

Segmento atacado: No período findo em 30 de junho de 2026, foram realizadas operações de cessões de crédito sem coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine no valor de R\$36.202 (R\$5.766 em 31 de dezembro de 2025), anteriormente registradas como prejuízo. Essas cessões geraram receita de R\$8.166 (R\$2.572 em 31 de dezembro de 2025).

Segmento varejo: No período findo em 30 de junho de 2026, foram realizadas operações de cessões de crédito do segmento varejo, sem coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine, no valor de R\$1.300.898 (R\$3.474.187 em 31 de dezembro de 2025), referentes a INSS. Essas cessões geraram resultado, líquido de prêmio, em relação ao valor de face, no valor de R\$1.150 (R\$19.411 em 31 de dezembro de 2025). Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica 'Receitas de intermediação financeira – operações de crédito'.

Operações de cessão com retenção substancial dos riscos e benefícios

Segmento varejo: No período findo em 30 de junho de 2026, foram realizadas operações de cessões de crédito do segmento varejo, com coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine, no valor de R\$1.666.979 (R\$1.766.781 em 31 de dezembro de 2025), referentes a Entes Federais. Essas cessões não geraram resultado e as respectivas operações de crédito vinculadas a essas cessões não são desreconhecidas dos livros contábeis do Banco Pine.

10. CARTEIRA DE ATIVOS FINANCEIROS POR ESTÁGIO E PROVISÃO PARA PERDAS DE CRÉDITO ESPERADAS

a) Composição dos ativos financeiros por estágio

As tabelas a seguir representam a composição dos ativos financeiros, segregados pelos estágios de risco de crédito da IFRS 9:

	30/06/2026				31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Ativos financeiros da carteira de crédito expandida	20.540.167	1.501.443	1.075.465	23.117.075	17.478.337	700.616	808.469	18.987.422
Empréstimos e adiantamentos a clientes	17.505.957	1.495.926	946.945	19.948.828	14.787.304	697.507	682.700	16.167.511
Instrumentos de dívida e outros recebíveis	3.034.210	5.517	128.520	3.168.247	2.691.033	3.109	125.769	2.819.911
Garantias prestadas e responsabilidades	461.270	57.220	-	518.490	459.772	153.179	-	612.951
Total de ativos financeiros da carteira de crédito expandida	21.001.437	1.558.663	1.075.465	23.635.565	17.938.109	853.795	808.469	19.600.373
% representatividade sobre a carteira expandida	88,86%	6,59%	4,55%		90,95%	4,86%	4,19%	
% perda esperada sobre a carteira por estágio	1,02%	11,37%	68,60%		0,81%	18,01%	76,89%	
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(214.769)	(177.282)	(737.733)	(1.129.784)	(145.164)	(171.413)	(631.590)	(948.167)

As perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica de "Provisão para perdas de crédito esperadas". As tabelas a seguir representam a segregação das perdas esperadas por estágios e produtos.

b) Movimentação dos saldos das provisões para perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Estágios 1-2-3	30/06/2026			
	1°	2°	3°	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	145.164	171.413	631.590	948.167
Migração de estágio de:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(6.313)	7.864	-	1.551
Estágio 1 para o Estágio 3	(4.252)	-	190.643	186.391
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(4.229)	85.738	81.509
Estágio 2 para o Estágio 1	994	(2.115)	-	(1.121)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	56	(2.987)	(2.931)
Estágio 3 para o Estágio 1	170	-	(7.193)	(7.023)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	85.992	7.550	22.654	116.196
Constituição (Reversão) ⁽¹⁾	66.713	(1.704)	(124.669)	(59.660)
Estorno de provisão de contratos liquidados e desreconhecimento de ativos financeiros	(73.699)	(1.553)	(58.043)	(133.295)
Total dos movimentos	69.605	5.869	106.143	181.617
Saldos em 30 de junho de 2026	214.769	177.282	737.733	1.129.784

(1) Refere-se à ativos financeiros que não sofreram migração de estágio no período e que sofreram alteração do EAD e/ou PD e/ou LGD no período.

Estágios 1-2-3	31/12/2025			
	1°	2°	3°	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2025	158.811	62.536	305.385	526.732
Migração de estágio de:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(61.444)	85	-	(61.359)
Estágio 1 para o Estágio 3	(294)	-	147.173	146.879
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(24.975)	25.016	41
Estágio 2 para o Estágio 1	305	(557)	-	(252)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	84	(4.973)	(4.889)
Estágio 3 para o Estágio 1	20	-	(4.931)	(4.911)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	66.465	5.123	88.992	160.580
Constituição (Reversão) ⁽¹⁾	29.890	141.753	125.253	296.896
Estorno de provisão de contratos liquidados e desreconhecimento de ativos financeiros	(48.589)	(12.636)	(50.325)	(111.550)
Total dos movimentos	(13.647)	108.877	326.205	421.435
Saldos em 31 de dezembro de 2025	145.164	171.413	631.590	948.167

11. ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA

	30/06/2026	31/12/2025
Bens Não de Uso	956.741	856.623
Provisão ao valor recuperável	(873)	(1.455)
Total	955.868	855.168

12. DEVEDORES POR DEPÓSITO EM GARANTIA

Em 30 de junho de 2026, referem-se a depósitos por interposição fiscal, no montante de R\$81.148 (R\$85.743 em 31 de dezembro de 2025), representados por depósitos sobre imposto PIS no valor de R\$61.027 (R\$59.449 em 31 de dezembro de 2025), por depósitos judiciais de processos cíveis no valor de R\$4.990 (R\$5.991 em 31 de dezembro de 2025), referente a depósito judicial para a garantia de ação de execução, movida para a cobrança de dívida e por depósitos judiciais de processos trabalhistas no valor de R\$7.178 (R\$15.396 em 31 de dezembro de 2025).

13. OUTROS ATIVOS

	30/06/2026	31/12/2025
Adiantamentos	57.195	25.041
Adiantamento ao FGC	97.793	-
Comissões sobre avais e fianças	14.586	26.412
Negociação e intermediação de valores com a bolsa	9.224	20.978
Despesas antecipadas	239.723	164.653
Títulos e créditos a receber	46.878	38.617
Investimentos mantidos para venda	23.007	-
Outros recebíveis ⁽¹⁾	504.785	380.169
Total	993.191	655.870

(1) Em 30 de junho de 2026, refere-se principalmente, a: (i) derivativos vencidos a receber no montante de R\$33.454 (R\$32.935 em 31 de dezembro de 2025) e (ii) programas de pagamento baseados em ações transferidas e bloqueadas no montante de R\$83.002 (R\$82.724 em 31 de dezembro de 2025), (iii) contas a receber de terceiros no montante de R\$94.946 (R\$66.396 em 31 de dezembro de 2025) e (iv) em 31 de dezembro de 2025, a valor a receber referente a venda da Byx Capital Ltda. pela Pine Holding, no montante de R\$101.463, o montante de R\$97.206 foi efetivamente liquidado em 26 de janeiro de 2026 e o restante será recebido em períodos futuros.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS	
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS	
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)	

14. PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS

	31/12/2025	
	Participação %	Resultado de participação em coligadas
Amigoz S.A. (Anteriormente denominada BYX Produtos S.A.) ^{(1) (2)}	87,8700	5.343
BYX Capital Ltda. ⁽²⁾	-	4.887
Total		10.230

(1) Em 30 de junho de 2026, o saldo de investimentos inclui ágio no montante de R\$14.060 (R\$1.180 em 31 de dezembro de 2025) da Amigoz Ltda. investida da Pine Holding Ltda.

(2) Até julho de 2025, o Banco Pine detinha participação societária de 50,29% na Amigoz Ltda. e 32,74% na Byx Capital Ltda, representando 2.676.435 e 1.407.363 quotas, respectivamente. Em 04 de julho de 2025, por meio de aporte de capital de R\$45.615 realizado com transferência de ativos, o Banco Pine transferiu essas participações societárias mencionadas para a Pine Holding, de forma que esta passou a ser colista direta, enquanto o Banco passou a ter participação indireta nessas empresas. Conforme descrito no fato relevante datado de 26 de novembro de 2025, houve alienação da participação de 32,74% na Byx Capital pelo montante, a receber, de R\$101.463, que está registrado na rubrica de 'Outros ativos' do Balanço Patrimonial no Consolidado. Parte desse valor a receber, correspondente a R\$63.333, que foi financiado por meio da emissão, pela Compradora, de notas comerciais, com integral subscrição e desembolso pelo Banco, com garantias constituídas pela alienação fiduciária de cotas de fundo de investimento detidas pelo emissor das notas comerciais, conforme previsto no contrato da operação. O montante de R\$97.206 foi efetivamente recebido em 26 de janeiro de 2026 e o restante será recebido em períodos futuros. A alienação dessa participação societária gerou um resultado de R\$62.458 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, antes de efeitos tributários, registrado na rubrica 'Receltas (Despesas) Operacionais - Resultado de participação em controladas e coligadas' no Individual e 'Receltas (Despesas) Operacionais - Outras receltas operacionais' no Consolidado. Adicionalmente, nessa transação, a Pine Holding recebeu 2.006.881 de quotas da Amigoz (que representam 37,65% do seu capital social), previamente detidas pela Byx Capital, por meio de cisão parcial desproporcional da Byx Capital, com incorporação da parcela cindida (composta exclusivamente pelas Quotas Amigoz) pela Pine Holding, o que resultou na entrega dessas Quotas Amigoz à Pine Holding, pelo valor contábil, totalizando 87,87% de participação, passando a consolidar a Amigoz no conglomerado a partir de dezembro de 2025. A transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pelo Bacen em dezembro de 2025.

15. IMOBILIZADO

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, sistema de processamento de dados, e sistema de transporte, 20%, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e sistema de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens.

	31/12/2025	01/01 a 30/06/2026		30/06/2026	
	Saldo contábil	Aquisições	Depreciação	Valor de custo	Saldo contábil
Imobilizados de Uso	13.841	107	(1.720)	34.007	12.228
Instalações, Moveis e Equipamentos de Uso	13.841	107	(1.720)	34.007	12.228
Outros Imobilizados de Uso	76.963	1.648	(20.628)	68.961	57.983
Sistema de Segurança e Comunicação	1.264	-	(232)	3.904	1.032
Sistema de Processamento de Dados	-	-	-	-	-
Sistema de Transporte	42.962	-	(3.195)	47.264	39.767
Imobilizado de arrendamento ⁽¹⁾	32.737	1.648	(17.201)	17.793	17.184
Total	90.804	1.755	(22.348)	102.968	70.211

(1) O Pine utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes. No contexto dos contratos de aluguel existentes, a taxa incremental referente à locação de edifício correspondem à 12,64%, a taxa incremental referente ao leasing de máquinas e equipamentos corresponde a 16,12%, a taxa incremental referente ao imobilizado de arrendamento de sistema de transporte corresponde a 17,61%.

16. INTANGÍVEL

O intangível corresponde aos gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais e são amortizados pelo método linear à taxa anual de 10%.

	31/12/2025	01/01 a 30/06/2026		30/06/2026	
	Saldo contábil	Aquisições	Amortização	Valor de custo	Saldo contábil
Licença de uso de sistemas - <i>software</i>	24.861	2.519	(4.827)	42.968	22.553
Total	24.861	2.519	(4.827)	42.968	22.553

17. DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	30/06/2026	31/12/2025
Classificação		
Passivo financeiro ao custo amortizado ⁽¹⁾	988.651	538.430
Total	988.651	538.430
Vencimento		
De 31 a 60 dias	101.333	133.432
De 61 a 90 dias	837.213	93.578
De 91 a 180 dias	31.220	14.129
De 181 a 360 dias	16.293	297.291
Total	988.651	538.430

(1) Refere-se à certificados de depósitos interfinanceiros, captados junto à outras instituições do Sistema Financeiro Nacional.

18. DEPÓSITOS DE CLIENTES

	30/06/2026	31/12/2025
Classificação		
Passivo financeiro ao custo amortizado	19.070.543	17.201.347
Total	19.070.543	17.201.347
Tipo		
Depósitos à vista	93.420	69.120
Depósitos a prazo	17.158.538	15.141.452
Letras de crédito de agronegócio	1.552.094	1.601.704
Letras de crédito imobiliário	551.415	679.722
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽¹⁾	(284.924)	(290.651)
Total	19.070.543	17.201.347
Por vencimento		
Sem vencimento	93.420	69.120
Até 30 dias	492.822	1.176.107
De 31 a 60 dias	323.864	568.290
De 61 a 90 dias	256.643	436.043
De 91 a 180 dias	1.730.626	1.532.012
De 181 a 360 dias	4.814.082	2.348.410
Acima de 360 dias	11.359.086	11.071.365
Total	19.070.543	17.201.347

(1) Refere-se ao valor justo de depósitos que são objetos de hedge de risco de mercado (Nota 8.i).

19. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	30/06/2026	31/12/2025
Carteira Própria		
NTN - notas do tesouro nacional	5.535.003	3.618.497
Debêntures	1.761.851	1.060.856
Certificado de recebíveis imobiliários	-	2.183
Total	7.296.854	4.681.536

20. OBRIGAÇÕES POR TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

No País	Taxa de Juros	30/06/2026	31/12/2025
Letras Financeiras	1,84% a.a.	2.705.773	2.557.529
Total		2.705.773	2.557.529

21. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	30/06/2026	31/12/2025
Repasse do país - instituições oficiais	47.216	41.913
Operações de repasses do exterior	988.056	-
Obrigações em moedas estrangeiras - Importação	195.494	155.581
Total	1.230.766	197.494

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



Por vencimento	30/06/2026				
	Moeda de Emissão	Taxa de Juros	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	Total
Repasse do país - instituições oficiais	R\$	4,00% a.a.	-	47.216	47.216
Operações de repasse do exterior	US\$	0,84% a.a.	-	988.056	988.056
Obrigações em moedas estrangeiras - Importação	US\$	0,70% a.a.	195.494	-	195.494
Total			195.494	1.035.272	1.230.766

Por vencimento	31/12/2025				
	Moeda de Emissão	Taxa de Juros	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	Total
Repasse do país - instituições oficiais	R\$	9,13% a.a.	-	41.913	41.913
Operações de empréstimos do exterior	US\$	0,70% a.a.	155.581	-	155.581
Total			155.581	41.913	197.494

22. Dívida Subordinada

Por prazo	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	30/06/2026	31/12/2025
Letras Financeiras Subordinada	23.244	44.452	226.211	344.973	209.271	848.151	802.642
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽¹⁾	(1.025)	(3.936)	(70)	(36.368)	(232)	(41.631)	(29.368)
Total	22.219	40.516	226.141	308.605	209.039	806.520	773.274

(1) Refere-se ao valor justo de depósitos que são objetos de hedge de risco de mercado (Nota 8.i).

Papel	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	30/06/2026
Letras Financeiras	26.588	2021	2027 até 2028	IPCA+	9,76% a 10,15%	33.547
	30.300	2021	2027 até 2028	CDI	162% a 188%	28.858
	65.317	2022	2029	CDI	135% a 150%	121.448
	139.350	2023	2030 até 2038	CDI	100% a 162%	149.220
	287.004	2024	2030 até 2099	CDI	100% a 154%	316.256
	121.556	2025	2030 até 2099	CDI	100% a 147%	135.419
	20.000	2026	2099	CDI	146%	21.772
	690.115					806.520
Total						

Papel	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	31/12/2025
Letras Financeiras	5.300	2019	2026	CDI	149% a 150%	5.835
	1.000	2020	2026	CDI	140,00%	1.023
	26.588	2021	2027 até 2028	IPCA+	9,76% a 10,15%	31.965
	30.300	2021	2027 até 2028	CDI	165% a 190%	30.525
	65.317	2022	2029	CDI	132% a 150%	111.052
	139.350	2023	2030 até 2038	CDI	100% a 162%	147.784
	287.004	2024	2030 até 2099	CDI	100% a 154%	313.157
	121.556	2025	2030 até 2099	CDI	100% a 133%	131.933
	676.415					773.274
Total						

23. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	30/06/2026	31/12/2025
Resultado de exercícios futuros - comissão de fiança	10.756	22.748
Passivo de arrendamento	18.544	31.074
Total	29.300	53.822

24. PROVISÕES

a) Provisões para passivos contingentes, riscos fiscais, compromissos e outras provisões

	30/06/2026	31/12/2025
Contingências trabalhistas	8.160	11.792
Contingências cíveis	1.627	1.334
Contingências fiscais	29	29
Total	9.816	13.155

b) Ativos e Passivos Contingentes

(i) Provisão para riscos fiscais

O Pine e a Pine Investimentos obtiveram decisões favoráveis, transitadas em julgado, em relação às ações judiciais que questionavam o alargamento das bases de cálculo das contribuições devidas ao PIS e COFINS nos termos do disposto no Art. 3º, §1º, da Lei nº 9.718/98, sendo que as provisões anteriormente constituídas em relação a essas ações, classificadas como Obrigações Legais, foram revertidas em exercícios anteriores.

Em relação ao COFINS, a referida decisão resultou no levantamento de valores não convertidos em renda em favor da União, pelo Banco Pine e Pine Investimentos. Não obstante, a PGFN ingressou com medida executiva, em relação à qual o Pine apresentou defesa e aguarda decisão definitiva. Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, não haviam depósitos judiciais referentes à COFINS.

Em relação ao PIS, o processo encontra-se sobrestado pelo fato de estar afetado pela repercussão geral reconhecida pela STF (Tema 372). Em 30 de junho de 2026, os depósitos relativos ao PIS, representavam R\$61.027 (R\$59.449 em 31 de dezembro de 2025).

Adicionalmente, em 30 de junho de 2026, os créditos fiscais a compensar, decorrentes de pagamentos efetuados a maior no curso dessas ações, representavam os montantes de COFINS de R\$8.641 (R\$8.475 em 31 de dezembro de 2025).

(ii) Contingências classificadas como prováveis são provisionadas

	30/06/2026		31/12/2025	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Contingências Fiscais	29	68.980	29	64.356
Contingências Trabalhistas	8.160	7.178	11.792	15.396
Contingências Cíveis	1.627	4.990	1.334	5.991
Total	9.816	81.148	13.155	85.743

(iii) Movimentação das provisões passivas

	30/06/2026				31/12/2025			
	Fiscais/ Obrigação Legal	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais/ Obrigação Legal	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	29	11.792	1.334	13.155	578	10.389	1.435	12.402
Constituição	-	2.654	-	2.654	-	84	182	266
Reversão	-	(4.483)	(83)	(4.566)	(549)	-	(286)	(835)
Atualização	-	(1.803)	376	(1.427)	-	1.319	3	1.322
Saldo final	29	8.160	1.627	9.816	29	11.792	1.334	13.155

(iv) Principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis:

Trabalhistas: Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o Pine não possuía processos trabalhistas classificados como possíveis.

Cíveis: Em 30 de junho de 2026, o Pine possuía processos cíveis classificados como perda possível, no saldo de R\$21.285 no Individual e no Consolidado. Os processos tratam-se de ações de natureza cível-consumerista, relacionados à carteira de varejo, classificados pela área jurídica, com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos, todos em tramitação e com decisão de 1ª instância. Em 31 de dezembro de 2025, o Pine não possuía processos cíveis classificados como possíveis.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



Fiscais: Em 30 de junho de 2026, o Pine possuía processos fiscais classificados como perda possível, o saldo dos processos fiscais classificados como possível é de R\$47.472 no Individual e no Consolidado. O processo trata-se de uma discussão tributária, acerca da incidência do IRPJ e da CSLL sobre juros de mora recebidos pelo Banco Pine nos casos de atrasos contratuais. Atualmente, o processo encontra-se com sentença desfavorável, diante de análise de recurso apresentado pelo Banco Pine. É importante ressaltar que o processo está garantido por seguro garantia. Em 31 de dezembro de 2025, o Pine não possuía processos fiscais classificados como possíveis.

25. OBRIGAÇÕES FISCAIS - OUTRAS

	30/06/2026	31/12/2025
Imposto de renda a pagar	23.504	12.041
Contribuição social a pagar	29.425	5.487
Total	52.929	17.528

26. OUTROS PASSIVOS

	30/06/2026	31/12/2025
Impostos e contribuições a pagar	40.679	40.372
Honorários advocatícios	88	93
Ordens de pagamento em moeda estrangeira	5.780	9.038
Sociais e estatutárias	75.937	30.786
Recebimentos à identificar	-	213
Câmbio	7.574	19.559
Provisão para despesas de pessoal ⁽²⁾	15.390	58.072
Outros passivos ⁽¹⁾	950.932	1.138.415
Total	1.096.380	1.296.548

(1) Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, refere-se, substancialmente, a obrigação por operação vinculada a cessão. Em 31 de dezembro de 2025, o montante era de R\$860.933, sendo que durante o período findo em 30 de junho de 2026 a movimentação do saldo é composta por adições, liquidações e juros no montante de R\$204.014, sendo o saldo final de R\$656.919.

(2) Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, refere-se principalmente, a provisão de participação nos lucros.

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Conforme Estatuto Social, em 30 de junho de 2026, o capital social subscrito e integralizado totaliza R\$1.259.627 (R\$1.000.910 em 31 de dezembro de 2025) e está dividido em 259.888.724 ações nominativas, sendo 129.950.956 ordinárias e 129.937.768 preferenciais (232.451.347 em 31 de dezembro de 2025) sem valor nominal. O Pine fica autorizado a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 100.000.000 de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de abril de 2026, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$810, mediante emissão de 181.946 novas ações nominativas, sendo 72.506 ordinárias e 109.440 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício: (i) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de março 2026 a 31 de março de 2026 ("Décimo Terceiro período de exercício"), (ii) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 03 de outubro de 2024 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, no período de 01 de março 2026 a 31 de março de 2026 ("Quinto período de exercício") e (iii) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 13 de outubro de 2025 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de novembro de 2025, no período de 01 de março 2026 a 31 de março de 2026 ("Primeiro período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 25 de maio de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de março de 2026, foi deliberado o aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante bruto de R\$245.926, mediante emissão de 21.860.095 novas ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, com despesas vinculadas à emissão no montante total de R\$9.936, líquido de tributos, resultando no aumento de capital líquido de R\$235.990, com exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das S.A., sendo que a integralidade do preço por ação é de R\$ 11,25. Em razão da necessidade de homologação do aumento de capital social pelo Bacen, foram emitidos recibos de subscrição, integralizados à vista em moeda corrente nacional, conferindo aos seus titulares o direito à conversão em ações após a homologação. Após a homologação, as ações passarão a conferir aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições aplicáveis às ações preferenciais de emissão do Banco Pine, nos termos do Estatuto Social e da legislação vigente. O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 06 de abril de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de janeiro de 2026, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$21.917, mediante emissão de 5.206.870 novas ações nominativas, sendo 2.524.594 ordinárias e 2.682.276 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício: (i) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de dezembro 2025 a 31 de dezembro de 2025 ("Décimo Segundo período de exercício") e (ii) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 03 de outubro de 2024 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, no período de 01 de dezembro 2025 a 31 de dezembro de 2025 ("Quarto período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 06 de abril de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de outubro de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social do Banco dentro do limite do capital autorizado nos termos do Estatuto Social, no valor de, no mínimo, R\$36.954 e, no máximo, R\$48.719, mediante a emissão de, no mínimo, 4.337.268 ações, sendo 2.225.396 ações ordinárias e 2.111.872 ações preferencias, e, no máximo, 5.718.156 novas ações, sendo 2.933.911 ações ordinárias e 2.784.245 ações preferenciais de emissão do Banco, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O preço de emissão é de R\$8,52 por ação ordinária ou preferencial do Banco. Os acionistas poderão exercer o direito de preferência na subscrição das novas ações na proporção do número de ações que possuírem. Será concedido a todos os acionistas que constarem da posição acionária do Banco na data de 16 de outubro de 2025 o prazo de 30 dias para o exercício do direito de preferência. Após a efetiva subscrição das ações e a integralização deste Aumento de Capital, nova Reunião do Conselho de Administração do Banco será realizada para homologar parcial ou totalmente o aumento de capital, dentro do limite de capital autorizado. Após a homologação pelo Conselho de Administração do Banco, o aumento de capital será levado à aprovação do Bacen.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de outubro de 2025, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$1.642, mediante emissão de 386.717 novas ações nominativas, sendo 188.445 ordinárias e 198.272 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício: (i) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de setembro 2025 a 30 de setembro de 2025 ("Décimo Primeiro período de exercício") e (ii) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 03 de outubro de 2024 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, no período de 01 de setembro 2025 a 30 de setembro de 2025 ("Terceiro período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 22 de dezembro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de julho de 2025, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$997, mediante emissão de 311.198 novas ações nominativas, sendo 129.441 ordinárias e 181.757 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício: (i) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 02 de junho 2025 a 30 de junho de 2025 ("Décimo período de exercício") e (ii) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 03 de outubro de 2024 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, no período de 02 de junho 2025 a 30 de junho de 2025 ("Segundo período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 22 de setembro de 2025.

Em 24 de abril de 2025, o Conselho de Administração do Banco Pine, em atendimento ao disposto na Resolução CVM nº 44/21, aprovou o cancelamento de 3.342.492 ações preferenciais nominativas e 73.100 ações ordinárias nominativas de emissão do Banco, no montante de R\$15.104, atualmente mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social, nos termos do artigo 19, XVI do Estatuto Social do Banco. Referidas ações foram adquiridas por meio do programa de recompra de ações, em consonância com a Resolução CVM nº 77/22. Em razão do cancelamento de ações mantidas em tesouraria, o capital social da Companhia de R\$952.902, passa a ser dividido em 226.428.370 ações nominativas, sendo 115.914.712 ordinárias e 110.513.658 preferenciais, sem valor nominal.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de abril de 2025, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$130, mediante emissão de 49.979 novas ações nominativas, sendo 18.740 ordinárias e 31.239 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício: (i) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 06 de março de 2025 a 31 de março de 2025 ("Nono período de exercício") e (ii) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 03 de outubro de 2024 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, no período de 06 de março de 2025 a 31 de março de 2025 ("Primeiro período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 24 de junho de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de janeiro de 2025, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$93, mediante emissão de 46.362 novas ações nominativas, sendo 15.454 ordinárias e 30.908 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 02 de dezembro de 2024 a 30 de dezembro de 2024 ("Oitavo período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 27 de janeiro de 2025.

b) Reservas de Capital

As reservas de capital podem ser compostas por: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente podem ser usadas para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias. Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, as reservas de capital do Banco Pine, são compostas pelo diferimento dos planos de remuneração baseados em ações.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS (Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)	
--	---

c) Reservas de Lucros

A conta de reserva de lucros do Pine é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Pine, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Pine não possui outras reservas de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Pine deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Pine. Ademais, o Pine poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido do exercício será transferido para a conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias ficando à disposição da Assembleia Geral que poderá mantê-la, até o limite de 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco.

d) Juros sobre o Capital Próprio

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de julho de 2026, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$69.000, à base de R\$0,2714290, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 17,5%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 22 de julho de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de abril de 2026, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$57.259, à base de R\$0,223044, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 17,5%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 30 de abril de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de dezembro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$23.700, à base de R\$0,1022642, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 17 de janeiro de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de outubro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento adicional de juros sobre o capital próprio no montante de R\$57.316, à base de R\$0,253295, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 27 de novembro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de outubro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$23.200, à base de R\$0,1025173, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 29 de outubro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de julho de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$24.700, à base de R\$0,1099374, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 25 de julho de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de abril de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$18.750, à base de R\$0,0823389, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 25 de abril de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de dezembro de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$18.117, à base de R\$0,080554, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 16 de janeiro de 2025.

De acordo com o previsto na Lei n.º 9.249/95, foram provisionados e declarados juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da TJLP vigente no período. Esses juros sobre o capital próprio reduziram o encargo de imposto de renda e contribuição social no período findo em 30 de junho de 2026 em R\$56.817 (R\$66.450 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025).

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, houve deliberação de juros sobre o capital próprio, conforme quadro a seguir:

Descrição	30/06/2026		31/12/2025	
	Data de deliberação	Data do pagamento	Valor por ação bruto	Valor total líquido
Juros sobre o Capital Próprio	07/07/2026	22/07/2026	0,271429	56.925
Juros sobre o Capital Próprio	13/04/2026	30/04/2026	0,223044	47.239
Total			126.259	104.164

Descrição	31/12/2025		31/12/2025	
	Data de deliberação	Data do pagamento	Valor por ação bruto	Valor total líquido
Juros sobre o Capital Próprio	26/12/2025	17/01/2026	0,102264	20.145
Juros sobre o Capital Próprio	13/10/2025	27/11/2025	0,253295	48.719
Juros sobre o Capital Próprio	09/10/2025	29/10/2025	0,102517	19.720
Juros sobre o Capital Próprio	04/07/2025	25/07/2025	0,109937	20.995
Juros sobre o Capital Próprio	04/04/2025	25/04/2025	0,082339	15.938
Total			147.666	125.517

e) Dividendos

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de dezembro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2025 no montante de R\$6.300. O pagamento ocorreu no dia 17 de janeiro de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de fevereiro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2024 no montante de R\$3.131. O pagamento ocorreu no dia 28 de fevereiro de 2025.

f) Ações em tesouraria

Durante o período findo em 30 de junho de 2026, o Banco pine recomprou 5.267.158 ações, no montante de R\$67.644, a um custo médio de R\$12,84. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Banco pine recomprou 11.644.187 ações, no montante de R\$73.290, a um custo médio de R\$6,29.

Descrição	30/06/2026		31/12/2025	
	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade
Ações em tesouraria no início do período	8.070	823	20.406	4.676
Aquisições de ações	67.644	5.267	73.290	11.644
Cancelamento de ações	-	-	(15.104)	(3.416)
Liberações - Remuneração baseada em ações	(8.105)	(707)	(70.522)	(12.081)
Ações em tesouraria no final do período	67.609	5.383	8.070	823

28. AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os saldos da rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" incluem os valores, líquido do efeito tributário correspondente, dos ajustes dos ativos e passivos reconhecidos temporariamente no patrimônio apresentadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido e receitas e despesas reconhecidas até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado consolidada. Os valores advindos das controladas são apresentados linha a linha, nas rubricas apropriadas de acordo com sua natureza.

A demonstração de resultado abrangente inclui as variações ocorridas na rubrica "ajustes de avaliação patrimonial".

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	30/06/2026		31/12/2025	
	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade
Instrumentos de dívida	(56)	1	(83)	(69)
Efeito fiscal	(57)		(14)	
Empresas coligadas				
Outros ajustes	(1.615)		(1.615)	
Outros ⁽¹⁾	(1.615)		(1.615)	
Total	(1.671)		(1.698)	

(1) Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, refere-se a efeitos contábeis reflexos decorrentes de registros ocorridos entre contas do patrimônio líquido de empresas coligadas.

Quando os títulos classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) são vendidos ou sofrem perda impairment, os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são reconhecidos no resultado.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



29. RECEITAS COM JUROS E SIMILARES

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no período sobre todos os ativos financeiros, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	01/04 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	17.481	27.103	7.124	12.515
Instrumentos de dívida	189.587	621.461	394.114	920.454
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.395.650	2.298.034	646.757	1.077.276
Comissões	(59.371)	(127.824)	(17.838)	(35.182)
Total	1.543.347	2.818.774	1.030.157	1.975.063

30. DESPESAS COM JUROS E SIMILARES

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no exercício e sobre todos os passivos financeiros, calculada aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	01/04 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025
Depósitos de instituições financeiras	38.285	57.455	32.174	70.546
Depósitos de clientes	701.169	1.388.848	615.533	1.117.700
Captações no mercado aberto	295.187	543.570	212.866	349.613
Obrigações por empréstimos e repasses	12.829	25.613	2.612	4.670
Dívidas subordinadas	30.274	60.339	40.404	66.645
Outros juros	21.435	50.010	12.284	17.460
Total	1.099.179	2.125.835	915.873	1.626.634

31. RECEITAS DE TARIFAS E COMISSÕES

A rubrica 'Receitas de tarifas e comissões' é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Pine e empresas controladas no período, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

	01/04 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025
Comissão de Fiança	3.598	8.279	4.407	8.468
Comissões	24.140	37.097	23.666	34.238
Tarifas	1.954	5.422	881	2.785
Serviços de Corretagem	2.649	5.003	3.334	5.596
Outras ⁽¹⁾	(181)	8.580	3.411	3.558
Total	32.160	64.381	35.699	54.645

(1) No período findo em 30 de junho de 2026, refere-se, principalmente, receita de prestação de serviços de intermediação de negócios / gestão de carteira consignado.

32. DESPESAS DE TARIFAS E COMISSÕES

A rubrica 'Despesas de tarifas e comissões' mostra o valor de todas as tarifas e comissões pagas ou a pagar no período exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

	01/04 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025
Comissões ⁽¹⁾	448	663	17.950	35.462
Serviços bancários	334	1.061	561	915
Teleprocessamento	10.413	23.433	2.679	4.865
Outros	356	683	399	740
Total	11.551	25.840	21.589	41.982

(1) Nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025, refere-se principalmente, a despesas com comissões com parceiros de operações de varejo.

33. GANHOS (PERDAS) COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (LÍQUIDOS) AVALIADOS AO VALOR JUSTO

Os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos e pelos ganhos ou pelas perdas resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

a) Títulos e valores mobiliários e empréstimos e adiantamentos a clientes

	01/04 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025
Empréstimos e adiantamentos a clientes	49.131	131.144	71.572	250.027
Instrumentos de dívida	(60.442)	(139.015)	590.701	417.810
Instrumentos de capital	59.168	84.973	7.686	27.540
Total	47.857	77.102	669.959	695.377

b) Derivativos

	01/04 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025
Futuro	51.300	286.333	(174.530)	42.785
Opções	(14.653)	(12.583)	3.822	17.482
Swap	93.665	28.406	(253.514)	(273.570)
Termo	(18.604)	72.687	(82.140)	(203.506)
Câmbio	(1.881)	2.346	11	4.004
Total	109.827	377.189	(506.351)	(412.805)

34. VARIAÇÕES CAMBIAIS

As variações cambiais mostram, basicamente, os ganhos e perdas nas negociações de moeda, as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional e os ganhos ou as perdas divulgadas para ativos não monetários em moeda estrangeira no momento da alienação. Não são considerados os efeitos de variação cambial para hedge. No período findo em 30 de junho de 2026 o valor de despesa com variação cambial é de R\$14.475 (despesa de R\$82.963 no período findo em 30 de junho de 2025).

35. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	01/04 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025
Recuperação de despesas	10.255	29.236	2.640	4.746
Rendas de aluguéis	142	358	(454)	427
Outras receitas (despesas)	(3.610)	(1.656)	(1.144)	2.107
Outras provisões	(2.170)	(213)	(772)	(156)
Total	4.617	27.725	270	7.124

36. DESPESAS COM PESSOAL

	01/04 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025
Proventos	30.699	62.746	25.166	45.055
Benefícios e treinamento	9.163	15.485	4.515	9.430
Encargos sociais	11.357	22.077	7.526	15.848
Participações nos resultados	31.139	53.778	14.829	50.120
Total	82.358	154.086	52.036	120.453

Notas Explicativas

37. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	01/04 a	01/01 a	01/04 a	01/01 a
	30/06/2026	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2025
Despesas de água, energia e gás	177	341	172	346
Despesas com aluguéis	3.536	7.000	2.731	5.435
Despesas de arrendamento de bens	393	806	174	323
Despesas de comunicações	1.914	4.272	2.056	3.793
Despesas de manutenção e conservação de bens	1.185	3.090	1.133	1.890
Despesas de processamento de dados	17.472	33.404	9.311	17.576
Despesas de relações públicas	1.749	3.888	902	1.950
Despesas de seguros	1.381	3.059	1.977	5.181
Despesas com serviços do sistema financeiro	2.695	5.464	2.564	6.515
Despesas com serviços de terceiros	2.752	8.193	2.003	5.941
Despesas com serviços de vigilância e segurança	1.150	2.266	750	1.346
Despesas com serviços técnicos especializados	15.441	29.085	12.384	17.273
Despesas de transporte	1.485	2.856	847	1.746
Sentenças judiciais, cíveis e trabalhistas	1.661	13.360	(10)	117
Despesas de viagens	1.480	4.474	1.343	1.927
Outras despesas administrativas	21.767	38.368	2.990	8.296
Total	76.238	159.926	41.327	79.655

38. PROVISÕES LÍQUIDAS	01/04 a	01/01 a	01/04 a	01/01 a
	30/06/2026	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2025
Atualização monetária	(2.684)	(2.861)	-	-
(Provisão)/Reversão de processos cíveis, trabalhistas e fiscais	(83)	1.911	(112)	(111)
Total	(2.767)	(950)	(112)	(111)

39. RESULTADO NA ALIENAÇÃO DE BENS

No período findo em 30 de junho de 2026, foi reconhecida a receita no montante de R\$5.073 (despesa no montante de R\$2.228 no período findo em 30 de junho de 2025) corresponde principalmente a venda de bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito.

40. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	01/04 a	01/01 a	01/04 a	01/01 a
	30/06/2026	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2025
Lucro líquido antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzidos as participações no resultado	223.012	441.986	121.085	206.888
Lucro antes da tributação	223.012	441.986	121.085	206.888
Alíquota vigente	45%	45%	45%	45%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(100.355)	(198.894)	(54.489)	(93.100)
Diferenças permanentes	42.555	72.949	16.591	29.847
Juros sobre o capital próprio	31.050	56.817	11.115	19.553
Outros ajustes ⁽¹⁾	11.505	16.132	5.476	10.294
Imposto de renda e contribuição social	(57.800)	(125.945)	(37.898)	(63.253)

(1) Nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025, refere-se, principalmente, à equivalência das empresas controladas e exclusão da receita de atualização de impostos a compensar.

b) Impostos diferidos reconhecidos no resultado	30/06/2026	31/12/2025
Impairment	262.117	234.595
Provisão para participações nos lucros	16.875	-
Ajustes a valor de mercado dos instrumentos financeiros	(44.339)	(65.901)
Outras provisões	166.713	88.262
Outros ajustes	(319.665)	(317.841)
Resultado negativo no exterior	424.251	-
Prejuízo fiscal / base negativa	-	443.998
Crédito Presumido - Res. n° 4.838/20	1.614	183.960
Total	507.566	567.073

c) Impostos reconhecidos no patrimônio	30/06/2026	31/12/2025
Avaliação de títulos (renda fixa)	(57)	(14)
Total	(57)	(14)

d) Movimentação de impostos diferidos	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	567.059	675.382
Débito (crédito) ao resultado	(59.507)	(106.677)
Débito (crédito) no patrimônio líquido	(43)	(1.646)
Saldo final	507.509	567.059

e) Prazo de realização	30/06/2026	31/12/2025
Até 1 ano	42.499	547
De 1 a 2 anos	58.416	3.675
De 2 a 3 anos	53.648	21.647
De 3 a 4 anos	65.412	42.005
De 4 a 5 anos	65.486	60.982
De 5 a 8 anos	152.797	247.878
De 8 a 10 anos	69.251	190.325
Total	507.509	567.059

41 LIMITES OPERACIONAIS

a) Índice da Basileia

O índice de Basileia em 30 de junho de 2026, foi de 14,31% (14,69% em 31 de dezembro de 2025), calculado a partir do 'Conglomerado Prudencial'. De acordo com a Resolução CMN nº 4.958/21, o requerimento mínimo de capital é de 10,50%, considerando fator F (8%) e 2,5% da parcela ACPConservação.

b) Gerenciamento de Riscos - Pilar 3

O Pine, de acordo com a Circular Bacen nº 54/20, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico ri.pine.com.

42. GARANTIAS PRESTADAS	30/06/2026		31/12/2025	
	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	67.926	-	13.869	1
Outras Fianças Bancárias	309.789	67	549.104	120
Total	377.715	67	562.973	121

São fornecidos aos clientes do Pine garantias financeiras em compromissos com terceiros. Há o direito de cobrar, dos clientes, o reembolso de qualquer valor que o Pine tenha de pagar devido a essas garantias. Esses contratos estão sujeitos à mesma avaliação de crédito realizada para os empréstimos.

Notas Explicativas

43. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Desde o exercício de 2012, o Pine aprovou novo Plano de Remuneração para tratamento das normas e diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução CMN nº 5.177/25 que revoga a Resolução CMN nº 3.921/10.

O Plano de Remuneração tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Pine à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotada pela instituição; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Pine; e (iv) Adaptar a política de remuneração à norma da Resolução CMN nº 5.177/25 que revoga a Resolução CMN nº 3.921/10.

A remuneração definida no Plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Pine; (ii) o resultado geral do Pine, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Pine está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos Administradores com base no conjunto de indicadores institucionais e de sua unidade de negócio (vii) a performance qualitativa e quantitativa dos Administradores, baseada nos valores do Banco.

A Remuneração Variável será calculada:

- a) até 50% do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie; e
- b) o correspondente aos 50% restantes da remuneração variável será pago em instrumentos baseados em ações:
- i. 10% do valor será pago em instrumentos baseados em ações de forma a vista; e
- ii. 40% do valor será pago em instrumentos baseados em ações diferidos em 3 anos.

A entrega dos instrumentos baseados em ações referentes à remuneração variável diferida atribuídas aos Administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da Instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

O Pine conta, ainda, com um Comitê de Remuneração, que é responsável por (i) propor ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da Instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução CMN nº 5.177/25 que revoga a Resolução CMN nº 3.921/10.

No período findo em 30 de junho de 2026 foi apurado referente a remuneração variável no montante de R\$13.523 (R\$6.715 em 30 de junho de 2025) e a despesa de R\$18.969 (R\$13.673 em 30 de junho de 2025) de acordo com os critérios definidos no plano.

Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria	01/04 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025
Remuneração fixa	3.963	7.939	3.400	6.877
Remuneração variável	-	13.523	-	6.715
Benefícios de curto prazo	2.409	12.965	3.009	7.904
Total	6.372	34.427	6.409	21.496

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados, principalmente, por salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus (se pagáveis no período de doze meses após o encerramento do exercício) e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

Remuneração baseada ações

								30/06/2026	
								Vencimento	
		outorga	Preço	Outorgada	Exercida	Extinta	Quantidade Não exercida	% Exercível	Exercida em
PLANO BÔNUS 2023	28/02/2024	4,30	2.453	1.799	-	654	20,00%	31/03/2024	
							46,67%	31/03/2025	
							73,34%	31/03/2026	
							100,00%	31/03/2027	
PLANO RETENÇÃO DE TALENTOS 2024	16/05/2024	4,30	294	48	(246)	-	25,00%	31/03/2025	
							50,00%	31/03/2026	
							75,00%	31/03/2027	
							100,00%	31/03/2028	
ILP - PARTICIPAÇÃO DE LUCROS E RESULTADOS 2024	11/02/2025	4,38	3.245	1.514	-	1.731	20,00%	11/02/2025	
							46,67%	11/02/2026	
							73,33%	11/02/2027	
							100,00%	11/02/2028	
PROGRAMA DE SÓCIOS II	19/09/2025	4,81	3.327	-	-	3.327	33,33%	26/03/2027	
							66,66%	24/03/2028	
							100,00%	26/03/2029	
							25,00%	24/03/2027	
PROGRAMA DE SÓCIOS III	01/10/2025	4,81	1.182	-	(68)	1.114	50,00%	24/03/2028	
							75,00%	23/03/2029	
							100,00%	22/03/2030	
							20,00%	24/02/2026	
ILP - PARTICIPAÇÃO DE LUCROS E RESULTADOS 2025	12/12/2025	10,08	2.294	459	-	1.835	46,67%	24/02/2027	
							73,33%	22/02/2028	
							100,00%	24/02/2029	
							20,00%	24/02/2026	
PLANO RETENÇÃO DE TALENTOS 2025	29/12/2025	10,08	552	-	-	552	100,00%	19/02/2031	
							20,00%	05/03/2026	
							46,67%	24/02/2027	
							73,33%	22/02/2028	
ILP - PARTICIPAÇÃO DE LUCROS E RESULTADOS 2025 - I	27/02/2026	13,55	92	18	-	74	100,00%	24/02/2029	
							20,00%	05/03/2026	
							46,67%	24/02/2027	
							73,33%	22/02/2028	
PLANO RETENÇÃO DE TALENTOS 2025 - I	27/02/2026	13,55	22	4	-	18	100,00%	24/02/2029	
							20,00%	05/03/2026	
							46,67%	24/02/2027	
							73,33%	22/02/2028	
Total			13.461	3.842	(314)	9.305			

Em 28 de fevereiro de 2024, houve constituição de um novo plano de remuneração baseada em ações da diretoria estatutária (Plano Bônus 2023), de acordo com a Resolução CMN nº 3.921.

Em 16 de maio de 2024, houve constituição de um novo plano de remuneração baseada em ações da diretoria estatutária (Retenção de Talentos 2024), de acordo com a Resolução CMN nº 3.921.

Em 11 de fevereiro de 2025, houve constituição de um novo plano de remuneração baseada em ações da diretoria estatutária (ILP - Participação de Lucros e Resultados 2024), de acordo com a Resolução CMN nº 3.921.

Em 19 de setembro de 2025, houve constituição de um novo plano de remuneração baseada em ações da diretoria estatutária (Programa de Sócios II), de acordo com a Resolução CMN nº 3.921.

Em 01 de outubro de 2025, houve constituição de um novo plano de remuneração baseada em ações da diretoria estatutária (Programa de Sócios III), de acordo com a Resolução CMN nº 3.921.

Em 12 de dezembro de 2025, houve constituição de um novo plano de remuneração baseada em ações da diretoria estatutária (ILP - Participação de Lucros e Resultados 2025), de acordo com a Resolução CMN nº 3.921.

Em 29 de dezembro de 2025, houve constituição de um novo plano de remuneração baseada em ações da diretoria estatutária (Programa de Retenção de Talentos 2025), de acordo com a Resolução CMN nº 3.921.

Em 27 de fevereiro de 2026, houve constituição de um novo plano de remuneração baseada em ações da diretoria estatutária (ILP - Participação de Lucros e Resultados 2025 - I), de acordo com a Resolução CMN nº 3.921.

Em 27 de fevereiro de 2026, houve constituição de um novo plano de remuneração baseada em ações da diretoria estatutária (Programa de Retenção de Talentos 2025 - I), de acordo com a Resolução CMN nº 3.921.

Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos, se condicionados, poderão ser descontinuados.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



b) Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, basicamente com as empresas discriminadas na nota 3.a, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e condições de mercado e estão representadas por:

	Taxa de Juros		Prazos até	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
				30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	30/06/2025
	% CDI						
Administradores ⁽¹⁾				(9.878)	(13.589)	(2.132)	(449)
Operações de crédito	3,00% CDI		10/03/2031	20.228	17.056	(1.164)	-
Depósitos à vista	-	Sem vencimento		(55)	(6)	-	-
Depósitos à prazo	100% a 120% CDI e 100% IPCA		26/03/2031	(25.736)	(23.511)	(750)	(324)
Capital no Mercado Aberto	95% CDI		19/06/2029	-	(2.183)	-	-
Recursos de letras de crédito do agronegócio	96% a 100% CDI		28/11/2028	(1.591)	(1.680)	(102)	(3)
Recursos de letras de crédito imobiliário	95% a 100% CDI		16/04/2027	(919)	(1.214)	(58)	(67)
Recursos de letras financeiras subordinadas	100% CDI e 100% IPCA		14/06/2028	(1.805)	(2.051)	(58)	(55)
Familiares imediatos ⁽¹⁾				(42.824)	(38.298)	(1.054)	(588)
Operações de crédito	6,50% CDI		18/05/2026	-	730	-	(240)
Depósitos à vista	-	Sem vencimento		(3.277)	(5.369)	-	-
Depósitos à prazo	99% a 120% CDI e 100% IPCA		14/04/2031	(8.396)	(5.455)	(468)	(88)
Capital no Mercado Aberto	95% CDI		20/10/2029	(1.522)	-	(10)	-
Recursos de letras de crédito do agronegócio	92% a 100% CDI		27/11/2028	(1.771)	(1.066)	(105)	(13)
Recursos de letras de crédito imobiliário	98% CDI		18/05/2026	(508)	(494)	(32)	(27)
Recursos de letras financeiras subordinadas	135% CDI		27/09/2030	(27.252)	(26.554)	(431)	(220)
Recursos de letras financeiras	100% IPCA		30/10/2027	(98)	(90)	(8)	-

	Taxa de Juros		Prazos até	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
				30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	30/06/2025
	% CDI						
Empresas ligadas				(80.155)	(48.866)	(5.898)	(4.696)
Valores a Receber							
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.				-	-	-	1
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.				9.325	7.980	-	103
Pine Corretora de Seguros Ltda.				583	28	-	12
Pine Holding Ltda. (Anteriormente denominada Pine Holding S.A.)				-	2.923	-	-
Depósitos à vista							
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.		Sem vencimento		(16.731)	(2.135)	-	-
Pine Capital Ltda.		Sem vencimento		(2)	(2)	-	-
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.		Sem vencimento		(1.914)	(1.290)	-	-
Pine Corretora de Seguros Ltda.		Sem vencimento		(97)	(484)	-	-
Cuiabá Ativos Imobiliários SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.)		Sem vencimento		(2)	-	-	-
Pine Holding Ltda. (Anteriormente denominada Pine Holding S.A.)		Sem vencimento		(1.016)	(160)	-	-
Santana de Parnaíba Ativos Imobiliários Ltda. (Anteriormente denominada Pine 1 Desenvolvimento Participações Ltda.)		Sem vencimento		-	(1)	-	-
Depósitos à prazo							
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	99% CDI		21/05/2029	(4.580)	(4.299)	(281)	(254)
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99% CDI		18/06/2029	(29.642)	(14.486)	(1.279)	(3.100)
Pine Capital Ltda.	99% CDI		24/01/2028	(2.810)	(2.786)	(185)	(144)
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.	99% CDI		25/06/2029	(1.928)	(60)	(63)	(127)
Pine Corretora de Seguros Ltda.	99% CDI		25/06/2029	(15.806)	(16.804)	(1.053)	(488)
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	99% CDI		20/10/2028	(1.647)	(1.884)	(116)	(503)
Cuiabá Ativos Imobiliários SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.)	99% CDI		04/08/2028	(13.877)	(15.290)	(1.064)	(195)
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda.	99% a 112% CDI						
			29/06/2028	(11)	(10)	(1)	(1)
Pine Holding Ltda. (Anteriormente denominada Pine Holding S.A.)	99% CDI		29/06/2028	-	(106)	(1.856)	-

	Taxa de Juros		Prazos até	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
				30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	30/06/2025
	% CDI						
Empresas indiretas				(13.789)	(12.822)	(525)	(246)
Depósitos à vista							
Amigoz Ltda.	-	Sem vencimento		(1)	(1)	-	-
Amigoz Corretora de Seguros Ltda.	-	Sem vencimento		(7)	(9.184)	-	-
Pine Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	Sem vencimento		(14)	-	-	-
Boreal Capital Ltda.	-	Sem vencimento		-	(176)	-	-
Depósitos a prazo							
Amigoz Corretora de Seguros Ltda.	99% CDI		14/06/2029	(9.969)	(164)	(298)	-
Pine Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99% CDI		15/06/2029	(3.798)	(3.297)	(227)	-
Operações de crédito							
BYX Capital Ltda. ⁽²⁾	21,27% a.a.		31/01/2028	-	-	-	(246)

(1) Os valores referente aos administradores e familiares imediatos não são consolidados.
(2) Refere-se às receitas auferidas até a data de alienação da Byx Capital, conforme divulgado na nota explicativa 14.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta em ações ordinárias e preferenciais, em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, dos acionistas com mais de 5% do total de ações, dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva.

Acionistas	Ações Ordinárias		% - Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		% - Ações Preferenciais		30/06/2026	
									Total de Ações	% - Total de Ações
Pessoa Física	124.803.538		96,11		40.653.612		31,31		165.457.150	63,71
Pessoa Jurídica	920.847		0,71		8.658.459		6,67		9.579.306	3,69
Conselho de Administração	3.044		0,00		72.852		0,06		75.896	0,03
Conselho Fiscal	605.144		0,47		7.164.100		5,52		7.769.244	2,99
Diretoria Executiva	1.747.429		1,35		17.799.591		13,71		19.547.020	7,53
Total	128.080.002		98,63		74.348.614		57,26		202.428.616	77,95

Acionistas	Ações Ordinárias		% - Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		% - Ações Preferenciais		31/12/2025	
									Total de Ações	% - Total de Ações
Pessoa Física	116.302.114		97,60		41.423.926		36,56		157.726.040	67,85
Pessoa Jurídica	920.847		0,77		8.727.759		7,70		9.648.606	4,15
Conselho de Administração	3.044		0,00		82.851		0,07		85.895	0,04
Conselho Fiscal	604.244		0,51		6.989.701		6,17		7.593.945	3,27
Diretoria Executiva	219.657		0,18		17.305.084		15,28		17.524.741	7,54
Total	118.049.906		99,06		74.529.321		65,79		192.579.227	82,85

44. OUTRAS DIVULGAÇÕES

a) Covenants

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o Pine não possuía empréstimos com covenants atrelados.

45. GERENCIAMENTOS DE RISCOS

a) Introdução

O Banco Pine apresenta como diferencial a postura conservadora na gestão dos riscos inerentes às suas atividades, através da abordagem de gerenciamento integrado de riscos e capital, sendo sua supervisão realizada por comitês colegiados que apoiam as decisões da Administração.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS**

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



As práticas de gerenciamento integrado e controle de risco, refletindo as melhores práticas de mercado, buscam identificar e definir limites de monitoramento das perdas financeiras de forma a assegurar que os objetivos do conglomerado sejam cumpridos, que as metas de lucratividade sejam alcançadas, de forma sustentável e em observância ao apetite de riscos definido, sempre mantendo transparência na governança corporativa.

A estrutura de gerenciamento integrado de riscos é definida pelo Conselho de Administração, que estabelece as funções subsidiárias ao Comitê de Gestão de Riscos e Capital, ao CRO e à Diretoria, no que tange as atribuições de aprovação de modelos de cálculo, dos fatores de risco, das métricas e indicadores para controle e monitoramento de limites e alertas.

O gerenciamento integrado de Riscos do Banco Pine abrange os grupos de riscos tratados no contexto de riscos financeiros, riscos operacionais e riscos estratégicos, isolados e/ou conjuntamente.

b) Gerenciamento Integrado de Riscos

O processo de gerenciamento integrado de riscos no Pine compreende o conjunto de atividades integradas de gestão e no controle, desde a definição de estratégias, diretrizes, cálculo, divulgação periódica de informações de gestão, controle e monitoramento (Teste de Uso).

A estrutura de governança do gerenciamento integrado de riscos, compreende:

Gerenciamento do risco de crédito

- Conselho de Administração, para definição do apetite de risco e aprovação das políticas de risco;
- Comitê de Gestão de Riscos e Capital, para supervisão e coordenação gerais;
- Comitê de Portfolio, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (crédito e sócio ambiental);
- Comitê ALCO (Asset and Liability Committee) e Comitê de Riscos e Tesouraria, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (liquidez);
- CRO (Chief Risk Officer), para acompanhamento e implementação das definições e diretrizes estabelecidas;
- Área Tesouraria, para acompanhamento do mercado e negociação de operações de zeragem no mercado;
- Demais Áreas de Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, para negociação de operações com clientes e para registro, processamento e contabilização;
- Área de Controladoria, para acompanhamento gerencial de operações e programação orçamentária;
- Área de Controle de Riscos, para cálculo de riscos e controle de limites;

Os processos e as políticas de gerenciamento e controle de riscos são submetidos a revisões periódicas, com objetivo de garantir alinhamento às melhores práticas de mercado, bem como o atendimento à regulamentação em vigor.

As atividades de controle de riscos são realizadas de forma centralizada por área independente em relação às áreas de Tesouraria, Controladoria, Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, garantindo isenção no reporte e implementação das ações corretivas identificadas.

RAS

A avaliação e definição do apetite de riscos são realizadas de forma estruturada e coordenada através da Declaração de Apetite a Riscos (RAS, Risk Appetite Statement), instrumento de gestão que integra os diversos tipos de risco e implementa seu monitoramento periódico, frente aos níveis estabelecidos, em atendimento aos objetivos da Administração e em conformidade com a programação orçamentária de negócio e aos requerimentos regulatórios. A RAS estabelece os indicadores através de limites e alertas, com acompanhamento periódico, sejam estratégicos ou superiores, sejam táticos ou operacionais.

c) Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O Banco Pine possui uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Banco.

d) Categorias de Riscos

Risco de Crédito

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco de Mercado

O Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, incluindo variação das taxas de juros, de câmbio, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

Risco Operacional

O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Risco Socioambiental

O Risco Socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais, próprios ou de clientes e parceiros, pela instituição.

Risco de Conformidade

O Risco de Conformidade (ou regulatório) é definido como a possibilidade da instituição sofrer sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de Leis, Regulamentações, Recomendações dos órgãos de supervisão e Códigos de auto regulação aplicáveis.

Risco Reputacional (ou imagem)

O Risco Reputacional é definido pela possibilidade de perdas financeiras decorrentes da impossibilidade da instituição em manter e ou estabelecer novas relações no mercado e em sua base de clientes.

e) Gerenciamento de Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição, concentração, suficiência de garantias e adimplência de valores a receber de clientes e contrapartes;
- Avaliação e monitoramento da necessidade de provisionamento para perdas, alocação adicional de garantias, e/ou reestruturação de crédito, considerando os indicadores de inadimplência, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse;
- Planejamento de metas e de controle de limites de risco de crédito, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métrica de Controle e Gestão

As análises do risco de crédito são realizadas com base nas seguintes métricas:

Rating e Limite de Crédito

A classificação de risco de inadimplência (rating) e a concessão de limite de crédito, realizados de forma estruturada e coordenada e formalizado através da PLC (Proposta de Limite de Crédito), têm por objetivo avaliar e atribuir a exposição máxima esperada com clientes e contrapartes, produtos, volumes, prazos e de garantia exigidas.

Monitoramento de Concentração

O monitoramento de concentração tem por objetivo definir e monitorar a exposição máxima esperada por rating, classificação de risco, cliente, contraparte, segmento econômico, região geográfica e prazo.

Notas Explicativas

Monitoramento de Indicadores de Inadimplência

O monitoramento de inadimplência tem por objetivo acompanhar e definir os níveis aceitáveis de provisionamento de perda frente aos prazos de atraso no recebimento de valores a receber de clientes e contrapartes. Destes indicadores destaca-se o índice 'Over 90', que demonstra, ao longo do tempo o comportamento da carteira, permitindo a identificação e implementações de ações corretivas.

f) Exposição máxima ao risco de crédito — Instrumentos financeiros não sujeitos à redução ao valor recuperável

A tabela a seguir contém uma análise da exposição máxima ao risco de crédito de ativos financeiros não sujeita a provisão ao valor recuperável:

	30/06/2026	31/12/2025
Ativos financeiros ao valor justo (VJR)	6.469.075	6.138.944
Instrumentos de dívida	6.468.474	6.138.253
Instrumentos de capital	601	691
Instrumentos financeiros derivativos	208.480	1.255.924
Exposição Máxima dos Instrumentos financeiros não sujeitos à redução ao valor recuperável	6.677.555	7.394.868

g) Qualidade de crédito

O quadro abaixo apresenta a exposição total dos ativos financeiros classificados por nível de risco em:

Classificação Interna	Total em %	
	30/06/2026	31/12/2025
Baixo	91%	91%
Médio	5%	5%
Alto	4%	4%

O Banco Pine estimou os fluxos de caixa esperados, levando em consideração todos os termos contratuais do ativo financeiro, incluindo as perdas de crédito esperadas.

h) Avaliação da redução ao valor recuperável

Baseando-se na orientação fornecida pelo IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", o Banco Pine estima a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, com base no histórico de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. O Banco Pine adotou em 01 de janeiro de 2025 a Resolução CMN nº 4.966/21, que altera os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros. A partir da adoção da Resolução CMN nº 4.966/21 estabeleceu-se que as instituições mensurem sua provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base em conceito de perda esperada, sem a necessidade de aguardar eventual inadimplência, tornando a provisão mais precisa em relação às futuras perdas que a instituição venha a verificar em períodos subsequentes.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para 12 meses (PE 12 meses) e para a vida da operação (PE Vida) foi recalibrada, com o objetivo de melhorar a previsibilidade de perdas futuras provenientes de operações de crédito em default.

O modelo de LGD foi revisado, alterando a metodologia genérica para um modelo ponderado por tipo de garantia, aumentando a qualidade e eficiência do modelo.

As referências abaixo demonstram como a avaliação e a mensuração da redução ao valor recuperável foram realizadas pelo Banco Pine para fins de elaboração destas Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas. Elas devem ser lidas em conjunto com a nota explicativa que descreve as principais práticas contábeis do Pine (nota 3).

(i) Deterioração do nível de risco

O Pine considera como um instrumento financeiro inadimplente e, consequentemente no Estágio 3 para fins de cálculo de PE, todos os casos que se encontram vencidos há mais de 90 dias em relação a seus pagamentos contratuais. Para operações interbancárias (operações interfinanceiras de liquidez), o Pine as considera inadimplentes quando o pagamento intra diário requerido não é realizado ao final da operação conforme determinado nos termos contratuais.

Como parte de avaliação qualitativa o Pine considera a classificação interna de risco de crédito.

(ii) Classificações internas de risco e o processo de estimativa da probabilidade de inadimplência (probability of default – PD)

O Pine possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito (ratings) a seus clientes, associados empiricamente a probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

(iii) Mensuração do risco de crédito

Exposição no momento da inadimplência (EAD)

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas (PE), considerando a capacidade do cliente em aumentar sua exposição enquanto se aproxima da inadimplência e o potencial de ocorrência de pagamentos antecipados.

Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência. Essas premissas variam por tipo de produto e faixa de utilização do limite atual, com base na análise dos dados de inadimplência recentes do Pine.

Para calcular a EAD o Banco Pine faz a seguinte consideração em relação às classificações em estágios:

- Para uma operação que esteja no Estágio 1, o Banco Pine avalia a possibilidade de default nos próximos 12 meses para o cálculo da PE.
- Para uma operação que esteja nos Estágios 2 e 3, o Banco Pine avalia a possibilidade de default ao longo da vida para o cálculo da PE.

Aumento significativo de risco de crédito

O Banco Pine considera que uma operação teve aumento significativo de risco de crédito (migração para o estágio 2) quando seu atraso atingir 30 dias ou quando a operação flegar como renegociação.

O Banco Pine considera que há aumento significativo do estágio 2 para o estágio 3 quando o ativo financeiro possui atraso superior a 90 dias ou a operação em renegociação apresentar atraso superior a 60 dias.

Perda em caso de default (LGD)

O Banco Pine monitora continuamente todos os ativos sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas. Com o objetivo de determinar se um instrumento é sujeito à provisão para perdas esperadas para 12 meses (PE 12 meses) ou para a vida da operação (PE Vida), o Banco Pine avalia se houve um aumento significativo no risco de crédito ao longo do prazo da operação desde o seu reconhecimento inicial.

Agrupamento de ativos financeiros para cálculo coletivo de perdas esperadas

Conforme mencionado na nota 3.I, o Pine calcula suas perdas esperadas em bases coletivas para todas as suas exposições originadas de Empréstimos e adiantamentos a clientes.

O Banco Pine agrupa essas exposições através de critérios e grupos homogêneos de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

- Segmentação de Carteira (Atacado, Varejo, Multisacado e Fianças);
- Para modelo atacado, incluímos o agrupamento por produto (capital de giro, cheque empresa, títulos e valores mobiliários e outros); e
- Para modelo varejo, observamos a modalidade de produto (INSS, FGTS, cartão benefício e outros benefícios).

i) Garantias recebidas (mitigadoras da exposição máxima ao risco de crédito)

As garantias são consideradas como segunda fonte de pagamento, dada eventual inadimplimento do devedor.

As garantias formalizadas em operações de crédito são aprovadas em comitê, formalizadas e/ou constituídas por área distinta da área responsável por contratação e controladas em sistema específico.

j) Risco de liquidez

Definição

O Risco de Liquidez é a possibilidade do Pine não satisfazer suas necessidades de caixa para o cumprimento de suas obrigações correntes e futuras ou de novas exigências de recursos sem afetar a continuidade de suas operações.

Gestão de risco de liquidez

A gestão de liquidez tem como objetivo identificar, informar e precaver o Pine de possíveis movimentos de mercado que gerem problemas de liquidez. Nesse sentido, o Pine monitora a exposição ao risco de liquidez de suas carteiras no que tange aos prazos, volumes e liquidez de seus ativos.

O gerenciamento do risco de liquidez abrange os processos de controle, monitoramento e planejamento efetuados através de relatórios enviados aos integrantes do ALCO - *Asset and liability committee* e alta Administração, bem como aprovação de políticas, estratégias, diretrizes, cenários e limites no referido comitê e aprovados pelo Conselho de Administração do Conglomerado, conforme segue:

Diariamente (Superintendência de Risco de Liquidez & Mercado e Produtos):

- Posição e movimentação da liquidez do conglomerado;
- Monitoramento dos indicadores do risco de liquidez.

Semanalmente (ALCO - *Asset and liability committee*):

- Fluxo de descasamentos entre pagamentos, recebimentos e outras movimentações de todo conglomerado (*funding gap*);

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



- Projeção da movimentação da liquidez do conglomerado considerando os planos das áreas de negócios, necessidades de captação e nível de liquidez desejado;
- Mensalmente (ALCO - *Asset and liability committee*) :
- Projeção de cenários de estresse de liquidez : moderado e extremo;
 - Metodologia de definição dos níveis de liquidez desejado e mínimo;
 - Revisão do plano de contingência de liquidez e dos indicadores do risco de liquidez.
- As políticas de gestão do risco de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições do ALCO - *Asset and liability committee* .
- Desta forma, no processo de gestão do risco de liquidez no Pine, o conjunto de atividades que estão relacionadas e integradas na gestão, desde a definição de estratégias, diretrizes, controle, monitoramento até o gerenciamento, são desempenhadas e estão distribuídas nas seguintes unidades:
- Comitê de Ativos e Passivos (ALCO - *Asset and liability committee*);
 - Área ALM na Tesouraria;
 - Risco de Liquidez & Mercado e Diretoria de Riscos, Compliance, PLD e Segurança da Informação.

k) Gerenciamento de Risco de Liquidez

- O gerenciamento de risco de liquidez compreende um conjunto de atividades:
- Processo contínuo de monitoramento de níveis adequados de liquidez;
 - Avaliação da necessidade de manutenção de liquidez mínima para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse;
 - Planejamento de metas e de necessidade de liquidez, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métricas de Controle e Gestão

As análises do risco de liquidez são realizadas com base nas seguintes métricas:

Liquidez Efetiva na Data

A liquidez efetiva na data tem por objetivo apurar o saldo realizado e a projeção para D+1 e as movimentações já contratadas nos saldos dos ativos que compõem a liquidez efetiva, títulos públicos livres, compromissada Selic e disponível em ME.

Liquidez Target

A liquidez *target* tem por objetivo demonstrar o valor esperado a manutenção da continuidade dos negócios correntes, calculado em função do objetivo estratégico e do valor considerando margem de segurança em excesso à 'Liquidez Mínima'.

Liquidez Cenário Projetado e Cenário Estresse

A liquidez cenários projetado e estresse têm por objetivo demonstrar cenários prospectivos de liquidez, construídos a partir da 'Liquidez na Data', em consonância com a programação orçamentária e de negócio, considerando, em visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Liquidez Mínima (Cenário Projetado e Cenário Estresse)

A liquidez mínima, nos cenários projetado e estresse, tem por objetivo demonstrar os montantes mínimos representativos de 'colchão' a ser mantido, calculado de forma prospectiva, em consonância com a programação orçamentária e de negócio considerando, em visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Plano de Contingência de Liquidez

O pano de contingência de liquidez tem por objetivo estabelecer um conjunto de medidas, procedimentos e responsabilidades a serem adotados em situações de necessidade de liquidez, que alterem o perfil de prazo e volume de recebimentos de ativos e passivos.

Balanco Patrimonial por liquidez

O quadro a seguir apresenta os ativos e passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando os fluxos não descontados (exceto os derivativos) de acordo com o período em que se estima que sejam recuperados ou liquidados.

	30/06/2026				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos
ATIVO					
Disponibilidades ⁽¹⁾	7.346.867	-	-	-	-
Instrumentos de dívida	338.011	2.093.877	2.481.878	3.337.598	1.798.370
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3.516.587	3.855.597	4.509.387	1.948.284	711.862
Total	11.201.465	5.949.474	6.991.265	5.285.882	2.510.232
PASSIVO					
Depósitos de clientes	1.937.272	9.567.705	7.831.138	2.980.807	977.592
Depósitos de instituições financeiras	6.476.401	47.657	506	53	10
Dívidas subordinadas	-	23.245	44.453	226.444	556.335
Obrigações por empréstimos e repasses	-	498.312	478.527	-	-
Total	8.413.673	10.136.919	8.354.624	3.207.304	1.533.937
Derivativos	(55.632)	(57.176)	20.734	43.760	38.715
GAP	2.732.160	(4.244.621)	(1.342.625)	2.122.338	1.015.010

(1) Contém saldos referentes a Títulos Públicos com liquidez, apresentados pelo prazo final de seus vencimentos.

	31/12/2025				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos
ATIVO					
Disponibilidades ⁽¹⁾	6.334.317	-	-	-	-
Instrumentos de dívida	535.547	614.753	2.036.223	2.275.788	3.155.518
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2.939.903	3.632.568	3.696.000	1.919.832	615.469
Total	9.809.767	4.247.321	5.732.223	4.195.620	3.770.987
PASSIVO					
Depósitos de clientes	2.707.012	5.118.538	11.340.696	1.525.570	645.908
Depósitos de instituições financeiras	3.845.720	311.796	601	128	14
Dívidas subordinadas	709	6.149	68.402	171.320	528.492
Obrigações por empréstimos e repasses	14.069	4.446	250	-	-
Total	6.567.510	5.440.929	11.409.949	1.697.018	1.174.414
Derivativos	(1.104.715)	147.475	26.868	46.515	44.409
GAP	2.137.542	(1.046.133)	(5.650.858)	2.545.117	2.640.982

(1) Contém saldos referentes a Títulos Públicos com liquidez, apresentados pelo prazo final de seus vencimentos.

I) Gerenciamento de Risco de Mercado

- O gerenciamento de risco de mercado compreende um conjunto de atividades:
- Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição às variações de mercado;
 - Avaliação da necessidade de adequação das exposições, através de hedge, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse;
 - Planejamento de metas e de controle de limites de risco de mercado, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Intenção de Negociação

O risco de mercado é apurado em conformidade com a estratégia de negócio e a intenção de negociação das operações, podendo ser:

A 'Carteira de Negociação' (trading) é composta por operações negociadas com a intenção de giro, revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços ou arbitragem de assimetrias de mercado. O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão DDR (Demonstrativo Diário de Acompanhamento das Parcelas de Requerimento de Capital e Limites Operacionais) BACEN, compatível com a abordagem VaR.

A 'Carteira Bancária' (banking) é composta pelas demais operações não classificadas na 'Carteira de Negociação' (trading). O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão IRRBB (Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária) BACEN, compatível com a abordagem movimentos adversos no resultado e no capital em decorrência de choque nas curvas de juros.

Notas Explicativas

Métricas de Controle e Análises

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

Análise de Valor em Risco (Value at Risk – VaR)

O VaR tem por objetivo apurar a pior perda esperada através de um horizonte dado sob condições normais de mercado a um dado nível de confiança. Utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de um dia e intervalo de confiança de 99%, com apuração por mercado, vértices de vencimento e por fator de risco.

Análise de Resultado Gerencial à Mercado

A análise de resultado a mercado tem por objetivo apurar o resultado gerencial econômico a mercado (MtM), pelo apreçamento dos ativos e passivos, segregando seu impacto conforme a natureza do resultado, se contábil e/ou gerencial.

Análise de Sensibilidade e de Estresse

A análise de sensibilidade tem por objetivo avaliar a variação do valor de mercado da carteira considerando o deslocamento de 1 ponto-base (DV01) nas curvas de juros ou conforme cenários pré-estabelecidos.

O quadro demonstra a análise da sensibilidade para as operações com instrumentos financeiros, em decorrência da possibilidade de variação cambial, juros ou quaisquer outros fatores. Para a apuração dos impactos às taxas de juros, aplicam-se as respectivas variações das taxas de mercado aos DV01s, para a data base:

m) Análise de sensibilidade

O quadro demonstra a análise da sensibilidade para todas as operações com instrumentos financeiros, que exponham o Pine a riscos oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras fontes de exposição, sendo que para a apuração dos impactos as taxas de juros, aplicam-se as respectivas variações das taxas de mercado aos PV01s apurados em 30 de junho de 2026:

		Análise de Sensibilidade		
		30/06/2026		
		Cenários		
Fator de Risco	Exposição	Provável (I)	Possível (II)	Remoto (III)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	Variações na taxa de juros prefixada	(410.172)	(512.714)	(769.072)
Índice de Preços (IPCA)	Variações no cupom de IPCA	127.514	159.392	239.088
Taxa de Cupom de Dólar	Variação cupom cambial	(15.371)	(19.213)	(28.820)
Cesta de Moedas	Variação na cotação da cesta de moedas	(15.371)	(19.213)	(28.820)
Total (soma não correlacionada)*		(313.399)	(391.749)	(587.623)
Total (soma correlacionada)**		(52.625)	(65.781)	(98.672)

*Soma não correlacionada: representa a soma dos resultados obtidos no pior cenário de estresse para cada fator de risco.
**Soma correlacionada: representa o pior resultado da soma do estresse de todos os fatores de risco considerando a correlação entre eles.

Cenários	
Cenário I - Provável	Cenário composto pela soma dos preços ou taxas de mercado em 30 de junho de 2026 e suas respectivas volatilidades apuradas através do método de EWMA (λ=94).

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	14,02%	0,01%	14,03%
Índice de Preços (IPCA)	10,27%	0,01%	10,28%
Taxa Referencial (TR)	2,05%	0,01%	2,06%
Taxa de Cupom de Dólar	5,28%	0,01%	5,29%
Taxa de Cupom de Outras Moedas	5,43%	0,01%	5,44%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	3,08%	0,01%	3,09%
Moedas	5,50	0,01%	5,50

Cenário II - Possível	Cenário composto pelo choque de 25% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:
-----------------------	---

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	14,02%	25%	17,52%
Índice de Preços (IPCA)	10,27%	25%	12,84%
Taxa Referencial (TR)	2,05%	25%	2,56%
Taxa de Cupom de Dólar	5,28%	25%	6,60%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	5,43%	25%	6,78%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	3,08%	25%	3,85%
Moedas	5,50	25%	6,88

Cenário III - Remoto	Cenário composto pelo choque de 50% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento, (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:
----------------------	--

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	14,02%	50%	21,02%
Índice de Preços (IPCA)	10,27%	50%	15,41%
Taxa Referencial (TR)	2,05%	50%	3,08%
Taxa de Cupom de Dólar	5,28%	50%	7,91%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	5,43%	50%	8,14%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	3,08%	50%	4,62%
Moedas	5,50	50%	8,25

(i) Balanço por moeda

O quadro a seguir apresenta os ativos e passivos de acordo com sua exposição à moedas, considerando os fluxos não descontados (exceto os derivativos) de acordo com as principais moedas negociadas.

	30/06/2026		31/12/2025	
	Dólar	Euro	Dólar	Euro
ATIVO				
Disponibilidades	26.937	12.895	36.395	1.329
Empréstimos e adiantamentos a clientes	179.375	4.631	147.808	8.821
Outros ativos	(2.093)	-	(4.747)	-
Total	204.219	17.526	179.456	10.150
PASSIVO				
Obrigações por empréstimos e repasses	2.101	-	8.055	-
Relações com correspondentes	48.094	11.903	18.895	-
Total	50.195	11.903	26.950	-
Derivativos	143.225	5.629	160.925	2.804
GAP	10.799	(6)	(8.419)	7.346

(ii) Balanço por Risco de Mercado

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



O quadro a seguir apresenta os ativos e passivos de acordo com sua exposição à mercado, considerando os fluxos não descontados (exceto os derivativos) de acordo com os principais fatores de risco incorridos.

	30/06/2026			31/12/2025		
	Pré	IPCA	TR	Pré	IPCA	TR
ATIVO						
Disponibilidades	6.419.897	926.970	-	5.435.138	899.179	-
Instrumentos de dívida	7.752.357	51.611	52.149	7.679.770	177.099	52.152
Empréstimos e adiantamentos a clientes	14.362.109	166.463	13.144	12.581.545	203.461	18.766
Total	28.534.363	1.145.044	65.293	25.696.453	1.279.739	70.918
PASSIVO						
Depósitos de clientes	17.918.692	5.044.329	-	16.141.389	5.061.249	-
Depósitos de instituições financeiras	6.523.654	-	-	4.156.926	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses	976.839	-	13.144	-	-	18.766
Dívidas Subordinadas	814.776	35.700	-	740.541	34.532	-
Total	26.233.962	5.080.029	13.144	21.038.856	5.095.781	18.766
Derivativos	(44.986)	2.121	-	(1.102.097)	7.183	-
GAP	2.255.415	(3.932.864)	52.149	3.555.500	(3.808.859)	52.152

n) Gerenciamento de Outros Riscos Relevantes

O gerenciamento dos demais riscos relevantes compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de indicadores representativos dos eventos críticos;
- Avaliação da necessidade de adequação e melhoria de processos, ferramentas e soluções, para fazer frente à programação de negócio e incorporar novas exigências regulatórias, tecnologias e práticas de mercado, inclusive garantindo a implementação do plano de continuidade de negócio, sob condições de estresse; e
- Planejamento de metas e de controle de limites de risco de mercado, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Política de Responsabilidade Sócio Ambiental e Climática (PRSAC)

A PRSAC tem por objetivo estabelecer e apresentar a estrutura de gerenciamento de risco socioambiental e climático por meio de diretrizes que permeiam a estratégia da Instituição em relação a este tema. Tal Política contém princípios que norteiam as ações de natureza socioambiental e climática nos negócios e nas relações do Pine com as partes interessadas, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas de negócio, como também para um desenvolvimento sustentável.

As partes interessadas são os clientes e usuários dos produtos e serviços oferecidos pela Instituição, a comunidade interna à sua organização e as demais pessoas que podem ser impactadas por nossas atividades. Assim sendo, o Pine faz consultas e diálogos estruturados com suas Partes Interessadas, a fim de contribuir para o aprimoramento da gestão dos negócios e promover aprendizados contínuos para ambos os lados. A PRSAC estimula a participação das Partes Interessadas em seu processo de elaboração.

No processo de avaliação e concessão de crédito levamos em consideração a análise de riscos socioambientais do cliente, ou seja, se o Compliance e PLD encontrar alguma inconsistência referente ao tema socioambiental, o cliente poderá ter um impacto negativo no seu rating de crédito que será definido pela área de Análise de Crédito.

Além disso, neste processo considera-se uma lista restritiva que identifica segmentos ou organizações para as quais o Pine tem restrições na concessão de crédito ou financiamento. Essa lista leva em consideração projetos e empresas que estejam envolvidos com práticas trabalhistas ilegais, que firam os Direitos Humanos ou, ainda, que produzam, comercializem ou utilizem produtos, substâncias ou atividades considerados nocivos à sociedade e ao meio ambiente. Para evitar danos à sua reputação e não fomentar negócios que não estão em conformidade com os princípios e as políticas, o Pine realiza uma avaliação contínua dos clientes atuais e potenciais que atuam em setores críticos do ponto de vista socioambiental.

O Banco Pine está revisando seus processos e políticas internas para medir, controlar e, quando aplicável, reduzir os riscos associados a cada cliente do seu portfólio

Tecnologia da Informação

O Banco Pine se caracteriza pelo *mindset* digital e investe estrategicamente em melhoria contínua do ambiente tecnológico, incorporando as tendências de novos produtos e linguagens e adotando melhores práticas de mercado, na automatização contínua dos processos críticos e na formulação de solução sistêmica para integração dos processos internos visando escalabilidade, sinergia e agilidade.

Plano de Continuidade de Negócios

O Banco Pine adota políticas conservadoras de armazenamento e segurança de dados e soluções tecnológicas que permitem a manutenção dos sistemas e informações essenciais com redundância e replicação em tempo real, para mitigar os impactos causados e falhas operacionais de hardware e software, no seu próprio ambiente tecnológico e na infraestrutura e conectividade de mercado.

A estrutura e capacidade de processamento computacional garantem a manutenção dos níveis de performance e segurança para o funcionamento adequado dos aplicativos e soluções sistêmicas para atendimento ao cliente, tratamento de informações cadastrais, negociação de operações, controle financeiro e contabilização, controle de riscos, e processamento de dados.

Segurança de Informação

O Banco Pine adota procedimentos estritos para garantia da segurança de informação. Qualquer violação de segurança causada por acesso não autorizado às informações ou sistemas, que podem ter efeito adverso relevante sobre o negócio, estão cobertas pelo monitoramento contínuo, seja para garantia da integridade física dos dados, seja também para fins de atendimento às exigências da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados, de 2018).

46. RECONCILIAÇÃO DO RESULTADO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (BRGAAP e IFRS)

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas do Pine foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, denominadas “BRGAAP” e estão sendo apresentadas separadamente dessas Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20, apresentamos a seguir a reconciliação do lucro líquido e patrimônio líquido entre o BRGAAP e o IFRS:

Resultado	Referência	01/04 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025
Resultado - BRGAAP		166.748	316.559	83.020	156.472
Resultado de não-controladores ^{(1) (2) (3) (4)}		(2.058)	(1.164)	171	(9)
Ajuste IFRS 9 - Perda ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis - <i>Impairment</i>	a	-	-	-	(30.757)
Ajuste IFRS 9 - Diferimento de tarifas bancárias e comissões (taxa efetiva de juros)	b	-	-	-	3.752
Ajuste IFRS 16 - Aluguel	c	292	57	(4)	5
Ajuste IFRS - Ativo fiscal diferido	d	(132)	(26)	-	11.972
Ajuste IFRS - Amortização ágio		362	615	-	-
Ajuste IFRS - Outros ajustes		-	-	-	2.200
Resultado - IFRS		165.212	316.041	83.187	143.635

(1) Refere-se à participação de não controladores do Chimera Alternative Assets I FIDC. A consolidação desse Fundo não é aplicável às Demonstrações Financeiras em BRGAAP.

(2) Refere-se à participação de não controladores do LIFT JS Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada. A consolidação desse Fundo não é aplicável às Demonstrações Financeiras em BRGAAP.

(3) Refere-se à participação de não controladores do LIFT SO II Feeder Fundo de Investimento Financeiro - Responsabilidade Limitada. A consolidação desse Fundo não é aplicável às Demonstrações Financeiras em BRGAAP.

(4) Refere-se à participação de não controladores do LIFT Alfa Fundo de Investimentos em Cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada. A consolidação desse Fundo não é aplicável às Demonstrações Financeiras em BRGAAP.

Patrimônio Líquido	Referência	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio Líquido - BRGAAP		1.802.359	1.407.630
Participação de não-controladores ^{(1) (2) (3) (4)}		29.089	30.036
Ajuste IFRS 16 - Aluguel	c	(1.200)	(1.938)
Ajuste IFRS - Amortização ágio		615	-
Ajuste IFRS - Ativo fiscal diferido	d	26	873
Patrimônio Líquido - IFRS		1.830.889	1.436.601

(1) Refere-se à participação de não controladores do Chimera Alternative Assets I FIDC. A consolidação desse Fundo não é aplicável às Demonstrações Financeiras em BRGAAP.

(2) Refere-se à participação de não controladores do LIFT JS Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada. A consolidação desse Fundo não é aplicável às Demonstrações Financeiras em BRGAAP.

(3) Refere-se à participação de não controladores do LIFT SO II Feeder Fundo de Investimento Financeiro - Responsabilidade Limitada. A consolidação desse Fundo não é aplicável às Demonstrações Financeiras em BRGAAP.

(4) Refere-se à participação de não controladores do LIFT Alfa Fundo de Investimentos em Cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada. A consolidação desse Fundo não é aplicável às Demonstrações Financeiras em BRGAAP.

a) Ajuste IFRS 9 - Perda ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis - *Impairment*

Baseando-se na orientação fornecida pelo IFRS 9 “Instrumentos Financeiros”, o Banco Pine estima a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, com base no histórico de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Para fins de BRGAAP, o Banco Pine adotou em 01 de janeiro de 2025 a Resolução CMN nº 4.966/21, que altera os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros. A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece que as instituições mensurem sua provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base em conceito de perda esperada, sem a necessidade de aguardar eventual inadimplência, tornando a provisão mais precisa em relação às futuras perdas que a instituição venha a verificar em períodos subsequentes.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



b) Ajuste IFRS 9 – Diferimento de tarifas bancárias e comissões (taxa efetiva de juros)

Em consonância com o IFRS 9 “Instrumentos Financeiros”, as tarifas bancárias, comissões e custos financeiros que integram a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros calculados ao custo amortizado são reconhecidos no resultado durante o período de validade dos respectivos contratos. Para o BRGAAP, essas taxas e despesas são reconhecidas diretamente no resultado quando recebidas ou pagas, pelo regime de caixa.

c) Ajuste IFRS 16 - Aluguel (Contratos de arrendamentos)

O Banco Pine arrenda predominantemente ativos objetos dos contratos de arrendamento de negócios mobiliários e imobiliários referentes aos mecanismos de funcionamento de seu negócio. Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Banco. O direito de uso a ser registrado é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados até a data. Para o BRGAAP, os aluguéis são reconhecidos como despesa administrativa. O Banco Pine adotou, de forma prospectiva, a aplicação da Resolução CMN nº 4.975/21, para os contratos celebrados a partir de 1º janeiro de 2025, por esse motivo para essa Demonstração Financeira é aplicável manter o ajuste IFRS 16.

d) Ajuste IFRS - Ativos fiscais diferidos

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis. Os ajustes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, calculados sobre os ajustes de IFRS, foram refletidos na reconciliação. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos.

47. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Aumento de capital social

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de julho de 2026, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$922, mediante emissão de 188.466 novas ações nominativas, sendo 94.233 ordinárias e 94.233 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício: (i) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 03 de outubro de 2024 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, no período de 01 de junho 2026 a 30 de junho de 2026 ("Sexto período de exercício") e (ii) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 13 de outubro de 2025 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de novembro de 2025, no período de 01 de junho 2026 a 30 de junho de 2026 ("Segundo período de exercício"). O aumento está pendente de aprovação pelo Bacen.

b) Cancelamento de ações em tesouraria

Em 16 de julho de 2026, o Conselho de Administração do Banco Pine, em atendimento ao disposto na Resolução CVM nº 44/21, aprovou o cancelamento de 2.000.000 ações preferenciais nominativas de emissão do Banco, atualmente mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social, nos termos do artigo 19, XVI do Estatuto Social do Banco. Referidas ações foram adquiridas por meio do programa de recompra de ações, em consonância com a Resolução CVM nº 77/22. Em razão do cancelamento de ações mantidas em tesouraria, o capital social da Companhia de R\$1.270.485, passa a ser dividido em 257.888.724 ações nominativas, sendo 129.950.956 ordinárias e 127.937.768 preferenciais, sem valor nominal.

Em 21 de agosto de 2026, o Conselho de Administração do Banco Pine, em atendimento ao disposto na Resolução CVM nº 44/21, aprovou o cancelamento de 4.000.000 ações preferenciais nominativas de emissão do Banco, atualmente mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social, nos termos do artigo 19, XVI do Estatuto Social do Banco. Referidas ações foram adquiridas por meio do programa de recompra de ações, em consonância com a Resolução CVM nº 77/22. Em razão do cancelamento de ações mantidas em tesouraria, o capital social da Companhia de R\$1.270.485, passa a ser dividido em 257.888.724 ações nominativas, sendo 129.950.956 ordinárias e 127.937.768 preferenciais, sem valor nominal.

A DIRETORIA
CONTADOR
Breno Costa Amaral - CRC MG 074923/O-9

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
ANEXO I - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO CONSOLIDADA
(Em milhares de Reais - R\$)



	01/04 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2025
Receitas	1.529.359	2.981.072	1.221.176	2.129.325
Intermediação financeira	1.700.018	3.258.790	1.161.639	2.139.491
Prestação de serviços	32.160	64.381	31.948	47.845
Provisão/(Reversão) de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(209.103)	(374.697)	(43.649)	(129.562)
Outras	6.284	32.598	60.853	71.551
Despesas de intermediação financeira	(1.099.179)	(2.125.835)	(915.873)	(1.626.634)
Insumos adquiridos de terceiros	(86.626)	(178.909)	(105.190)	(140.664)
Materiais, energia e outros	(317)	(621)	(303)	(534)
Serviços de terceiros	(83.542)	(177.338)	(38.120)	(73.364)
Outros	(2.767)	(950)	(56.382)	(66.766)
Valor adicionado bruto	343.553	676.328	200.113	362.027
Retenções	(4.830)	(10.262)	(6.322)	(10.869)
Depreciação e amortização	(4.830)	(10.262)	(6.322)	(10.869)
Valor adicionado líquido produzido	338.723	666.066	193.791	351.158
Resultado de participações em coligadas	(581)	(450)	4.133	7.336
Valor adicionado total a distribuir	338.142	665.616	197.924	358.494
Distribuição do valor adicionado	338.142	665.616	197.924	358.494
Pessoal	82.359	154.087	52.037	120.454
Remuneração direta	30.699	62.746	25.166	45.055
Benefícios	9.163	15.485	4.515	9.430
FGTS	2.314	4.200	1.738	3.157
Outros	40.183	71.656	20.618	62.812
Impostos, taxas e contribuições	86.640	187.681	59.795	88.647
Federais	74.321	171.240	54.218	79.271
Municipais	12.319	16.441	5.577	9.376
Remuneração de capitais de terceiros	3.931	7.807	2.905	5.758
Aluguéis	3.931	7.807	2.905	5.758
Remuneração de capitais próprios	165.212	316.041	83.187	143.635
Juros sobre o capital próprio/dividendos	70.500	127.759	24.700	43.450
Lucros retidos do período	94.712	188.282	58.487	100.185

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas.

Notas Explicativas



CNPJ 62.144.175/0001-20
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830
6º andar | São Paulo – Brasil

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Banco Pine S.A.

Informações Trimestrais (ITR) em 30 de junho de 2026 e relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco Pine S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição e apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de agosto de 2026

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP171089/O-3

Banco Pine S.A.

Informações Trimestrais (ITR) em 30 de junho de 2026 e relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias consolidadas do Banco Pine S.A. ("Banco") e suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o IAS 34 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) consolidada referente ao período de três e seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Conciliação do resultado e do patrimônio líquido (Nota 46)

A conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido das informações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e das informações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade IAS 34 ("conciliação BACEN GAAP e IFRS"), referente ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, conforme descrito na Nota 46, em atendimento às normas do BACEN, é apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa conciliação foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis consolidadas do Banco com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa conciliação BACEN GAAP e IFRS não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes e de forma consistente em relação às informações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de agosto de 2026

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP171089/O-3

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 62.144.175/0001-20
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Banco Pine S.A., dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes ao período findo em 30 de junho de 2026, que incluem os balanços patrimoniais e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado e notas explicativas ("Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas"), acompanhadas do Relatório da Administração, e à vista do Relatório Semestral do Comitê de Auditoria, datado de 27 de agosto de 2026, e do "Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas", a ser emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, não havendo qualquer ressalva a ser feita em relação às citadas peças, cuja aprovação foi ratificada pelo Conselho de Administração na presente data.

São Paulo, 28 de agosto de 2026.

Presidente do Conselho Fiscal

Sergio Tuffy Sayeg

Membros do Conselho Fiscal

Francisco Asclepio Barroso Aguiar
Felipe Camera Ruiz

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta - NIRE 35300525515
CNPJ 62.144.175/0001-20
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Conglomerado Pine") é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, composto unicamente por membros independentes, implantado conforme regulamentações do Banco Central do Brasil – BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Este órgão atua de acordo com o estabelecido em seu Regimento, disponível no sítio eletrônico de Relações com Investidores (<https://ri.pine.com>), tendo por competência zelar: (i) pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

Para o cumprimento de suas atribuições, o Comitê de Auditoria se baseia em informações recebidas da Administração; nos trabalhos da Auditoria Interna e do Auditor Independente; nas informações das estruturas responsáveis pelo Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade; assim como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. O Comitê estabeleceu canal eficiente de comunicação, por intermédio da Auditoria Interna e da Secretaria de Governança, de modo que as solicitações de informações são atendidas pela Administração e demais funcionários.

A elaboração das Demonstrações Financeiras do Conglomerado Pine, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, é de responsabilidade de sua Administração, a quem cabe estabelecer procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na sua elaboração. Ainda, compete à Administração, dentre outras responsabilidades, gerenciar os riscos, estabelecer a estrutura e funcionamento do sistema de controles internos e garantir a conformidade legal.

O Auditor Independente é responsável por examinar as Demonstrações Financeiras e emitir relatório sobre sua adequação e apresentação, em todos os aspectos relevantes, da posição patrimonial e financeira do Conglomerado Pine, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. E, ainda, em atendimento ao disposto no artigo 15, III, da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.910, de 27 de maio de 2021 ("RCMN 4.910/21"), cumpre ao Comitê de Auditoria informar que o Auditor Independente prestou serviços profissionais em conexão com o processo específico de negociação de títulos nos mercados brasileiro, norte-americano e internacional, consistindo em emissão de comfort letters endereçadas aos underwriters para o fechamento da operação de emissão de ações do Banco Pine S.A. realizada no primeiro semestre do exercício de 2026.

A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Conselho de Administração e supervisionada pelo Comitê de Auditoria. Atua de forma independente e adota metodologia própria em conformidade com as normas aplicáveis e melhores práticas da profissão. A metodologia utiliza uma abordagem baseada em riscos para priorização e determinação da frequência dos trabalhos. A Auditoria Interna provê o Conselho, o Comitê de Auditoria e a Diretoria Executiva, com avaliações independentes, imparciais e objetivas, da eficiência e eficácia dos controles internos do gerenciamento de riscos, das práticas de governança e da aderência dos processos às normas regulamentares e procedimentos estabelecidos pela Administração.

1. Atividades do Comitê de Auditoria no semestre findo em 30 de junho de 2026:

No cumprimento de suas atribuições, o Comitê de Auditoria realizou as seguintes atividades:

- a) Auditoria Independente: O Comitê sempre que necessário realizou reuniões com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") para apreciar o escopo, planejamento e resultados de seus trabalhos, bem como discutir aspectos contábeis relevantes que fundamentam a opinião do auditor sobre as demonstrações financeiras e relatórios financeiros, as recomendações incluídas nos relatórios de controles internos e os respectivos planos de ação desenvolvidos pela Administração. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a operação do Conglomerado Pine.
- b) Auditoria Interna: O Comitê em diversas reuniões interagiu com a Auditoria Interna de forma a monitorar a adequação da estrutura e funcionamento, discutir, aprovar e acompanhar a execução do plano de Auditoria Interna quanto à cobertura dos principais riscos do Conglomerado Pine e o resultado dos trabalhos realizados, os relatórios emitidos, conclusões e recomendações, assim como os planos de ação desenvolvidos pela Administração para implantá-las. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a operação do Conglomerado Pine.
- c) Demonstrações Financeiras: O Comitê em reuniões com a Contabilidade, Controladoria e a Diretoria repassou e acompanhou o processo de elaboração e discussão dos critérios e práticas contábeis aplicadas para a elaboração das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Relatório do Auditor Independente. Não foram identificadas divergências significativas pela Administração, pelo Auditor Independente e pelo Comitê de Auditoria para o período em análise, que possam comprometer as informações apresentadas.
- d) Administração de Riscos: O Comitê reuniu-se em diversas ocasiões com a Diretoria de Compliance, PLD, Riscos e Segurança da Informação, responsável pela Gestão Integrada de Riscos do Conglomerado Pine, de forma a acompanhar os aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos do Conglomerado Pine e o processo de governança para definir o apetite de riscos e controlar os

limites estabelecidos.

e) Canal de Denúncias: O Comitê de Auditoria acompanha o funcionamento do Canal de Denúncias disponível no sítio eletrônico do Conglomerado Pine, bem como o tratamento dos casos com envolvimento da Administração, quando existentes, através de reuniões realizadas periodicamente com a área de Compliance.

f) O Comitê realizou, ainda, reuniões com diversas áreas do Conglomerado Pine para o conhecimento, apreciação e avaliação do ambiente de controles internos, com ênfase nos aspectos de conformidade legal, gestão de riscos, práticas de governança, atuação e comprometimento dos gestores.

g) O Comitê conta com a participação de um membro do Conselho de Administração que permite relatos sistemáticos das suas atividades. Adicionalmente, a Presidente do Comitê esteve presente em reuniões do Conselho de Administração.

h) A Presidente do Comitê também esteve presente em reuniões do Conselho Fiscal para discutir sobre políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das competências do Comitê.

2. Conclusão

O Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórias de acordo com os objetivos propostos, bem como o sistema de controles internos e os esforços que vêm sendo realizados para seu contínuo aprimoramento são adequados ao porte e complexidade das operações do Conglomerado Pine e conferem transparência e qualidade às Demonstrações Financeiras do Banco Pine S.A. e suas controladas para o semestre findo em 30 de junho de 2026, com base nas revisões realizadas em atendimento ao artigo 11, III, da RCMN 4.910/21. Adicionalmente, o Comitê de Auditoria tomou conhecimento do estudo técnico para o aproveitamento do crédito tributário, elaborado em consonância com a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.842, de 30 de julho de 2020, por ocasião do fechamento do semestre findo em 30 de junho de 2026.

São Paulo, 27 de agosto de 2026.

Walkyria Aparecida Augusto – Presidente

Harumi Susana Ueta Waldeck – Membro qualificado

Sérgio Machado Zica de Castro – Membro representante do Conselho de Administração

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

BANCO PINE S.A.

Companhia Aberta

CNPJ 62.144.175/0001-20

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Após análise das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas do Banco Pine S.A. e empresas controladas, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, que incluem os balanços patrimoniais individuais e consolidadas e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado e notas explicativas ('Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas'), acompanhadas do Relatório da Administração, Relatório do Conselho Fiscal e Relatório dos Auditores Independentes, os membros da Diretoria, para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, §1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que discutiram, reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

Diretores Executivos

Rodrigo Esteves Pinheiro

Roberto Nogueira Pinheiro Junior

Diretores sem Designação Específica

Alcides Roberto Rocha

Cristiano Oliveira Da Silva

Gerson Pereira Precaro

Guilherme Vieira Neves

Odilardo Guerreiro Rodrigues Filho

Ricardo de Castro Bampa

Ronaldo Silvestre

Tatiana Aparecida Munhoz

Sergio Martins da Rocha

Desiree Pereira Bonessi

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

BANCO PINE S.A.

Companhia Aberta

CNPJ 62.144.175/0001-20

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Após análise das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas do Banco Pine S.A. e empresas controladas, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, que incluem os balanços patrimoniais individuais e consolidadas e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado e notas explicativas ('Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas'), acompanhadas do Relatório da Administração, Relatório do Conselho Fiscal e Relatório dos Auditores Independentes, os membros da Diretoria, para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, §1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que discutiram, reviram e concordam com a conclusão expressa no relatório de revisão dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

Diretores Executivos

Rodrigo Esteves Pinheiro

Roberto Nogueira Pinheiro Junior

Diretores sem Designação Específica

Alcides Roberto Rocha

Cristiano Oliveira Da Silva

Gersom Pereira Precaro

Guilherme Vieira Neves

Odilardo Guerreiro Rodrigues Filho

Ricardo de Castro Bampa

Ronaldo Silvestre

Tatiana Aparecida Munhoz

Sergio Martins da Rocha

Desiree Pereira Bonessi